



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História

IMAGINANDO A CAPITAL:

CARTAS A JK

(1956 – 1961)

Ivany Câmara Neiva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cléria Botelho da Costa

Brasília

2008

IMAGINANDO A CAPITAL:

CARTAS A JK

(1956 – 1961)

Ivany Câmara Neiva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cléria Botelho da Costa

Brasília

2008

Banca:

Professora Doutora Cléria Botelho da Costa, orientadora. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História.

Professor Doutor Marcos Antônio da Silva. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

Professora Doutora Maria T. Negrão de Mello. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História.

Professora Doutora Tânia Siqueira Montoro. Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação.

Professora Doutora Maria Salete Kern Machado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia.

Dedicatória

Para Ana e para Bruna.

Também para Gregório e Lilian.

Para André, o Brasileiro.

Para o Vô e a Vó, por eles mesmos e lembrando quem não está mais por aqui.

E para André, o Carvalho, e para a Ana, a Galluf, por eles mesmos e representando os amigos.

Para Jerônima, para Antônio, para Manoel, mesmo sem os conhecer, por eles mesmos e para quem escreveu cartas *imaginando a capital*.

Para Lucas, por ele mesmo e representando o meu irmão, a Nena, as meninas, Joanna e toda a família.

Para o Luan.

Agradecimentos

Da mesma forma como acontece no *Imaginando*, aqui nos agradecimentos se mesclam Passados e Presentes. A referência, neste momento, é o processo de desenvolvimento deste trabalho de conclusão do doutorado, e aqui o agradecimento e a reverência caminham juntos.

Na vida acadêmica, os agradecimentos vêm desde os tempos cariocas do Curso de Ciências Sociais da então Universidade do Estado da Guanabara, lembrando especialmente a professora Lélia González.

Já em Brasília e na UnB, dando continuidade à Sociologia na Graduação e no Mestrado, a reverência e o carinho se voltam primeiramente aos professores Maurício Vinhas de Queiroz, Bárbara Freitag, Roberto Cardoso de Oliveira, Fernando Correia Dias – e ao professor Sadi Dal Rosso, que tão generosamente me acolheu como orientanda de Mestrado, quando Maurício não mais poderia ser.

Foi um tempo em que começaram a se explicitar as articulações entre a Sociologia, a Comunicação e a História, o que mais tarde foi me indicando o caminho da História Cultural.

Agradeço à professora Adalgisa Maria Vieira do Rosário e ao sociólogo George Martine, que me sopraram essa possibilidade por ocasião da banca de Mestrado, há muito tempo.

Agradeço à pesquisadora Janaína Amado, que nessa época me apresentou à História Oral.

Pensando na História Cultural da UnB, agradeço à Vida pela demora em decidir cursar – e concluir – o Doutorado, o que, de certa forma, possibilitou que esse período venha sendo de desafios e sobressaltos, e de prazerosas e encompridas descobertas.

Agradeço aos que me lembraram disso e possibilitaram momentos de paz e alegria.

De forma especial, agradeço à Vida a oportunidade de escolher a pesquisa e o ensino como caminhos de atuação profissional.

Agradeço de novo ao Fernando, ao Paulo Cezar e ao Délio, por tudo e porque sempre insistiram nisso. A proximidade com a pesquisa e com o ensino, e mais a alegria de estar junto de amigos, vem tornando essencial a convivência no Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília, inclusive como suporte à atividade conjugada de estudante e de professora. André, Ana, Fred, Mauro, Alex; e João José, Milton, Newton, Duda; Lunde; Elen; a todos do Curso, cada um a seu modo¹, ficam a reverência e o carinho. Agradeço especialmente aos alunos, pelo companheirismo e aprendizado partilhados desde a Oficina 31, até o Entorno que Transborda, à sala de aula, às orientações de trabalhos, às oficinas de brincadeiras e de visibilidade.

Registro agradecimentos à Funadesp (Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular) pelo apoio de dois anos de bolsa concedida junto ao Programa Institucional de Qualificação da Universidade Católica de Brasília.

Agradeço à professora Cléria Botelho da Costa, orientadora no Doutorado.

Agradeço aos professores e parceiros do Doutorado, e aos componentes da Banca - emblemática das redes da História, da Sociologia, da Comunicação.

Agradeço a todos os que tiveram suas cartas lidas, e aos entrevistados e fotografados; aos parceiros do Arquivo Público do DF, em especial à Sandra. Também ao professor Beto.

Agradeço a João e Joanna. À Nena e ao Augusto, por tudo e pelas dicas metodológicas.

À Vó e ao Vô, ao tio Venancinho, à tia Aparecida, ao Ary.

À Ana e à Bruna, reverência pelos caminhos que vêm sendo trilhados, e todo o carinho, desde sempre e permanente. Felicidade!

¹ Agradecimentos em tese de Doutorado são também *créditos*.

Por isso, aqui cabe o registro de nomes que até agora não apareceram completos: Paulo Cezar Borges Martins, Délio Mendes, André Luís Carvalho, Ana Lúcia Galluf, Frederico Barboza Junior, Mauro Giuntini, Alex Silveira, João José Azevedo Curvello, Milton Cabral Viana, Duda Bentes, Lunde Braghini Junior, Elen Geraldês, Sandra Torres, Roberto de Souza Lima, Joanna de Arruda Câmara Neiva, João Câmara Neiva, Augusto Câmara Neiva, Marinilzes Moradillo Mello, Antônio de Arruda Câmara, Guiomar de Arruda Câmara, Venâncio de Figueiredo Neiva, Maria Aparecida Barros Câmara, Ary Pára-Raios, Ana Arruda Neiva Marques e Bruna Arruda Neiva Marques.

Essas cartas, Mariano, não são escritos. São falas.²

Mia Couto

A cidade se dá a quem se doa.³

TT Catalão

Não desistam de imaginá-la, candangos.⁴

Carpinejar

² COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.64.

³ Catalão, Tetê. A cidade se dá a quem se doa. In **Vladimir 70**. Mostra retrospectiva em homenagem aos 70 anos do cineasta Vladimir Carvalho. Centro Cultural Banco do Brasil – Brasília. 10 a 24 de abril de 2005. Centro Cultural Banco do Brasil – Rio de Janeiro. 26 de abril a 1 de maio de 2005. Curadoria de Sérgio Moriconi. p.110.

⁴ CARPINEJAR, Fabrício. A luz bate e não volta. *Correio Braziliense*, 21.04.2007. **Onze visões de Brasília**. Brasília 4+7. Caderno Especial. p.11.

Resumo

Imaginando a capital: cartas a JK é uma história brasileira. É uma história de Brasília, capital do país desde 1960, pela voz de pessoas comuns e de trabalhadores que a imaginavam, de longe, e ali esperavam encontrar melhores condições de vida. Essa voz foi registrada por escrito, em cartas dirigidas ao Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira (conhecido como JK), durante seu período de governo (de 1956 a 1961). Foram selecionadas aproximadamente 100 dessas antigas cartas, hoje disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, e delas se registraram expectativas, pedidos, sugestões e reclamações então encaminhados ao Presidente. São fragmentos do cotidiano de quem as escreveu há 50 anos. Esta é uma história da capital sob a ótica do imaginário, expresso nesses fragmentos da vida contada pelas pessoas simples que escreveram as cartas. Assim se revela que o imaginário está “cravado no histórico-social” – em questões de moradia, emprego, serviços básicos. Esta é uma história de busca de condições de vida e de visibilidade social, em que se fundem perspectivas e contradições de uma capital em construção. Passado, presente e futuro se entrelaçam, construindo uma história de Brasília e de brasileiros que a imaginaram, e também de quem a continua imaginando e construindo, hoje.

Palavras-chave: Brasília, imaginário, cartas.

Abstract

Imagining the capital: Letters to JK is a Brazilian story. It is a story of Brasilia, the capital of the country since 1960, through the voice of ordinary people and workers who imagined it from afar, and hoped to find better life conditions there. This voice was registered in written language in letters addressed to President Juscelino Kubitschek de Oliveira (known as JK), during his term, from 1956 to 1961. We have selected approximately 100 of these old letters available today from the Public Archives of Distrito Federal, and from them we have processed expectations, orders, suggestions and complaints, all addressed to the President. They are fragments of the everyday life of those who wrote them fifty years before. This is the story of the capital through the eyes of the imaginary, expressed by the simple people, authors of those letters. We come to the conclusion that this imaginary is "embedded in the historic social"- in what concerns shelter, jobs, basic services. This is a story of the searching for life conditions and social visibility, in which perspectives and contradictions of a building capital are melted. Past, present and future intertwine, building a story of Brasilia and of Brazilians who imagined it, and of those who still imagine and build it nowadays.

Keywords: Brasília, imaginary, letters.

Lista de ilustrações ⁵

ilustração	pg
Trechos de cartas endereçadas ao Presidente da República JK e equipe	14, 16, 78-81, 90, 94-97, 99, 114-122, 132, 170, 185-187, 194, 198-205, 208-209, 211-214, 216-217, 219, 221-223, 226, 228-230, 233-234, 236-237, 239-241, 243-245, 249-251, 257
Envelopes e endereçamentos para JK e equipe	14, 16, 127-130, 133
Fotografias de trabalhadores, <i>pessoas comuns</i> , no período de início da construção de Brasília.	17
Charge de Ziraldo, na coluna Saci Pererê. 7 de maio de 1960.	18
A Roda de Ramelli – gravura de Agostino Ramelli. Paris, 1588.	19
Angelus Novus – aquarela de Paul Klee, 1920.	20
Presidente Juscelino no dia da inauguração de Brasília. Fotografia em Extra. O Futuro já tem capital – Brasília. O Cruzeiro, ano XXXII, nº 80, 7 de maio de 1960. p. XXI.	21
Marca de pesquisa: pétala no vidro do carro no estacionamento do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, março de 2007. ICN ⁶ .	21
[JK]. Sem título, sem data. Agência O Globo. In: COHEN, Marleine. Juscelino Kubitschek: o presidente bossa-nova . São Paulo: Globo, 2005. pg. 96.	22
“Presidente Juscelino Kubitschek (PSD) recebe um bilhete de um eleitor durante desfile, em 31 de janeiro de 1956, no Rio, ao lado de seu vice João Goulart”. Folha de São Paulo, 11 de março de 1990. Especial Era Collor, pg. 6.	23
Mariela Nadborny. Instalação na Galeria 5006. Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005. ICN. Detalhe do tapete de papel visto de cima; Instalação no espelho d’água, vista por baixo.	27
Mariela Nadborny. Instalação na Galeria 5006. Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005. ICN. Caixa de recortes.	30
Caixas-arquivo e documentos de correspondência do Fundo Novacap. Mesa de trabalho na sala de pesquisa. Arquivo Público do DF, janeiro de 2007. ICN.	30
Luís Mendonça, Superintendente do Arquivo Público, em homenagem a Walter Mello, fundador. Arquivo Público do DF. Brasília, 14.03.2008 (23 anos da fundação). ICN.	35
Coronel Affonso Heliodoro dos Santos, ao lado de sua mesa de trabalho no Instituto Histórico e Geográfico do DF. Ao fundo, foto de Heliodoro com o Presidente, nos anos 50, e reprodução de carta (Paris, julho de 1964). ICN, fevereiro de 2008.	38
Professor Nonato Silva e Doutor Ernesto Silva, tendo ao fundo foto do Presidente. Instituto Histórico e Geográfico do DF. ICN, novembro de 2004.	38
Sala de pesquisa do Arquivo Público do DF. Caixas-arquivo, documentos. ICN, 2006.	41
Carta de Niemeyer à Novacap. 13.02.1957. Arquivo Público do DF.	51
Bilhete de JK a Clóvis Salgado. Arquivo Público do DF.	52
Fernanda Montenegro, Walter Salles e Vinicius de Oliveira. Foto do <i>making of</i> do filme Central do Brasil . Direção de Walter Salles. Brasil/França, 1998.	59
Trecho de “carta pneumática” enviada por Venâncio de Figueiredo Neiva ao Presidente Washington Luís. Rio de Janeiro, 28.07.1930.	61
Presidente JK e Vice João Goulart levando visitante a conhecer as obras da capital. Do lado de fora, em primeiro plano, Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Novacap. Fotógrafo não identificado. Brasília, 28.09.1959. Arquivo Público do DF.	123
Reproduções: Revista Brasília, nº 1, janeiro de 1957, ano I. Capa, página 1 e, em detalhe, o envelope e o texto da Nota. Arquivo Público do Distrito Federal.	126
Embalagem de pipoca. Pipoqueiro Liberato, <i>carpinteiro 904</i> da Novacap. ICN, 2008.	149
Brasília / DF. Imagem de satélite.	151
Tapumes da construção da Biblioteca Nacional. Brasília. Março de 2006. ICN.	153
Trecho de carta de Guiomar de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho. Planaltina, 26.09.1947.	170

⁵ Detalhes das referências constam das notas de rodapé referentes a cada figura.

⁶ As fotos de Ivany Câmara Neiva estão registradas com a sigla ICN.

Mariposa. Plano Piloto de Lúcio Costa. Brasília. Abril de 2007. ICN.	176
Aquarela de C.A. Laely, enviada à Novacap em 1959. Arquivo Público do DF.	182
Estátua de JK em Brasília com a camisa da seleção brasileira. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Copa_do_Mundo_de_2014 .	206
Adesivo “JK – procura-se outro”. Instituto Histórico e Geográfico do DF. ICN, 2008.	218
Encaminhamento de ficha de solicitação de emprego, da Novacap. Preenchida no Rio de Janeiro em 11.06.1959.	231
Vista da Vila Amaury. 1959. Paulo Manhães.	242
Candidatas do Concurso “Broto do Ano” 1961. Lago Paranoá (foto tirada do mesmo ponto da anterior). Paulo Manhães.	242
Migrantes, Congresso Nacional em construção. Autor não identificado. Revista Manchete. Rio de Janeiro, Bloch Editores. Fevereiro de 1960.	254
Anexos	
I. Capas ⁷	
Capa de 2003. Migrantes, Congresso Nacional em construção. Autor não identificado. Revista Manchete. Rio de Janeiro, Bloch Editores. Fevereiro de 1960.	278
Capas de 2005 e 2007.	279
Capa de 2008.	280
II. Bastidores ⁸	
Cenas de cotidiano. Rua e praça da SQS 310. ICN, 2007.	286, 294-298, 302-303, 305-308, 310
Taxista da quadra, pioneiro. ICN, 2007.	300
Nonato Silva. ICN, 2007.	301
Bloco B e fachada do apartamento. ICN, 2007.	291
Moacir, personagem da Turma do Pererê, de Ziraldo	282, 287, 327
Carteiro da quadra. ICN, 2007.	287
Objetos, janela, cenas internas. ICN, 2007. Arco-íris: foto de Bruna Neiva.	292-293, 304, 311
Funcionários do bloco. ICN, 2007.	299
Mariposa. Plano Piloto. Caixa-paisagem do Rio. Brasília. Abril de 2007. ICN.	288
Esboço do Plano Piloto. Lúcio Costa.	289
Natividade, de Athos Bulcão. Azulejo na Igrejinha. Brasília. Abril de 2007. ICN.	289
Avião PPB. Fátima Bueno, Carla de Assis, Lígia de Medeiros. Abril de 2007. ICN.	289-290
Mapas – Brasil, DF	290
Novacap, Arquivo Público do DF. ICN, 2007.	313-316
Catetinho. Acervo de Ivany Neiva. Foto de JK: Arquivo Público do DF.	318
JK-65. Fotopotocas, Ziraldo. [1969].	320
Adesivo “JK – procura-se outro”. ICN, 2007.	321
Autógrafo de JK. Álbum de Ivany Câmara Neiva. Rio de Janeiro, 1959. ICN, 2003.	322
Mariela Nadborny. Instalação na Galeria 5006. Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005. ICN.	324
Telas de micro. ICN, 21 de abril de 2007.	327
III. Intervalos: recados metodológicos	
Cenas de rua e paisagens urbanas. Barcelona, Genebra, Neuchâtel. ICN, 2007.	331-335
Texto de Friedrich Dürrenmatt. Centro Dürrenmatt, Neuchâtel. Outubro de 2007.	336
Pintura de Gilberto Freyre. Exposição “Gilberto Freyre, intérprete do Brasil”. Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, abril de 2008.	337
Capa do livro “Cartas a um jovem poeta”, de Rilke.	338
Entrada e camarim da Exposição “Viva Esquadrão da Vida”. Maíra Oliveira, fraque. Caixa Cultural, Brasília. ICN, 09.03.2008.	339
Bilros e almofada. Disponível em http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=273240 . Acesso em 23.04.2008.	341
Bilros e rendas de Ana Veridiana. ICN, abril de 2008.	341

⁷ As imagens que compõem as capas de 2005, 2007 e 2008 já estão citadas e creditadas, no Anexo I.

⁸ Paginação de *Bastidores* como Anexo.

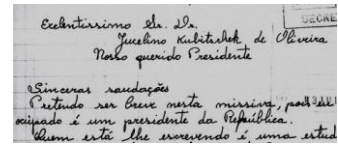
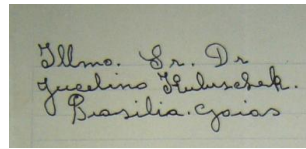
Lista de tabelas e quadros

tabelas e quadros	pg
Quadro I. Fundo Novacap. Acervo Textual. Correspondência.	40
Quadro II. Correspondência – Fundo Novacap. Classificação por assuntos (1956 a 1960)	55
Tabela I. Correspondência – Fundo Novacap, segundo origem dos documentos remetidos (1956 a 1960)	43
Tabela II. Correspondência – Fundo Novacap, segundo destinatários (1956 a 1960)	44
Tabela III. Correspondência – Fundo Novacap, segundo ocupação declarada dos remetentes (1956 a 1960 - cartas selecionadas)	48
Tabela IV. Correspondência – Fundo Novacap, segundo origem dos remetentes (1956 a 1960 - cartas selecionadas)	49
Tabela V. Correspondência – Fundo Novacap, segundo destinatários (1956 a 1960 - cartas selecionadas)	50
Tabela VI. População Urbana do Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas (2004, 2007)	155
Tabela VII. Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno. Distrito Federal (2004)	166
Tabela VIII. População Urbana, segundo Local de Moradia Anterior por Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno (2004)	166
Tabela IX. População residente no Distrito Federal (1959)	187
Tabela X. Evolução da População do Distrito Federal, TMGCA e Densidade Demográfica. (1957-2005)	189

Sumário

1 Introdução, ou um mosaico ilustrativo	13
1.1 O mosaico, o portal	14
1.2 O assunto, o argumento, o objeto	21
2 Tecendo tramas: procedimentos de pesquisa	27
3 Venho, nestas mal traçadas linhas...	59
3.1 Cartas: marcas de tempo, conversas à distância	61
Marcas de tempo: na História Cultural	67
Conversas à distância: na Comunicação	84
3.2 Cartas para JK	90
De quando são	97
Quem assina: trabalhadores, <i>peessoas comuns</i>	99
A quem se destinam	123
4 Desdobrando papéis: questões de ética	130
5 Brasil, capital Brasília	151
6. Beija flor no cerrado	182
<i>Brasília, lugar de futuro</i>	185
<i>Prezado Presidente: a sagração do governante</i>	206
<i>“Todos nois querem lotes”</i>	219
Tem vaga na capital	231
Brasília: construindo o Presente, há 50 anos	242
7 Cordiais saudações	254
Referências	259
Anexos	
Anexo I – Capas	278
Anexo II – Bastidores	282
Anexo III – Intervalos: recados metodológicos	330
Ficha Técnica	343

1. Introdução, ou um mosaico ilustrativo



**Imaginando
a capital:
cartas a JK**

Ivany Câmara Neiva
Abril, 2008.

Universidade de Brasília
Programa de Pós-Graduação em História
História Cultural
Tese de Doutorado
Orientação de Cléria Botelho da Costa

1.1 O mosaico, o portal

De vez em quando me lembro de um sonho – ou pesadelo – que o amigo Domiraldo costumava ter em véspera de prova, no curso ginásial. Ele sonhava que tinha deixado, em uma escrivaninha perto da janela, seu trabalho pronto para ser entregue ao professor no dia seguinte. De repente, uma ventania fazia voarem as folhas de papel, e tudo se perdia... Aliás, nem tudo: restava sempre a capa do trabalho...

Desde então, espero encontrar nas capas, ou nas telas principais, informações suficientes para anunciar o conteúdo do trabalho – como se a capa fosse um portal, um *lide*¹, um convite.

As teses obedecem a um padrão, e aqui o seguimos. A capa segue as determinações da Universidade de Brasília e da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Mas, para atender àquela curiosidade que um *portal* pode despertar e responder, incluo uma “capa-B” – uma “outra capa”, um mosaico ilustrativo do que trata essa história².

Por meio desse mosaico pretendo trazer informações em texto escrito e imagens que falem do assunto de *Imaginando* e nos convidem à leitura.

De que se trata?

É uma tese de Doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília.

A área de concentração é História Cultural.

Essa escolha já pode insinuar, aos iniciados, que “a presença da História Cultural assinala [...] uma reinvenção do passado, reinvenção essa que se constrói na nossa contemporaneidade”³ e que vai se tratar, “antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”⁴.

De quem é a autoria?

O nome da autora é Ivany Câmara Neiva, e a referência à professora orientadora, Doutora Cléria Botelho da Costa, remonta a uma trajetória acadêmica em que se entrelaçam a Sociologia e a História, há muito apontando para uma História Cultural.

¹ Lide (jn) Do ing. *Lead* (comando, primeiro lugar, liderar, guiar, induzir, encabeçar). (...) Resumo inicial, constituído pelos elementos fundamentais do relato a ser desenvolvido no corpo do texto. Verbete em RABAÇA, Carlos Alberto e BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

² Desde a apresentação do Projeto de *Imaginando a capital*, foram feitas quatro capas, que constam do Anexo I – Capas.

³ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 16.

⁴ Idem, p. 15.

Qual é o assunto?

Espera-se que o título **Imaginando a Capital: cartas a JK** já traga a informação de que o *locus* da pesquisa é Brasília, capital brasileira, e que as representações sobre a capital são buscadas na correspondência epistolar destinada ao Presidente Juscelino Kubitschek

A data do trabalho, maio de 2008, indica que passado e presente se enredam, pois aquele *tempo das cartas* já passou: Brasília foi inaugurada há quarenta e oito anos e a morte de Juscelino – o destinatário - ocorreu há mais de trinta. Mas está se buscando *iluminar* o Presente, recorrendo àquele Passado e o *atualizando*.

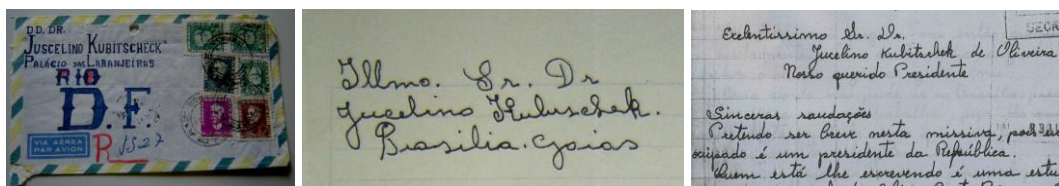
As imagens visuais

A inclusão de imagens visuais desde essa capa pretende indicar, além de uma escolha estética, uma opção teórico-metodológica que reconhece as imagens como *informação* – “instituintes de significados, de sentidos da história, de temporalidades”⁵, atualizando também o presente.

Ao longo da pesquisa, sempre foi lembrada a metodologia adotada por Ondina Leal⁶ quando estudava “imagens e [...] minhas imagens sobre esses imaginários”, e quando concluía que “a minha prática de pesquisa está comprometida com a prática de fotografar, mesmo quando estou sem a câmera”⁷.

Em *Imaginando*, são incluídas fotos originais, reproduções e imagens escaneadas. Quanto às imagens que compõem a quase-capa atual, ali estão:

- Cartas e envelopes endereçados ao Presidente da República Juscelino Kubitschek



Era fundamental a sua presença neste mosaico. As cartas são o objeto, o pretexto, o texto essencial para o *Imaginando*. Foram selecionados, para essa primeira apresentação:

⁵ MAGALHÃES, Nancy Alessio. **Terra: memória, imagem e raízes da vida**. Apresentado no Primeiro Congresso Internacional de História Oral da República Argentina. Buenos Aires: Instituto de História Oral de la Ciudad de Buenos Aires, outubro 2005.

⁶ LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁷ Idem, p.15, 16.

- envelope de correspondência anterior à inauguração de Brasília, em que o endereço do Presidente ainda consta como Palácio do Catete, Rio de Janeiro;
- trechos de duas cartas dirigidas ao Presidente JK: uma de 1958, na qual foi destacado o endereçamento para Juscelino em Brasília – Goiás; outra de 1959, em que JK é chamado de “nosso querido Presidente”.

Todos são do acervo do Arquivo Público do DF, Fundo Novacap. (Acervo NOV.B.03, caixas 004 e 021).

- Fotografias de *peessoas comuns*, no período de início da construção de Brasília



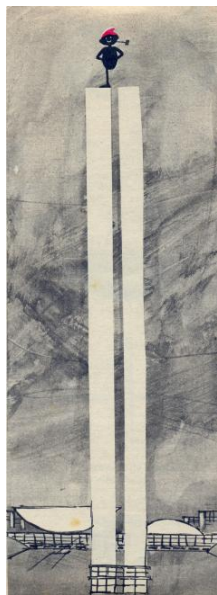
Foram escolhidas estas fotos, pois o interesse é entender significados presentes em cartas escritas por *peessoas comuns*⁸, homens e mulheres, trabalhadores de diferentes regiões do País, que se dirigiam ao Presidente JK.

- Operários, perto do Congresso Nacional. Fotógrafo: Mário Fontenelle. 03.09.1959. Arquivo Público do Distrito Federal. Exposição “Poeira, Lona e Concreto”. Museu Vivo da Memória Candanga.
- Chegada dos candangos⁹. Fotógrafo: Peter Scheier. 1958. Arquivo Público do Distrito Federal.

⁸ A noção de “peessoas comuns” é discutida no Capítulo “Venho, nestas mal traçadas linhas...”, Cartas para JK, Quem assina: trabalhadores, *peessoas comuns*.

⁹ A Chegada dos Candangos é também o título da 3ª das cinco partes da Sinfonia da Alvorada, composta por Tom e Vinícius durante o período em que ficaram hospedados no Catetinho a convite de JK, em 1959.

- Charge de Ziraldo, na coluna Saci Pererê. O Cruzeiro, ano XXXII, nº 80, 7 de maio de 1960. p. 100.



Ziraldo coloca, no topo do Congresso Nacional, o personagem-título de sua coluna, publicada na edição comemorativa da inauguração de Brasília.

Escolhemos essa imagem na busca de representar uma “tomada de posse” brasileira da nova capital.

O Saci, uma das mais expressivas figuras do imaginário brasileiro, aparece no Planalto Central, sobranceiro, de gorro colorido e de frente para quem o observa, no momento do estabelecimento da nova capital.

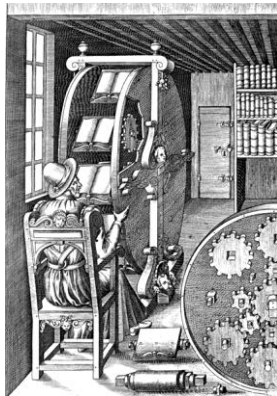
A inclusão da charge pretende ser referência, também, à crônica política e à crítica bem humorada expressas pelo cartunista Ziraldo, que nessa época ocupa páginas de O Cruzeiro e do Jornal do Brasil com suas charges e cartuns. Também nos anos sessenta, Ziraldo lançou a revista em quadrinhos *A Turma do Pererê*¹⁰, na qual conviviam, com o Saci, outros personagens do universo imaginário brasileiro, como o índio Tininim, a onça Galileu, o macaco Alan e o jabuti Moacir (que aparece, sorridente, com uma carta na mão, no *making of* da tese¹¹).

Nesta charge, Brasília é chamada a participar desse imaginário.

¹⁰ Ziraldo. *A Turma do Pererê*. Rio de Janeiro: Primor, 1976. Introdução.

¹¹ NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a Capital. Anexo II. Bastidores*. Brasília, 2007. p. 6 e 46. Originalmente, **Bastidores** não foi pensado como anexo à tese, mas aos poucos foi ganhando esse *status*, exatamente por ter se transformado em *making of* - registro do *fazer-se*.

- A Roda de Ramelli – gravura de Agostino Ramelli. In: *Le diverse et artificiose machine*. Paris, 1588¹².



Esta gravura renascentista mostra a Roda de Leitura desenhada pelo italiano Ramelli “para facilitar os estudos” – “uma máquina bonita e engenhosa, muito útil e conveniente para qualquer pessoa que tenha prazer em estudar”¹³. A máquina, semelhante a uma roda d’água, tem calhas onde podem ser colocados diferentes manuscritos ou livros. Girando a manivela, o leitor pode desenvolver consultas simultâneas, acessar informações de forma seletiva e não-linear e, saltando de uma informação a outra, alternando autores e períodos, estabelecer relações e construir o conhecimento segundo seu interesse.

Há pesquisas contemporâneas nossas que reconhecem naquele projeto de máquina um precursor dos procedimentos hipertextuais – entendendo o hipertexto como “uma rede composta de *nós* ligados por conexões”¹⁴. Esses *nós* “não estão ligados linearmente, como em uma corda ou como nos elos de uma corrente, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões de modo reticular.”¹⁵.

A gravura foi colocada na capa deste trabalho para anunciar uma estratégia metodológica em que se trabalha com fragmentos e relações e, em busca de sentidos, não se segue necessariamente a linearidade ou a cronologia, e sim se alternam períodos, assim como autores de referência, narradores e interpretações.

¹² Gravura reproduzida em DIAS, Maria Helena Pereira Dias. **Hipertexto - O Labirinto Eletrônico - Uma Experiência Hipertextual**. <http://www.unicamp.br/~hans/mh/> e em MOURÃO, José Augusto. **Para uma Poética do Hipertexto - Ficção Interactiva**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2001. <http://www.triplov.com/hipert/>. Mourão cita a data de 1598.

¹³ TOLVA, John. **Hypertext – renaissance: hypertext before computers**. [on-line], abr. 1999. [<http://www.mindspring.com/~jntolva/ramelli.html>]. Citado em Cláudia Augusto Dias. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. Revista Ciência da Informação. Brasília, v. 28, n. 3, p. 269-277, set./dez. 1999. www.ibict.br/cienciainformacao/include/getdoc.php?id=632&article=324&mode=pdf

¹⁴ DIAS, Maria Helena Pereira Dias. **Hipertexto - O Labirinto Eletrônico - Uma Experiência Hipertextual**.

<http://www.unicamp.br/~hans/mh/>

¹⁵ Idem

- Angelus Novus – aquarela de Paul Klee, 1920. Adquirida em 1921 por Walter Benjamin.

Disponível em http://www.geocities.com/jneves_2000/wbenjamin.htm.¹⁶

Esta imagem é emblemática na obra de Walter Benjamin e, por extensão, para os pesquisadores atentos às questões da memória, do tempo e da história. Benjamin a toma como referência na nona de suas teses “Sobre o Conceito de História”:



*Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.*¹⁷

O Angelus Novus é colocado na capa de *Imaginando* não apenas para anunciar o caminho teórico-metodológico de entrelaçar passado, presente e futuro, mas também como registro de que pensadores como Benjamin foram “chamados” para a construção dessa história do imaginário sobre Brasília.

¹⁶ Site Walter Benjamin. Teses sobre o conceito da história, 1940. http://www.geocities.com/jneves_2000/wbenjamin.htm. Acesso em 15.08.2003.

¹⁷ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História – 9. in: Obras escolhidas. Vol. I. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996. 10^a reimpressão. p. 226.

- Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília. Fotografia em **Extra. O Futuro já tem capital – Brasília**. O Cruzeiro, ano XXXII, nº 80, 7 de maio de 1960. p. XXI.



A fotografia, colocada no canto direito da capa de *Imaginando*, parece estar no campo de visão do Anjo da História. A “gargalhada da vitória” de JK, como diz a legenda da foto na revista O Cruzeiro, no contexto da capa parece um *passado* que ri – naquele *presente* da inauguração de Brasília - para o *futuro* onde hoje estamos.

- Marca de pesquisa: pétala no vidro do carro no estacionamento do Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília, março de 2007.



A história dessa pétala está contada no *making of*¹⁸ da tese. Foi encontrada ao final de uma tarde de pesquisa no Arquivo Público do Distrito Federal.

Foram muitos, e agradáveis e surpreendentes, os dias de pesquisa nos acervos de correspondência do Fundo Novacap. Nesta foto, registra-se o momento de encontro daquela pétala na janela do carro, e se aproveita a oportunidade para “assinar” o trabalho, deixando a marca do clique fotográfico, refletido no vidro.

Marcas da pesquisa.

¹⁸ NEIVA, Ivany Câmara. **Imaginando a Capital. Anexo II. Bastidores**. Brasília, 2007. p.32.



1.2 O assunto, o argumento, o objeto ¹⁹

1º de janeiro de 2003, quarta-feira: toma posse Luiz Inácio Lula da Silva, como Presidente do Brasil. O *Correio Braziliense*²⁰ expressa um sentimento repetido pela imprensa e por “testemunhas oculares”²¹: a inauguração de Brasília, quarenta e dois anos antes, e a posse de Lula, foram “momentos de alegria sem igual”, dias de festa popular em Brasília.

Outra matéria, do dia 9, quinta-feira, comenta o estilo do novo presidente e registra que ele “tem recebido centenas de cartas diariamente. Desde segunda-feira, 1200 correspondências tiveram como destino o presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.”²² O assunto é comentado, e já há diferentes versões sobre o volume de correspondência: “Basta escrever no envelope ‘Presidente Lula’, que a carta chega ao Planalto. Desde que tomou posse, vem recebendo, em média, cerca de 1000 cartas por dia, de todos os cantos do país”²³ Por onde passa, recebe mensagens escritas, como aconteceu durante a recente maratona de visita a comunidades pobres: “(...) os moradores da Vila Irmã Dulce levaram cartazes com pedidos e escreveram cartas, que passavam de mão em mão (...)”.²⁴

Pessoas simples escrevem ao Presidente, trazendo sugestões cotidianas como “receitas e simpatias para Lula tratar da bursite no braço direito”.²⁵ Mandam as mensagens pelo correio, pedem a funcionários que as encaminhem, tentam entregá-las em mãos ao destinatário, fotografam esse momento.

¹⁹ Fotografia: Sem título, sem data. Agência O Globo. In: COHEN, Marleine. **Juscelino Kubitschek: o presidente bossa-nova**. São Paulo: Globo, 2005. pg. 96.

²⁰ CERATTI, Mariana. **Momentos de alegria sem igual**. *Correio Braziliense*. Brasília, 5 de janeiro de 2003.

²¹ O Repórter Esso, noticiário veiculado inicialmente pela Rádio Nacional – década de 40 - e depois pela TV Tupi – de 1952 a 1970 -, tinha como slogan de abertura: “Aqui fala seu Repórter Esso, testemunha ocular da História”.

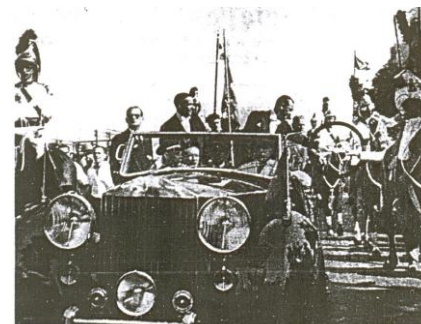
²² CEOLIN, Adriano. **Presentes para um presidente popular**. *Correio Braziliense*. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

²³ WESTIN, Ricardo. **Presidente recebe mil cartas por dia**. Folha de São Paulo, 11 de janeiro de 2003.

²⁴ CAETANO, Valdez e RIBEIRO, Efrém. **A fome em ritmo de campanha**. O Globo, 11 de janeiro de 2003.

²⁵ CEOLIN, Adriano. **Presentes para um presidente popular**. *Correio Braziliense*. Brasília, 9 de janeiro de 2003.

Relembro outros bilhetes entregues em mãos a Lula e a outros Presidentes, e uma foto²⁶ registrando o momento em que JK inclina-se, no automóvel em que desfilava, para receber o bilhete “de um eleitor”, no dia de sua posse como Presidente da República, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1956²⁷.



Juscelino Kubitschek (PSD) recebe um bilhete de um eleitor durante desfile, em 31 de janeiro de 1956, no Rio, ao lado de seu vice João Goulart

Cinco anos e vários percalços mais tarde, vai mudando o tom das cartas para Lula. Há momentos em que diminuem em quantidade. Trazem ainda mensagens de esperança e solidariedade, mas nelas também aparecem marcas de perplexidade e crítica quanto à situação política. Justamente quando vem à tona “o início da pior crise da gestão petista”, há informações de que “o número de correspondências que chegam diariamente ao Palácio do Planalto em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou nos últimos meses”²⁸.

Atenta ao momento nacional e também imersa em minha realidade próxima, vou percebendo esses registros contemporâneos, e aqueles do passado recente, como reafirmação do interesse aos poucos delineado - o imaginário popular sobre Brasília, observado a partir, exatamente, de cartas de brasileiros comuns para o presidente Juscelino Kubitschek.

Certamente, Lula e JK não foram os únicos presidentes brasileiros a povoar o imaginário popular e a se tornarem destinatários de correspondência escrita. A própria função de “chefe da Nação” torna os presidentes, e outras autoridades governamentais do Executivo, foco privilegiado de expectativas expressas “em primeira pessoa”²⁹. Tem-se notícia de acervos e arquivos de material desse tipo, submetidos a diferentes tratamentos em termos de guarda, catalogação, conservação ou análise. É o caso da correspondência para o Presidente Fernando Collor, que foi objeto de seleção e análise, no ensaio sobre consciência social realizado pelo poeta e pesquisador Cassiano Nunes, no qual importa o que “o povo fala” nas cartas³⁰.

²⁶ Foto reproduzida pela historiadora Georgete Medleg Rodrigues em sua dissertação de Mestrado. RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990.

²⁷ Folha de São Paulo, 11 de março de 1990. Especial **Era Collor**, pg. 6. Câmara dos Deputados, CEDI – Centro de Documentação e Informação. Setor de Microfilmagem. Filme 53.

²⁸ SCOLESE, Eduardo. **Número de cartas a Lula dobra com crise**. Folha de São Paulo, 17.07.2005. p.A11.

²⁹ Esse assunto – narrativa em primeira pessoa - foi tratado no Curso **Cartas e diários, ficção e realidade: vozes e narrativas**, ministrado pela Professora Stelamaris Coser, no Mestrado em Estudos Literários da Universidade do Espírito Santo. Ver Programa do Curso, disponível em <http://www.ufes.br/~mlb/stelaprog.htm>. Acesso em 20.12.2002.

³⁰ NUNES, Cassiano. **Cartas do Povo Brasileiro ao Presidente**. Brasília: Agência Quality, 1993.

O poeta Cassiano Nunes, que desenvolvera importantes trabalhos sobre a escrita epistolar, especialmente sobre a correspondência de Monteiro Lobato, no início dos anos noventa foi cedido pela Universidade de Brasília para desenvolver essa pesquisa no Arquivo do Palácio do Planalto.

Tanto no caso atual, de Lula, como no de JK, tratam-se de figuras emblemáticas na Presidência da República. Lula, em seus dois períodos de governo (janeiro de 2003 a dezembro de 2006, e janeiro de 2007 a dezembro de 2010), por sua trajetória pessoal e política identificada com os setores populares e operários; e Juscelino (janeiro de 1956 a janeiro de 1961) por ser associado aos “anos dourados”, a iniciativas nacionais de mudança e modernização e à construção da nova capital no interior do país.

Pesquisas a partir de conversas com antigos contemporâneos de JK, biografias, estudos e textos literários, e as próprias cartas, indicam que foi expressiva a correspondência dirigida a JK desde o início da construção de Brasília, até o exílio e a volta ao Brasil.

Em Brasília, podem-se encontrar exemplares dessas cartas no Arquivo Público do DF e no Memorial JK³¹. O primeiro abriga a correspondência recebida durante quase o inteiro período do mandato presidencial de Juscelino (abrangendo o período de setembro de 1956 a maio de 1960), e o Memorial JK guarda cartas recebidas entre 1961 e 1976.

O interesse, em *Imaginando*, é buscar representações da capital em construção, pela palavra dos próprios trabalhadores e *pessoas comuns* que escreveram cartas ao Presidente.

Em busca do *argumento* da tese e de embasamento para trabalhar com cartas de *pessoas comuns*³², voltei a Jim Sharpe³³, quando falava sobre a opção teórica de se tratar a “história vista de baixo”. Sharpe registrava como exemplo de “fonte”, exatamente, uma carta³⁴. Fala da carta que “o soldado Wheeler” escrevera à esposa, em junho de 1815, relatando *sua história* da batalha de Waterloo. Não era uma história oficial, nem da elite ou dos exércitos vitoriosos de Napoleão, mas uma visão dele como “soldado raso”, pessoa comum, “protagonista anônimo”³⁵, *gente comum*³⁶.

Ali estava o argumento da pesquisa: cartas são expressões do imaginário de determinado tempo histórico, e a *história vista de baixo*, contada em cartas, iluminava o imaginário sobre Brasília, de *pessoas comuns* dos tempos do início da construção da cidade. Aliás, como lembrou o Professor Marcos Silva, discutindo o *Imaginando* em junho de 2008³⁷, pode-se pensar em uma iluminação recíproca: nós, daqui e d’agora, vendo iluminado o

³¹ No Arquivo Público do DF e no Memorial JK se encontram cartas a Juscelino referentes aos 20 anos que abrangem seu mandato presidencial (1956 a 1961), o de Senador por Goiás (iniciado em 1961 e interrompido em 1964, com a cassação e suspensão de seus direitos políticos por dez anos), o período de exílio, de 1964 a 1967, e o período que vai da sua volta ao Brasil em 1967 até sua morte, em 1976.

³² As noções de *pessoas comuns* e de *história vista de baixo* são discutidas no Capítulo 3, p.76.

³³ SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 5ª reimpressão.

³⁴ SHARPE, op.cit., p.40-41.

³⁵ VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002. p.138.

³⁶ VAINFAS, op.cit., p.106.

³⁷ Universidade de Brasília, Auditório do Instituto de Ciências Humanas. 13.06.2008.

imaginário de cinquenta anos atrás. E, também, construtores e produtores da cidade de hoje, sendo nós próprios iluminados a partir desse entrelaçamento de tempos históricos.

Também nos lembrou Marcos Silva, nessa oportunidade, a “dimensão incomum do homem comum”, o que é reforçado em *Imaginando* quando os remetentes de cartas se tornam visíveis enquanto autores e pensadores. Essa observação me fez relembrar as idas e vindas conceituais e teóricas a respeito da opção de tratar do imaginário exposto, em cartas, por *pessoas comuns*, e de adotar a *história vista de baixo* como um dos fios condutores da construção da pesquisa e da produção de *Imaginando*. Para mim, foi reforçado o desafio de trilhar esse caminho e tratar cada uma dessas pessoas em sua dimensão incomum e histórico-social.

Assim, a escolha do tema, a definição do objeto de estudo e seu desdobramento me encaminharam para a priorização dos temas: Brasília no imaginário popular; a memória e a história de atores anônimos; a correspondência epistolar.

Ao longo da pesquisa, a conexão entre essas questões foi sendo construída e reafirmando as cartas como registros históricos expressivos para se observar como as pessoas “imaginam, representam, tematizam”³⁸ a capital do país em determinado momento histórico.

Mas de que representações, de que imaginário está se tratando? A quais atores da História se pretende dar visibilidade? Quem assina a carta, a quem se destina, o que nela se expressa e imagina? Quem leu essas cartas, quem as lê – quem pode lê-las? Quais as fronteiras entre o público e o privado, nessa comunicação à distância?

Para que, buscar e ler hoje essas cartas e, de certa forma, torná-las públicas em um trabalho acadêmico?

Essa questão me levou a buscas e viagens entre a história, a ética, a comunicação, a ciência, a ficção, o cotidiano de vida e da pesquisa. O permanente pertencimento do cotidiano da pesquisa ao cotidiano de vida me levou, inclusive, a transformar as fotos esparsas feitas pela janela de casa em *making of* da tese. O *fazer-se* foi uma conversa renovada com as próprias cartas, com os amigos, com antigos e recentes pesquisadores. Edward Thompson, Walter Benjamin, Sandra Pesavento, Ecléa Bosi, Castoriadis, Baczko, Câmara Cascudo, meu avô Antônio, foram desses pesquisadores-parceiros.

Reconheci pertinente a orientação que costumo passar para meus alunos, e que Lúcia Santaella³⁹ recomenda ao tratar dos passos de um projeto de pesquisa: “os temas têm tudo a

³⁸ Ver o item “registro da representação”, no Projeto **Itinerâncias Urbanas no Brasil – capitais migrantes, poderes peregrinos, representações nômades**, coordenado pela Professora Bárbara Freitag-Rouanet. UnB, Departamento de Sociologia, 2002. Disponível em <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/pip.html>. Acesso em 20.12.2002.

ver com a história de vida e, especialmente, com a história intelectual do pesquisador”. A própria avaliação da relevância e da pertinência do estudo é, portanto, balizada pela vivência do pesquisador, por suas referências e expectativas.

Brasília, cartas, a memória como um direito de todos, são assuntos que, para mim, há muito se entrelaçam como assunto, ação e afeição. Também muito se entrelaçam passado, presente e futuro, e para isso encontrei esperança e suporte em Walter Benjamin. Ao buscar aquela correspondência, não estava apenas me remetendo a “cartas antigas” ou a um passado estático. Pretendia buscar, no passado, representações de Brasília expressas por brasileiros há quarenta, cinquenta anos atrás, que, observadas agora, poderiam *iluminar* nosso presente e nossa história nesta cidade. Esperava, encontrando essa memória, “atualizar o passado”.

Imaginei que, no caso de Brasília, essa reconstrução do passado poderia ser de certa forma “redentora” de sua imagem, desgastada ao longo do tempo. São recorrentes, hoje, as associações desabonadoras à cidade, rotulando-a em representações de isolamento, incomunicação, corrupção, amplamente multiplicadas na mídia⁴⁰. Para essa “redenção” de imagem, parecia-me oportuno *iluminar* as histórias de personagens nem sempre visíveis na história da capital, e que, em seu cotidiano simples, foram construtores dessa história. A leitura atual e a re-significação dessas imagens, no presente, poderia se valer do imaginário expresso em momentos dos primeiros anos da construção da cidade.

Essa esperança justifica a escolha, para este trabalho, de cartas escritas ao Presidente da República por *peessoas comuns*, de todo canto do país, desde o início das obras de construção da nova capital – “meta-síntese” do Plano de Governo de Juscelino Kubitschek, em 1956, até pouco depois da inauguração de Brasília, em 1960.

Assim foi sendo construído, então, o objeto de estudo: o imaginário de *peessoas comuns* brasileiras sobre a nova capital, expresso em cartas escritas para o Presidente Juscelino Kubitschek, no período de setembro de 1956 a maio de 1960, enquanto forma de comunicação pública e privada.

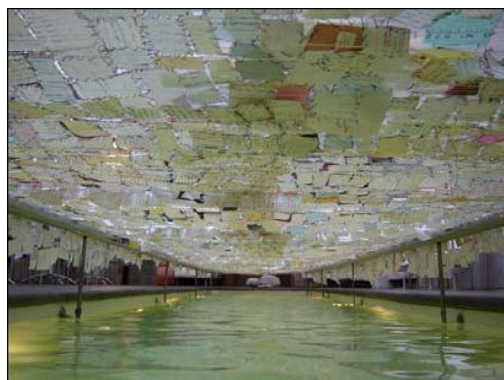
A construção vai se realizando ao longo de 7 capítulos, incluindo esta Introdução:

³⁹ SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001. Capítulo 4 – O projeto de pesquisa e seus passos.

⁴⁰ Lembrem-se, a respeito, menções feitas a Brasília em programas de TV, como fizeram Hebe Camargo e Daniella Cicarelli em 2005, ou referências em programas humorísticos, noticiários, filmes e em músicas como *Fdp*, de Gabriel O Pensador (1995), e depoimentos de parlamentares como Fernando Gabeira em janeiro de 2007.

1. **Introdução, ou um mosaico ilustrativo** – apresenta o *Imaginando a capital: cartas a JK*, seu objeto e trajetória.
2. **Tecendo tramas: procedimentos de pesquisa** – trata da metodologia de trabalho;
3. **Venho, por estas mal traçadas linhas...** – busca definir a noção de *carta* e delimita o universo de cartas analisadas.
4. **Desdobrando papéis: questões de ética** – discute questões éticas relativas ao tratamento do assunto.
5. **Brasil, capital Brasília** – caracteriza Brasília e sua história, a partir das informações a que temos acesso, especialmente pela mídia.
6. **Beija-flor no cerrado** – busca, nas cartas selecionadas, expressões do imaginário sobre Brasília nos tempos do início de sua construção.
7. **Cordiais saudações** – como despedida, alinham-se considerações sobre o imaginário expresso nessas cartas a JK, e sobre o processo de trabalho.

Imaginando inclui notas de rodapé, referências e anexos, obedecendo às normas brasileiras vigentes – da ABNT, e considerando-os não como secundários, mas sempre como integrantes do corpo texto-imagem da tese.



2. Tecendo tramas: procedimentos de pesquisa ¹

Em outubro de 2005 realizou-se em Buenos Aires o Primeiro Congresso Internacional de História Oral da República Argentina. Éramos cinco participantes de Brasília. Durante o Encontro, as apresentações e conversas traziam as questões da história, da identidade, da memória.

Nas ruas, as caminhadas e descobertas nos falavam de cotidiano e de trocas. E no Design Suites, nos aguardava a surpresa de morar, por uns dias, em uma mescla de Hotel e Galeria de Arte. Mais ainda: ali encontramos uma exposição que para mim, que venho me dedicando ao tema das cartas, me parecia mais que uma surpresa – era um convite sensível para pensar na arte presente nas teias, nas redes comunicativas...

Cobrando o espelho d'água do amplo saguão, estava *instalado* um “tapete” tecido com retalhos de manuscritos. Eram fragmentos de cartas, bilhetes, envelopes, mapas, receitas, costurados em uma trama visível de linhas coloridas. Dando suporte ao tapete, visível apenas para os inquietos ou curiosos, podia ser descoberta a estrutura de canos que se encaixavam nos cantos do espelho d'água e a rede que dava suporte ao tapete: ao longo de toda a extensão, sobre a água e partindo da estrutura de metal, fios de nylon se cruzavam, formando uma rede transparente que sustentava o tapete de recortes de papel. Abaixo, a água corrente, em movimento constante...

¹ Mariela Nadborny. Instalação na Galeria 5006. Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005. Fotos de Ivany Neiva: Detalhe do tapete de papel visto de cima; Instalação no espelho d'água, vista por baixo.

Nas paredes ao longo do saguão, dois espaços complementavam o tapete: em três caixas de madeira com divisórias, estavam empilhados, visíveis, outros retalhos – sugerindo que poderiam, um dia, ser tirados de lá para serem tecidos em novas composições. E, dispostos em um painel vertical, outros tantos formavam um desenho fixo, emoldurado.

O nome da autora aparecia em plaquinhas ao lado do espelho d'água, das caixas e do painel: Mariela Nadborny. No Catálogo da exposição, encontramos palavras suas sobre o sentido que atribui àquela trama de mensagens em papel: “coser para recordar, coser para olvidar...” Finaliza lembrando: “não temer a memória, somente deixá-la trabalhar. Despedir-se das palavras como objeto e umedecê-las no tempo da recordação”.

Dias depois, de volta a Brasília, navego pela internet em busca da artista. E a encontro como pesquisadora, participando de um Congresso sobre Educação e Saúde². Tinha apresentado, então, uma “abordagem terapêutica possível com pessoas surdas, por meio das artes plásticas e da linguagem de surdos – as artes plásticas entendidas como uma linguagem que habilita a possibilidade de comunicar”. Referia-se às “marcas que se expressam em sua própria linguagem, nos falam da singularidade de cada sujeito, de sua história e da possibilidade de representá-la”.

Recordo o tapete de cartas, e busco metáforas para falar das *estratégias metodológicas* para a construção dessa história do imaginário sobre Brasília, a partir de cartas para o Presidente: recortes de papel, fios que se entrelaçam, nós e tramas, suportes, movimento da história.

Pois então: ali estavam, na Galeria 5006, caixas de madeira contendo recortes aleatórios de papéis, como que convidando a tecer. Nas caixas do Arquivo Público do Distrito Federal, estavam e estão guardados os escritos de correspondência dos tempos do início da construção de Brasília, disponíveis para diferentes arranjos e leituras. Na Galeria, os papéis estão agrupados por tamanho; no Arquivo, encapados em processos, por data e assunto.

Na Galeria, era “dada a ver”³ uma trama de palavras e tempos, naquele tapete de recortes, tornados visíveis e sustentados pela discreta rede de fios transparentes que se apoiava nos suportes de cada canto. Nós podíamos apreciar os recortes, cada um e em seu conjunto. Já me imaginava de volta a Brasília, tecelã de um possível tapete de cartas.

² Mariela Nadborny. Entre la plástica y la lengua de señas: una experiencia clínica singular. Un análisis posible. Primer Congreso Internacional "Entre Educación y Salud". Córdoba, Argentina, 2001.

³ À expressão “dada a ler”, conhecida por ter sido usada por Roger Chartier (em *História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990), Sandra Jatahy acrescenta “dada a ver”, por exemplo no texto PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 27, n^o 53, jan.-jun., 2007. p.12 e passim.

E assim tem sido: tecido. Vários tapetes podem ser criados a partir das cartas do Arquivo Público, mas é sobre este que posso contar - este do qual fui me tornando tecelã. Além do visível, da materialidade dos papéis escritos, podem ser contadas as tramas que vão sendo tecidas, e as interpretações que vão sendo construídas.

Para além do tapete, e o sustentando, estão fios e suportes de interpretações. É o que os mestres vêm apontando e o que as cartas *sopram*. Para esse ofício, busco base e companhia na História e na Comunicação, e lembro Maffesoli: “É sempre dos bastidores da vida que a teoria olha o espetáculo social, ao mesmo tempo em que se esforça por soprar os papéis”⁴.

Em Thompson, o Edward, busco a *experiência* e o que ele disse há quase trinta anos:

[...] Nas margens do mapa, encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido. O que resta fazer é interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o conjunto de conceitos. Não há nenhum altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão.⁵

Penso no ofício do pesquisador, a quem cabe ver e “dar a ver” além do visível. Então, neste tapete de cartas, importa o visível da materialidade das cartas, importa o que nelas cada um pode ver, e a rede de significados e interpretações que se podem construir.

Importam os suportes que sustentam essa rede – no caso, as interpretações se sustentam no próprio processo histórico em que foram produzidas as cartas, nos encaminhamentos teóricos de quem nelas pensa, nos sentidos possíveis dessas linhas escritas.

Importam os suportes, as tramas, as pontes – também as pontes que sugerem e viabilizam passagens e entrelaçamentos de saberes. Em anotações da construção de projetos de Psicanálise, encontrei também indicações oportunas para construir interpretações sobre cartas, sobre imaginário, sobre imagens de Brasília:

[Myriam Uchitel] realiza uma extensa e criteriosa revisão bibliográfica, mas não transforma a teoria num conhecimento acadêmico, e por isso pode ir buscá-la na suas fontes e transformá-la, inventá-la. Sem ser dogmática faz aberturas, possibilita enganches, lança fios para que cada leitor prossiga com a própria trama. Redefinindo limites e ampliando horizontes, abre caminhos e às vezes enseja esperanças. Uma leitura mais atenta encontra-a construindo pontes, mas sabedora de que este é um artifício que não apaga as bordas, não re-cria a unidade mítica. Apenas, às vezes, permite passagem.⁶

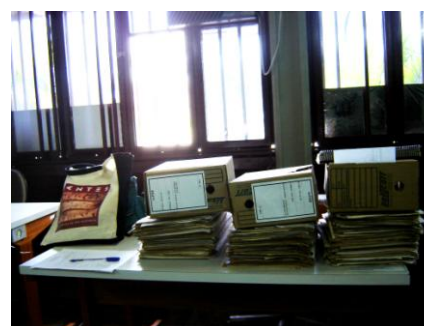
⁴ A propósito, busco base e companhia na História e na Comunicação, e lembro Maffesoli: Podemos dizer que “as cartas *sopram*

⁵ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. pg. 185.

⁶ CARDEAL, Rita. **Horizontes do Indizível**. Resenha de Myriam Uchitel. Além dos Limites da interpretação - Indagações sobre a técnica psicanalítica. São Paulo, Ed. Casa do Psicólogo, 1997, 160 p. <http://www2.uol.com.br/percurso/main/pcs19/artigo19101.htm>

Assim, importa buscar ferramenta, engenho e arte⁷ no processo de pesquisa. Tecer tramas é processo paciente, de vai-e-vem. Assim, contar sobre a metodologia é também um trabalho que se vai construindo ao longo do próprio contar. As escolhas dos caminhos metodológicos são, elas mesmas, processos em construção.

Lembro de histórias metodológicas que falam desse tempo de construção – de textos e das ferramentas de trabalho - e volto a uma delas: Câmara Cascudo conta que demorou quatro anos, de 1945 a 1949, para concluir o livro *Literatura Oral no Brasil* – “texto vagaroso, feito e refeito como renda de almofada”⁸.



Relembro também o que disse o violeiro e pesquisador Roberto Corrêa, quando lhe perguntamos “em quanto tempo tinha sido produzido seu livro *A arte de pontear viola*”⁹. A conversa era sobre o processo gráfico e sobre a gravação do cd que vinha encartado no livro, mas a resposta de Roberto remontou a todo o tempo da pesquisa: “ah, não passou de uns vinte anos...”¹⁰

E vale lembrar ainda a conversa¹¹, em junho de 2004, com o escritor e professor Juremir Machado – iniciada no Núcleo Bandeirante e na Universidade Católica de Brasília, e continuada por email três meses depois¹². O assunto era o longo processo de construção de seu então recém-publicado romance *Getúlio*¹³, e Juremir falava sobre o processo de pesquisa:

Uma pesquisa exige sorte, muita procura, semear constantemente (falar do tema para todo mundo, procurar pistas, buscar especialistas, ficar obcecado). Cada link remete para novas possibilidades e se vai somando tudo, pedindo mais, arriscando aqui e ali, encontrando coisas e pessoas inesperadas.

⁷ Mariela Nadborny. Instalação na Galeria 5006. Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005. Caixa de recortes; Caixas-arquivo e documentos de correspondência do Fundo Novacap. Mesa de trabalho na sala de pesquisa. Arquivo Público do DF, janeiro de 2007. Fotos: Ivany Neiva.

⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura Oral no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978. 2ª ed. Nota da segunda edição. p.11.

⁹ CORRÊA, Roberto. *A arte de pontear viola*. Brasília, Curitiba: Ed. Autor, 2000.

¹⁰ Conversa durante ensaio de Roberto Corrêa e Ary Pára-Raios para o espetáculo *Romances*. Brasília, 2001.

¹¹ A conversa rendeu um artigo: NEIVA, Ivany C.. Vozes de Getúlio. In: *ImagemN* (revista eletrônica), nº 1. <http://www.ucb.br/comsocial/imagemn1.htm>. Brasília, Universidade Católica de Brasília. 2005.

¹² SILVA, Juremir Machado. **Re: continuando a conversa de Brasília sobre o tal artigo**. Mensagem recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 31.10.2004.

¹³ SILVA, Juremir Machado. *Getúlio*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Não tem começo nem fim, tudo se enovela e, quando menos se espera, encontra-se uma grande novidade. Foi assim comigo: lancei a rede e fui pescando coisas pelo caminho...

Assim é que aqui em *Imaginando*, vale contar tanto sobre os achados, como sobre os caminhos trilhados. Nesses caminhos, vale contar sobre os tempos, os espaços, as pistas, as cartas, a cidade, as interpretações.

2.1 Os tempos, os espaços

O número 53 da Revista Brasileira de História tem como tema *Cidades*. No texto de abertura, Sandra Pesavento retoma a expressão *cronotopos*, utilizada por Bakhtin quando trata da leitura do tempo e do espaço, e se apropria dela para falar das cidades como *unidades de tempo e de espaço*:

a cidade é sempre um lugar no tempo, na medida em que é um espaço com reconhecimento e significado estabelecidos na temporalidade; ela é também um momento no espaço, pois exige um tempo materializado em uma superfície dada.¹⁴

E assim é vista Brasília, em *Imaginando*: imaginada no presente e nos tempos de início de construção. Esse seu passado recente é visto a partir de hoje – estamos no “futuro” daqueles que escreveram cartas sobre a então “futura capital” que se construía; o passado *se faz presente*, como lembra Beatriz Sarlo¹⁵. Mas a história desse passado visto de hoje é, também, “a história de um passado aberto, inconcluso, capaz de promessas”, como diz Ecléa Bosi em “A luz de estrelas remotas”, *sob o signo de Benjamin*¹⁶. Prossegue Ecléa, lembrando aspectos oportunos (que grifei para os destacar) para quem se propõe a pensar em tempo histórico e em imaginário:

Não se deve julgá-lo [o passado] como um tempo ultrapassado, mas como um universo contraditório do qual se podem arrancar o sim e o não, a tese e a antítese, o que teve seguimento triunfal e o que foi truncado¹⁷.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatayh. Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jan.-jun., 2007. p.15.

¹⁵ SARLO, Beatriz. **Tempo passado** – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p.10.

¹⁶ BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.31-35. Ecléa Bosi, ao tratar da *substância social da memória* (p.13-43), trata a memória *sob o signo de Bergson* e *sobre o signo de Benjamin*.

¹⁷ Idem, p.32-33.

Por isso (e também pelo prazer de contar casos...), as histórias do espaço e do tempo de Brasília não vão seguir, aqui, uma linearidade temporal. Não é o tempo cronológico, mas as temporalidades históricas que vamos buscar, entre rastros e vestígios das trajetórias de pessoas que sonharam viver no Distrito Federal, ou que para aqui vieram.

Buscando evitar “lacunas entre o passado e o futuro”, como dizia Hanna Arendt¹⁸, “precisamos pacientemente observar o que está submerso – os sentidos do passado expressos nos significados das datas e a coexistência dos tempos [...]” – recomenda Cléria Botelho da Costa¹⁹.

Nessa observação e nessa busca, aqui os tempos se mesclam, nas imagens expressas nas cartas escritas para Juscelino entre 1957 e 1960, nas notícias e crônicas de jornais recentes. Como veremos adiante, vamos *desdobrar* cartas que são marcas de tempo – do tempo em que Brasília, a nova capital do Brasil, começa a se transferir dos traços do plano piloto de Lúcio Costa para a realidade concreta das terras do Planalto Central. A definição do que vai ser entendido como *carta* (como marca do tempo, conversa à distância, narrativa, meio de comunicação), a decisão sobre quais remetentes e quais destinatários serão considerados, os caminhos das interpretações a serem construídas, tudo isso foi objeto de trabalho e é partilhado ao longo do texto.

Reconheço o alerta que nos faz Ecléa Bosi, de que “[...] o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas”²⁰. Busco esse cuidado todo o tempo, e é ao longo do texto, e não em capítulos específicos de *referenciais teóricos*, que vão ser convidados a participar dessa história os mestres e pesquisadores da História Cultural, da Comunicação, da Literatura. Eles virão à medida que as cartas os forem convocando.

São Brasília e seus moradores o mote e a razão deste *Imaginando*. E reconheço o direito que temos – moradores, leitores – de nos situarmos em relação à capital e aos rumos que vem tomando Brasília ao longo de seus 48 anos de existência como cidade, e quase 300 como idéia e proposta.

Para falar dessa trajetória, a opção foi colocar nós mesmos como receptores de informação, e para isso selecionei trechos de textos publicados em jornais e revistas, nos últimos oito anos, sobre Brasília.

¹⁸ ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 6ª ed. passim. Citada em COSTA, Cléria Botelho da. Apresentação. In: _____, org. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p.8.

¹⁹ COSTA, Cléria Botelho da. Apresentação. In: _____, org. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p.8.

²⁰ BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p.49.

Foram escolhidos, como fonte de informação histórica e veículo de *comunicação do imaginário*, principalmente, reportagens e crônicas publicadas no jornal Correio Braziliense, e também em outros jornais publicados no DF (como o Jornal de Brasília e a Tribuna do Brasil), em outras cidades (como Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Diário de Pernambuco, O Estado de Minas), bem como em revistas de circulação nacional (Veja, Época, Isto É).

Ao longo do *Imaginando*, fomos construindo diálogos entre esses recortes sobre a vida em Brasília desde 2000, e entre eles e as cartas escritas para JK nos tempos do início da construção.

A leitura desse material recente, em diálogo com aquele mais antigo, das cartas, trouxe a atenção para a composição do corpus da tese, que inclui textos de mídia impressa. Para isso, buscamos fundamentação em autores que vêm reconhecendo a proximidade das áreas de conhecimento e atuação da Comunicação e da História.

É o caso de Robert Darnton, que tão bem conhecemos pelo seu clássico **O grande massacre dos gatos**²¹. Ocorre que Darnton trabalhou como repórter no New York Times²², e a partir dessa experiência construiu interessantes interpretações a respeito do exercício de jornalista e da realização de uma história social e cultural da comunicação impressa²³.

É o caso, também, de autores brasileiros como Marialva Barbosa, que defende a construção de uma história dos sistemas de comunicação e, ao falar de uma “história da imprensa como história cultural”, lembra que “as fontes não são documentos reais que contêm verdades” e que a história possibilita a reconstrução “do tempo de ontem”²⁴.

2.2 Em busca de cartas

Busco o imaginário de *pessoas comuns* e trabalhadores brasileiros sobre a capital, a partir do que eles expressam em cartas para o Presidente JK. Por terem essa característica de pessoas não-famosas, esses missivistas, por vezes, não são objeto de cuidados especiais de

²¹ DARNTON, Robert *O grande massacre dos gatos*. São Paulo: Graal, 1989.

²² A propósito, ver **Aos futuros jornalistas**, n <http://fimdasinapse.blogspot.com/2005/07/aos-futuros-jornalistas.html>. Acesso em 31.08.2007.

²³ É o caso de DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia das Letras, 1990. Especialmente o capítulo *Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica* (idem, p.70-97).

²⁴ BARBOSA, Marialva. **Como escrever uma história da imprensa?** Em: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. GT História do Jornalismo. Florianópolis, abril de 2004. Acessível em http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/marialva_barbosa.doc. Acesso em 31.08.2007.

guarda e arquivamento de sua correspondência. Nesse caso, porém, o status do destinatário levou a que, juntamente com outros documentos, livros e pertences, muitas das cartas que Juscelino recebeu tenham sido preservadas.

Trata-se, na maior parte, de correspondência *passiva*²⁵, da qual só se tem conhecimento da carta do emissor, e não de sua eventual resposta.

Exceto poucas cartas obtidas junto a particulares, foi no Arquivo Público do Distrito Federal que buscamos a correspondência para Juscelino. E, ao longo da pesquisa, foram feitas consultas junto ao Memorial JK, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a bibliotecas públicas e particulares, em especial à Biblioteca da Câmara dos Deputados.

a) Arquivo Público do Distrito Federal e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil / Novacap

A Novacap foi criada em setembro de 1956, pela mesma lei que dispôs sobre a transferência da capital para o Planalto Central. Além de cumprir seus objetivos diretamente voltados à construção e urbanização de Brasília, a Novacap prestou um importante serviço à preservação da memória da cidade, tanto na divulgação de informações²⁶ quanto no arquivamento de documentos da época. A partir de 1983, o Governo do Distrito Federal tornou permanente a documentação acumulada pela empresa, transferindo-a para o Arquivo Público do Distrito Federal, em 1987. Ali, está reunida no Fundo Novacap²⁷.

²⁵ São raros os casos em que se tem oportunidade de conhecer a memória do diálogo epistolar, mas há iniciativas bem sucedidas de reunir e cotejar cartas de *ida e volta*. Recentemente, por exemplo, foi publicada a correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade:

FROTA, Leila Coelho. **Carlos e Mário** – correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. São Paulo: Bem-te-vi Produções, 2003.

²⁶ “No artigo 19 da mesma Lei [de criação da Novacap] consta a obrigatoriedade da divulgação mensal de todos os atos da diretoria, o que ocasionou o surgimento da Revista Brasília, editada a partir de janeiro de 1957, hoje rica fonte de fatos, fotos e documentos históricos de nossa Capital”.

Site <http://www.novacap.df.gov.br/historia.htm>.

²⁷ O Fundo Novacap é considerado “de relevância para a História e para a Memória do Brasil” (decisão do Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, da Unesco. 11.09.2007). Foi classificado como um dos dez vencedores, no Brasil, da Nominção no Registro Nacional desse Programa. Informação disponível em <http://www.arpdf.df.gov.br/>. Notícias. 17.09.2007. Acesso em 08.03.2008.

Além do Fundo Novacap, o acervo do Arquivo Público reúne documentos, fotos, filmes, depoimentos gravados, livros e periódicos referentes à história da capital. Foi em busca do nº. 1 da Revista Brasília – o Arquivo dispõe da coleção completa, e a está digitalizando - que lá estivemos no dia 14 de março de 2008, e assim participamos da comemoração dos 23 anos de sua criação. Lá estava Walter Mello²⁸, então homenageado como seu fundador, ex-diretor e atual assessor.



Foi então lembrada a fundação do Arquivo Público em 1985²⁹, e sua atribuição de recolher "tanto a documentação de valor permanente produzida pelo Governo do Distrito Federal, quanto a documentação de caráter privado quando o acervo for considerado relevante para a história do Distrito Federal e não houver outra solução viável para a sua preservação"³⁰.

A correspondência enviada para o Presidente Juscelino Kubitschek e para a presidência da Novacap no período de 1957 a 1961 está arquivada no Acervo Textual do Fundo Novacap, “aberto sem restrição” ao público.

b) Memorial JK

O Memorial JK foi fundado em abril de 1980 e tem como foco a trajetória pessoal e política de Juscelino Kubitschek. Além de se responsabilizar pelo espaço do museu e pela organização de eventos, o Memorial tem como atribuição a guarda de documentos do Presidente, inclusive o acervo pessoal de cartas incorporado ao Fundo Juscelino Kubitschek.

Em 2002, quando se comemorava o centenário de nascimento de JK, mantive contato com Cirlene Ramos Luciano, Diretora do Departamento Cultural e de Eventos do Memorial JK, ao qual estão vinculadas a biblioteca, aberta ao público, e o acervo pessoal do Presidente. Além do interesse de manter contato com a Diretora em decorrência da função que exerce, seu depoimento é importante por ter convivido com o casal Kubitschek desde sua volta do

²⁸ Luís Mendonça, atual Superintendente do Arquivo Público, em homenagem a Walter Mello, fundador. Arquivo Público do DF. Brasília, 14.03.2008 (23 anos da fundação). Foto: Ivany Neiva.

²⁹ Decreto nº 8.530, de 14.03.1985. A Lei nº 2.545, de 28.04.2000, dispõe sobre a proteção dos documentos de arquivos públicos, definindo o ArPDF como instituição arquivística pública do Poder Executivo e colocando-o como órgão central do Sistema de Arquivos do Distrito Federal – SIARDF.

³⁰ Artigo de Edilenice Passos (mestre em Biblioteconomia e Documentação e Chefe do Serviço de Apoio Técnico da Consultoria Legislativa, Senado Federal) acessado em 06.01.2003, no site **Debater** (<http://www.debater.org.br>).

exílio, em 1967. Professora primária no Rio de Janeiro, foi contratada inicialmente como secretária pessoal de D. Sarah, e “com o passar do tempo a eficiente Cirlene passou também a atender JK”³¹, inclusive cuidando de sua correspondência à época, e de documentos anteriores, que “necessitavam de organização, depois de tantos anos de mudança de casa e até de país”³².

A Diretora recordou-se especialmente da existência de cartas escritas para JK na época do exílio (“as pessoas tinham medo de comentar os acontecimentos políticos, mas tinham fé que o Presidente voltaria e ainda ia morar de novo em Brasília”), e contou que acompanhava o recebimento de correspondência depois da volta ao Brasil.

Informou que algumas cartas foram publicadas³³, principalmente as escritas por JK a amigos próximos ou correspondentes eventuais, que as guardaram e posteriormente se dispuseram a torná-las públicas. Lembrou-se que a procuraram pesquisadores interessados no assunto (busca na biblioteca um exemplar de dissertação e, não o encontrando, comenta as dificuldades em se manterem organizados os arquivos).

Colocou-se à disposição para auxiliar na pesquisa de fontes e, embora se considerasse mais familiarizada com a correspondência do Presidente “com pessoas ilustres – escritores, políticos, jornalistas”³⁴ -, julgou importante recuperar as cartas escritas “por gente humilde, com quem o Dr. Juscelino sempre se preocupou. Ele ficava emocionado quando se lembrava dessas pessoas”³⁵ e, quando voltou ao Brasil, ficava “muito preocupado com o futuro do Brasil, com a segurança do povo brasileiro que ele tanto amava”³⁶.

c) Arquivo Nacional – Coordenação Regional no Distrito Federal

Vinculado à Casa Civil da Presidência da República, o Arquivo Nacional mantém uma Coordenação Regional no Distrito Federal. Entre suas atribuições, desenvolveu o Convênio de Cooperação Técnica Arquivo Nacional / Memorial JK, que resultou na organização do Fundo Juscelino Kubitschek³⁷.

³¹ A CORREIO DE BRASÍLIA. **A fiel secretária dos Kubitschek**. 30.09.2002. Entrevista. p.3.

³² Entrevista com Cirlene Ramos. Memorial JK, dezembro de 2002.

³³ Há cartas, por exemplo, em livros do próprio JK, como:

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

O Memorial JK publicou **A última carta**, reproduzindo correspondência entre JK e sua amiga Vera Brandt.

Há publicações em que a correspondência pessoal com o Presidente é tornada pública, como:

DONATO, Palmerinda. **JK – o homem dos três emes**. Brasília: Royal Court, 1997.

³⁴ Entrevista com Cirlene Ramos, op. cit.

³⁵ idem

³⁶ **A fiel secretária dos Kubitschek**, op.cit.

³⁷ O acervo é descrito na publicação: Arquivo Nacional (Brasil). **Fundo Juscelino Kubitschek**: inventário sumário / Arquivo Nacional, Coordenação Regional no Distrito Federal. Brasília: O Arquivo, 2004.

O Fundo JK compõe-se das Seções Textual, Cartográfica e Iconográfica. A Seção Textual, organizada no Arquivo Nacional sob a responsabilidade de Carlos Marx Gomide de Freitas, dispõe de 7,22 metros lineares de documentação textual, da qual duas séries abrigam correspondência para o Presidente – Série Vida Pessoal e Série Produção Intelectual.

A partir de sua organização pelo Arquivo Nacional, o Fundo Juscelino Kubitschek passou à guarda do Memorial JK.

d) Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal

Certamente, o mais precioso patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (fundado em 1964) é constituído pelo trio nonagenário que participou da construção de Brasília e dali participa, hoje:

- Affonso Heliodoro dos Santos – Bacharel em Direito e Coronel da Reserva, é o atual Presidente do Instituto. Conviveu com JK como amigo e auxiliar próximo, durante mais de vinte e cinco anos³⁸, contados desde suas atividades no Governo de JK em Minas Gerais até os tempos da Chefia de Gabinete na Presidência da República (quando coordenou o Programa de Metas), à mobilização do movimento JK-65, ao exílio, retorno ao Brasil e morte de Juscelino. Mais tarde fundou e dirigiu por muitos anos o Memorial JK.
- Raimundo Nonato da Silva - Jornalista, atual Vice-Presidente do Instituto. Foi Chefe da Divulgação da Novacap, e nessa condição acompanhou de perto a recepção de cartas para o Presidente Juscelino e sua equipe, bem como as providências para que fossem respondidas. Foi redator da Novacap e Diretor da Revista Brasília.
- Ernesto Silva – Pediatra e militar, foi o segundo presidente do Instituto e atualmente integra seu Conselho Consultivo. Participou dos estudos prévios para a construção de Brasília, na Comissão de Localização da Nova Capital Federal, de 1953 a 1955, e na Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, em 1956. Participou da primeira diretoria da Novacap, entre 1956 e 1961.

³⁸ “Sou de Diamantina, a terra do Presidente, e fui aluno de D.Júlia. Mas esse tempo não conta como de ‘convivência’, porque a diferença de idade, naquele tempo, importava. São 14 anos de diferença, então lá em Diamantina eu era menino e Juscelino já era adolescente”. Conversa com o Coronel Affonso Heliodoro. Brasília, fevereiro de 2008.



Nas fotos acima³⁹, tendo como cenário o Instituto, fica marcada a vinculação dos três à capital e ao Presidente Juscelino.

Na biblioteca especializada e na hemeroteca do Instituto, foi possível *acompanhar* histórias da construção de Brasília, pelas pesquisas disponíveis e pelo material publicado em revistas e jornais. Esse *acompanhamento* foi enriquecido pelas consultas ao acervo audiovisual e pelas visitas à mostra permanente de fotografias e objetos⁴⁰, bem como pelas conversas com quem participa de palestras e cursos ali realizados, a exemplo dos ministrados dentro do programa educacional que desde 1990 o Instituto desenvolve em parceria com a Secretaria de Educação do DF.

e) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – os Correios

A pesquisa sobre cartas de trabalhadores suscitou curiosidade sobre a evolução da correspondência escrita no Brasil. Inicialmente, a curiosidade se voltava à existência, ou não, de informações sobre o assunto. E o contato com os responsáveis pelo Projeto de Gestão Empresarial e pelo Departamento Operacional de Cartas⁴¹ revelou uma fonte interessante e atualizada.

Com efeito, há levantamentos sistemáticos sobre o tráfego de “mensagens em papel” (que incluem cartas, impressos, telegramas, malote, reembolso postal), que permitem a construção de séries históricas sobre esse movimento de correspondência.

Por outro lado, vêm sendo desenvolvidos estudos no sentido de atualizar o perfil da empresa, com a implantação de projetos digitais, ligados à internet, e de formação de

³⁹ 1) Coronel Affonso Heliodoro dos Santos, ao lado de sua mesa de trabalho, no Instituto Histórico e Geográfico do DF. Ao fundo, uma foto de Heliodoro com o Presidente, nos anos 50, e a reprodução de uma carta dos tempos do exílio (datada de Paris, julho de 1964). Foto de Ivany Neiva, fevereiro de 2008.

2) Professor Nonato Silva e Doutor Ernesto Silva durante evento no Instituto, tendo ao fundo uma foto do Presidente. Foto de Ivany Neiva, novembro de 2004.

⁴⁰ A propósito, vale ressaltar que dispomos, no Distrito Federal, de valioso acervo sobre o período inicial da construção de Brasília no Museu Vivo da Memória Candanga e no Museu do Catetinho.

⁴¹ Entrevista com o antropólogo Alex Magno Gomes da Silva, do Projeto Gestão Empresarial, e Ângelo Saraiva Donga, assessor da Diretoria de Operações da ECT. Dezembro de 2002.

profissionais especializados. Foram iniciados, em dezembro de 2002, os trabalhos da Universidade Correios – Unico, em Brasília, em cujo campus passou a funcionar também o Museu Postal. A Unico abriga biblioteca especializada e acervo de estudos sobre temas voltados à história dos Correios e da correspondência no Brasil, considerando-se a *carta* como um dos *objetos postais* com que a empresa trabalha.

2.3 Cartas, em caixas-arquivo de *correspondência*

A partir dos levantamentos iniciais, a opção foi delimitar o foco da pesquisa no período do primeiro mandato de JK o que, portanto, nos levou ao acervo de cartas do Arquivo Público do Distrito Federal, originárias do Fundo Novacap.

Por se tratarem de documentos escritos, o primeiro *endereço* de pesquisa foi o Acervo Textual. Ali, foram buscadas as *caixas de correspondência*. Ali, podem ser encontradas cartas para o Presidente Juscelino Kubitschek, entre a correspondência classificada como da “presidência [da Novacap]”.

Esse acervo específico de Correspondência (NOV.B.03) compõe-se de 11 caixas-arquivo, sendo 3 delas destinadas à correspondência interna da Novacap, e 8 à correspondência externa, na qual se incluem as cartas pessoais.

Para saber mais sobre o assunto, podemos encontrar informações no Guia do Arquivo Público do DF. O Fundo Novacap – Acervo Textual – Correspondência da Presidência, NOV.B.03, é constituído de 11 caixas-arquivo de “*cartas*, telegramas, ofícios, radiogramas, exposições de motivos, memorandos, pareceres, portarias, minutas, requerimentos, atestados, conhecimentos (fretes aéreos e ferroviários), despachos e ordens de serviços”⁴². Contém “códices e correspondências avulsas, expedidas e recebidas entre a Presidência da República, Presidência da Novacap e Direção da Novacap, entidades públicas e privadas e pessoas físicas, brasileiras e estrangeiras”⁴³.

⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Diretoria de Arquivo Permanente. Instrumento de Busca. Inventário. Fundo Novacap. Brasília, s.d.

⁴³ GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público do Distrito Federal. **Guia do Arquivo Público do Distrito Federal**. Brasília, 2004. 5ª edição, revisada e aumentada. . Fundos Documentais.

Quadro I

Fundo Novacap
Acervo Textual / Correspondência
Período: setembro de 1956 a maio de 1960

código NOV.B.03



Total: 11 caixas

Correspondência interna da Novacap: 3 caixas

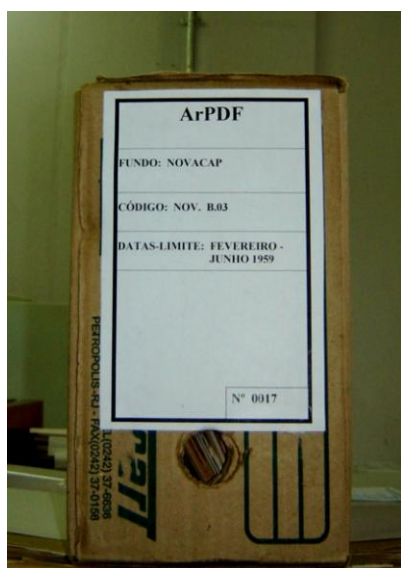
Correspondência externa: 8 caixas

Fundo Novacap – Acervo NOV.B.03 correspondência externa	
nº. da Caixa	período
1) 0014	setembro 1956 a dezembro 1957
2) 0015	janeiro a agosto 1958
3) 0016	dezembro 1958 a fevereiro 1959
4) 0017	fevereiro a junho 1959
5) 0018	julho a setembro 1959
6) 0019	outubro, novembro 1959
7) 0020	dezembro 1959
8) 0021	março a maio 1960

Para se estimar a quantidade de documentos guardados no Acervo Textual, é necessário lembrar que a medida utilizada nos Arquivos é de comprimento: o metro linear. São geralmente medidas as lombadas das caixas-arquivo, considerando-se, como padrão, a medida de 0,14m. Assim, chega-se à informação de que o Acervo Textual ali reunido *mede* 458,08 metros lineares de documentação textual.



Sala de pesquisa do Arquivo Público do DF
Caixas-arquivo, documentos



0,14m

Medida padrão: metro linear

Referência: lombada das caixas-arquivo
(0,14m)

Fundo Novacap

Acervo Textual: 458,08 metros lineares de documentação textual

Correspondência: 11 caixas

interna: 3 caixas

externa: 8 caixas



1,12 metros lineares

Considerando que o interesse, aqui em *Imaginando*, volta-se àquelas 8 caixas de correspondência externa, chega-se à *medida* de 1,12 metros lineares de correspondência - que vão revelando o imaginário de trabalhadores sobre Brasília.

Portanto, a pesquisa de *Imaginando* transita entre caixas-arquivo e novas caixas que se vão construindo a partir das descobertas *sopradas* pelos velhos papéis.

Outras pesquisas sobre correspondência apontam que “escrevem-se e mandam-se cartas pelos motivos mais variados: conversar, seduzir, desabafar, agradecer, pedir, segredar, informar, registrar, vender, comprar, desculpar e desculpar-se, falar da vida; (...) São escritas a mão, datilografadas ou digitadas, pessoais – íntimas ou familiares – de cunho político ou comercial, trocadas entre amigas e amigos, entre pais e filhos, entre patrões e empregados, entre intelectuais, entre pessoas comuns...”⁴⁴.

Em seu ensaio sobre a correspondência de Oliveira Vianna⁴⁵, Giselle Martins Venâncio organiza uma tipologia dos documentos do acervo, caracterizando seis tipos distintos, divididos em três grupos: do primeiro grupo fazem parte cartas expressivas de suas relações de amizade e de prestígio político (correspondência social, correspondências que tratam de assuntos políticos); o segundo grupo é formado pela correspondência referente às atividades cotidianas do escritor (cartas para aquisição de bens materiais, correspondências sobre assuntos cotidianos); o terceiro grupo é caracterizado como “de troca intelectual” (cartas que se referem a questões intelectuais, cartas de agradecimento).

Também Ivana Bentes explicita os critérios que utilizou para a seleção e montagem das *cartas ao mundo*, de Glauber Rocha: “que se tratassem de cartas conceituais, nas quais Glauber expõe, desenvolve, apresenta idéias; que fossem cartas onde se pudesse vislumbrar a gênese de projetos, filmes, livros, obras, realizados ou não; que se enfatizassem as cartas em que Glauber se auto-analisa [...]; que se privilegiassem cartas que indicam momentos decisivos de sua vida e pensamento [...]; que as cartas retraçassem o ‘mapa’ de sua vida [...]; enfim, que essas cartas, ‘dramaturgia do real’, restituíssem o fulgor de uma vida.”⁴⁶

No caso de *Imaginando*, o capítulo *Venho por estas mal traçadas linhas* é dedicado à delimitação da noção de carta e, sempre em diálogo com os acervos de correspondência para Juscelino, os passos seguintes foram sua caracterização em termos de quantidade de documentos, remetentes, destinatários, assuntos tratados.

⁴⁴ BASTOS, Maria Helena Camara Bastos, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, op. cit.

⁴⁵ VENÂNCIO, Giselle Martins. “Sopros inspiradores” Troca de livros, intercâmbios intelectuais e práticas de correspondência no arquivo privado de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Maria Helena Camara Bastos, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, orgs. op.cit.

⁴⁶ ROCHA, Glauber. *Cartas ao mundo* / Glauber Rocha; organização Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Foram identificados e analisados 1258 documentos classificados como *correspondência* no Fundo Novacap do Arquivo Público do DF e, em relação a eles, registrados a origem da remessa e os destinatários, mantendo-se a classificação já adotada pelo Arquivo quanto ao período de entrada do documento na Novacap.

Tabela I
Correspondência – Fundo Novacap, segundo origem dos documentos remetidos
(1956 a 1960)

origem dos remetentes	caixas-arquivo / períodos								total de documentos	
	caixa 14 set. 1956 / dez. 1957	caixa 15 jan.-ago. 1958	caixa 16 dez. 1958 / fev. 1959	caixa 17 fev.-jun. 1959	caixa 18 jul.-set. 1959	caixa 19 out.-nov. 1959	caixa 20 dez. 1959	caixa 21 mar.-maio 1960	n.º	%
AM	1	-	-	-	-	-	-	-	1	0,08
PA	1	-	-	1	-	-	-	-	2	0,15
RO	-	-	-	-	-	1	-	-	1	0,08
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	1	-	1	1	-	1	1	-	5	0,4
BA	3	1	1	2	4	1	1	2	15	1,2
CE	1	1	-	3	3	-	-	2	10	0,8
MA	-	-	-	1	-	1	-	-	2	0,15
PB	-	2	-	-	1	-	1	-	4	0,3
PE	1	1	1	3	2	1	5	-	14	1,2
PI	-	1	-	-	1	-	-	-	2	0,15
RN	-	1	3	-	1	1	-	1	7	0,6
SE	-	-	-	-	-	1	1	-	2	0,15
ES	-	2	-	1	3	1	-	3	10	0,8
MG	27	22	11	22	17	14	7	20	140	11,1
Rio de Janeiro/DF	52	57	41	69	41	33	27	24	344	27,3
RJ	1	4	2	8	3	5	1	7	31	2,5
SP	22	19	20	21	25	10	17	13	147	11,7
PR	-	2	1	3	1	3	1	1	12	0,9
RS	1	5	2	2	-	1	11	7	29	2,3
SC	-	-	-	2	1	4	1	-	8	0,6
Brasília/novo DF	5	21	24	29	24	33	18	26	180	14,3
GO	18	20	15	14	21	10	5	5	108	8,6
MT	2	2	-	-	1	-	1	-	6	0,47
Exterior	23	38	4	28	13	22	8	16	152	12,1
sem informação	4	13	-	-	-	-	9	-	26	2,1
221TOTAL	163	212	126	210	162	143	115	127	1258	100,0

Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Novacap. Acervo NOV.B.03.

Tabela II
Correspondência – Fundo Novacap, segundo destinatários
(1956 a 1960)

destinatários	caixas-arquivo / períodos								total de documentos	
	caixa 14 set. 1956 / dez. 1957	caixa 15 jan.- ago. 1958	caixa 16 dez. 1958 / fev. 1959	caixa 17 fev.- jun. 1959	caixa 18 jul.- set. 1959	caixa 19 out.- nov. 1959	caixa 20 dez. 1959	caixa 21 mar.- maio 1960	n°.	%
JK	30	75	22	41	37	8	15	29	257	20,4
Israel Pinheiro	109	104	79	149	108	118	90	67	824	65,5
Novacap (geral)	9	17	16	7	6	9	6	21	91	7,2
Sarah K.	-	-	-	-	5	3	1	1	10	0,8
Márcia K.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maristela K.	-	-	-	-	-	-	1	-	1	0,08
Jango	1	-	-	-	-	-	-	3	4	0,3
outros	4	16	7	1	1	2	2	3	36	2,9
sem informação	10	-	2	12	5	3	-	3	35	2,8
TOTAL	163	212	126	210	162	143	115	127	1258	100,0

Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Novacap. Acervo NOV.B.03.

Quanto à origem da correspondência remetida, foi considerada a informação declarada pelo remetente no próprio cabeçalho da carta, como usualmente acontece: *local* (geralmente, o nome da cidade), *data*. Para compor o Quadro I, agrupamos esses locais segundo a Unidade da Federação de origem, de acordo com a divisão geográfica brasileira então vigente. Para contextualizar aquele momento de transição entre a capital localizada no Rio de Janeiro, e Brasília, a nova capital em construção, identificamos a primeira como Rio de Janeiro/DF e a segunda como Brasília / novo DF.

É do Rio, então Distrito Federal, que chega a maior parte da correspondência, especialmente até meados de 1959. Isso não é de estranhar, considerando-se sua condição de capital e de sede da Novacap, o que certamente possibilitava maior acesso das pessoas às notícias sobre a construção e sobre a mudança da capital. Em segundo lugar, estão as cartas vindas do novo DF, da própria capital em construção, especialmente no final de 1959, quando já muitos migrantes aqui se fixavam e buscavam encaminhar suas vidas. A propósito, observa-se que, entre as cartas guardadas no Fundo Novacap, predominam as que foram escritas no início da construção (de 1956 a 1958), e aquelas do ano de 1959.

Entre outras origens da correspondência, destaca-se o interior de São Paulo, a terra de JK – Minas Gerais –, o vizinho Goiás, e vários países em busca de informações sobre Brasília. Do Sul, eram do Rio Grande do Sul muitas das cartas. Do Nordeste, a maior parte delas chegava da Bahia, do Ceará e de Pernambuco.

Constam como “sem informação” documentos que não tiveram o local de origem registrado pelo remetente no próprio corpo da carta, ou outros em que o registro se perdeu, por algum motivo (há cartas em que falta, ou ficou ilegível, algum trecho do texto).

Quanto aos principais destinatários, mais uma vez é necessário levar em consideração que o acervo onde estão essas cartas tem origem na Novacap, então presidida por Israel Pinheiro. Como se vê no Quadro II, é para ele que se destina a maior parte da correspondência: 65,5 %. Outros dirigentes da Companhia também receberam pedidos e consultas, chegando a cerca de 7% do total. Para o Presidente Juscelino, destinava-se apenas cerca de 1/5 da correspondência. A esse grupo podemos acrescentar cartas escritas para seus familiares (especialmente para D.Sarah, a primeira-dama) e para o Vice-Presidente João Goulart (talvez mais como *herdeiro* de Getúlio Vargas, e militante do PTB, do que como Vice).

Entre os aqui considerados “outros” destinatários, em quase igual número dos “sem informação”, estão Ministros de Estado, deputados estaduais, empresários, representantes

diplomáticos. A falta de informação tem razões semelhantes às aquelas relativas ao local de origem das cartas.

Embora não tenha construído quadros ou tabelas específicas sobre o assunto, observei que homens e mulheres escreviam cartas a Juscelino e aos demais destinatários que identificamos. A maioria era de homens (cerca de 80%). Observamos que a maior parte da correspondência de teor oficial se dirigia a Israel Pinheiro e, as cartas pessoais, ao Presidente JK, que também era o mais procurado, juntamente com D.Sarah, pelas correspondentes femininas.

O passo seguinte foi selecionar, desse acervo de 1258 documentos de *correspondência*, aqueles que consideramos como *cartas de pessoas simples para o Presidente Juscelino*, conforme definição construída no capítulo *Venho, nestas mal traçadas linhas*.

2.4 Cartas, em novas caixas: sobre o que se imaginava, da nova capital

Como foi visto anteriormente, essas cartas para JK e sua equipe hoje são *públicas* por estarem disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, e para lá foram encaminhadas por fazerem parte do Fundo Novacap. Nesse acervo, minha primeira atenção foi para as caixas registradas como NOV.B (Fundo Novacap, Presidência), e foi a partir desse acervo que inicialmente caracterizei a correspondência segundo origem e destinatários, para em seguida proceder à seleção de cartas a serem analisadas.

A seleção não teve critérios estatísticos nem quantitativos, e sim qualitativos, a partir do interesse em verificar como aquelas pessoas simples, que escreveram ao Presidente Juscelino Kubitschek no período de início da construção de Brasília, expressavam nessas cartas o que pensavam sobre Brasília – como a imaginavam, o que esperavam da vida que lhes era oferecida aqui.

Certamente, não foi esse o critério que presidiu o recolhimento de documentos classificados como *correspondência* no Fundo Novacap: como se viu, ali estão reunidos documentos variados, desde registros administrativos até cartas oficiais – e, inclusive, correspondência remetida por essas *pessoas simples*, tanto para o Presidente, como para seus auxiliares e pessoas próximas. Foram essas cartas que constituíram nosso foco de análise.

Portanto, não foi definido um número-limite para a seleção, nem uma proporção entre “universo de correspondência” e “cartas selecionadas”. Após o levantamento dos 1258 documentos, considerei 82 deles adequados para a análise, segundo os critérios definidos.

A busca da condição *simples* dessas pessoas levou a buscar, no texto das cartas, informações que pudessem indicar alguma característica expressiva. Por se tratarem de cartas em que se contavam histórias de vida, em grande parte visando solicitar emprego ou moradia, era habitual a menção às atividades desenvolvidas, ou às expectativas de atividades, declaradas pelos remetentes.

Assim, chegamos à identificação do que chamamos de “ocupação declarada dos remetentes”. Foi o primeiro *filtro* para a seleção, e está expresso em categorias e números no Quadro III. Vale observar que, nesse caso, torna-se relevante a categoria “sem identificação de trabalho”, diferentemente dos “sem informação”. Ao contrário, a imprecisão ou omissão de informação quanto a ocupação ou atividade se constitui em informação importante quanto se quer caracterizar a *pessoa simples* que escrevia ao Presidente. E é nessa categoria que está a maioria das informações dadas pelos remetentes das cartas selecionadas (quase 25% delas).

Outro critério para a seleção seria a identificação do destinatário da correspondência, mas com esse registro se interligou outro. Com efeito, o fato de que quase 80% dessa correspondência selecionada ser destinada ao Presidente Juscelino pode parecer, à primeira vista, resultado da observação desse meu critério de seleção. Certamente seria – já que me interessava analisar o que se dizia ao Presidente; mas, também, era para JK que se destinava a maioria da correspondência aqui definida como “carta de pessoas comuns”⁴⁷. Assim, mesclam-se as duas informações: seleciona-se porque é carta de *pessoa comum*, e essas cartas eram, preponderantemente, escritas para o Presidente JK.

No Quadro IV, vê-se que os demais 22% de cartas tinham como destinatários o Presidente e a equipe da Novacap, Sarah e Márcia Kubitschek, e o Vice-Presidente João Goulart.

Em termos de origem mais frequente das cartas remetidas, foram *confirmados* os quatro locais identificados no universo anterior (dos 1258 documentos de correspondência): Brasília/novo DF, Rio de Janeiro/DF, São Paulo e Minas Gerais, agora nesta ordem. Em termos quantitativos, observa-se que nessa seleção foi destacada a correspondência escrita da própria região do novo DF, especialmente nos primeiros meses de 1960, quando as obras já estavam adiantadas e a inauguração de Brasília, próxima. Esse destaque se deve não apenas à quantidade crescente dessas cartas nesse período, mas também ao confronto que nelas se percebe entre “o que se imaginava antes” e “o que se continuava a imaginar e esperar sobre a capital, aqui chegando”.

⁴⁷ A propósito da noção de *pessoas comuns*, ver páginas 24 e 76.

Tabela III
Correspondência – Fundo Novacap, segundo ocupação declarada dos remetentes
(1956 a 1960 - cartas selecionadas)

ocupação dos remetentes (cartas selecionadas)	n°
Sem identificação de ocupação (trabalhos na construção de Brasília; serviços braçais; dona de casa, pobre; pobre; sem estudo, mora de aluguel; qualquer serviço; quer ser funcionária pública; tem carteira assinada)	22
operário	3
operário de cerâmica	1 abaixo-assinado
operário de marcenaria e carpintaria	1 abaixo-assinado
bombeiro	1
carpinteiro	1
eletricista	1
marceneiro	3
oleiro	1
pedreiro	3
pintor	1
servente (de empreiteira)	1
instalador de antenas	1
mecânico	3
mecânico eletricista	1
operador de máquinas	1
técnico de fabricação de tijolos	1
motorista	7+1 abaixo-assinado
funcionário (Novacap)	1 abaixo-assinado
operário, trabalhador de construção (Novacap)	1+2 abaixo-assinados
trabalhadores moradores no Núcleo Bandeirante	1 abaixo-assinado
trabalhadores moradores na Vila Amaury	2 abaixo-assinados
Centro Operário, Sindicato	2
agente de correio	1
auxiliar de topógrafo	1
escriturário	1
fiscal sanitário	1
ferroviário	1
locutor	1
operador cinematográfico	1
radiotécnico	1
telegrafista	1
cabelereira	2
pequeno comerciante	3+1 abaixo-assinado
pequeno empresário	1
lavrador, sem terra	3
outras ocupações (hipnotizador, inventor, cantor de dupla caipira)	3
outras vinculações (admirador, eleitor, correligionário)	4
sem informação ou não se aplica	3
Total	92

Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Novacap. Acervo NOV.B.03.

Observações: 1. Foram acrescentadas algumas cartas selecionadas do Acervo NOV.D.02.

2. Alguns remetentes se referiam a mais de uma ocupação efetiva ou pretendida. Por isso, o total aqui registrado é 92, embora se refira a 82 cartas selecionadas.

Tabela IV
Correspondência – Fundo Novacap, segundo origem dos remetentes
(1956 a 1960 - cartas selecionadas)

origem remetentes	caixas-arquivo / períodos								TOTAL
	caixa 14 set. 1956 / dez. 1957	caixa 15 jan.- ago. 1958	caixa 16 dez.1958 / fev. 1959	caixa 17 fev.- jun. 1959	caixa 18 jul.-set. 1959	caixa 19 out.- nov. 1959	caixa 20 dez. 1959	caixa 21 mar.- maio 1960	
AM	1	-	-	-	-	-	-	-	1
PA	-	1	-	-	-	-	-	-	1
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	-	-	1	-	-	-	-	-	1
BA	-	-	-	-	1	-	-	-	1
CE	1	-	-	-	-	-	-	-	1
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	-	1	-	-	1	-	1	-	3
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	-	1	-	-	-	-	-	1	2
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	1	-	-	-	-	-	1
MG	-	4	1	2	1	-	-	1	9
Rio de Janeiro/DF	8	1	-	1	1	-	-	-	11
RJ	-	3	1	1	1	-	-	1	7
SP	3	2	2	1	2	-	1	-	11
PR	-	-	-	-	-	1	-	-	1
RS	-	-	1	-	-	-	-	1	2
SC	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Brasília/novo DF	2	4	1	3	4	1	-	6	21
GO	4	2	-	-	-	-	-	-	6
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
sem informação	-	-	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	19	19	8	9	12	2	2	11	82*

Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Novacap. Acervo NOV.B.03.

*Posteriormente, foram acrescentadas, a essa seleção, algumas cartas guardadas no Acervo NOV.D.02, chegando-se a cerca de 100 cartas selecionadas.

Tabela V
Correspondência – Fundo Novacap, segundo destinatários
(1956 a 1960 - cartas selecionadas)

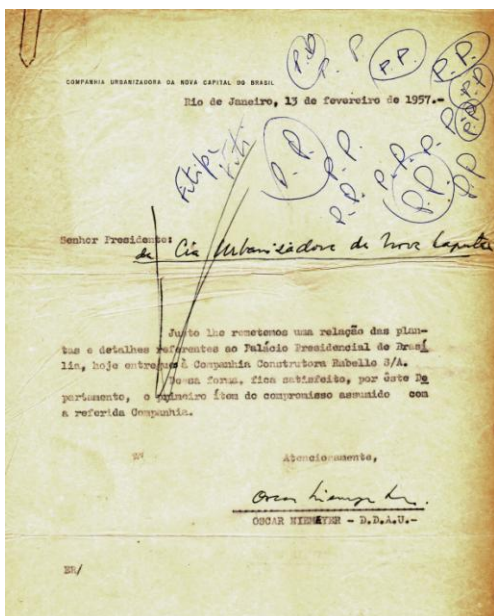
destinatários	caixas-arquivo / períodos								TOTAL	
	caixa 14 set. 1956 / dez. 1957	caixa 15 jan.- ago. 1958	caixa 16 dez. 1958 / fev. 1959	caixa 17 fev.- jun. 1959	caixa 18 jul.- set. 1959	caixa 19 out.- nov. 1959	caixa 20 dez. 1959	caixa 21 mar.- maio 1960	n°.	%
JK	15	16	7	7	8	-	2	9	64	78,0
Israel Pinheiro	4	1	-	2	-	1	-	1	9	22,0
Novacap (geral)	-	2	-	-	-	-	-	1	3	
Sarah K.	-	-	-	-	3	1	-	-	4	
Márcia K.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Maristela K.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Jango	-	-	1	-	1	-	-	-	2	
outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
sem informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	19	19	8	9	12	2	2	11	82*	100,0

Fonte: Arquivo Público do DF. Fundo Novacap. Acervo NOV.B.03.

*Posteriormente, foram acrescentadas, a essa seleção, algumas cartas guardadas no Acervo NOV.D.02, chegando-se a cerca de 100 cartas selecionadas.

Paralelamente a esse processo de seleção, e mesmo depois de concluída essa fase de trabalho, continuei em contato com os técnicos e pesquisadores do Arquivo Público, voltando diversas vezes às caixas e às conversas sobre as caixas. Foi assim que tive acesso a outro grupo de caixas-arquivo, nas quais não esperávamos encontrar correspondência para o Presidente da República. Tratavam-se daquelas 18 registradas como NOV.D.02 (Fundo Novacap, Administrativa, Correspondências). Embora ali predominassem mensagens *administrativas*, também se encontravam cartas de teor e características de origem e destino semelhantes às anteriormente pesquisadas como *Presidência*. Assim, à seleção inicial acrescentamos algumas dessas cartas das caixas recém-descobertas. Chegamos, assim, a cerca de 100 documentos de correspondência selecionados como *cartas de pessoas simples para o Presidente JK*.

Por outro lado, a leitura desse precioso acervo me possibilitou encontrar documentos que, embora não se enquadrassem na categoria de *cartas de pessoas comuns*⁴⁸, diziam muito a respeito do imaginário sobre a nova capital, e a respeito daqueles momentos brasileiros. Assim, a todo momento, remetentes famosos ou *visíveis* socialmente eram chamados a conviver com os quase-anônimos que escreveram para JK.

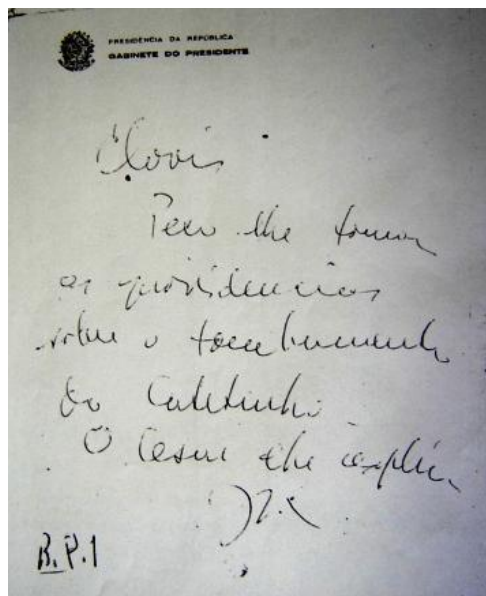


É o caso de Oscar Niemeyer, que em 13 de fevereiro de 1957 assinava, na condição de chefe do Departamento de Urbanismo e Arquitetura / DAU da Novacap, uma correspondência ao presidente da Companhia, remetendo “uma relação das plantas e detalhes referentes ao Palácio Presidencial de Brasília”.

Ao se lerem hoje essas linhas, podem se encontrar informações sobre o processo de construção do Palácio da Alvorada, mas também perguntas sobre a trajetória da carta. Quem, e em que momento, salpicou com caneta azul a sigla PP (de Palácio Presidencial) pelo texto? Alguém que a recebeu e, enquanto conversava sobre o assunto, ia também *conversando* com a caneta e o papel? o próprio arquiteto, que enquanto criava e acompanhava os traços do Alvorada, também prestava contas das plantas? (Ele se

⁴⁸ A propósito da noção de *pessoas comuns*, ver páginas 24 e 76.

refere ao cumprimento do “primeiro item do compromisso assumido com a referida Companhia [Construtora Rabello S/A]...”).



É também o caso de Rodrigo de Melo Franco, que, na condição de Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é o destinatário de detalhada correspondência do arquiteto Flávio D’Aquino, tratando do tombamento do Catetinho. Flávio D’Aquino assina como Responsável pela Direção do DUA, da Novacap – o mesmo antes dirigido por Niemeyer. Pelas siglas, parece que antes o Departamento se chamava “de Arquitetura de Urbanismo” e, depois, “de Urbanismo e Arquitetura”... A essa correspondência, não datada, vem anexado o bilhete ao lado, no qual Juscelino pede providências a seu Ministro da

Educação, Clóvis Salgado, dizendo que o amigo Cesar Prates lhe explicaria o caso. Também está anexada uma Certidão do SPHAN, de março de 1982, atestando que o Tombamento foi *inscrito* em 21 de julho de 1959. Aqui e ali, se encontram dicas para comemorações e jubileus.

Embora não seja esse o foco desse acervo que examinado, encontrei, ali, pistas interessantes sobre “a história da terra e do homem no Planalto Central”, como disse Paulo Bertran⁴⁹, e, em especial, sobre a história das pessoas que tinham terras nas terras antigas do novo Distrito Federal, e sobre os levantamentos e estudos prévios à escolha do local da nova capital.

Duas cartas datadas de agosto de 1958, ambas de Goiás e endereçadas para o Presidente Juscelino, trazem o pedido de doação de lote em Brasília. Um dos remetentes justifica seu pedido por ter participado da “Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal” de 1957 a 1958, na Cidade de Goiás. Outro, “na qualidade da pessoa que vendeu a primeira gleba de terras à Novacap”.

Entre a correspondência arquivada, afloram pistas sobre a documentação referente aos trabalhos da Comissão Polli Coelho (Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital

⁴⁹ BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

do Brasil), que viajou pelo Brasil Central entre 1947 e 1948⁵⁰. Em fevereiro de 1959, o Vice-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional escreve ao Presidente da Novacap, encaminhando-lhe 8 trabalhos que “[podem ter interesse] para o Serviço de Documentação dessa Comissão”.

Ali se encontram informações valiosas sobre a história do DF, sob o ponto de vista de brasileiros comuns, autoridades, empresários, empreiteiros, empreendedores e sonhadores de várias nuances. Assim, a leitura das cartas foi *soprando*, ao longo da pesquisa, que aos documentos selecionados originalmente para análise fossem se agregando outros, em um processo de ida e vinda, de “passagem intersticial entre identificações fixas”, abrindo a possibilidade “de um hibridismo cultural que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta” – como disse Homi Bhabha ao tratar de “O local da cultura”⁵¹.

As cartas se mostravam como *narrativas híbridas*, não só por terem sido escritas por pessoas de diferentes trajetórias culturais (com um destino comum), mas por comportarem *ditos* e *não-ditos*, vozes assinadas e vozes *fantasmagóricas*. Fosse nas cartas das pessoas comuns, fosse em outras, havia traços do discurso oficial, e do *subalterno*, que não resistiam a classificações construídas em uma lógica binária⁵²: ali estavam traços de hibridismo na correspondência.

Assim é que, especialmente quando Brasília foi tratada como *mito fundador*, e quando se expressava o imaginário sobre o Presidente Juscelino, várias das cartas de prefeitos, empresários e representantes diplomáticos se mostraram relevantes para análise. Eram *interstícios* relevantes. Os *entre-lugares* de Homi Bhabha⁵³ voltavam à cena. Voltavam, porque já tinham abrigado inquietações por ocasião da construção de classificações, seja para remetentes, destinatários, para as ocupações dos remetentes de cartas, ou quando a questão era incluir, ou não, documentos como o *abaixo-assinado* na categoria *carta*.

Bhabha não trata de cartas nem de classificações de quem as escreve ou recebe⁵⁴, mas seu olhar híbrido e transdisciplinar, suas noções de *hibridismo intervalar*⁵⁵ e a “postura teórica intencional e necessária de [seu] texto que se quer fronteiro, descentrado e

⁵⁰ A biblioteca do Arquivo Público do DF dispõe do Relatório Final da Comissão. Tenho especial interesse pelo assunto, já que meu avô Antônio de Arruda Câmara e minha avó Guiomar de Arruda Câmara fizeram parte da Comissão. Esse interesse me levou a buscar informações junto ao Arquivo Nacional e ao Serviço Geográfico do Exército, o que está contado em outros textos (citados nas Referências).

⁵¹ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p.22.

⁵² Ver BHABHA, *passim*.

⁵³ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. p.20 e *passim*.

⁵⁴ A própria apresentação que geralmente se faz de Bhabha, como pesquisador, professor e escritor *indo-britânico*, prepara o campo para apresentar seus estudos como “crítica pós-colonial contemporânea”. BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Traduzindo Bhabha: algumas considerações (notas das tradutoras). p.9.

⁵⁵ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. p.36.

ambivalente”⁵⁶, são ao mesmo tempo desafiadores e acolhedores quando construímos categorias e pretendemos que elas se *entretoquem*.

A pesquisa mostrava esses interstícios – e requeria ajustes metodológicos para que fossem considerados os espaços e tempos que “se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão”, e para que se atendesse a necessidade de se “focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”⁵⁷. Aí estão os entre-lugares, a emergência dos interstícios, “a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença”⁵⁸.

A pesquisadora Maria Helena Pereira Toledo Machado, quando trata da “construção das narrativas pelos excluídos”⁵⁹, traz o conceito, discutido por Bhabha, de narrativas híbridas. Questionando procedimentos de pesquisa sobre os *subalternos* em que a construção de fontes é feita “pelo olhar do poder, pelo olhar do outro”⁶⁰, a autora lembra que mesmo esses textos comprometidos pelo poder “são habitados por outras vozes”⁶¹ - dos excluídos. Essas *outras vozes e histórias dissonantes*, como as chama Bhabha⁶², não estariam totalmente apagadas dos textos oficiais, e ali apareceriam como *discursos fantasmagóricos*⁶³, no não-dito, nos silêncios, nos lapsos.

Fui entendendo, portanto, que incorporar cartas de pessoas *visíveis* não foge ao objetivo de buscar o imaginário de *pessoas comuns* sobre Brasília, mas, sim, traz informações complementares e pode confrontá-lo com outros olhares. E lá estão algumas desse tipo, somando-se às 82 primeiramente selecionadas e àquelas que perfizeram as quase 100 do conjunto definido para análise.

Ao longo da leitura, as cartas também iam *soprando* caminhos para classificações temáticas: de que tratavam? no âmbito de que assuntos Brasília era imaginada? A primeira classificação exploratória foi feita no primeiro conjunto, o de 1258 cartas, reunindo a *correspondência* em treze grupos:

⁵⁶ Idem. Traduzindo Bhabha: algumas considerações (notas das tradutoras). p.9.

⁵⁷ Idem. p.20.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ MACHADO, Maria Helena P.Toledo. A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectivas. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

⁶⁰ Idem, p.59.

⁶¹ Idem, p.60.

⁶² BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. p.24.

⁶³ Idem, p.38.

Quadro II

Correspondência - Classificação por assuntos

1. Moradia

Pedidos de terrenos e lotes

2. Emprego

Pedidos de emprego

Pedidos de transferência

Pedidos de nomeação

Credenciamento de profissionais

Encaminhamento de fichas de trabalho

Indicações políticas

3. Informações

Pedidos de informações em geral

Pedidos de fotos, filmes, maquetes, postais

Pedidos de publicações

Pedidos de Revista Brasília

Pedidos de doação de livros

Pedidos de mapas e plantas

Pedidos de flâmulas, lembranças

4. Visitas

Pedidos de passagens

Pedidos de ajuda de custos

Pedidos de hospedagem

Pedidos de visitas

Pedidos de excursões

5. Serviços

Propostas de documentários

Propostas de reportagens

Propostas de discos

Propostas de publicações

Propostas de publicidade

Propostas para divulgar BSB em outros países

Propostas de turismo

Preparativos para inauguração

Propostas de shows e espetáculos

Propostas de telepress

Propostas de monumentos

Propostas de fornecimento de material

Proposta de serviços de terraplanagem, pavimentação, telefonia, eletricidade, água, esgoto, jardinagem

6. Empreendimentos

Propostas de instalação e funcionamento de empreendimentos

- . cinemas
- . teatros
- . escolas
- . museus
- . cemitério
- . salão de beleza
- . cerâmicas
- . mineradoras
- . armazéns
- . granjas
- . barracas e boxes para comércio
- . pastelaria
- . agências bancárias
- . agências postais
- . agências de turismo
- . empresas de material de construção
- . empresas de jardinagem
- . empresas de transporte de passageiros
- . concessão de linhas de ônibus

7. Demandas locais (novo Distrito Federal)

Relatos/ solicitações referentes a questões sob responsabilidade da Novacap

Solicitações de instalação de serviços de telefone e eletricidade

Abaixo-assinados de moradores de acampamentos e vilas

Abaixo-assinados de trabalhadores

Abaixo-assinados de funcionários

Solicitação de apoio para deslocamentos e mudanças

8. Produção artística

Propostas de painéis e monumentos

Propostas de hinos

Oferecimento de poemas

Oferecimento de músicas

9. Denúncias, reclamações

Cobranças de pagamento

Denúncias de irregularidades

10. Agradecimentos e elogios**11. Sugestões****12. Estradas, ferrovias**

Reivindicações de traçados de vias

13. Diversos

Normas técnicas para construções
 Portarias oficiais
 Encaminhamento de documentos da Comissão Polli Coelho
 Avaliação do estado de conservação de documentos do Relatório Belcher
 Tombamento do Catetinho
 Solicitações de pioneiros
 Solicitações de compradores de lotes de Planaltópolis (1920)
 Condolências pela morte de Bernardo Sayão
 Contestações à transferência
 Contestações à data da transferência
 Contestações ao nome da capital
 Manifestações pró-Brasília
 Manifestações contra-Brasília

Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. Fundo Novacap, Acervo Textual, Correspondência. Período: setembro de 1956 a maio de 1960. (1258 documentos)

Essa classificação inicial em treze assuntos valeu como referência, inclusive, para a seleção das cartas a serem analisadas. Desenvolveu-se, como nas diversas etapas da pesquisa, um diálogo entre os processos de seleção. Ao mesmo tempo em que qualquer desses temas poderia estar presente na análise das cartas, também cada um deles poderia indicar pistas para a seleção de “assuntos principais” ou temas recorrentes para se falar de *imaginário sobre Brasília*.

A definição desses temas recorrentes caminhou junto com a seleção das cartas, chegando-se a referenciais para análise que privilegiam os temas ligados à busca de melhoria de condições de vida, às possibilidades de vida na nova capital, ao acesso à sobrevivência nesse novo espaço urbano. Privilegiamos as *modalizações do cotidiano*⁶⁴ ligadas à busca de moradia, emprego e trabalho, bem como as perguntas prévias sobre as condições de vida na cidade, a procura de informações, as demandas locais de quem já havia chegado. Além disso, trabalhamos com as representações de Brasília como *mito fundador* e do Presidente Juscelino Kubitschek como “bandeirante do século XX” e realizador do projeto de interiorização da capital.

⁶⁴ Ver MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. Capítulo III - O espaço da socialidade, pp 52-63.

2.5 Um *corpus* diversificado

O processo de análise das cartas e busca de expressões do imaginário sobre a capital desenvolveu-se pelo diálogo entre conteúdos da correspondência selecionada (da época do início da construção da cidade) e informações contemporâneas nossas, às quais temos acesso especialmente pela mídia impressa. Com efeito, desenvolveu-se mais que um diálogo, pois eram mais de duas as instâncias de conversa: estiveram presentes, todo o tempo, imagens visuais das próprias cartas, das paisagens urbanas, das memórias, das *pistas* de pesquisa, das pessoas.

Assim, o *corpus* desta pesquisa é diversificado, compondo-se de cartas, matérias de jornais, fotografias recentes e reproduções, entrevistas e conversas com pessoas que participaram do processo de construção e consolidação da capital, pesquisadores das áreas da História e da Comunicação, alunos, amigos e pessoas interessadas nos assuntos ligados a Brasília, a cartas, a imaginário.

Quanto à apresentação dos resultados da pesquisa (no momento, nesta tese de doutorado), vale lembrar que texto, imagens, anexos, notas, referências, *conversam* entre si, e são consideradas informações igualmente importantes.

Sobre as imagens visuais, já registramos, no Mosaico Ilustrativo, que as temos como *instituintes de significado*.

A presença de quem escreveu cartas é constante, por sua voz registrada nas linhas escritas. Ao longo do *Imaginando*, são apresentados trechos de cartas, tanto transcritos, como escaneados e fotografados. Nos casos de transcrição, foram mantidas a grafia das palavras e a estrutura das frases da forma original, tal como as cartas foram escritas⁶⁵.

Sobre os Anexos, lembramos que a palavra *anexo* significa não apenas “apenso”, mas “unido”. E é assim que os tratamos aqui.

O mesmo podemos dizer das Notas, que aqui estão no rodapé das páginas⁶⁶, trazendo observações, indicações e explicações sobre o texto ou sobre a imagem aos quais se referem – e sempre a eles unidas e reveladoras de bastidores da construção da pesquisa.

Por fim, vale lembrar que também as Referências são informações relevantes, não só como indicação de fontes, mas como *crédito de autoria* de trabalhos consultados, reverência aos autores com quem se *conversou*, e registro da trajetória de pesquisa.

⁶⁵ Nesse sentido, vale repensar a utilização de itálico como destaque dos casos em que os remetentes utilizam expressões, construções ou grafias diferentes da norma culta do Português. Pode-se optar pela transcrição simples, sem essas “ressalvas”.

⁶⁶ Sobre notas de pé-de-página, ver MOREIRA, Thaís S. **O endereço da escrita**. Disponível em http://www.ufmg.br/aem/inicial/publicacoes/ic/moreira_2005.htm. Acesso em 07.04.2008. Nesse texto, é citado: GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de pé-de-página. Campinas: Papirus, 1998.



2. Venho, nestas mal traçadas linhas...¹

Talvez, atualmente, nem todos tenham o hábito de escrever cartas e talvez raramente as recebam. Mas em algum filme, algum livro, alguma novela ou história antiga, em algum canto da memória ou do tempo presente, se acha uma carta.

Em cartas antigas ou em mais recentes que querem lembrar expressões antigas, as mensagens eram muitas vezes iniciadas com referências às “mal traçadas linhas” com que eram ou supostamente tinham sido construídas. Mesmo em muito bem traçadas linhas, mesmo em muito esmeradas correspondências, essa expressão era usada. Era uma das *construções-clichê* que os cursinhos pré-vestibulares recomendam, hoje, que os candidatos evitem² nas provas de redação, assim como os “venho por meio desta” ou os “protestos de estima e apreço” e “cordiais saudações”.

Mas, mesmo que talvez não nos cheguem, nem mais escrevamos cartas com essas expressões, ainda nos lembramos de canções³ que as utilizam, como *A carta*, que Erasmo Carlos gravou nos anos oitenta com Renato Russo, ou, cinquenta anos antes, a *Envio essas mal traçadas linhas*, de Noel Rosa, que termina com a informação do local e da data: “Niterói, trinta de outubro de trinta e cinco”... Aliás, outras canções de Noel terminam ou começam em estilo de carta, como *Cordiais Saudações*, que se inicia com “Estimo que este maltraçado samba...” e se despede com “Rio, sete de setembro de trinta e um”...

¹ Fernanda Montenegro, Walter Salles e Vinicius de Oliveira. Foto do *making of* do filme **Central do Brasil**. Direção de Walter Salles. Brasil/França, 1998. Disponível em <http://www.centraldobrasil.com.br/>. Acesso em 11.02.08. A personagem Dora é *escrevinhadora de cartas* – redige cartas de remetentes que não sabem escrever.

² **Vestibulando: fuja das mal traçadas linhas e elabore uma carta adequada à proposta!** Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/blog/namiradoleitor/?id=719224>. Acesso em 11.02.08.

³ Como produto paralelo à tese, fui construindo, com o apoio de alunos e outros amigos, um cd com canções que falam de cartas. Espero que seja a trilha sonora da apresentação do *Imaginando*.

Neste texto estão citadas: **A Carta**, de Erasmo Carlos e Roberto Carlos; **Envio essas mal traçadas linhas** e **Cordiais Saudações**, de Noel Rosa; **Meu caro amigo**, de Francis Hime e Chico Buarque; **Amigo Urso** e **Resposta ao Amigo Urso**, de Henrique Gonçalves, Moreira da Silva e Maria Nazaré; **Mensagem**, de Cícero Nunes e Aldo Cabral; **E.C.T.**, de Nando Reis, Marisa Monte e Carlinhos Brown; **Pombo-correio**, de Moraes Moreira; **Love Letters**, de Elvis Presley; **Vide-Verso**, de Adoniram Barbosa. .

Adorniram Barbosa também compõe, interpreta e *escreve* “músicas-bilhetes”⁴ como a *Vide-Verso*, gravada por ele em 1974, em que a mensagem para “dr. José Aparecido” é iniciada com essa conhecida expressão:

Venho por meio destas mal traçadas linhas
comunicar-lhe que fiz um samba pra você
no qual quero expressar toda minha gratidão
e agradecer de coração tudo o que você me fez [...]

E por aí vamos, com o correio que “anda arisco” para Chico Buarque, o Amigo Urso e a Resposta ao Amigo Urso, de Moreira da Silva, a eterna Mensagem em que Isaurinha Garcia conta o que aconteceu “quando o carteiro chegou”, Cássia Eler cantando o caso da carta de amor que foi musicada, o Pombo-Correio de Moraes Moreira, que voa depressa levando uma carta, Elvis dizendo que a carta pode “deixar-nos próximos apesar de distantes”...

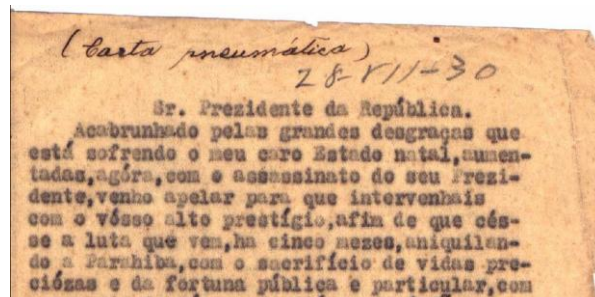
E por aí vamos também na literatura e no cinema, encontrando as cartas e quem as escreve como trama e enredo e personagem. E voltamos às *mal traçadas linhas*. Vamos descobrindo que o *clichê* permanece como rastro de tempos de intensa conversação à distância e se mantém marcante, a ponto de ser reinventado e utilizado no sentido positivo, de linhas *bem traçadas*. É o caso do livro de Renato Lemos em que são recolhidas e organizadas cartas pessoais que contam momentos da história do Brasil, com o título de *Bem Traçadas Linhas*⁵.

Aqui, a expressão é tomada como lembrança e marca da escritura de cartas brasileiras, e introduz a discussão sobre o que é (ou pode ser) uma carta, e sobre qual tipo de carta para JK nos ocupa no *Imaginando*.

⁴ Expressão utilizada por Thereza Negrão em seu texto “Casariguindum”. NEGRÃO DE MELLO, Maria T. F.. “Casariguindum”- cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa. In: MENEZES, Albene M.F., org. **História em Movimento (Temas e Perguntas)**. Brasília: Thesaurus, 1999. p.155. A canção Vide-Verso é citada por Thereza.

⁵ LEMOS, Renato, org.. **Bem traçadas linhas – a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

3.1 Cartas: marcas de tempo, conversas à distância⁶



Em suporte ao senso comum e antes de seguirmos passos da História ou da Comunicação, fui buscar explicações sobre o que é uma **carta** nas fontes mais democráticas – os dicionários – e em algumas fontes operacionais – as definições oficiais de quem é responsável pelo tráfego de cartas no país: os Correios⁷.

Mesmo essa primeira decisão de pesquisa já traz indicações do campo em que vamos buscar cartas – o das mensagens, da distância e da aproximação. *Dicionário*, segundo a Grande Enciclopédia Larousse Cultural⁸, vem do latim *dictio* – ação de dizer, conversação. E *correio* vem do provençal e se refere tanto ao mensageiro, que se encarrega de levar mensagens aos respectivos destinatários, como à repartição pública à qual competem a seleção, o transporte e a distribuição da correspondência.

Estamos em acertada companhia para buscar cartas, missivas, epístolas.

Carta vem do grego *chartes*, pelo latim *charta*, papel, carta - escrito que se envia a outrem com cumprimentos, pedidos, ordens, notícias. Diz o Aurélio⁹: “Comunicação manuscrita ou impressa devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas”.

Missiva tem origem no latim *missiva*, de *missa*, enviada. No Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa encontramos pistas da história da palavra: “O termo foi retirado da expressão *ite, missa est* ‘ide, (as preces) foram enviadas’ com a qual o celebrante termina a *missa*.”¹⁰

⁶ Trecho de “carta pneumática” enviada por Venâncio de Figueiredo Neiva ao Presidente Washington Luís. Rio de Janeiro, 28.07.1930 (dois dias após o assassinato do Presidente da Paraíba, João Pessoa). Ver nota 11.

⁷ Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

⁸ **Grande Enciclopédia Larousse Cultural**. São Paulo: Editora Universo Ltda., 1988.

⁹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁰ CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

Epístola vem do grego *epistolae*, pelo latim *epistula*: carta, missiva. *Epistolar* é relativo à epístola, relativo à maneira de escrever cartas: *estilo epistolar*.

Na Grande Enciclopédia Larousse Cultural, encontramos uma primeira notícia sobre **cartas**, bastante abrangente – como se espera de um bom dicionário enciclopédico:

As cartas, originalmente simples forma de comunicação, contribuíram para o surgimento de um gênero literário autônomo. Cícero, Homero e Ovídio, na Antiguidade, foram alguns dos escritores que cultivaram o gênero epistolar. A epístola em versos teve papel importante nas literaturas francesa e inglesa (Nicolas Boileau e A. Pope). Uma das missivistas mais famosas foi Mme de Sévigné, cuja correspondência é extraordinariamente rica do ponto de vista estilístico. As cartas de Diderot e Voltaire também são citadas pelo grande valor literário. A correspondência de Byron, Chateaubriand, G. Sand, Balzac, Flaubert, Turgueniev e Gide é abundante e constitui um importante instrumento de análise social, política e literária do seu tempo. E. Pound, através de suas cartas, transmitiu a essência de suas teses poéticas e políticas. Deve-se ainda citar Santo Agostinho (e outros doutores da Igreja), Fénélon, Rousseau, Camus, nos quais o conteúdo epistolar é político, moral ou ideológico; e Choderlos de Laclos, autor de um dos mais notáveis romances epistolares de todos os tempos (*Ligações Perigosas*, 1782).¹¹

Para os Correios – a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ECT, a carta é um *objeto postal*, uma *mensagem em papel*. O documento **Legislação Postal Interna e Internacional**, publicado pelo Departamento de Correios e Telégrafos em 1984, trata das *definições e classificação da correspondência*, lá constando que “correspondência postal com caráter de mensagem é o objeto que contém comunicação ou nota atual e pessoal, dirigida a outrem”. A pesquisadora Maria Rosa Camargo, em sua tese “Cartas e escrita”¹², também buscou essas definições e as registra: “carta é todo papel, mesmo sem envoltório, com comunicação ou nota atual e pessoal; [...] todo objeto de correspondência com endereço, cujo conteúdo só possa ser desvendado por violação”.

Em contato com o Departamento Operacional de Cartas da ECT, confirmei que a definição permanece válida e que a carta, como objeto postal, tem subitens como a carta-bilhete, a carta-resposta comercial, a carta-pneumática¹³, o cartão postal, o cartão-postal comercial. A esses itens da classificação original se acrescentou a carta-social, instituída em 1992.

O interesse pelas cartas enviadas por trabalhadores para o Presidente Juscelino me suscitava curiosidade especial sobre esse tipo de correspondência – para a qual foi utilizado

¹¹ Grande Enciclopédia Larousse Cultural. Op. cit. Verbete *epistolar*.

¹² CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000. Tese (doutorado). p. 50-51.

¹³ O Serviço Postal Pneumático existiu no Rio de Janeiro entre 1910 e 1939. Era uma extensão do serviço telegráfico e se destinava à transmissão de mensagens urgentes, escritas em papel – as “cartas pneumáticas”, “conduzidas por ‘balas’, em tubos, através de ar comprimido ou vácuo”. Existiu no Rio de Janeiro entre 1910 e 1939. Disponível em <http://www.cfnt.org.br/josiahclark.doc>. Acesso em 06.06.2005.

esse meio de entrega: os Correios. Inicialmente, a curiosidade se voltava à existência, ou não, de informações sobre a circulação de cartas, no país. O contato com os técnicos do Projeto de Gestão Empresarial e do Departamento Operacional de Cartas¹⁴, em 2002 e em 2007, revelou uma fonte interessante e atualizada. Há levantamentos sistemáticos sobre o tráfego de “mensagens em papel”, que incluem cartas, impressos, telegramas, malote, reembolso postal, e permitem a construção de séries históricas sobre esse movimento de correspondência.

O Relatório Empresarial de 2004¹⁵ traz um levantamento do tráfego postal no país do ano 2000 até 2004, pelo qual se pode acompanhar o movimento da correspondência classificada como “cartas simples”: em 2000, cerca de 5 milhões; 2001, 5 milhões e trezentas mil; 2002, quase 5 milhões; 2003, menos de 4 milhões; 2004, menos de 3 milhões e quinhentas mil (em um total de cerca de 8 bilhões de itens, com volume médio diário de 3,1 milhões de correspondências). Essa diminuição de tráfego de “cartas simples” é acompanhado pelo crescimento de categorias como “carta e impresso registrado”, “franqueamento autorizado de cartas”, “encomenda Sedex” e “mala direta postal e impresso especial”.

Embora esses dados indiquem diminuição do tráfego postal de cartas simples, e mesmo considerando que o conceito de carta, adotado pelos Correios, engloba diversos tipos de “objetos postais”, pode-se afirmar, sim, que ainda se expedem correspondências escritas no país. Já que esses objetos postais só podem ser abertos pelo destinatário, as pesquisas dos Correios não indicam quais ou quantos deles se referem a cartas pessoais, e não a mensagens impressas de cunho comercial ou bancário, de publicidade, ou de tantos outros possíveis tores impessoais, embora endereçados para remetentes identificados.

A busca por informações sobre o tráfego postal me colocou em contato com a trajetória não só das cartas, mas dos próprios Correios, o que me pareceu oportuno, já que estamos falando de cartas, de História e de Comunicação. O site da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos enumera momentos marcantes de uma história postal brasileira, associando-os a períodos reconhecidos pela história oficial do Brasil, ao longo desses quinhentos e oito anos, desde a chegada dos portugueses.

Assim é que se retorna à considerada Certidão de Nascimento do Brasil, de 1500 – uma carta... Trata-se da citadíssima Carta de Caminha, escrita pelo escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral ao Rei de Portugal, dando notícias sobre a nova terra “descoberta”.

¹⁴ Entrevista com o antropólogo Alex Magno Gomes da Silva, do Projeto Gestão Empresarial, e Ângelo Saraiva Donga, assessor da Diretoria de Operações da ECT. Dezembro de 2002.

¹⁵ ECT. Relatório Empresarial 2004. Acessível em http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/relatorios_publicacoes/relatorios_empresariais/2004/port/index.htm. Acesso em 24.06.2007

A história postal contada pela ECT registra que “os primórdios dos serviços postais no Brasil-Colônia reportam-se aos [precários] correios em Portugal e à sua atuação neste novo território”¹⁶. O cargo de Correio-Mor do Reino é instituído em 1520 e, quase cento e cinquenta anos depois, são criados os Correios-Mores no Brasil. A data dessa criação e da designação oficial do primeiro carteiro do país, em 25 de janeiro de 1663, é lembrada hoje com a comemoração do Dia do Carteiro¹⁷.

Passam-se mais de duzentos para ser instalada, em 1798, a Administração do Correio no Rio de Janeiro, já capital do Brasil. No início do século XIX, com a instalação da Corte Portuguesa no Rio, é instituído o 1º Regulamento Postal do Brasil.

Além do “descobrimento”, mais uma data comemorativa brasileira é associada ao cenário postal: a “independência”. O Patrono dos Carteiros no Brasil é Paulo Bregaro, mensageiro que entregou a D. Pedro a correspondência da Imperatriz Leopoldina sobre novas exigências de Portugal com relação à então colônia do Brasil. Essa mensagem foi entregue a D. Pedro em 7 de setembro de 1822, às margens plácidas do Riacho Ipiranga.

O Brasil foi um dos primeiros países a implantarem o uso do selo postal – o que viabilizava que o pagamento pelo serviço de entrega de correspondência seria feito pelo remetente. Em 1840 foi criado na Inglaterra o primeiro selo postal adesivo, e, três anos mais tarde, são emitidos os atualmente valiosos selos brasileiros pioneiros, os Olhos-de-Boi.

Em 1844 implantou-se o sistema de entrega de correspondências a domicílio, o que tornou necessária a criação de um corpo profissional de carteiros e de condutores de malas. Durante o período republicano, os serviços de distribuição de correspondência são vinculados inicialmente à Viação e às Obras Públicas, em 1893, continuando nessa área quando é criado o Departamento de Correios e Telégrafos - DCT, por decreto de Getúlio Vargas, em 1931.

A vinculação com a área governamental da Comunicação é explicitada a partir de 1968, quando o DCT passa a ser subordinado ao recém-criado Ministério das Comunicações. Nesse mesmo momento político, em 1969 é criada a ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que até hoje é a instituição responsável, no Brasil, pela coleta e distribuição de correspondência interna, assim como a internacional, com origem e destino no país.

¹⁶ Conheça os Correios. História Postal. Acessível em http://www.correios.com.br/institucional/conheca_correios/conheca.cfm. Acesso em 24.06.2007.

¹⁷ A data foi lembrada no Jornal Intercom Notícias, em artigo de Sebastião Breguez. BREGUEZ, Sebastião. **Carteiro, agente folkcomunicação em todo o mundo**. Jornal Intercom Notícias. Ano 3, nº. 46. São Paulo – SP, 02.02.2007.

Assim nos situamos, em termos de definições institucionais e de dicionários. Podemos agora e sempre seguir viagem, em busca de desdobramentos, de outros aspectos, outras dimensões, outros significados.

A Literatura nos traz imagens expressivas, e voltamos a expressões em Português com sotaque português – para lembrar a língua da Carta de Caminha. Lembramos do moçambicano Mia Couto, quando seu personagem Mariano ouve de seu avô, também Mariano (em **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**¹⁸): “Essas cartas, Mariano, não são escritas. São falas.”

Em uma carta – exatamente em uma carta¹⁹ – o brasileiro Câmara Cascudo comenta com seu primo (e meu avô) Antônio de Arruda Câmara que considera as cartas “como conversas por escrito”.

“Não são escritas. São falas”: essas características da carta – de ser como uma conversa, à distância, e de ser uma forma antiga e contemporânea nossa de comunicação interpessoal, é reconhecida por pesquisadores, escritores, poetas, escrevedores de cartas. Essas características a transportam para vários campos e a colocam, também, no campo de interesse da Comunicação.

E as cartas trazem em si – e são – marcas do tempo e as remetem aos campos da História. São datadas, e assim podem ser apreendidas como vestígios de um tempo, de uma cultura.

A oralidade, a escrita, a narrativa, o imaginário, fazem a carta circular entre interlocutores da História Cultural, da Comunicação, da Literatura. As fronteiras são tênues – não só entre as áreas da arte e do conhecimento que produzem e se voltam para as cartas, mas também entre as muitas formas de escrever cartas e de conversar à distância.

Foi um poeta e professor de Comunicação, Gustavo de Castro, quem me mostrou a introdução de **Regras para o parque humano**, de Peter Sloterdijk, em que o autor lembra a observação de outro escritor – Jean Paul²⁰ – este alemão, de finais do século XVIII e início do XIX, de que “livros [...] são cartas dirigidas a amigos, apenas mais longas”²¹. Sloterdijk comenta que Jean Paul, ao falar dessa aproximação entre livros e cartas, explicitava “de forma

¹⁸ COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.64.

¹⁹ Carta de Luiz da Câmara Cascudo para Antônio de Arruda Câmara. Natal, 15.06.1961. Reproduzida em NEIVA, Ivany C.. **Linhas de Cascudo, espaços de pesquisa**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom 2005 – Ensino e Pesquisa em Comunicação. Anais. Intercom. UERJ, setembro 2005.

²⁰ Jean Paul era o pseudônimo do escritor alemão Johann Paul Friedrich Richter (1763-1825). <http://www.ponteiro.com.br/mostrad0.php?w=8557>. Acesso em 10.10.2006.

²¹ SLOTERDIJK, Peter. **Regras para o parque humano**: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo. São Paulo, Estação Liberdade, 2000. p.7

graciosa e quintessencial, a natureza e a função do humanismo: a comunicação propiciadora de amizade realizada à distância por meio da escrita”²².

O foco de Sloterdijk era o humanismo e, em busca de seus fundamentos, trata do papel desempenhado pela escrita, envio e recepção de textos filosóficos e pela “capacidade de fazer amigos por meio do texto” – “uma corrente de cartas ao longo de gerações”, incluindo nesse círculo de *amigos* os autores de textos, os copistas, os intérpretes. Identificando a recepção da mensagem grega pelos romanos como o elo mais importante nessa corrente de cartas, Sloterdijk afirma que “faz parte da cultura escrita que os remetentes não possam antever seus reais destinatários”. Comenta que, se no momento em que escreve – final do século XX – se podiam discutir assuntos humanos, de origem grega, em língua alemã, “esta possibilidade deve-se em boa parte à disposição dos romanos de ler os escritos dos mestres gregos como se fossem cartas a amigos na Itália”.

Por que voltar agora aos fundamentos do humanismo segundo Sloterdijk? Certamente, pela referência à circulação de mensagens e à aproximação simbólica entre conversas em cartas e outras mais longas, pelos livros. Mas, também, pela oportunidade de pensar no alcance da mensagem para destinatários não-identificados, ou seja, no imprevisível alcance da conversa escrita.

Penso agora que fomos alcançados, como destinatários não previstos, por uma corrente de cartas escritas a partir de um passado recente. Não se tratam originalmente de textos filosóficos, mas sim de fragmentos do cotidiano. Fomos transformados em *amigos*, no sentido do grego *philos* – “amigo, que tem afinidade com”.

Trata-se de uma afinidade pela proximidade do *depois*, do desdobramento, e do entrelaçamento entre Presente, Passado, Futuro. Nosso Presente está no Futuro daquelas mensagens passadas. Aquelas cartas foram escritas, à sua época, não como intercâmbio afetivo ou afirmação de amizade, mas podemos dizer que expressavam expectativa de aproximação de pessoas comuns com o Presidente do país. E cá estamos, assim, próximos de quem as escreveu, e nelas pensando enquanto expressões humanas de comunicação realizada à distância. Essa *ponte* entre tempos, que “reúne enquanto passagem que atravessa”, como diz Homi Bhabha²³, faz lembrar novamente Bhabha, quando ele trata do “espaço intermédio

²² Idem

²³ BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Introdução – Locais da Cultura. p.24. (citando HEIDEGGER, M. Poetry, language, Thought. New York: Harper & Row, 1971. Building, dwelling, thinking, p.152-153).

‘além’”, que se torna “um espaço de intervenção no aqui e no agora”²⁴. Bhabha usa então a expressão “tocar o futuro em seu lado de cá”²⁵

Lendo cartas e leituras de cartas, já se vê que caminhamos por entre e além das áreas do conhecimento. Essas conversas por escrito, de cinquenta anos atrás, contam fragmentos de vida e de projetos cotidianos de pessoas comuns que as fazem transitar entre a História e a Comunicação, e pelas fronteiras sutis entre razão e poesia. É esse o assunto, esses são campos e fronteiras que se tocam nessa correspondência - escrever, receber cartas, tratar de cartas.

Marcas do tempo: na História Cultural

Quebram-se paradigmas, renovam-se olhares, questiona-se o Tempo, teoriza-se e mesclam-se tendências, mas se mantém intensa a ansiedade humana pelo conhecimento do Passado – e a inquietação por previsões do Futuro -, em busca, talvez, de boas escolhas para o Presente.

Aqui e ali, se expressa o apelo por respostas ou indicações, que muitas vezes se esperam da História. Desde quando existe essa festa? Quando foi feita a primeira marmelada de Santa Luzia? Quem inventou a roda? Quem descobriu o Brasil?

É forte, esse apelo por se identificarem os caminhos da formação de expressões culturais, gêneros narrativos, invenções, celebrações. Também acontece em relação às formas de comunicação, aos meios, às mensagens – às cartas. Aqui e ali, de novo, voltam perguntas: Desde quando se escrevem cartas? Quem descobriu a carta? Quem foi o primeiro mensageiro? E o primeiro carteiro? E-mail é um tipo de carta? *Scrap* é bilhete? Não se escrevem mais cartas? (a televisão acabou com o rádio? a internet venceu o livro? o MSN substitui a escrita desenhada linha a linha? onde se acha agulha de vitrola para tocar LP?)

O olhar de Clio, a Musa da História, “mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas”, como diz Sandra Pesavento no primeiro capítulo de *História & História Cultural*²⁶: “Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”²⁷.

²⁴ BHABHA, op. cit., p.27.

²⁵ Ibidem, p.27, 41.

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.7.

²⁷ Ibidem, p.16.

Clio ousa encantar-se com os desafios da História Cultural e concorda que não se trata de buscar verdades definitivas e universais, nem de encontrar uma única e definida origem, e sim, múltiplos possíveis inícios, múltiplas formações.

Aqui, pensando em origens e formações, e lidando com cartas, escrita e oralidade brasileiras, volto à Literatura Oral de Luís da Câmara Cascudo, que há mais de sessenta anos alertava:

O canto e dança no Brasil são águas desses três estuários [participação indígena, sobrevivência africana, permanência portuguesa]. Serão possíveis as identificações influenciadoras? Podemos determinar os elementos exclusivamente africanos, portugueses, ameríndios?²⁸ [...] O mesmo tema vinha por vários caminhos. [...] Raramente é possível identificar na confusão da foz a origem das águas que correm.²⁹

E, a seu modo, concluía: “Vezes paramos porque vinte estradas correm na mesma direção, embora volteando paisagens diferentes”³⁰.

Cascudo era um persistente escrevedor de cartas – “que muito me agrada escrever e receber, e que tenho como conversas por escrito”, como dizia por escrito a Antônio de Arruda Câmara, naquela carta de junho de 1961, de que já falei antes³¹.

As cartas eram, para ele, instrumento de comunicação e de pesquisa – e muitas vezes as perguntas e respostas buscavam *origens*, seja de culturas cultivadas na terra, como a laranjeira e a cana crioula, seja de culturas cultivadas nas festas, nos contos e nas lendas, seja da própria carta: “[...] me volta uma curiosidade antiga e quase me tomo de coragem para rever a Literatura Oral, para acrescentar os ‘gêneros’ que vou garimpando aqui e ali. Um deles é mesmo esse das cartas...”³².

Também aqui aflora uma curiosidade antiga: se a prática de escrever cartas é contemporânea da “invenção” da escrita. “[Existem] há três ou quatro mil anos³³”, registra Cassiano Nunes quando comenta a trajetória da escrita de cartas, ao apresentar a correspondência de Monteiro Lobato. “Durante mais de 2 mil anos, escrever cartas foi o

²⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978. 2ª ed. Cap. II, p.38.

²⁹ Ibidem, Cap. V, p.187.

³⁰ Ibidem, Cap.I, p.29.

³¹ Carta de Luiz da Câmara Cascudo para Antônio de Arruda Câmara. Natal, 15.06.1961. Citada na nota 19.

³² Ibidem.

³³ LASON, Gustave. **Essais de méthode, de critique et d’histoire littéraire**. Paris, Hachette, 1965. Citado em NUNES, Cassiano. **A correspondência de Monteiro Lobato**. São Paulo, 1982.

principal meio de comunicação à distância”, diz Emerson Tin na Introdução de **A arte de escrever cartas**³⁴.

Antonio Castillo Gomes, falando de modelos e práticas epistolares na Espanha moderna, cita passagens de uma carta escrita em 1575 por Blas Ruiz de la Veja, que emigrara para as Índias. Gomes ressalta a importância que a correspondência escrita conquistava nos séculos XVI e XVII, mas lembra que “certamente a carta não é nenhuma invenção daqueles séculos, pois, de um modo ou de outro, sua origem se perde na Antiguidade, talvez em um dos remotos fragmentos do Antigo Egito”³⁵.

Se suas origens “se perdem nos tempos”, sua presença se acha nas muitas histórias, inumeráveis datas, destinos previstos e imprevisos, segredos e indiscrições, acervos e publicações, leituras e contextualizações, prescrições e improvisos – ao longo do tempo e do espaço.

A propósito de prescrições e normas epistolares, Eduardo Tin, em sua busca por “modelos da tradição letrada ocidental”³⁶, remonta à Antiguidade e traz desde regras dispersas em correspondências ou tratados de retórica (lembrando Demétrio, Cícero, Sêneca, Filóstrato de Lemnos, Gregório Nazianzeno, Caio Júlio Victor), até as medievais *ars dictaminis* e a *ars dictandi*³⁷. Chega assim ao eixo de sua busca, destacando a arte epistolar tratada pelo Anônimo de Bolonha (as *Rationes dictandi*, do ano 1135), por Erasmo de Rotterdam (três tratados sobre a escrita de cartas, impressos entre 1520 e 1522) e por Justo Lípsio (a *epistolica institutio*, publicada em 1590). Como lembra Alcir Pécora ao apresentar o livro de Eduardo Tin, essa coletânea crítica da tradição preceptista da escrita de cartas, “tão distante já das práticas contemporâneas, pode perfeitamente significar hipóteses criativas para a interpretação de objetos contemporâneos: da carta oficial até o *e-mail*”³⁸.

As características da carta são objeto de pesquisa e crônica histórica e literária. Já registram as três organizadoras da coletânea **Destinos das Letras**, em seu primeiro capítulo, que as cartas representam “laços de papel” que, por sua natureza peculiar de “vínculo entre a presença e a distância, forma utópica de conversa, registro particular do mundo, falando a

³⁴ TIN, Emerson, org. **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005. p.17.

³⁵ GÓMEZ, Antonio Castillo. Como o polvo e o camaleão se transformam – modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (org.). **Destinos das Letras** – história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Editora UPF, 2002. p.14.

³⁶ PÉCORA, Alcir. **Velhos textos, crítica viva**. In: TIM, Emerson, op. cit. p.12.

³⁷ TIM, Emerson, op. cit., p. 32.

³⁸ PÉCORA, Alcir, op. cit. p. 14-15.

respeito de quem a escreve, revelando sempre também algo sobre quem a recebe”³⁹, ultrapassam o interesse pessoal que tem está diretamente envolvido na correspondência – quem escreve, quem recebe. Outros interlocutores vão se agregando, movidos por interesses que vão da curiosidade talvez *voyeuse* de outros leitores⁴⁰, ao interesse editorial e à busca de pesquisadores do cotidiano, da escrita, das biografias.

Certamente é expressivo o interesse continuado nessa forma de escrita, no seu conteúdo e significados, bem como a “atenção que se vem prestando nas ciências sociais e humanas ao cotidiano e às representações e significados das práticas sociais em contextos específicos e, de um modo especial, às práticas culturais e aquelas relacionadas com a comunicação e a linguagem”⁴¹.

O mercado editorial atesta que há interesse em se ler cartas, também no circuito alheio ao dos correspondentes. As estantes e os sites de lançamento estão de prova que cartas continuam a ser publicadas e comercializadas. As estantes e os relatórios de pesquisa também atestam que a carta é objeto de interesse acadêmico. Os serviços postais atestam que a carta continua sendo meio de comunicação entre *peessoas reais*.

Na apresentação do **Prezado Senhor, Prezada Senhora**, as organizadoras Walnice Nogueira Galvão e Nádia Batella Gotlib, que haviam passado “mais de dez anos trabalhando com cartas, embora de diferentes missivistas”⁴² comentam dois motivos determinantes que as levaram a produzir o livro: “a quase inexistência de estudos de epistolografia [e] a disparidade entre o volume de cartas – escritas por artistas, intelectuais, personalidades históricas – e o número reduzido de estudos”⁴³. No entanto, entre as dificuldades encontradas para compor o livro, revelou-se “uma, que é também motivo de alegria: fomos aos poucos descobrindo que o número de leitores de cartas com trabalhos já consolidados era maior do que supúnhamos”⁴⁴. Daí resultou um volume composto por quarenta e um artigos sobre cartas, com enfoques diferenciados.

³⁹ BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Laços de papel. In: BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, orgs. Destinos das Letras - história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

⁴⁰ A questão do “espreitamento”, da eventual invasão de privacidade que cometemos ao ler cartas alheias é mencionada por Georgete Medleg Rodrigues (op.cit), que cita texto de Luiz Felipe Baeta Neves onde a questão é também mencionada. NEVES, Luiz Felipe Baeta. **As máscaras da totalidade totalitária**: memória e produção sociais. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1988. Capítulo *Para uma teoria da carta*.

Um possível indicador dessa curiosidade é o sucesso editorial das coletâneas de cartas, especialmente de artistas, escritores, políticos.

⁴¹ Viñao Frago, Antonio. **Leer y escribir** – historia de dos practicas culturales. México: Fundación Educación Voces e Vuelos, 1999. Citado em BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. Laços de papel. op. cit.

⁴² GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. Laços de papel. In: _____, orgs. **Prezado senhor, prezada senhora** – estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.9.

⁴³ Ibidem, p.9.

⁴⁴ Ibidem, p.10.

O retorno à leitura dos artigos de **Prezado Senhor, Prezada Senhora** me inspirou a buscar outros escritos de Walnice Galvão sobre cartas. Em **Desconversa**⁴⁵, a autora trata de “questões à margem da carta” muito conhecidas e vivenciadas pelo pesquisador que, além de “gostar de prototextos e paratextos”⁴⁶, *trabalha* com cartas e reflete, em sua metodologia de trabalho, um perfil de *amador de cartas*.

Walnice Galvão inicia sua viagem de pesquisadora comentando o estatuto da carta, construído pela observação de conhecidos missivistas como Fernando Pessoa, Mário de Andrade, Madame de Sevigné, Kafka, Proust. Assim, identifica, nas cartas: “elementos preciosos para a reconstituição de percursos de vida; fontes de idéias e de teorias não comprometidas pela forma estética; em certos casos [...], um estatuto exclusivo devido à qualidade impecável da escrita”⁴⁷. Lendo as cartas simples, de pessoas simples, para o Presidente Juscelino, penso em conversar com Walnice sobre as possibilidades de se buscarem também expressões de imaginário, nessa correspondência.

A autora observa que, frequentemente, quem se dedica ao estudo de cartas vai enveredando por outras linhas de “escrita de si, escrita da História” – expressão utilizada, inclusive, para nomear o livro organizado por Ângela de Castro Gomes⁴⁸ sobre esse ato de “escrever sobre a própria vida e a vida de outros, bem como de escrever cartas”⁴⁹.

Volto ao texto de Walnice Galvão, lembrando-me de seu precioso trabalho sobre a correspondência de Euclides da Cunha e do papel primordial que as cartas tiveram em sua obra⁵⁰, e reconheço motivos que a levam a incluir memórias, autobiografias, biografias, diários, resenhas, rascunhos, anotações e manuscritos em geral entre essas outras linhas escritas tomadas como fonte e objeto de pesquisa, “paralelo à obra literária”⁵¹. À obra literária e a outras produções e processos, acrescento eu, pensando nas cartas escritas a JK nos anos cinquenta, e que contêm vestígios do que pessoas comuns imaginavam da nova capital – e que não se pretendem obras literárias.

A propósito dos processos de escrita e de preservação de versões originais de textos, Walnice Galvão refere-se aos estudos da “genética textual”. Essa é uma das perspectivas de estudo da correspondência de escritores, artistas plásticos e músicos identificados por Marcos Antonio de Moraes no artigo **Epistolografia e Crítica Genética**: a crítica genética “vê o

⁴⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. **Desconversa** (ensaios críticos). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

⁴⁶ Ibidem, À Margem da Carta. p.157.

⁴⁷ Ibidem, p.156.

⁴⁸ GOMES, Ângela de Castro, org. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁴⁹ Ibidem, p.11. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo.

⁵⁰ GALVÃO, Walnice Nogueira. **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo, EDUSP, 1997.

⁵¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. **Desconversa** (ensaios críticos). Op. cit., p.156.

gênero epistolar como ‘arquivo da criação’, espaço onde se encontram fixadas a gênese e as diversas etapas de elaboração de uma obra artística [...]”⁵². Nesse sentido, a crítica genética considera “a epistolografia um ‘canteiro de obras’ ou um ‘ateliê’ [e] busca descortinar a trama da invenção”. Seu objeto são manuscritos e “documentos de processo”, segundo definição da pesquisadora Cecília Almeida Salles, que informa sobre a abrangência dessa área: “Hoje, os estudos genéticos abarcam os processos comunicativos em sentido mais amplo, a saber, literatura, artes plásticas, dança, teatro, fotografia, música, arquitetura, jornalismo, publicidade”⁵³. Entre os “documentos de processo” é considerada a correspondência dos autores, “se nela há discussões sobre a criação de suas obras”⁵⁴.

Marcos Antonio de Moraes identifica mais duas perspectivas de estudo da correspondência de intelectuais e artistas: “a expressão testemunhal que define um perfil biográfico” e a “movimentação nos bastidores da vida artística de um determinado período”⁵⁵.

A propósito, lembro-me do livro de Herschel Browning Chipp sobre **Teorias da Arte Moderna**⁵⁶, no qual são buscados “documentos teóricos fundamentais da arte do século XX [...] em publicações hoje obscuras”, inclusive em cartas escritas por artistas como Cézanne, Van Gogh, Gauguin, Vlaminck, Franz Marc, Robert Delaunay, Giacometti.

Em **Bem traçadas linhas**, Renato Lemos reúne cartas pessoais de pessoas “especiais”⁵⁷ – artistas, intelectuais e políticos dos séculos XIX e XX, selecionadas por “se colocarem diante da história [do Brasil]” e organizadas cronologicamente, compondo *gerações* e momentos históricos expressivos em cada época.

Nessas cartas, de tom *pessoal*, encontram-se vestígios e pistas importantes para construirmos, no presente, cenários passados, em que se mesclam cenas do cotidiano e das tendências da arte, da literatura, da política. Presente em várias das pesquisas sobre cartas e privilegiada no **Escrita de Si, escrita da História**⁵⁸, é a ênfase não apenas no caráter

⁵² MORAES, Marcos Antonio de. **Epistolografia e crítica genética**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.30-32. Acessível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

⁵³ SALLES, Cecília Almeida e CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Crítica genética em expansão**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.44-47. Acessível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

⁵⁴ PINO, Claudia Amigo. **Apresentação: gênese da gênese**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.24-27. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

⁵⁵ MORAES, Marcos Antonio, op.cit.

⁵⁶ CHIPP, H.B. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁵⁷ LEMOS, Renato, org.. **Bem traçadas linhas – a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. p.19.

⁵⁸ GOMES, Ângela de Castro, org. op.cit.

interpessoal da correspondência epistolar, mas a atenção ao caráter pessoal e privado das mensagens intercambiadas por meio de cartas.

Aliás, tratar de cartas faz com que as fronteiras entre público e privado se alternem e mesquem, frequentemente. (Penso nas cartas para Juscelino, em que essas esferas se dissipam e entrelaçam.) Essa, por vezes, tênue delimitação, leva a discussões conceituais e éticas, como vemos ao “desdobrar papéis”⁵⁹, que envolvem não só o desafio de alcançar expressivas descobertas a partir da leitura de escritas originalmente *reservadas*, até desconfortos de cunho pessoal e questionamentos no âmbito do Direito.

Por tratar especialmente da escrita e da memória de si, Ângela de Castro Gomes se atém aos caminhos percorridos pelos estudos do *privado* e aos vínculos entre esse espaço de investigação e os “objetos, metodologias e fontes que se descortinam diante dele”⁶⁰. Enfatiza as transformações trazidas pelos estudos da história cultural e a presença, neles, dos chamados homens “comuns”. Nesse caminho, destaca a importância da coleção francesa **História da Vida Privada**⁶¹ e da extensão brasileira seguida na **História da Vida Privada no Brasil**⁶². Ao longo dos períodos estudados e das práticas culturais identificadas nas pesquisas apresentadas nessas duas coleções, a carta e outras *escritas de si* e documentos que registram *conversas à distância* estão presentes.

A questão do público e do privado está presente em várias das pesquisas que, sob diferentes enfoques, tratam de cartas. É o caso da pesquisa de Ana Maria Santos⁶³ sobre correspondências encontradas em um antigo sobrado em Sobral, no Ceará. Ao falar do século XVIII, a autora associa a escrita de cartas a inovações no cotidiano doméstico: “a carta torna-se o veículo privilegiado de construção da intimidade e de expressão da subjetividade do homem do século XVIII, século este que chegou a ser considerado por Habermas o ‘século das cartas’⁶⁴”.

Essa citação de Habermas contextualiza-se em sua discussão sobre as esferas pública e privada, e assim é retomada por Matildes Demétrio dos Santos, em **Ao sol a carta é farol**

⁵⁹ O assunto é tratado no capítulo *Desdobrando papéis*.

⁶⁰ GOMES, Ângela de Castro, org. **Escrita de si, escrita da história**. Op. cit., p.9.

⁶¹ ARIÈS, Philippe e DUBY, George, direção. **Coleção História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶² NOVAIS, Fernando, direção. **Coleção História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 4 v.

⁶³ SANTOS, Ana Maria Pessoa dos Santos. **Cartas do sobrado**. Rio de Janeiro, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Tese de Doutorado. Acessível em <http://familytreemaker.genealogy.com/users/p/e/s/Ana-maria-A-Pessoa-dos-santos/FILE/0009page.html>. Acesso em 20.06.2007.

⁶⁴ HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Trad. de Flávio E.Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Especialmente o Capítulo 2.

(que trata da correspondência de Mário de Andrade), quando caracteriza a carta “da intimidade familiar à subjetividade expressa”⁶⁵.

Frequentemente associadas ao interesse investigativo sobre a vida privada, encontram-se estudos sobre o cotidiano e sobre o que Michel de Certeau chama de **Invenções do Cotidiano**⁶⁶. Voltando às suas “artes de fazer”, fico pensando que as cartas são também invenções do cotidiano, na busca de encurtar tempos e aproximar distâncias. Entre essas *artes de fazer*, De Certeau trata dos *usos da língua* e da “operação de caça” que seria a leitura, e se refere a situações encontradas na escrita e não só nela, mas, penso, em todo o processo de escrita de cartas e de comunicação pelas cartas. Citando o psicanalista francês Guy Rosolato, fala de presença e de ausência: “Leio e me ponho a pensar... Minha leitura seria então a minha impertinente ausência.... Seria a leitura um exercício de ubiqüidade?”⁶⁷.

E De Certeau continua: “(...) ler é estar alhures, onde não se está, em outro mundo; é constituir uma cena secreta, lugar onde se entra e de onde sai à vontade”⁶⁸... Alcançar o que está distante, aproximar-se pelas linhas endereçadas, escrever cartas: De Certeau não se refere especificamente a essa prática, mas deixa convites para que se pense nelas como uma *arte do fazer* comunicativo, em que as mensagens transitam entre os interlocutores e ficam registradas em formas e suportes, que por vezes ultrapassam as fronteiras do endereçamento original.

Como prática comunicativa, observo que a correspondência pelas cartas possibilita ao escrevedor e ao leitor se manterem próximos, estando longe, e assim vivenciarem condições de presença e ausência. Essa forma de conversa à distância implica algumas peculiaridades, como o caráter assincrônico do diálogo e o não-compartilhamento espacial. São alternativas e invenções do cotidiano, como uma estratégia de ubiqüidade, uma cura para as distâncias. Emerson Tin, quando trata da arte de escrever cartas, cita uma definição apresentada há mais de quinhentos anos, no tratado *Ars epistolandi*, de Francesco Negro, publicado em 1491: o objeto da carta é “tornar presentes por esse remédio nossos amigos ausentes”⁶⁹.

Remédio para curar distâncias, estratégia de aproximação, ferramenta para perpetuar por escrito o que, pela oralidade, poderia se dissipar – assim se caracteriza a carta como invenção e instrumento e, ao longo do tempo, como expressão e marca de experiência humana. As leituras, conversas e discussões no campo da História – e da Comunicação – me

⁶⁵ SANTOS, Matildes Demétrio. **Ao sol Carta é Farol** – a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998. p.19.

⁶⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 2v. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁶⁷ ROSOLATO, Guy. **Essais sur le symbolique**. Paris: Galimard, 1969. p.288. Citado em CERTEAU, Michel de. Op.cit. 1. Artes de fazer. p.269.

⁶⁸ CERTEAU, Michel de. Op.cit. 1. Artes de fazer. p.269.

⁶⁹ Citação localizada por Emerson Tin em J. Chomarat, “La lettre”, in **Grammaire et rhétorique chez Erasme**. Paris: Les Belles Lettres, 1981, tomo II, p. 1008. Citado em TIN, Emerson, org. **A arte de escrever cartas**. Op.cit., p.47.

levaram a *ler* e *escutar* as cartas como registros, marcas, vestígios históricos da experiência humana.

Relembro, aqui, os caminhos que fui trilhando até a opção pela História Cultural como caminho de pesquisa e construção de histórias. Compartilho com Maria Rosa Camargo – que vem seguindo sua trajetória profissional na área de Educação - os desafios enfrentados e as “regiões fronteiriças” por onde transitou até escolher essa linha da História como campo propício para tratar da leitura de cartas, seu objeto. Em seu trabalho sobre **Cartas e Escrita**⁷⁰, a autora fala de seu encontro com a Nova História e autores como Lynn Hunt, Ginsburg, Bakhtin, Michel de Certeau, Peter Burke, Chartier. Maria Rosa Camargo busca suporte, especialmente, em Roger Chartier, e define como objeto de estudo “uma determinada **escrita**, que são as cartas”⁷¹, e propõe-se a tratá-las como práticas culturais:

O objeto de estudo – o ato de escrever – vai sendo buscado nas malhas da intrincada rede trançada pelas situações em que a carta é escrita, ou lida, pelas condições em que ela é produzida, suas finalidades, seus objetivos, e nas maneiras como se enlaçam autor-escriptor-escriva e destinatário-leitor.⁷² [...] Assumindo as cartas como objetos nos quais estão imbricadas as práticas culturais, o desafio é rastrear os motivos, os modos, os procedimentos que configuram essas práticas escritas e inscritas.

Maria Rosa Camargo estuda o conjunto de duzentas e vinte e três cartas trocadas entre duas adolescentes paulistas, amigas dos tempos de escola, entre dezembro de 1990 e 1996. Recorre aos estudos de Chartier, especialmente, em **História Cultural – entre práticas e representações**⁷³ e em **La Correspondence – les usages de la lettre au XIXe siècle**⁷⁴, identificando a proposição, pela história cultural, de “rastrear, identificar, analisar o modo como, através das cartas, enquanto prática de escrita, [...] uma realidade social é construída, é pensada, é **dada a ler**, se materializa numa prática”⁷⁵. Pelos caminhos da pesquisa da escrita – da escrita de cartas – Maria Rosa chegou às práticas culturais e à História Cultural.

No meu caso, o elo de aproximação com a História Cultural veio com o interesse pela memória, pelos enlaces entre Presente e Passado, pelas histórias das pessoas simples. E, agora em especial, pelas histórias escritas em linhas de cartas nos anos cinquenta, pela busca do imaginário sobre Brasília - dessas pessoas simples que esperavam mudanças em sua vida pessoal a partir de sua mudança para a nova capital de seu país. As marcas desse tempo, os rastros desse imaginário, me pareciam encontráveis nas linhas de cartas escritas para o

⁷⁰ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000. Tese (doutorado).

⁷¹ Ibidem, p. 10

⁷² Ibidem, p. 11.

⁷³ CHARTIER, Roger. **História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

⁷⁴ CHARTIER, R. Avant-propos. **La correspondence. Les usages de la lettre au XIXe siècle**. Paris: Fayard, 1991, p.7-13.

⁷⁵ CAMARGO, op. cit., p. 47.

Presidente JK. Não pensava nas cartas como documentos onde fosse encontrar respostas prontas, mas as considerava como espaço de diálogo em que poderia construir perguntas; não as pensava como documentos inertes, mas as via como vestígios vivos com os quais poderia dialogar.

Assim, a chamada História Nova parecia abrigar esse interesse. Não me importava tanto saber quão “nova” era essa história, mas sim que, contrapondo-se ao paradigma tradicional, a História Nova interessava-se “por virtualmente toda a atividade humana”, [tendo como] base filosófica a idéia de que a realidade é social ou culturalmente construída”, como diz Peter Burke em **A escrita da História: novas perspectivas**⁷⁶. Nessa construção, passam a ser consideradas e privilegiadas as pessoas comuns, e não os personagens célebres, os grandes eventos, as grandes totalidades. Os “protagonistas anônimos da História”, dos quais trata Ronaldo Vainfas⁷⁷ têm então reconhecidos seus papéis de sujeitos históricos⁷⁸, e temas antes deixados à margem, como “a história de indivíduos, de comunidades, pequenos enredos construídos a partir de tramas aparentemente banais, envolvendo gente comum”⁷⁹, passam a ser tratados pela História. A visão de mundo dos trabalhadores ganha espaço nessa “história com origem no povo, a história vista de baixo” à qual se refere Jim Sharpe⁸⁰, ou a história da gente comum lembrada por Hobsbawm⁸¹.

As cartas de pessoas comuns e seu imaginário sobre a nova cidade pareciam caber nessa perspectiva da História. Para os estudos sobre o imaginário das *pessoas comuns*, foi oportuno encontrar a observação de Jim Sharpe a respeito da “história vista de baixo”: “Ela proporciona também um meio de reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.”⁸²

Por outro lado, essa perspectiva pode desempenhar um papel importante em relação ao próprio pesquisador e aos leitores que, mesmo não se identificando como *pessoas comuns*, trabalhadores ou pertencentes a setores ditos populares, têm a oportunidade de se deparar com diferentes versões da realidade, e recordar-se que “nossa identidade não foi estruturada apenas

⁷⁶ BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 11.

⁷⁷ VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

⁷⁸ A propósito, Lynn Hunt lembra que “os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres.” HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁷⁹ VAINFAS, Ronaldo, op.cit. p. 106.

⁸⁰ Embora os pontos de vista implícitos em “*vinda* de baixo”, ou “*vista* de baixo” sejam diferentes, ambas as expressões referem-se à perspectiva de privilegiar a história das pessoas comuns.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. op.cit.

⁸¹ HOBBSAWM, Eric J. A outra História – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. **A outra História – ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XVIII**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

⁸² SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. op.cit. p.59.

por monarcas, primeiros-ministros ou generais”⁸³. Nesse sentido – e isto importa, ao tratar do imaginário sobre Brasília – Sharpe lembra que um dos propósitos da História é “prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem”⁸⁴.

Por ali estavam chaves para a pesquisa. Na discussão da História Nova, e mais ainda da História Cultural, as cartas eram reconhecidas entre as possibilidades de conter – e de serem, elas mesmas – vestígios da experiência humana, rastros históricos. São múltiplas as tendências dentro da própria História Cultural, mas essa forma de expressão e comunicação humana, de trocar correspondências por escrito, está presente nas propostas de pesquisa, nas teorizações, na escolha de caminhos metodológicos.

Sandra Pesavento, em seu **História & História Cultural**, lembra que o historiador “lida com uma temporalidade escoada, com o não-visto, o não-vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele”⁸⁵. O contato com cartas reais, escritas há meio século, foi me levando ao entendimento de que assim partilhava desse não-visto e não-vivido. Ia me aproximando de conceitos já construídos em outras pesquisas e consolidando a aproximação com as linhas da História Cultural: lembrava novamente de Sandra Pesavento ao dizer que “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”⁸⁶.

Ler as cartas para JK me fazia vê-las como “marcas do que foi, [...], traços, cacós, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós, revelados como documento pelas indagações trazidas pela História”⁸⁷. Penso no diálogo da pesquisa com as fontes, e no diálogo às vezes surdo que se estabelece, se o pesquisador não formula questões. Vislumbro um curioso jogo de tempos e diálogos, quando penso nas cartas escritas há cinquenta anos para Juscelino: neste momento de pesquisa, não vamos buscar as respostas do destinatário para cada remetente – e sabemos, pela própria pesquisa, de casos em que as respostas não chegaram a quem as esperava. Por outro lado, as cartas estão tendo resposta, sim, e hoje estão se constituindo em respostas a questões formuladas por alguém de outro tempo.

As cartas são, assim, marcas dos tempos, que permitem esse diálogo entre Passado e Presente. Lendo as cartas para JK, vou observando que essas marcas de temporalidade podem ser reconhecidas, logo ao primeiro olhar, pelas datas registradas nos cabeçalhos (e nos

⁸³ Ibidem, p. 60.

⁸⁴ Ibidem.

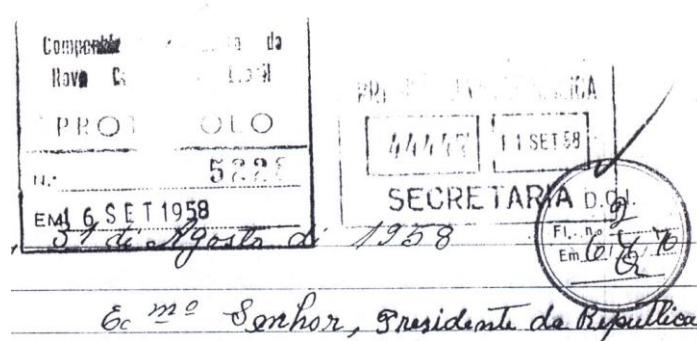
⁸⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 42

⁸⁶ Ibidem, p. 15.

⁸⁷ Ibidem, p. 98.

carimbos do Protocolo da Novacap ou nos carimbos do correio nos envelopes). E podem ser *lidas* ao longo das cartas, tanto pelo seu estilo, como pelo próprio assunto tratado e por sua contextualização.

As datas registradas permitem, inclusive, confrontar informações. No caso da carta de “um pobre operário trabalhista brasileiro” para seu “eleito presidente” JK, vê-se que foi escrita na cidade mineira de Ravena, em 31 de agosto de 1958, recebida pela Novacap, no Rio de Janeiro, em 11 de setembro, e ali protocolada cinco dias depois. É interessante verificar que a carta foi registrada na Divisão de Cadastro em abril de 1970, e é dessa forma, dentro de uma capa de processo, que hoje pode ser consultada no Fundo Novacap do Arquivo Público do DF.



Quanto ao estilo, é possível observar referências *datadas* nos formatos utilizados. Encontram-se não só modelos de abertura e de despedida adotados na correspondência *letrada*, vigente nos anos cinquenta do Brasil, como adaptações populares desses “parâmetros básicos da redação de uma carta”⁸⁸, incluindo ou mesclando, por vezes, termos usados no linguagem administrativa dos requerimentos.

Uma conterrânea de JK, escrevendo de Juiz de Fora em 1958, inicia seu texto de forma bastante comum na correspondência da época: votos de saúde e felicidades para o destinatário e sua família. Dando sequência às *adaptações* feitas, vem a apresentação, embora truncada, do assunto: venho por [meio] desta...

⁸⁸ Ver, a propósito, o já visitado site **Vestibulando: fuja das mal traçadas linhas e elabore uma carta adequada à proposta!** Disponível em <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/blog/namiradoleitor/?id=719224>. Acesso em 11.02.08.

Este tem qm empremeiro
lugar desejo saude e felicidades
para o sr e todos seus.
Venho por desta pedir ao sr

É também o caso da introdução de uma longa carta escrita em fevereiro de 1959, que é iniciada com aquele costumeiro *venho por meio desta* (“venho pelho o meio desta”) e relata ao Presidente Juscelino os acertos e desacertos da venda de mudas de coqueiro-anão ao engenheiro Bernardo Sayão (que, sabemos por outras fontes, na época era dirigente da Novacap). A natureza do relato nos traz outra informação *datada*, quando o caminhoneiro e comerciante se refere ao preço de cada muda, sem especificar a unidade monetária. Pela data da carta, podemos verificar que se tratava do *cruzeiro*⁸⁹.

Venho pelho o meio desta, meo modo de, tendo ab conhecimento da Hess & Linschneia que o Anno Pasado eu entendi de hie vender a Brazilia, usando um baranhão com mudas de Coco Anão gigante e outras mais qualidades de frutíferas, fui vendendo algumas mudas em comenho as que chegaram lá encontrei algumas de particularidades para vender, fizeis vendendo ao Dr. Gaipeiro 440 Pils de Coco a 70.00 cada de Para Nova Caspe

Também como referência a valores monetários, em março de 1958 uma “criada sempre às ordens” pede informações ao “Presidente Jucelino” sobre a localização de um terreno que ganhou em sorteio, e reforça a necessidade urgente de resposta, pois “moro em casa alugada, pago 3.000.00 de aluguel” – quantia que representava quase 80% do salário mínimo de então⁹⁰.

Outra senhora, de Anápolis, reitera que “fomos [ela e seus filhos] um dos primeiros a colaborar com VV.SS para a construção de Brasília, a redenção do Brasil”, mas pede providências para que seja corrigida uma injustiça e reparado um prejuízo em dinheiro. Conta ao Presidente que, acreditando no projeto da mudança da capital, em 1956 entregou ao

⁸⁹ O *cruzeiro* vigorou de 1942 a 1967, quando foi instituído o *cruzeiro novo*. Ver <http://historia.abril.com.br/2006/linhadotempo/moedas.shtml>. Acesso em 15.02.2008.

⁹⁰ Em março de 1958, o salário mínimo era de Cr\$3.800,00. Acessível em <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>. Ver nota 7, em “Tem vaga na capital”.

Governo 270 alqueires de terras (a medida informada é *alqueires*) “dentro do Novo Distrito Federal”, por 216 mil e oitocentos cruzeiros (“preço da desapropriação amigável”). Entretanto, na data em que escreve, agosto de 1958, verifica que aquela quantia foi insuficiente até para comprar um terreno de 70m², pois a prestação custa Cr\$360.000,00:

Sr. Presidente, agora os meus filhos foram comprar um terreno em Brasília, o dinheiro dos 270 alqueires não deu para a compra de 70 metros quadrados Sr. Presidente, pois um terreno custa a prestação cr\$-360.000,00.
Como VV.SS. se vera ficar sabendo a nessa escritura foi a Segunda ou terceira passada, é ai uma prova de que fomos um dos primeiros a celebrar com VV.SS. para a construção de Brasília, a redenção de Brasil.

Vale também lembrar outra carta, esta bem concisa, em que um “brasileiro, maior, residente na Fundação da Casa Popular [...]”, solicita ao presidente da Novacap a concessão de uma barraca para venda de lanches “a fim de servir os visitantes que se destinam à inauguração de Brasília”. Faltavam dezesseis dias para a inauguração, e esse pequeno comerciante, já residente na área da futura capital, percebia que o movimento de convidados e brasileiros, que ali chegariam, representava novas possibilidades de clientela.

O signatário desta, maior, brasileiro, residente na Fundação da Casa Popular, sita a quadra 41, casa 192, vem muito respeitosamente solicitar de V.S. que se digne conceder-lhe = uma barraca para venda de lanches, cigarros e café a fim de = servir os visitantes que se destinam a inauguração de Brasília.

NESTES TERMOS
PEDE DEPERIMENTO

Brasília, 31 de Março de 1 960

Pelas cartas, vou percebendo que *pessoas comuns*, estrangeiras e já radicadas no país, também buscavam informações e apoio para se instalarem em Brasília. Pelas histórias contadas, é possível situar pontos e períodos no tempo, e supor que vários deles procuravam novas perspectivas de vida, fora das regiões de origem, muitas delas atingidas pela Segunda Guerra. Observa-se essa situação na carta do polonês que há doze anos residia em Florianópolis e que pretendia instalar-se na nova capital, como encanador. A data da mensagem é novembro de 1959, e a partir da *qualificação* apresentada por ele – o que ocorre também em outras cartas, também se pode verificar sua idade quando pretendia vir para Brasília:

Sou pólonês, casado há 12 anos na Polônia, com a idade de 36 anos; lá cursei o ginásio-técnico, no ramo da mecânica, tendo então vindo para o Brasil. Aqui, nos últimos 10 anos, venho trabalhando como encanador em construção civil.

A temporalidade e a contextualização histórica estão presentes, aqui e ali. Em carta destinada ao vice-presidente João Goulart, do final de 1958, um “*onesto brasileiro*” de Vermelha, no Espírito Santo, se compromete a “cooperar no nosso PTB [...] na próxima campanha”, e destaca sua condição de eleitor e sua filiação petebista, como a de Jango, remetendo-se aos tempos de Getúlio Vargas (que “deixara a vida para entrar na história” quatro anos antes⁹¹).

E lá está a introdução-padrão de muitas cartas, mas já *adaptada* quanto à concordância (“*Respeitável Saudações*”), e o início formal da mensagem, em que o eleitor de Jango se apresenta não só como brasileiro, mas também como casado e reservista.

Vermelha, 29 de Dezembro de 1958

Exmo Sr. Dr. Jango Goulart

Respeitável Saudações

O apoio a campanhas *mudancistas* ocorridas nas primeiras décadas do século XX – favoráveis à transferência da capital, do litoral para o centro do país – é mencionado como *qualificação* positiva na carta escrita da cidade goiana de Itumbiara, em julho de 1957, em que o remetente solicitava o envio da revista Brasília.

V. Excia. que, aqui em Itumbiara, sempre fui um dos mais ardorosos “mudancistas”, e, somente agora li na “Visão”, que V. Excia. faz publicar o mensário “Brasília”, e entusiasmada mente como a solicitar de V. Excia.

São marcas de tempos, rastros de temporalidade registrada por escrito nas cartas, e assim recuperáveis quando as lemos hoje.

⁹¹ Ver Carta-testamento de Getúlio Vargas, que se suicidou em 24 de agosto de 1954.

Retorno ao diálogo assim possível entre diferentes “Presentes” – um nosso, outros dos que escreveram essas cartas - e assim volto a Walter Benjamin. Volto sempre. Inicialmente, retorno em especial aos seus textos “Sobre o conceito de História” e “O Narrador”, buscando seu pensamento e suas formulações sobre passado, presente, futuro - não como defensor de “uma espécie de acumulação positivista e arquivista da infinita história dos vencidos”, mas indicando que “a salvação do passado não é simplesmente sua conservação integral, mas, mais profundamente, a interrupção do desenrolar incansável da cronologia, isto é a redenção, a liberação [...] dessa temporalidade infinita [...]”⁹².

Benjamin falava em um passado não redimido, e no papel redentor da memória. As cartas podem ter esse papel – penso ao lê-las no Arquivo Público do DF - vestígios que são de um passado que o pesquisador se propõe a reconstruir e, pela História, *salvá-lo* neste Presente. Recorro à sua metáfora da “*constelação* salvadora do passado e do presente **no** presente”⁹³ e à Tese XIV sobre o conceito de História, quando Benjamin trata a história como “objeto de construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio, mas [...] pelo tempo-de-agora”.

E Benjamin também escreveu cartas⁹⁴ ... Mesmo o seu “Sobre o conceito de História” foi mencionado pela primeira vez exatamente em uma carta, escrita por Benjamin a Adorno, em 1940⁹⁵...

Manuseando aquelas cartas únicas escritas para Juscelino, hoje de “acesso sem restrição”, e talvez de destino atualmente ignorado por seus autores, volto a outro texto de Benjamin - sobre “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica”⁹⁶. Sou levada a buscar proximidades e afastamentos, em seu conceito de “aura” da obra de arte, com as características da carta enquanto expressão do imaginário, prática comunicativa e obra *única*. Mesmo sem pretender estabelecer paralelos da carta com a obra de arte, lembro-me de referenciais de Benjamin para analisá-la enquanto “objeto único e sem cópia”, em sua origem, “em oposição à destinação instituída para outros tipos de textos que são produzidos para serem serializados”⁹⁷.

⁹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. O hino, a brisa e a tempestade: dos anjos em Walter Benjamin. In: **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 2ª ed. p. 131.

⁹³ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 15 e 103.

⁹⁴ BENJAMIN, Walter e SCHOLEM, Gershom. **Correspondência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

⁹⁵ LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “ Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 33, 34.

⁹⁶ BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In **Sobre arte, política, linguagem e técnica**. Relógio d’água, Lisboa, 1994.

⁹⁷ CASTILLO, Darcie Doll. **La carta privada como práctica discursiva**: algunos rasgos característicos. Rev. signos. [online]. 2002, vol.35, no.51-52 [citado 11 Mayo 2005], p.33-57. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342002005100003&lng=es&nrm=iso. ISSN 0718-0934.

É talvez a *constelação redentora*, a atualização do passado, a “abertura ao passado” de que trata Jeanne Marie Gagnebin⁹⁸ e à qual se refere Michael Löwy⁹⁹, o que mais torna Benjamin presente nesta pesquisa com cartas. “Para não esquecer, é preciso narrar”, registrava o professor José Walter Nunes em seus comentários, na banca de doutorado de nosso companheiro Luís Antônio Pasquetti¹⁰⁰.

Ao final de seu **Walter Benjamin: aviso de incêndio**, Michael Löwy lembra que, além da de Benjamin, “a obra do historiador E.P. Thompson sobre a formação da classe operária inglesa é outra manifestação extraordinária de ‘reabertura do passado’ ”¹⁰¹. E cita o conhecido trecho do prefácio de Thompson, em que ele afirma tentar salvar seus “formadores da classe operária” dos “imensos ares superiores de condescendência da posteridade”¹⁰².

Já essa “abertura ao passado” poderia ser suficiente para trazer Edward Thompson para uma pesquisa sobre cartas. Mas, neste momento, o que o traz é sua atenção às fontes e seu ofício de pesquisador. Na entrevista por ele concedida a Michael Merrill (um dos membros fundadores da MARHO – Mid-Atlantic Radical Historians Organization) em 1976 e publicada pela primeira vez na *Radical History Review*¹⁰³, conta como começa a considerar mais seriamente o caminho de “fazer-se historiador”, a partir da experiência como professor para turmas de educação de operários. Diz ele, sobre o gosto pela pesquisa:

Penso que é como ser pintor ou poeta. O poeta adora as palavras, o pintor adora as cores. Comecei a achar fascinante a possibilidade de ir ao fundo das coisas, nas fontes mesmas. Penso que apanhei aí este fascínio pelos arquivos.¹⁰⁴

É nesses arquivos ou em fontes avulsas que Thompson encontra “o fundo das coisas”, como diz na entrevista e confirma ao longo de seu trabalho. Entre as fontes, estão a literatura e a poesia, diários, memórias, atas, notas de jornais, hinos, canções. E cartas. Em 1976,

⁹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: Walter Benjamin, *Obras Escolhidas*, São Paulo, Brasiliense, 1987, v. 1: **Magia e Técnica, Arte e Política**. passim.

⁹⁹ LÖWY, Michael. Op.cit.

¹⁰⁰ PASQUETTI, Luís Antônio. **Terra ocupada por múltiplas identidades. 1984 – 2004**. UnB, 06.07.2007.

¹⁰¹ LÖWY, Michael. Op.cit, p. 158-159.

¹⁰² THOMPSON, Edward Palmer. Prefácio. *A Árvore da Vida. A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1. p. 13

¹⁰³ *Radical History Review*, III, n.º. 4 (março 1976), p. 4-25. An Interview with E.P.Thompson”. Transcrita em THOMPSON, E. P. Uma entrevista com E. P. Thompson. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. Citada em FENELON, Déa Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. PUC – SP. Projeto História, São Paulo, (12), out. 1995. p. 77 – 94.

¹⁰⁴ THOMPSON, E. P. Uma entrevista com E. P. Thompson. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. p.305. Tradução como citada em FENELON, Déa Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. PUC – SP. Projeto História, São Paulo, (12), out. 1995. p. 84.

publica em Londres “O delito do anonimato”¹⁰⁵, buscando, em cartas anônimas de ameaça publicadas em jornais londrinos do século XVII, sinais de protesto social que, “à falta de meios abertos de expressão, ignoraríamos por completo”¹⁰⁶. Em **A Formação da Classe Operária Inglesa**¹⁰⁷, Thompson destaca a experiência de organizações como a Sociedade Londrina de Correspondência, que já trazia em seu nome a referência a uma das formas de comunicação e mobilização que aproximava os operários ingleses no século XVIII: a correspondência escrita, a carta.

A carta, aqui a temos: fonte e objeto, vestígio, rastro, marca do tempo e da experiência humana – escrita por pessoas para pessoas; conversa entre ausentes, traços de oralidade, mas escrita.

Traz traços de oralidade, mas é escrita e assim nos permite acesso, pela leitura, em um tempo diferente daquele em que foi produzida. Aqui estamos lendo cartas escritas há cinqüenta anos. É meio de comunicação entre pessoas, a carta. Não se trata de comunicação presencial, pois *media* pessoas que estão distantes.

Mensageira, segue estabelecendo redes, ajustando nós, tecendo intrigas. Mensageira, transita entre campos da arte e do conhecimento, entre tempos e espaços.

Conversas à distância: na Comunicação

Que a carta é um meio de comunicação, pelo senso comum já se reconhece. Desde pessoas que quase só se comunicam pelo contato face a face, até navegadores e viajantes do ciberespaço, a carta é lembrada como uma forma antiga, muito antiga, e ainda existente de troca de notícias e informações. Bate-papo, bilhete, carta, telegrama, telefonema, cada vez mais o e-mail e sistemas como o MSN, têm lugar não contestado no mundo cotidiano da comunicação e no imaginário sobre ele.

Para além da esfera do interpessoal de tipo face-a-face, a carta é então reconhecida como meio de comunicação, e nesse sentido se sustenta considerar sua dimensão midiática, como *mídia*, meio. “Talvez mais ‘mediática’, no sentido das mediações sociais, das relações e das interações”, argumenta o professor João José Curvello – por e-mail¹⁰⁸. Falando dessa

¹⁰⁵ THOMPSON, Edward P. The crime of Anonymity. In HAY, Douglas; LENEBAUGH, Peter; e THOMPSON, E.P. **Albion's Fatal Tree**. Londres: Allen Lane, Penguin Books, 1975. p. 255-308. Transcrito em THOMPSON, E. P. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. p.173-238.

¹⁰⁶ Ibidem. FONTANA, Josep. E.P.Thompson: Historia y lucha de clases. p. 11.

¹⁰⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

¹⁰⁸ Mensagem de João José Azevedo Curvello recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 01.07.2007.

dimensão mediática, Curvello dá continuidade ao assunto e inclui, em sua mensagem, comentários sobre comunicação e escrita, tratados na teoria social de Niklas Luhmann. É o caso de efeitos relevantes da escrita sobre a comunicação, como o da “separação temporal e espacial entre o ato de difundir e o ato de entender”, que vem a produzir “uma enorme quantidade de possibilidades de novas combinações e de reordenamento das seqüências de comunicação”. A escrita – e a carta, enquanto meio de comunicação – “torna difícil o esquecimento do que foi comunicado: sempre se pode dispor do texto. Ela cria também a ilusão de simultaneidade do que não é simultâneo, permitindo recombinar no presente da comunicação outros presentes que são passados e futuros [...]”¹⁰⁹. Para o pesquisador, que se torna leitor de cartas destinadas a outrem e se propõe a dialogar com a própria carta, é oportuna a lembrança de que a escrita “facilita a observação de segunda ordem ou a reflexividade da comunicação: graças à disponibilidade dos textos escritos para a leitura e a releitura, essa comunicação se transforma mais facilmente em objeto de outra comunicação.”¹¹⁰

Por isso mesmo, por estarem presentes no cotidiano e no imaginário, esses meios e processos de comunicação e de escrita estão presentes no campo plural e onipresente da Comunicação. Fui buscar em Lúcia Santaella¹¹¹ o suporte para expressar essa inserção que, se pelo sentir do senso comum é quase óbvia, por outro carrega a complexidade dos fenômenos comunicacionais.

Santaella, para contar a trajetória das pesquisas de Comunicação, trata, em vários momentos, da “pluralidade dos fenômenos que podem ser chamados de comunicacionais e na conseqüentemente polissemia do termo ‘comunicação’ ”¹¹². Ao falar das definições de *comunicação*, Santaella inicialmente volta aos anos noventa, lembrando as discussões sobre sua natureza multidisciplinar e a definição bastante genérica de John Fiske: “interação social através de mensagens”¹¹³. Essa *interação social* certamente incluiria a correspondência escrita, podemos pensar. Sim, certamente. Mas não é simples assim. Muita discussão, muitas abordagens e pontos de vista vêm desdobrando, ampliando, atualizando as definições e os estudos da Comunicação.

¹⁰⁹ Trecho traduzido livremente de CORSI, Giancarlo, ESPOSITO, Elena e BARALDI, Cláudio. **Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann**. México D.F.: Anthropos, Universidad Iberoamericana e Iteso, 1996, p.111. Incluído em Mensagem de João José Azevedo Curvello, cit.

¹¹⁰ Ibidem

¹¹¹ SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

¹¹² Ibidem, p. 16.

¹¹³ FISKE, John. **Introduction to communication studies**. New York: Routledge, 1990. 2ª ed. Citado em SANTAELLA, op. cit., p. 16.

Passando por “teorias, modelos e âmbitos de pesquisa na comunicação”¹¹⁴, Santaella constrói um mapeamento da área, considerando territórios e interfaces, a partir das tradições e “das linhas de força com que a comunicação nos aparece hoje”¹¹⁵. Para tanto, volta aos “universais da comunicação” relacionados por DeVito em 1997, quando apresenta “uma visão sintética dos elementos presentes em toda comunicação humana”:

A comunicação se refere a um ato, realizado por uma ou mais pessoas, de enviar e receber mensagens que são distorcidas pelo *ruído*, ocorrem dentro de um contexto, produzem algum efeito e dão oportunidade à retroalimentação.¹¹⁶

Certamente, nessa definição pode ser incluída a comunicação interpessoal por cartas, que em seqüência podem ser percebidas como possíveis objetos de pesquisa nos “*territórios da comunicação*, delimitados de acordo com os elementos do processo comunicativo”¹¹⁷ e suas interfaces, no mapeamento feito por Santaella:

- o território da mensagem e dos códigos, que abrange pesquisas referentes às linguagens, discursos, sistemas e processos sígnicos, bem como questões referentes aos modos pelos quais as mensagens são, ou não, capazes de deflagrar possíveis efeitos de sentido.
- o território dos meios e modos de produção das mensagens, no qual o foco são as características de cada suporte, canal ou mídia.
- o território do contexto comunicacional das mensagens, que comporta pesquisas sobre a cultura oral, cultura da escrita, cultura de massas, cultura das mídias, cibercultura, bem como sobre “os graus de referencialidade das mensagens ou aquilo que, de maneira menos técnica, costuma ser chamado de conteúdo”¹¹⁸.
- o território do emissor ou fonte de comunicação, em que se busca conhecer, fundamentalmente, *por quem* a mensagem é produzida.
- o território do destino ou recepção da mensagem, que abrange pesquisas não apenas sobre *quem é o receptor*, mas sobre os modos como as mensagens são transmitidas e difundidas.

¹¹⁴ SANTAELLA, op. cit. Título do Capítulo 1.

¹¹⁵ Ibidem, p. 73.

¹¹⁶ DEVITO, Joseph A.. **Human communication: the basic course**. New York: Longman, 1997. 7ª ed. Citado em SANTAELLA, op. cit., p. 84.

¹¹⁷ SANTAELLA, op. cit., p. 86 e seguintes.

¹¹⁸ Ibidem, p. 88

Explorando esses territórios da comunicação, uma pergunta me acompanha: então, que mídia é essa, a das cartas? Mudam as formas, altera-se o tempo da correspondência escrita, transforma-se o perfil dos personagens que se comunicam pela carta. Parafraseando Ecléa Bosi quando trata da memória¹¹⁹ – o que fica, o que significa, nas cartas, como mídia?

Teóricos de mídia como Vicente Romano¹²⁰ propõem uma classificação dos meios de comunicação em primários, secundários e terciários. Pela mídia primária, a comunicação se dá de forma direta e imediata, sem intermediação instrumental entre emissores e receptores – seria, essencialmente, presencial. A mídia secundária pressupõe suporte de mediação, mas apenas por parte do emissor: o destinatário da mensagem não necessita de aparatos especiais para captar seu significado. A mídia terciária requer instrumentos técnicos tanto para a emissão quanto para a recepção.

Norval Baitello Junior menciona explicitamente a carta como meio secundário de comunicação. Remontando a textos de Harry Pross, Baitello cita como mídia secundária “a imagem, a escrita, o impresso, a gravura, a fotografia, também em seus desdobramentos enquanto carta, panfleto, livro, revista, jornal”¹²¹, em que o emissor “se utiliza de prolongamentos para aumentar ou seu tempo de emissão, ou seu espaço de alcance, ou seu impacto sobre o receptor, valendo-se de aparatos, objetos ou suportes materiais que transportam sua mensagem”¹²². No caso das cartas, esses suportes abrangem tecnologias da escrita, desde o lápis e a caneta, até as máquinas de escrever e os computadores, bem como os aparatos de transporte da mensagem, desde os antigos mensageiros até os sistemas de correio.

A questão das formas e dos canais pelos quais nos comunicamos uns com os outros é tratada a todo momento, pelos comunicadores. Edmund Leach, ao registrar problemas de terminologia na área da Comunicação, em uma análise inicial conclui que “a comunicação humana é alcançada através de ações expressivas que operam como *sinais, signos e símbolos*. [...]. Em algumas formas de comunicação, a ação expressiva do emissor é diretamente interpretada pelo receptor. Eu falo, você escuta; eu balanço a cabeça, você me vê fazê-lo.[...]”¹²³. Continuando, refere-se a casos em que a ligação é indireta, e cita a carta como

¹¹⁹ “A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre ‘fica’ o que significa”. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 66.

¹²⁰ ROMANO, Vicente. **Desarrollo y Progreso**: por una ecología de la comunicación. Barcelona: Editorial Teide, 1993.

¹²¹ PROSS, Harry. **Medienforschung**. Darmstadt: Carl Habel, 1971. Citado em BAITELLO JUNIOR, Norval. **O tempo lento e o espaço nulo. Mídia primária, secundária e terciária**. São Paulo: CISC – Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia, 2002. p.3. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/tempolento.pdf>>. Acesso em: 10.06.2007.

¹²² BAITELLO JUNIOR, Norval. Op.cit., p. 3.

¹²³ LEACH, Edmund. **Cultura e comunicação** - a lógica pela qual os símbolos estão ligados - uma introdução ao uso da análise estruturalista em antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 16.

exemplo: “Eu escrevo uma carta e produzo um padrão de sinais e símbolos num pedaço de papel; algum tempo depois, você recebe a carta e interpreta o que eu escrevi”¹²⁴.

Essa intermediação entre quem escreve cartas e quem as recebe rendeu conversas interessantes entre amigos da área da Comunicação. Luís Carlos Iasbeck¹²⁵ apontava a proximidade das cartas com as mídias primárias, lembrando que o lápis e a caneta são sim, aparatos tecnológicos, mas voltava a McLuhan e seus “meios de comunicação como extensão do homem”¹²⁶ e lembrava que as características desses instrumentos de “extensão da mão, para escrever” trariam um caráter primário à comunicação pelas cartas, reiterado pelas possibilidades de coloquialismo e de oralidade na expressão escrita.

Foi em um artigo do professor português Antônio Fidalgo que encontrei uma das conceituações mais expressivas, em termos comunicacionais, para falar de cartas. Fidalgo chama de **comunicação endereçada** essa “forma de comunicação à distância em que o destinatário se encontra identificado”¹²⁷. Fidalgo interessa-se pelo endereçamento da comunicação no contexto da comunicação de massas, por entender que é esse endereçamento o que, de certa forma, “associa a comunicação de massas à comunicação pessoal individualizada [...]”¹²⁸.

Fidalgo parte do anonimato do receptor nos grandes meios de comunicação de massa, na qual a mensagem é dirigida a cada um e a todos que a ela têm acesso (mesmo nos casos de segmentação de públicos), sem importar a identidade dos receptores. Em contraste, pode-se reconhecer na comunicação pessoal uma “relação mútua entre emissor e receptor [:] Ambos estão identificados, sendo a identificação do receptor tão importante quanto ao do emissor”¹²⁹. Quanto a esse aspecto, insere-se a carta como elemento desse “processo comunicativo pessoal”, que ocorre não apenas presencialmente, mas também na comunicação postal e telefônica¹³⁰.

Na comunicação postal, Fidalgo considera o endereço, o sobrescrito, uma “identidade comunicativa”, na medida em que essa é a primeira forma pela qual o destinatário é

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Conversas com Gustavo Castro e Luís Carlos Iasbeck. Maio de 2007.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. **A arte dos slogans**: as técnicas de construção das frases de efeito no texto publicitário. São Paulo: AnnaBlume, 2002.

CASTRO, Gustavo. **O Mito dos Nós - Amor, Arte e Comunicação**. Brasília: Funiversa / Casa das Musas, 2006.

¹²⁶ MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

¹²⁷ FIDALGO, Antônio. **A comunicação endereçada** – o endereçamento da comunicação de massas. II Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Sergipe, Brasil, abril de 1998. p. 4 e 5. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf>. Acesso em 10.05.2007.

¹²⁸ Ibidem, p. 1.

¹²⁹ Ibidem, p. 2.

¹³⁰ Ibidem, p. 2.

identificado. O sobrescrito já é, em si, uma informação. Fidalgo volta ao século XVII, quando o também português Francisco Rodrigues Lobo assim descreve essa indicação:

“Sobrescrito é uma notícia vulgar da pessoa a quem se escreve e do lugar aonde lhe mandam a carta, exprimindo-se nele o nome e a dignidade por onde é mais conhecida, e o do lugar onde naquele tempo assiste.”¹³¹.

Lembro-me, então, das informações comunicativas que se encontram nas formas de sobrescritar envelopes e de iniciar as mensagens para Juscelino Kubitschek, já revelando, nesses endereçamentos de cartas, algo do imaginário sobre o Presidente da República e sobre as capitais itinerantes do país.

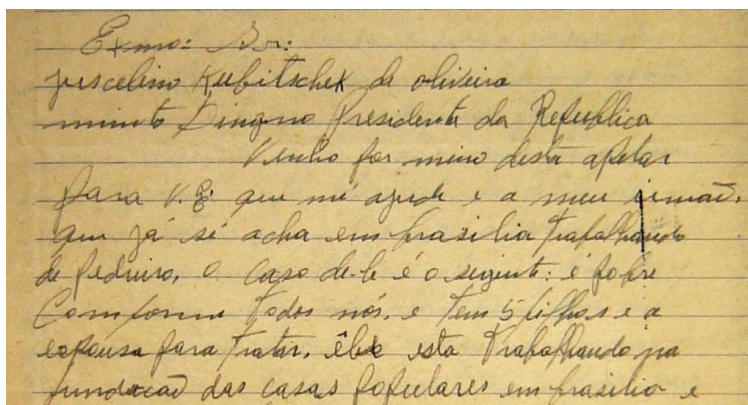
Quando Fidalgo caracteriza a comunicação endereçada como uma comunicação “feita à medida do endereço [...], no pressuposto que a mensagem interessa ao endereçado”¹³², penso em um aspecto que pode ser objeto de outras pesquisas: em que medida interessava, a JK, conhecer o que os brasileiros esperavam da vida na nova capital, e o que respondia ele, ou fazia com que se respondesse, a quem lhe escrevia...

Mas neste momento e nestes escritos, o interesse é por uma comunicação endereçada ao Presidente, pelo lado de quem lhe escrevia cartas: quem era, o que imaginava de Brasília...

¹³¹ LOBO, Francisco Rodrigues. **Corte na Aldeia** (1619). Introdução, fixação de texto e notas de José Adriano de Freitas Carvalho. Lisboa, Editorial Presença, 1992. p.90. Citado em FIDALGO, op. cit., p.4.

¹³² Ibidem, p. 10.

3.2 Cartas para JK¹



A primeira notícia que tive do acervo de cartas para o Presidente Juscelino Kubitschek, existente no Arquivo Público do Distrito Federal, foi pela pesquisa da historiadora Georgete Medley Rodrigues. Em novembro de 1990, Georgete apresentou na UnB sua dissertação de Mestrado **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**, que se baseia na tese de que “a decisão de construir Brasília foi mais um gesto autoritário, entre tantos que povoam a cena política brasileira”². Seu objeto inicial era a propaganda de Brasília à época da transferência da capital, mas a busca nos arquivos revelou “novos atores que surgiam no cenário da construção da cidade: [...] os missivistas que, de todo o Brasil e até de Brasília, se manifestavam sobre a nova capital”³. Assim, a autora se dedica também a mostrar “como a sociedade à qual era dirigida essa propaganda percebeu a construção de Brasília”, a partir de um “correio do passado”⁴ que revelava “qual a imagem e quais os efeitos da construção de Brasília sobre a população que escreveu para membros do governo”⁵.

Georgete Rodrigues registra ter consultado cerca de 500 processos no Arquivo Público do DF, dos quais selecionou 122 cartas escritas para o Presidente da República e “outras figuras do governo”, entre 1956 e 1960. Trechos dessa correspondência são transcritos e

¹ Trecho de carta para JK. Ceres, 05.11.1959. Arquivo Público do DF.

² RODRIGUES, Georgete Medley. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990. Introdução, ii.

³ Ibidem.

⁴ Título do Capítulo III da dissertação citada.

⁵ Ibidem, p. 124.

analisados em termos de como “expressam, no limite, a maneira de ver das milhares de pessoas que migraram para Brasília”⁶.

Quase quinze anos depois da pesquisa de Georgete Rodrigues, essas cartas do Arquivo Público foram de novo visitadas, agora por mim, também em busca da voz daquelas pessoas que um dia escreveram cartas ao Presidente. “Reconheci” vários dos remetentes antes encontrados por Georgete, e suas falas escritas. Os tempos se mesclavam mais uma vez, tornando simultâneos os Presentes de quem escreveu cartas, de quem as leu enquanto destinatário ou mediador original, e das pesquisadoras. O diálogo com as fontes e com as histórias se mostrava atual, no cotidiano da pesquisa.

A expectativa em relação ao acervo que iria encontrar no Arquivo Público do DF era grande. Sabia da existência do Fundo Novacap, que abrigava a documentação referente aos primeiros anos da construção de Brasília, durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek. A partir da orientação dos técnicos do Arquivo e da consulta aos registros de acervo, identifiquei títulos promissores em vários dos Acervos Textuais, que tinham, mais de um, classificações especificadas como de “correspondência”. Mais adiante, quando tratar da construção do método e dos caminhos de pesquisa, pretendo trazer mais informações sobre os acervos e sobre as formas de descortiná-los. Neste momento, apenas um aspecto dessa busca vai ser focado: o que considerar *carta*, nesse mundo de documentos arquivados como *correspondência*.

Naqueles primeiros momentos de pesquisa, lembrava-me das palavras da pesquisadora Maria Rosa Camargo sobre cartas publicadas, disponibilizadas para leitura de todos, que ela se propunha a rastrear e catalogar. Maria Rosa comenta a dificuldade dessa tarefa, que revelava “um oceano (de cartas) no qual vislumbra-se a linha do horizonte, mas se perde a noção das profundezas, e acima é céu aberto”⁷.

Colocava-se uma primeira tarefa: “mergulhar” nas caixas e descobrir que tipos de correspondência abrigavam. E, a partir disso, definir quais desses escritos seriam considerados “cartas” em nossa pesquisa.

Assim, entramos naquele *oceano documental*⁸ de “correspondências (cartas, telegramas, ofícios, radiogramas, exposições de motivos e memorandos), pareceres, portarias, minutas, requerimentos, atestados, conhecimentos (fretes aéreos e rodoviários), despachos e ordens de serviço); livros, relatórios, procurações, formulários (cadastros), contratos,

⁶ Ibidem, p. 204.

⁷ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000. Tese (doutorado). p. 12.

⁸ Expressão utilizada no texto de Maria Rosa Camargo, citado acima.

despachos, fichas de inscrição, recortes de jornais, editais, declarações, escrituras, prospectos, atestados, ofícios, termos de juntada, memorandos, decretos, plantas, estatutos, croquis, laudos de vistorias, atas, memoriais, normas, avisos, revistas, quadro de orçamento, recibos, abaixo-assinados, cronogramas, curriculum vitae, portarias, diplomas, catálogos, circulares, propostas, desenhos, minutas, lei, jornal e notas fiscais”⁹, arquivados como “correspondência”.

A busca era pela palavra de *pessoas comuns* que escreveram para o Presidente JK, deixando marcas do que imaginavam sobre a nova capital – em cartas.

O contato com os quase 1500 documentos pesquisados nas caixas-arquivo catalogadas como de “correspondência” foi levando a recortes que ora se aproximavam, ora se afastavam de definições encontradas em outros estudos sobre cartas. Para nosso objetivo, entrelaçavam-se conceitos como o de público e privado, já que o destinatário era um personagem notoriamente *público*, assim reconhecido pelos remetentes, mas o teor e o tom das mensagens de quem lhe escrevia tinha traços de relatos pessoais, *privados*. Essa diferenciação me ocupou mais ainda enquanto alerta ético para a leitura desses documentos, disponíveis em arquivo *público*, mas de paradeiro hoje, certamente, desconhecido pelos remetentes quase anônimos de cinquenta anos atrás.

Por outro lado, parecia-me reconhecer ali a característica de comunicação interpessoal, de *conversa à distância*, mas havia a peculiaridade da não-proximidade, simbólica e factual, entre os interlocutores. O destinatário era interpelado pelos remetentes devido à sua posição institucional, embora frequentemente a ele se associassem atributos de sociabilidade e proximidade pessoal, além da expectativa de resolução de problemas e da mística da salvação.

Muitos dos que escreviam cartas a JK, em maior ou menor grau, esperavam resolver problemas imediatos que os moviam em busca de melhoria de vida. Ali, pela interveniência do Presidente, se vislumbravam alternativas de salvação.

Pensando em salvação, volto novamente a Walter Benjamin, não apenas quando trata do caráter *redentor* da memória, mas agora em sua crônica “Alarme de Incêndio”¹⁰ e em seus textos em que lembra que o passado é convocado em momentos de perigo, para construir a história do presente. É verdade que Benjamin *avisa o incêndio, alerta* para o perigo de o pesquisador se colocar ao lado das classes dominantes, e isso não acontece neste *Imaginando*

⁹ Arquivo Público do Distrito Federal. Diretoria de Arquivo Permanente. **Instrumento de Busca. Inventário Fundo Novacap**. Brasília, s/d. p. 4, 5, 19, 20. Assuntos e tipologia registrados na subsérie Correspondência das séries Presidência e Administrativa.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. Alarme de Incêndio. In: **Rua de Mão Única**. Obras Escolhidas. Volume II. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 45.

– até porque minhas opções de pesquisa pela “história vista de baixo” vinham se consolidando ao longo do tempo. Assim, os *avisos* de Benjamin vieram reforçar minha escolha não pela correspondência de autoridades, políticos ou empresários para o Presidente JK, e sim de quem estamos considerando *pessoas comuns*¹¹.

Mas me parece encontrar um tipo de *alarme* nas cartas para JK: eram escritas em momentos decisivos, se não de perigo expresso, mas de carências e dificuldades de vida. Foram escritas em situações de tomada de decisão, em que se buscavam formas de enfrentamento dessas dificuldades, e de disposição para mudanças – inclusive, mudança de moradia, para a nova capital do país. Pensava que também era essa, de certa forma, minha disposição de pesquisadora: nos limites da busca de um imaginário esquecido, participar desse movimento de “articular passado e presente, de tal maneira que ambos sejam transformados”¹². A participação do *Imaginando* em um processo de “transformação”, a meu ver, pode se dar na medida em que possa contribuir para a visibilidade do que pensavam as pessoas que, um dia, escreveram aquelas cartas preservadas no Arquivo Público, mas desconhecidas de muitos. Pode ser uma contribuição, penso eu, na medida em que a memória do que se pensava da então *futuro* ou *nova capital* é confrontada com a Brasília de hoje – neste nosso Presente, Futuro daquele Passado.

Volto para o Presente e não só para o *nosso* acervo de cartas, mas para outros e para outras pesquisas. Assim como cada uma daquelas cartas tem suas peculiaridades, também o conjunto da correspondência para o Presidente da República, existente no Arquivo Público do DF, apresenta características de certa forma diversas das cartas pessoais às quais se dedica Maria Rosa Camargo. Não se tratam de laços de amizade, troca de delicadezas do afeto. Não são “objetos esperados, aguardados com impaciência” nem “cartas que alguém escreve para alguém, uma após outra, lidas, relidas, respondidas, [que] vão saindo da impessoalidade, da ‘institucionalidade’ da circulação”¹³. São pessoais quando as vemos pelo lado do remetente que, ao escrever ao Presidente, registra fragmentos de sua vida. É ele, o remetente, quem “conhece” o destinatário. Para o destinatário, aquele remetente é “um entre muitos” dos brasileiros que escrevem para o Presidente. Neste estudo, não fui buscar as respostas

¹¹ Ver, no capítulo *Tecendo Tramas*, discussões metodológicas com base na noção de *entre-lugares*, desenvolvida por Homi Bhabha.

¹² GAGNEBIN, Jeanne Marie. Seis teses sobre as “teses”. In: Revista Cult. São Paulo: Editora Bregantini. n.º. 106 – set. 2006 – ano 9. Dossiê Cult. p. 51.

¹³ CAMARGO, op. cit., p. 52.

encaminhadas pelo Presidente, mas tive notícias¹⁴ de que raramente essas respostas eram preparadas pelo próprio JK.

Também não se caracteriza, nessa correspondência para Juscelino, a seqüência de cartas e a interlocução que permitiriam se acompanhar diálogos à distância, como se deu na pesquisa de Maria Rosa Camargo. Temos, em nossa pesquisa, e é o que buscamos, registros “de um lado só” – do lado de brasileiros comuns que se reportavam ao Presidente da República para dizer o que imaginavam sobre uma nova situação (um projeto nacional, uma nova capital) e sobre sua posição nesse quadro.

Caminhava, então, para o reconhecimento de recortes para definir a *carta* que me interessava ler: embora tratasse de assuntos pessoais e mesmo reservados, na maior parte dos casos essa carta tinha como intenção formular algum pedido ou encaminhar alguma questão a “instâncias superiores”. Assim, e por se dirigir a uma autoridade, o assunto é pessoal mas o documento, ao modo de cada remetente, por vezes é escrito em estilo formal, em tom de requerimento ou peça de processo. Mas, na essência, tem características de carta pessoal. E, quando isso aconteceu, foi assim considerado.

Carta, 13.12.1959

Linguagem informal, assunto do cotidiano.

A carta já é iniciada com a apresentação, simples e direta, do remetente: “É que sou mineiro de São João Evangelista [...]”.

Carta, 31.08.1958

Informal, cotidiano.

No cabeçalho, o tratamento é formal; mas a carta começa com um relato em tom coloquial: “Senhor Presidente, hoje me lembrando a minha vida [...]”

¹⁴ Entrevistas com Nonato Silva e Affonso Heliodoro, atualmente do Instituto Geográfico e Histórico do Distrito Federal. Brasília, 2007 e 2008.

Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas de Oliveira,
 D.D. Presidente da República:

Venho muito respeitosamente solicitar de
 V. Excia., não só favor, mas sim, uma caridade.
 Dr., minha família está quase que passando
 fome, e eu estou aqui lutando para o necessário,
 mais não consigo.

Carta, 15.09.1957

Linguagem formal, assunto do cotidiano.

O texto tem início com o formal “Venho muito respeitosamente”,
 para em seguida relatar necessidades imediatas da família.

Outro desafio conceitual foi se revelando ao folhear os documentos do Arquivo Público¹⁵. Constam do acervo vários abaixo-assinados dirigidos ao Presidente da República ou à direção da Novacap, organizados principalmente por trabalhadores já residentes em áreas do Distrito Federal. Pelos assuntos tratados e pelos vestígios de histórias ali contidos, alguns deles passaram a ser considerados como um tipo de *carta*.

Senhor Dr. Getúlio
 mais não dá para reclamar
 que todos mais querem
 lotes

Abaixo-assinado, sem data

Informal, “reclamando” que querem lotes

Os abaixo assinados, operários da Cerâmica,
 Serraria e Carpintaria do Departamento Industrial, vêm mui respeitosa-
 mente junto de V.Excia. solicitar seja autorizada a continuidade do
 funcionamento de uma quitanda situada nas proximidades destas seções,
 pertencente a Sra. D. Maria Hartiva Laque.

Os motivos que nos levam a fazer esse apêlo
 são os seguintes:

- A referida é u'a viuva de situação financeira precária e não dispõe
 de outros meios de manutenção.
- É responsável pela sobrevivência de duas crianças menores.
- Esse estabelecimento vem servindo, além dos operários abaixo assina-
 dos, outros que trabalham nas imediações, pois sua situação privile-
 giada facilita-os em seus lanches cotidianos.

Abaixo-assinado, 1956

Formal, assuntos do cotidiano

¹⁵ Vale lembrar, novamente, que todas as cartas aqui reproduzidas fazem parte do acervo do Arquivo Público do DF.

O abaixo assinado,
 em Cachoeira Dourada Estado de Minas Ge:
 tedendo colocar-se nas obras em Brasilia:
 a Vossa Excelencia um auxilio para poder:
 aquela localidade, bem assim como um em:
 numerosos filhos.

Abaixo-assinado só de um remetente, 26.01.1959.

Construía-se, assim, a definição da carta para JK que escolhi para ler. Dos quase mil e quinhentos documentos, cheguei a aproximadamente oitenta, depois ampliados para cento e poucos, reconhecidos como cartas, e sobre as quais busquei inicialmente conhecer o período em que foram escritas, quem as assinou e para quem eram destinadas.

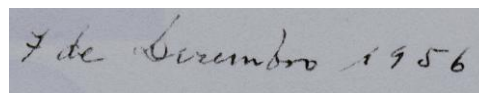
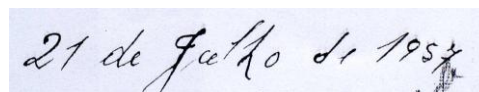
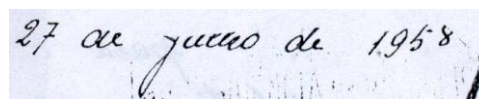
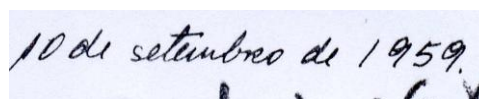
Certamente me lembrava, nesse processo, dos comentários de auxiliares próximos do Presidente Juscelino sobre a perda da memória dos tempos de início da construção, decorrente não só de desgaste ou extravio de material, mas principalmente do descaso pela sua preservação. O Coronel Affonso Heliodoro e o Professor Nonato Silva são enfáticos ao se lamentarem dos tempos do governo Jânio Quadros, quando a posição “contrária a Brasília, contrária a *tudo*” teve como uma das conseqüências essa perda documental – inclusive de cartas escritas para o Presidente JK. Nonato Silva comenta que “algumas das histórias registradas nas cartas, nos pedidos de ajuda, nem estão mais lá, porque talvez algumas daquelas cartas tenham sido silenciadas, pela perda ou extravio...”¹⁶.

Ao longo do lento trabalho de leitura das cartas arquivadas, vêm-me indagações não respondidas: entre essas “cartas silenciadas”, poderiam também estar algumas das que continham críticas ao governo JK e à construção da nova capital? Certamente, aí está outro desafio de pesquisa.

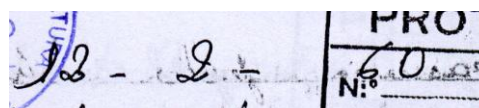
Enfim, nessas aproximadamente 100 cartas escolhidas¹⁷ entre as *sobreviventes*, foram buscados rastros daqueles tempos e ligações com nosso Presente – incluindo essas indagações também sobreviventes.

¹⁶ Entrevista com Nonato Silva. SQS 310, Brasília, em 26.02.2008.

¹⁷ Lembrar a metodologia adotada para a seleção de cartas, relatada no *Tecendo Tramas*.

**De quando são:
de janeiro de 1956
a janeiro de 1961**¹⁸



Juscelino Kubitschek foi personagem da política brasileira por mais de quarenta anos, se contarmos como ponto de partida sua eleição em 1934 como deputado federal, por Minas Gerais, e, como final, o final de sua vida em 1976, como político sem direitos políticos.

Durante todo esse tempo, inclusive durante o exílio de 1964 a 1967, JK recebeu cartas. Eram cartas de brasileiros e de estrangeiros, homens e mulheres, pessoas ilustres e pessoas simples. Dessas cartas enviadas, muitas delas ainda existem – seja em acervos particulares de quem com ele conviveu, seja em arquivos públicos que as preservam porque tinham como destinatário um personagem *público*.

O interesse, aqui, é Brasília, a capital do Brasil a partir de 20 de abril de 1960. O foco está nas cartas movidas por esse interesse. Tratam-se de cartas escritas por pessoas que associavam sua vida pessoal com o projeto de vida na nova capital.

Portanto, são aqui analisadas cartas escritas durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek de Oliveira – de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, quando foi consolidado o projeto de mudança da capital brasileira, do litorâneo Rio de Janeiro, para o interiorano e cerratense¹⁹ Planalto Central.

¹⁸ Imagens: trechos de cartas. Arquivo Público do DF. Reprodução em 2005, 2006.

¹⁹ Cerratense: próprio do cerrado. Expressão utilizada pelo historiador e poeta Paulo Bertran. Ver BERTRAN, Paulo. *Cerratenses*. Brasília: Verano, 1998.

Sob a ótica da nova capital, esse período se inicia com a divulgação do projeto de construção da Brasília – “meta-síntese” do Plano de Governo de Juscelino, em 1956.

Sob a ótica do Arquivo Público do DF, o período se inicia em setembro de 1956, quando é criada a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, que concentrou o recebimento e a guarda desses documentos e os repassou, já nos anos oitenta, ao Arquivo Público do Distrito Federal. Embora o final do mandato de JK tenha ocorrido em janeiro de 1961, lá não se encontram cartas escritas nos últimos meses do período. As cartas mais recentes são de pouco depois da inauguração de Brasília.

São, então, consideradas para análise, as cartas disponíveis no Acervo Textual do Arquivo Público do Distrito Federal, em pastas que abrangem o período de setembro de 1956 a maio de 1960 – tempos de início da construção e de inauguração da cidade.

A propósito, observo que é bastante usual a expressão “tempos *da construção*” em referência ao período *de início* das obras. Sim: de *início*, pois Brasília - e o DF inteiro - estão em processo de construção, continuam sendo construídos. Vale lembrar, aqui, trechos do poema “A luz bate e não volta”, de Carpinejar²⁰:

[...]
 Brasília não é uma cidade pronta, uma cidade armada.
 Lamento dizer: **Brasília não acabou.**
 Candangos, voltem às obras!
 [...]
 Candangos, não são vocês que devem se adaptar à cidade.
 Quem disse isso? **Brasília não está concluída.**
 É a cidade que precisa se adaptar a vocês.
 [...]

Brasília não está concluída, e isso me faz enfatizar que nessas cartas está sendo buscado o que se pensava de Brasília “nos tempos *do início* da construção”.

Marcar datas como limites de análise faz lembrar Alfredo Bosi, quando fala do Tempo e dos Tempos e aponta que “datas são pontas de icebergs”²¹. Naquele artigo de 1992, Bosi toma como uma das datas-símbolo brasileiras o ano de 1956, buscando o que estaria *debaixo dessa ponta de iceberg*. E aqui trazemos elementos para essa busca, pela palavra escrita de quem escreveu e escreve nossa história: trabalhadores, brasileiros comuns que enviaram cartas para o Presidente JK, quando ele era Presidente do Brasil, capital Rio de Janeiro, e também do Brasil, capital Brasília.

²⁰ CARPINEJAR, Fabrício. **A luz bate e não volta**. Correio Braziliense, 21.04.2007. Onze visões de Brasília. Brasília 4+7. Caderno Especial. p.11. Reproduzida por Conceição Freitas em março de 2008: FREITAS, Conceição. **Não acabou**. Correio Braziliense. 06.03.2008. p.38.

²¹ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In NOVAES, Adauto, org. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992. p. 30.

**Quem assina:
trabalhadores,
pessoas comuns**

(...) *Sou um motorista bem documentado e estou no serviço braçal (...).*

Carta para JK.

Saia Velha, Goiás, 15.09.1959.

Inicialmente, pretendia delimitar o universo de remetentes de *cartas a JK* como de “trabalhadores brasileiros”, selecionados entre os diversos correspondentes para JK que tiveram guarita no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Imaginava encontrá-los como maioria dos emissores e imaginava, também, que seriam especialmente da construção civil, naqueles tempos de início da construção de Brasília.

A pesquisa naquele acervo foi revelando, aos poucos, as características da correspondência, e indicando demandas e possibilidades para a classificação necessária. Era *dado a ver*²² que nem toda correspondência podia ser considerada como “cartas”; que as cartas para o Presidente da República não se constituíam maioria, nem as escritas por trabalhadores; que, além dos trabalhadores, outros brasileiros *comuns*²³ se dirigiam ao Presidente em busca de instrumentos e condições mínimas de trabalho e de vida na nova capital.

A primeira aproximação com a correspondência do Fundo Novacap do Arquivo Público do DF resultou no levantamento do material ali existente. Foram catalogados cerca de mil e quinhentos documentos, que inicialmente classifiquei segundo a origem (por Estado) e destinatário.

²² Relembrando Chartier, que assim definia História Cultural: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, **dada a ler.**” CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 16-17.

²³ A propósito da noção de pessoas comuns, voltar às páginas 24 e 76, e ver página 101.

Outra importante variável considerada foi a característica dos remetentes. O acervo continha documentos escritos não só por “pessoas comuns”, trabalhadores, mas também por personagens que tinham maior visibilidade social. Encontramos, entre os remetentes:

Autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, civis e militares, nacionais;
 Autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, civis e militares, de âmbito regional e municipal;
 Representantes do Clero;
 Representantes diplomáticos e estrangeiros;
 Empresários;
 Representantes de empresas;
 Lideranças políticas de Partidos;
 Correligionários e eleitores;
 Profissionais liberais;
 Pequenos empresários e comerciantes;
 Técnicos;
 Trabalhadores urbanos e rurais;
 Sem identificação ocupacional (“trabalhadores braçais”, “pobres”, “desempregados”).

A partir dessa primeira classificação, partimos para o segundo tratamento, que visava selecionar documentos que se pudessem caracterizar como cartas. A princípio, mantivemos a intenção inicial de selecionar cartas escritas por *trabalhadores*. Porém, a descoberta de que não só os típicos *trabalhadores* eram as *pessoas comuns* que escreviam ao Presidente indicou a necessidade de nova significação dos remetentes.

Assim, em um primeiro momento dessa classificação, incorporei aos trabalhadores, como *remetentes*, profissionais autônomos vinculados a pequenos empreendimentos – era o caso de carroceiros, cabeleireira, ambulantes, entre outros, e também pequenos assalariados e pessoas que se apresentavam como “brasileiros pobres”.

Nesse processo, fui me afastando da categoria restrita de *trabalhadores*, e assumindo a aproximação em direção a conceitos como os de *pessoas comuns, simples mortais*²⁴, não-

²⁴ Ao longo da escritura da tese, foi feito e refeito o Roteiro, foram realizadas as filmagens, e foi lançado em Brasília o longa-metragem *Simple Mortais*, do cineasta Mauro Giuntini.

famosos, importantes em seu contexto mais próximo, mas sem visibilidade social – e que escreviam cartas ao Presidente.

Voltei então aos conceitos de *peessoas comuns* e dos personagens da *história vista de baixo*²⁵. Busco a *bricolage* construída por Luiz Geraldo Santos da Silva em seu “Canoeiros do Recife”²⁶, quando define pessoas comuns como “aquelas que se inserem num dado modo de vida – do qual emana uma certa *experiência* – que, por sua vez, faz emergir uma cultura que lhe é, via de regra, correspondente”²⁷.

Relembro a conquista de espaço da visão de mundo dos trabalhadores e das *peessoas comuns*, com a *história vinda de baixo* de que trata Jim Sharpe²⁸, a *história da gente comum* de que falam Hobsbawm²⁹ e os demais ingleses que trabalham com a “*history from below*”³⁰. Em 1966, Edward Thompson dá esse título a um artigo³¹ no qual explicita a “preocupação com a cultura dos operários, em sua dimensão de constituição de modos de vida, de valores, de estruturas de sentido”³².

Para os estudos sobre o imaginário de trabalhadores e *peessoas comuns*, mostra-se especialmente interessante a observação de Jim Sharpe a respeito da “história vista de baixo”: “Ela proporciona também um meio de reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história”³³. Por outro lado, essa perspectiva pode desempenhar um papel importante em relação ao próprio pesquisador e aos leitores que, mesmo não sendo trabalhadores ou de setores ditos populares, têm a oportunidade de se deparar com diferentes versões da realidade, e recordar-se que “nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais”³⁴.

²⁵ A propósito dessas noções de *peessoas comuns* e *história vista de baixo*, voltar às páginas 24 e 76.

²⁶ SILVA, Luiz Geraldo Santos da. *Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850)*. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história** – teoria, método e historiografia. Campinas (SP): Papirus, 1996.

²⁷ Idem, p.94. Para essa “articulação de diversos elementos oriundos de tendências historiográficas muito diferentes”, Luiz Geraldo dialoga com “marxistas britânicos [...], herdeiros da chamada escola dos *Annales* [...], historiadores ingleses não marxistas [...], historiadores da Princeton University”.

²⁸ SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Op.cit. Embora os pontos de vista implícitos em “*vinda de baixo*”, ou “*vista de baixo*” sejam diferentes, ambas as expressões referem-se à perspectiva de privilegiar a história das pessoas comuns.

²⁹ HOBBSAWM, Eric J. *A outra História – algumas reflexões*. In: KRANTZ, Frederick. **A outra História – ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XVIII**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

³⁰ Sharpe registra, além do artigo de Edward Thompson, outras utilizações pioneiras, da expressão “história vista de baixo”, em 1985 e 1988. Ver SHARPE, op.cit, p.40-41.

³¹ THOMPSON, E.P. *History from below*. The Times Literary Supplement. April 7, 1966, p. 279-81. Apud FENELON, Déa Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. PUC – SP. Projeto História, São Paulo, (12), out. 1995. p. 82.

³² FENELON, Déa R. Op. cit, p. 82.

³³ SHARPE, Jim. Op.cit., p.59.

³⁴ Ibidem, p.60.

Sharpe lembra, então, que um dos propósitos da História é “prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem”³⁵. Essa discussão me remetia ao *Imaginando* e às várias cartas que traziam indicações, por parte de quem as escrevia, de um sentimento de “pertencimento” ao país, a partir do projeto de construção da nova capital. Aí poderiam estar indicações, *para quem escreve ou lê a História*, não só para pensar no imaginário sobre Brasília, como também na formação de uma identidade nacional.

Confirmava-se, para mim, a opção teórica de *ler* o imaginário expresso nas cartas com o olhar da *história vista de baixo* – tratando de cartas escritas por *pessoas comuns*.

Mas a pesquisa é assim: torna visíveis as histórias, convida ao vaivém de conceitos. O convívio com as cartas foi revelando que essas *pessoas comuns* se identificavam, sim, como trabalhadores. As indicações eram sutis, mas ali estavam.

As situações de vida que aqui e ali apareciam nas entrelinhas me fizeram voltar à caracterização, agora transformada, dos remetentes como trabalhadores: trabalhadores, pessoas comuns.

Esses conceitos foram se construindo ao longo da pesquisa, e essa é a história que conto agora.

Aquelas pessoas comuns, os trabalhadores

Um caminho convencional para a classificação dos nossos missivistas enquanto *trabalhadores brasileiros* poderia ser a CBO – Classificação Brasileira de Ocupações – classificação oficial, considerada como o “documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro”³⁶.

A CBO abriga os seguintes 10 Grandes Grupos (e seus 47 Subgrupos principais, 192 Subgrupos, 596 Famílias Ocupacionais e 2422 Ocupações):

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO 2002** – Classificação Brasileira de Ocupações. <http://www.mtecbo.gov.br/informacao.asp>. Acesso em 10.05.2007.

0	Forças Armadas, Policiais e Bombeiros Militares
1	Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes
2	Profissionais das ciências e das artes
3	Técnicos de nível médio
4	Trabalhadores de serviços administrativos
5	Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados
6	Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca
7	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
8	Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais
9	Trabalhadores de manutenção e reparação

A pesquisa com as cartas para JK nos indicava que, entre esses dez Grandes Grupos, poder-se-ia considerar que sete³⁷ abrigavam ocupações indicadas pelos nossos remetentes que estávamos nomeando, genericamente, como trabalhadores:

Técnicos de Nível Médio³⁸

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, conhecimentos técnicos e experiência de uma ou várias disciplinas das ciências físicas e biológicas ou das ciências sociais e humanas. Técnicos polivalentes; Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins; Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins; Professores leigos e de nível médio; Técnicos de nível médio em serviços de transportes; Técnicos de nível médio nas ciências administrativas; Técnicos de nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos; Outros técnicos de nível médio.

Trabalhadores de Serviços Administrativos

Compreende aqueles que realizam trabalhos burocráticos, sem contato constante com o público, e trabalhadores administrativos de atendimento ao público. Escriturários; Trabalhadores de atendimento ao público.

Trabalhadores dos Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados

Compreende as ocupações cujas tarefas principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a prestação de serviços às pessoas, serviços de proteção e segurança ou a venda de mercadorias em comércio e mercados. Trabalhadores dos serviços; Vendedores e prestadores de serviços do comércio.

Trabalhadores Agropecuários, Florestais e da Pesca

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e a experiência necessários para a obtenção de produtos da agricultura, da silvicultura e da pesca. Produtores na exploração agropecuária; Trabalhadores na exploração agropecuária; Pescadores e extrativistas florestais; Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal.

³⁷ Ibidem

³⁸ As denominações dos Grupos e sua descrição são aqueles que constam da CBO.

Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais. Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; Trabalhadores da transformação de metais e compósitos; Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; Trabalhadores das indústrias têxtil, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; Trabalhadores de funções transversais (tais como operadores de robôs, de veículos operados e controlados remotamente, condutores de equipamento de elevação e movimentação de cargas etc.).

Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem para seu desempenho os conhecimentos e as atividades necessários para produzir bens e serviços industriais. Trabalhadores em indústrias de processos contínuos e outras indústrias; Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose e papel; Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; Operadores de produção, captação, tratamento e distribuição (energia, água e utilidades).

Trabalhadores de Reparação e Manutenção

Compreende as ocupações cujas atividades principais requerem, para seu desempenho, os conhecimentos e as atividades necessários para reparar e manter toda a sorte de bens e equipamentos, seja para uso pessoal, de instituições, empresas e do governo. Operadores de outras instalações industriais; Trabalhadores em serviços de reparação e manutenção mecânica; Polimantenedores; Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação.

Sem dúvida, reconhecemos a importância da CBO como classificação referencial para levantamentos amostrais e censitários e para registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho do País³⁹. Mas a pesquisa é assim: as cartas pediam mais do que classificações oficiais, pois os temas tratados e os relatos de vida traziam informações que ultrapassavam os critérios técnicos ali adotados.

A formação em Sociologia nos anos setenta me induzia a pensar no trabalho, e no trabalhador, pelas mãos de Marx. Por outro lado, a aproximação com os estudos da História e o acompanhamento dos caminhos da própria Sociologia possibilitavam o contato com releituras de Marx e com as discussões sobre as “matrizes de interpretação *denunciadas* como não mais satisfatórias para explicar o real”, relacionadas por Sandra Pesavento quando trata dos fundamentos da História Cultural e da *grande virada* da História⁴⁰.

³⁹ Idem

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Capítulo I – Clio e a *grande virada* da História.

A pesquisa com as cartas para Juscelino e a atenção privilegiada para os remetentes *simples* me faziam confirmar que, naqueles textos marcados pela busca de melhores condições de vida, o objeto principal de análise não eram os possíveis traços de *luta* ou de *consciência de classe*. Relendo os resultados dos debates publicados em “Marx morreu, viva Marx!”, coordenado por Bárbara Freitag e Maria Francisca Pinheiro em 1993⁴¹, reconhecia, sim, que as cartas falavam de situações de pobreza e desigualdade, e de utopias que, de alguma forma, mantêm “Marx vivo”. Mas reconhecia, também, que as cartas *sopravam*⁴² interesses outros sobre o trabalho e o trabalhador, além da *praxis* da luta de classes.

Ainda pelas mãos da Sociologia, nos aproximamos, com o olhar da busca conceitual, do período da mudança da capital para Brasília: era o final da década de 50, quando se firmavam os estudos da Sociologia do Trabalho, no Brasil.

A população brasileira apresentava, nesses anos 50, perfil predominantemente rural e as migrações internas se intensificavam. O Censo Demográfico de 1950 indicava que, na década de 1940/1950, dos quase 52 milhões de habitantes do país, 64% moravam no campo. O Censo de 1960 registrava proporções menores nessa relação: das mais de 70 milhões de pessoas residentes no Brasil, 55% tinham domicílio rural durante os anos 1950/1960⁴³ – que abrangem o período do início da construção de Brasília.

Já se observava que, nos anos cinqüenta, o crescimento da população urbana, no Brasil, era expressivo, em termos absolutos e relativos. Sua taxa de variação nesse período chegou a 66,7%, bem mais elevada do que a da população rural, que foi de 16,9%⁴⁴. O Censo de 1970 registra, pela primeira vez, que mais de metade da população brasileira (56%) morava em áreas urbanas⁴⁵. São dados que se referem às transformações decorridas no período entre 1960 e 1970 – que inclui os tempos da inauguração da nova capital.

Se bem que o perfil predominantemente urbano da população brasileira só se define a partir dos anos sessenta, aqueles *anos dourados* da década de 50 foram marcantes em termos de transformações econômicas, sociais, culturais, para a sociedade brasileira – “sociedade em movimento”⁴⁶. Esse “movimento” se dava simbolicamente, em termos de mudanças de

⁴¹ FREITAG, Bárbara e PINHEIRO, Maria Francisca (orgs.). **Marx morreu, viva Marx!** Campinas, SP: Papirus, 1993.

⁴² A expressão “soprar”, tal como Maffesoli a utiliza em *Lógica da Dominação*, inspira várias passagens desta tese. MAFFESOLI, Michel. **Lógica da Dominação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, Cap. VII – A lógica da dominação, p. 148.

⁴³ MERRICK, T. e GRAHAM, D. **População e Desenvolvimento no Brasil – de 1800 até a atualidade**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. Quadro 8.3, p. 241.

⁴⁴ Dados dos Censos Demográficos de 1950 e de 1960, citados e analisados em IBGE. **Crescimento e distribuição da população brasileira: 1940-1980**. Rio de Janeiro, 1981.

⁴⁵ MERRICK e GRAHAM, op.cit., p. 241.

⁴⁶ Citado em CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando, direção. **Coleção História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 585.

consumo, de comportamento, de acesso a informação, e de deslocamentos no espaço. Vai se consolidando também o campo dos estudos das migrações internas, com reflexos nas metodologias de registro e análise dos movimentos migratórios. Já o Censo Demográfico de 1960 indica que houve expressivo movimento migratório inter-regional durante a década de 1950/1960⁴⁷.

O Planalto Central, para onde se transferia a sede do Governo, era um dos destinos da migração, constituída especialmente de nordestinos e dos vizinhos goianos e mineiros, muitos agora incorporados ao novo Distrito Federal. Assim nos diz o poeta Nicolas Behr, sobre Brasília e o Distrito Federal – Quadrilátero Cruls *plantado* em terras goianas:

ilha cercada de goiás por todos os lados
nós, goianos do quadradinho⁴⁸

Os dados demográficos referentes à década de 50 não nos dizem muito sobre esse movimento rumo ao Planalto Central, pois é a partir do Censo de 70 que o detalhamento de informações sobre migrações se aprimora no que toca às etapas migratórias. Mas temos informações que indicam o crescimento da população no Centro Oeste, nesses 20 anos que vão de 1940 a 1970, revelando o forte incremento urbano no período de '50 a '70.

Comparando-se as respectivas “taxas médias geométricas de incremento anual”, observa-se que no período 1940/1950, a taxa foi de 9,05%, e de 9,24% nos anos 1950/1960 (em contraste com 4,57% no período de 1940/1950). O Distrito Federal, que evidentemente só é considerado a partir de 1960, registra a alta taxa de 19,31% no período de 1960/1970. Para Goiás, onde a partir de 1957 se constrói Brasília, registra-se significativo aumento da taxa de crescimento urbano nos anos de 1950 a 1960 (8,88%, em contraste com os 5,63% do período 1940/1950)⁴⁹.

Quantitativamente, os dados nos mostram movimento no espaço e mudanças no perfil da população brasileira, e, o que mais nos interessa aqui, mudanças no cenário do Centro-Oeste, de Goiás, do Distrito Federal que se instalava. As histórias de vida contadas na fala e nas cartas nos dizem que esses migrantes vinham para a futura capital, principalmente, de áreas rurais e de pequenas cidades. Falam de etapas de migração e contam que, mesmo sendo de origem rural, esses brasileiros buscavam sonhos de cidade – buscavam novos

⁴⁷ MERRICK e GRAHAM, op.cit., p. 161, 174.

⁴⁸ BEHR, Nicolas. **BraXília revisitada**. Brasília: LGE Editora, 2004. p. 30.

⁴⁹ Todas as informações citadas sobre taxas médias geométricas de incremento anual estão em IBGE. **Crescimento e distribuição da população brasileira: 1940-1980**, op.cit., Tabela 4, p. 46.

espaços de vida, nesse novo espaço urbano. E demandavam ocupações urbanas. Isso, as cartas mostram.

As cartas falam de expectativas de mudança e de projetos a serem, talvez, construídos em uma região imaginada. Mas, se sabemos das expectativas, não sabemos quem, e quantos deles, efetivaram a mudança, a migração para o Planalto Central. Sabemos, sim, que foi de migrantes, de brasileiros vindos de vários pontos do país, que foi se construindo a nova capital. Em recente publicação sobre migração e identidade, a lingüista Maria Jandyra Cavalcanti Cunha assim se refere a Brasília:

(...) Brasília – uma cidade forjada pela pá e o formão dos candangos, os operários migrantes que ligaram o norte do país ao sul, o leste ao oeste, em uma estrada com começo no passado e direção no futuro.⁵⁰

Mas não sabemos quem, ou quantos dos que escreveram cartas ao Presidente, efetivamente aqui chegaram. Muitas das cartas são escritas de locais mais, ou menos distantes do novo Distrito Federal, expressando intenções, esperanças e busca de certezas em relação a possíveis mudanças para o centro do país. De migração confirmada, só temos notícias pelas cartas já escritas de Brasília, dos acampamentos de operários, das cidades que se criavam ou se reorganizavam como componentes do DF.

Mesmo assim, certamente a conceituação do *trabalhador* que escrevia ao Presidente pode valer-se de pesquisas sobre migrações e migrantes, associados aos diversos e diversificados estudos sobre a *formação da classe operária brasileira*⁵¹ e sobre a *emergência de uma classe operária nativa como grupo social significativo*⁵².

Em busca de conceitos, retornamos, as cartas e eu, aos “desafios interpretativos que se colocaram aos analistas brasileiros do trabalho”⁵³ e das migrações, então envolvidos no quadro do “debate internacional sobre a modernização e o (sub)desenvolvimento”⁵⁴, a mudança social, a urbanização. E me arrisco por novos olhares.

⁵⁰ CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007. Apresentação, p. 11.

⁵¹ Ver, a propósito: PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LEITE LOPES, J. S. (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/Ed. da UFRJ, 1987. p. 53-101.

⁵² GUIMARÃES, Nadya Araújo. Programa da Disciplina Trabalho e Mudança Social no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Semestre: 01/2004.

http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/FSL5046_Trabalho_e_Mudanca_Social_2004_difusao.pdf. Acesso em 11.05.2007.

⁵³ Ibidem, Objetivos.

⁵⁴ Ibidem, Unidade I.

Sigo na busca do perfil dos remetentes de cartas entre as categorias, os modelos de análise, as teorias, estilos metodológicos e desenhos de investigação da Sociologia do Trabalho.

Nesse caminho, encontro os trabalhos recentes de Maria Inês Rosa⁵⁵, que faz uma releitura do que denomina “a herança clássica e as novas orientações teóricas sobre o trabalho”⁵⁶, trazendo sua crítica à “temporalidade econômica capitalista” dominante nessas abordagens. Nessa releitura e construção, a autora reencontra estudiosos como Leôncio Martins Rodrigues, Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luís Pereira, Antônio Sérgio Guimarães, Nadya Araújo Guimarães, Ruy Quadros, e mais Norbert Elias, Foucault, Bourdieu, Derrida, o velho Marx. Traz o suporte de Yves Schwartz, com a perspectiva da Ergologia – “nova conduta no campo das ciências humanas que objetiva conhecer as situações de trabalho na perspectiva de intervenções que visem transformar e melhorar situações e trabalho”⁵⁷.

A metodologia de pesquisa adotada por Maria Inês Rosa privilegia o contato com trabalhadores de uma grande empresa paulistana do ramo metal-mecânico, que são entrevistados em dois momentos, dando seu testemunho sobre o que fazem e o que fazem com eles⁵⁸. O interesse em compreender os remetentes de cartas como *sujeitos* das histórias sobre Brasília me aproximou da opção de Maria Inês, de considerar o trabalhador como sujeito - “sujeito que detém um conhecimento, que fala de si e dos outros”. Isso diferenciava sua pesquisa de muitas outras, que consideravam como instância central a empresa, e não o trabalhador. Coerentemente, a Autora privilegiava os *testemunhos* dados pelos trabalhadores ao longo do período de pesquisa.

Além dessas opções, em sua pesquisa encontramos subsídios interessantes para a nossa conceituação do missivista/trabalhador. Ao considerar “as mudanças no trabalho como mudanças no ‘uso de si’ ”⁵⁹, ela recorre aos testemunhos de trabalhadores, distinguindo-os entre *operários* e *não-operários*⁶⁰. Embora a conceituação de “trabalhador”, e a classificação em “operários” e “não-operários” não mereçam discussão aprofundada na pesquisa, a questão é colocada e algumas diferenciações são registradas. Entre os “operários”, considera aqueles

⁵⁵ ROSA, Maria Inês. **Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

⁵⁶ Ibidem. Pg. XVII. Prefácio de Heloísa Helena T. de Souza Martins.

⁵⁷ Seminário “Ergologia: Perspectiva de aproximação com a Saúde do Trabalhador. Conhecendo a atividade humana para transformar as situações de trabalho”. Salvador: Fundacentro, Centro Regional da Bahia, março de 2005. http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/CURSOS_E_EVENTOS/SeminarioErgologia.pdf. Acesso em 11.05.2007

⁵⁸ ROSA, Maria Inês, 2004. Prefácio, p. XVIII.

⁵⁹ Ibidem. Apresentação. p. XXIII.

⁶⁰ Ibidem, especialmente Capítulo 3 – Trabalhadores, trabalho e pesquisa de campo. Ver Quadro I (pg. 107) e Quadro II (pg. 108).

que trabalham nos setores em que se inserem suas atividades de trabalho, segundo o fluxo de produção da empresa, incluindo a “área de apoio”. Entre os “não-operários”, inclui trabalhadores inseridos em ocupações que requerem maior especialização, bem como outros ligados a áreas não diretamente ligadas ao fluxo produtivo.

A propósito da classificação de profissões, volto a uma pesquisa dirigida pelo sociólogo Bertram Hutchinson⁶¹ no final da década de 50, em São Paulo. Seguindo seus estudos sobre “escala de prestígio”, Hutchinson convidou moradores da cidade a classificar e ordenar 30 profissões a eles apresentadas. Os resultados desse escalonamento foram reinterpretados, mais tarde, por Novais e Cardoso, no âmbito da *História da Vida Privada no Brasil*⁶², sob a ótica da *sociabilidade moderna* (dos anos pós-30). Os autores observam que os critérios utilizados no escalonamento original, dos anos 50, foram os de remuneração e de hierarquia de ocupações:

O julgamento foi realizado, portanto, a partir de dois critérios de valor: o critério de *valor mercantil* de cada profissão, que procurou obedecer à hierarquia dos rendimentos, informados aos entrevistados, e o critério de *valor social*, que considerou a importância para a vida coletiva.”⁶³

A partir disso, os autores organizam novo agrupamento das ocupações originalmente ordenadas⁶⁴:

Grupo 1 (da “base da sociedade”): lixeiro, estivador, trabalhador agrícola, pedreiro, garçom.

Grupo 2 (do “trabalho qualificado”): condutor de trens, carpinteiro, tratorista, cozinheiro de restaurante de primeira classe, balconista, motorista, mecânico.

Grupo 3 (da “classe média”): dono de pequeno estabelecimento comercial, professor primário, funcionário público de nível médio, escriturário, viajante comercial, empreiteiro, sitiante, despachante, guarda-civil.

Grupo 4 (do “topo da sociedade”): diretor superintendente, fazendeiro, gerentes, advogado, médico.

Verifico, hoje, que várias das ocupações relacionadas nos Grupos 1, 2 e 3 constam entre aquelas com que nossos remetentes de cartas se apresentam ao Presidente da República. É isto que nos prende a atenção a essa classificação: a identificação é feita pelos remetentes: a única informação de que dispomos sobre a ocupação desses missivistas é aquela que eles

⁶¹ HUTCHINSON, Bertram et al. *Mobilidade e trabalho – um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

⁶² CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando. op. cit.

⁶³ Ibidem, p. 588.

⁶⁴ Ibidem, p. 586, 587.

registram nas cartas, às vezes como identificação inicial, às vezes ao longo da história contada ou do pedido encaminhado ao Presidente. Nesse sentido, estudos que se baseiam em auto-identificação ocupacional nos interessam, quando se trata de imaginário e de *comunicação endereçada*⁶⁵.

E a pesquisa seguia (segue) assim: vaivém entre pesquisas já feitas, releituras, novas descobertas e perguntas. Um procedimento era permanente, nessa busca de conceituação dos remetentes: a volta às suas histórias, aos seus relatos, acenos e pedidos feitos por carta. Algo em comum, nessas cartas, estava em foco: a busca de oportunidades novas, na nova capital. Não eram as escalas de prestígio, e também não a consciência de classe, não eram as lutas de classe que me acenavam, nas cartas. Era, sim, o entrelaçamento de projetos pessoais com o projeto de mudança da capital brasileira para o Planalto Central. Era a busca de visibilidade social a partir do envio de uma carta ao Presidente da República. Nas cartas, estavam as marcas do tempo e da experiência de cada remetente.

Experiência – aí estava uma pista para a conceituação do trabalhador, pessoa comum que escrevia para JK. Não pelas mãos de Marx, mas pelas mãos de Edward Thompson, voltei às cartas em busca do *nosso sujeito da História*.

Nas cartas, parecem pulsar a experiência social (“a mais rica das possibilidades históricas”, para Thompson⁶⁶) e o “‘fazer-se’ dos sujeitos históricos em sua prática social” enfatizado por ele em sua *Formação da Classe Operária Inglesa*⁶⁷.

Quando os remetentes de cartas se identificam pela sua ocupação à época, ou pela expectativa de emprego na nova capital, isso se faz em meio a relatos de vida. São relatos simples, nem sempre de muitas palavras: são linhas cotidianas, sem nada de épico além da declaração expressa ou implícita de se pretender mudar de moradia e de vida, rumo ao Planalto Central.

Mas naquele momento de *comunicação endereçada*⁶⁸, aparece, por escrito, o sujeito de uma trajetória de vida, que busca oportunidades de mudança no novo espaço social e político por ele vislumbrado em Brasília.

⁶⁵ Expressão utilizada pelo comunicador português Antônio Fidalgo. FIDALGO, Antônio. **A comunicação endereçada – o endereçamento da comunicação de massas**. II Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Sergipe, Brasil, Abril de 1998. Em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf>. Acesso em 10.05.2007

⁶⁶ FENELON, Déa R. Op.cit, pg. 77

⁶⁷ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

⁶⁸ FIDALGO, Antônio. Op.cit.

Nas linhas e entrelinhas das cartas, aparecem mais que referências econômicas que possam justificar a classificação de seus remetentes como “trabalhadores”: estão ali relatos de pessoas, de experiências “nos modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos (...)”⁶⁹. São pessoas que “também experimentam sua experiência como sentimento (...)”⁷⁰.

São trabalhadores, sim, porque embasam seus pedidos ao Presidente da República em expectativas de atividade produtiva no Distrito Federal, que lhes garanta remuneração e sobrevivência.

Neste caso, a “identidade de seus interesses”⁷¹ pauta-se pelo projeto de vida na nova capital imaginada, e não necessariamente “contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”⁷². Essa identidade de interesses agrega, sim, como trabalhadores, *peessoas comuns*, não apenas operários, mas também trabalhadores braçais que “procuram qualquer serviço”, pessoas ligadas a serviços urbanos, pequenos funcionários públicos, técnicos e comerciantes. Vários deles, homens e mulheres, se identificam simplesmente como “pobres”, “humildes”, “desempregados”.

Volto a Thompson, quando fala da primeira das “diretrizes” da Sociedade Londrina de Correspondência – SLC, fundada em 1792: “que o número dos nossos membros seja ilimitado”⁷³. O critério de admissão à SLC não explicitava a ocupação de cada um, mas sim uma identidade de interesses pela participação democrática na política inglesa.

Ao longo de seu *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson traz à história os ofícios, as tradições e novos papéis de tecelões, meeiros, artesãos⁷⁴, lojistas, artífices mecânicos⁷⁵, sapateiros, mestres alfaiates, carpinteiros⁷⁶, oficiais calceiros, impressores, gravadores⁷⁷, mineiros, oleiros, couteiros⁷⁸, “nova classe manufatureira”⁷⁹, oficial fiandeiro de algodão⁸⁰.

No segundo volume – *A Maldição de Adão* -, Thompson se detém na “experiência de mudança de vida de três grupos de trabalhadores”⁸¹ durante a Revolução Industrial⁸²:

⁶⁹ FENELON, Déa R.. Op. cit., p. 86

⁷⁰ THOMPSON, E.P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 189.

⁷¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. v.1 – **A Árvore da Liberdade**. p. 10.

⁷² *Ibidem*.

⁷³ *Ibidem*, p. 15

⁷⁴ THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. v.1 – **A Árvore da Liberdade**. p. 13

⁷⁵ *Ibidem*, p. 16

⁷⁶ *Ibidem*, p. 18

⁷⁷ *Ibidem*, p. 19

⁷⁸ *Ibidem*, p. 59

⁷⁹ *Ibidem*, p. 60

⁸⁰ THOMPSON, E. P.. *A formação da classe operária inglesa*. v.II – **A Maldição de Adão**. p. 23 a 27.

⁸¹ *Ibidem*, p. 38

trabalhadores rurais, artesãos urbanos e tecelões artesanais. Para realizar essa análise, Thompson discute a cada passo os impasses metodológicos para estabelecer “padrões” a partir dos dados e das interpretações existentes, e dá visibilidade às condições de vida e às peculiaridades do mundo do trabalho para esses grupos.

Em 1987, mesmo ano da edição brasileira de *A Formação da Classe Operária na Inglaterra*, é publicado o artigo “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”⁸³, em que o cenário de que Maria Célia Paoli trata é o da formação, ou do *fazer-se*, da classe operária, sim, mas no Brasil – não no século XIX, mas nos anos 30 e 40 do século XX. A autora fala da “visível heterogeneidade da sociedade brasileira”⁸⁴ e da “diversidade de experiências vividas no interior das relações sociais”⁸⁵, e traz para discussão um aspecto que muito nos interessa nesta busca de expressões do imaginário nas cartas para JK: trata-se do sujeito da fala, do construtor da versão apresentada, do ator que Betinho inclui em suas categorias de análise de conjuntura⁸⁶.

Maria Célia Paoli observa que “o registro brasileiro da formação cotidiana dos trabalhadores urbanos aparece sob todas as formas, menos como expressão direta dos próprios trabalhadores”⁸⁷. Cita como fontes de registro os textos políticos de partidos, os jornais sindicais, os textos institucionais do Estado brasileiro e de agentes de Estados estrangeiros, os textos de antigos militantes, as publicações da imprensa e de empresários – todos, registros sobre o trabalhador “na fala dos outros”.

Na apresentação da coletânea, o organizador, Leite Lopes, observa que “fala dos outros” implica o reconhecimento de uma “fala própria”. E alerta para a necessidade de que esse “discurso próprio dos trabalhadores” não fique isento de trabalho crítico por parte do pesquisador. Leite Lopes reitera essa recomendação, lembrando que a crítica é indispensável, mesmo quando privilegiamos a “fala própria” do trabalhador por nela reconhecermos uma “história vista de baixo”, ou quando escolhemos torná-la visível ou audível por ter sido “silenciada” por tanto tempo.

Essa precaução metodológica é oportuna quando lidamos com as cartas para o Presidente da República, escritas por trabalhadores, pessoas simples, que deixaram poucos registros, ou nenhum outro, de suas perspectivas em relação à capital que se construía. De outro lado, são numerosos e de fácil acesso os registros oficiais sobre a construção e

⁸² THOMPSON, E. P.. A formação da classe operária inglesa. v.I – *A Árvore da Liberdade*. p. 12

⁸³ PAOLI, Maria Célia, op. cit.

⁸⁴ Ibidem, p. 55

⁸⁵ Ibidem, p. 56

⁸⁶ BETINHO (Herbert José de Souza). *Como se faz análise de conjuntura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 26ª edição. p. 12.

⁸⁷ PAOLI, Maria Célia, op. cit.. p. 59

consolidação de Brasília, tanto aqueles de quem estava na gestão do processo, como os que a ele se opunham.

O candango, o migrante que veio dar vida ao grande projeto, certamente está presente nas “falas dos outros”. E tem voz própria, nas cartas que escreveu.

A propósito, vale lembrar a discussão sobre os “discursos fantasmagóricos” aos quais se refere Homi Bhabha⁸⁸, e o que comenta Maria Helena Pereira Toledo Machado⁸⁹ a respeito do assunto. A autora, interessada em tratar da história e da construção de narrativas dos *subalternos* e dos *excluídos*, comenta sobre o desafio que é *recuperar* os discursos por eles construídos, inclusive porque, em geral, “não produzem materiais que contenham suas próprias versões”. Lembramos, aqui, que *cartas* podem se constituir material significativo para essa recuperação de versões e de imaginário.

Portanto, quem assina...

Foram permanentes as voltas às cartas, buscando nas palavras de quem as escreveu as experiências de vida que possibilitariam a construção de um conceito digno de incorporá-los.

Foram muitos os convites a pensadores e pesquisadores que buscaram conceituações e construíram análises sobre o processo de trabalho, sobre migrações, sobre experiências de vida – sobre pessoas, sujeitos da História.

Ao contar essas idas e vindas, certamente já fui delineando o perfil dos remetentes de cartas para JK de quem pretendo me aproximar aqui, buscando seu imaginário sobre Brasília, ali expresso.

A partir dessa busca, registro aqui os traços mais marcantes desses remetentes:

⁸⁸ Novamente, ver comentários sobre o assunto no *Tecendo Tramas*.

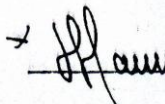
⁸⁹ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectivas. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007. p.59.

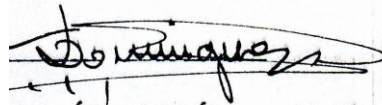
- Homens e mulheres brasileiros (ou estrangeiros aqui radicados) que sabiam ler e escrever, ou que tinham acesso a alguém que escrevesse cartas por eles.

Os “escrevinhadores de cartas” para quem não dominava a escrita aparecem não apenas nas explicações anexas às assinaturas (como nos casos a seguir), mas também em relatos de quem viveu os tempos do início da construção. O jornalista Clemente Luz conta que em 1958, “nas horas vagas [de seu trabalho na Rádio Nacional] pegava uma mesinha e um banquinho, um bloco de cartas e uma caneta, e escrevia cartas para os peões analfabetos [para quem havia ficado na terra de origem]”⁹⁰.

Nas cartas, geralmente a explicação vem com as expressões “por intermédio de”, “a rogo de”, “a pedido de”:

Endereço: Manoel Joaquim de
Por intermédio Sr.


Assina a rogo do sr José


que é analfabeto o cidadão

08.07.1958, 26.01.1959.

- Trabalhadores, porque vinculam suas mensagens a expectativas de sobrevivência material na nova capital, por meio do exercício profissional remunerado e da garantia de acesso a moradia e serviços básicos. Estão incluídos operários sem especialização, operários e técnicos especializados, mas em situação precária de emprego; pequenos funcionários públicos ligados à construção da capital e à manutenção dos serviços urbanos; pequenos comerciantes e empresários em busca de situação estável em Brasília.

⁹⁰ LUZ, Clemente. Em: RIELLA, Renato e CARVALHO, Arnolfo (coordenação editorial). **Gente de Brasília** – coletânea da coluna Gente de Brasília, publicada semanalmente pelo Correio Braziliense em 1987/1988. Brasília: Correio Braziliense, 1988. p.85.

ruza. Sou Pintor Profissional, Também trabalho em Pouco de Carpintaria e Pedreiro, como é possível me adaptar a outro serviço qualquer. Quanto a mim

15.10.1959

pintor, carpinteiro, pedreiro, qualquer serviço

Faca mim serviço
Em Brasília
Eu sou motorista
a 5 ano quero
trabouha na Noracap
O Senhor pode me ajudar..

08.02.1959

Motorista

gr a pensão meu o corte, Quero pedir a senhora que me auxilie seja com que for, a senhora não quer uma moça na casa da senhora para ajudar a senhora e dar qualquer coisa? pois se a senhora

17.08.1959

serviços domésticos

- Pessoas simples, certamente importantes em seu círculo mais restrito, mas sem visibilidade social. *Pessoas comuns*, que viam no envio de cartas ao Presidente da República uma forma de busca de visibilidade.

em Brasília, gostaria de ir para Brasília, gostaria de ser empregado, pretendendo colocar-se nas obras em Brasília, venho aqui respeitosamente pedir a Vossa Excelência um auxílio para poder transferir sua residência para aquela localidade, bem assim como um emprego, pois sou pobre e Pai de -

26.01.1959

pobre, pai de família

Estando desempregada fui ao correio do núcleo Bandeirante e o gerente do mesmo informou-me de que havia vagas, porém não podia admitir sem a ordem de V. Ex.

09.07.1959
desempregada

Senhor Presidente, hoje eu pensando a minha vida de um pobre Operário Trabalhista Brasileiro, resolvi por meio de Carta falar com meu chefe

31.08.1958
operário, pobre, trabalhista

tar o seguinte: (Sou uma subora e tenho um filho. Sou de consideração econômica - reconhecidamente modesta). Deuto com muitíssima dificuldade para manter-me e educar meu filho.

17.10.1957
senhora, pobre

mas temos o que comer
ele tem profissão e bombeiro
Seraulico eu sou parteira
pratica todas as nossas

22.04.1960
parteira, bombeiro

- Pessoas que expressavam, como interesse comum, a busca de melhores condições de vida, o que poderia ser viabilizado pela mudança para Brasília.

sem de Pernambuco a Brasília.
 Eu sou Eleticista e Montador de Estruturas
 metálicas e desejo ir a Brasília
 a fim de conseguir os meus sonhos.

15.12.1959

eletricista, esperava “conseguir os meus sonhos”

com vícios, mesmo uma ajuda nos
 ferros pois quero ir viver sossegado
 em meu eletrico, pois eu sou e
 do pesado, mais não tenho terreno
 onde possa trabalhar em lavoura
 ou a h. e.

01.09.1958

“viver sossegado com meus serviços”, “sou do pesado”...

- Brasileiros essencialmente do mundo urbano – seja por origem mais recente, seja por expectativas de ocupação na nova cidade.

Sendo minha atividade exclusiva, tratar do embelezamento e elegância da mulher, tenho, no exercício de minha profissão, ouvido de clientes e inúmeras pessoas que já estiveram em Brasília, comentários de ainda não existir, na Nova Capital, um Instituto de Beleza.

cabeleireira

08.06.1959

respeitosamente solicitar de V.S. que se digne conceder-lhe =
 uma barraca para venda de lanches, cigarros e café a fim de =
 servir os visitantes que se destinam a inauguração de Brasília.

pequeno comerciante

31.03.1960

ne 1621, inventor matriculado no Instituto Brasileiro de Inventores sob o nº 144, vem respeitosamente a presença de Vossa Excelência dizer o seguinte: Levado pelo entusiasmo da construção de nossa nova Capital - BRASÍLIA - e de

inventor
22.06.1959

26 Primavera; sou mecânico, sou locutor tanto comercial ou mesmo em Radio, e preciso trabalhar, sou residente em Governador Valadares, e me acho graciosado em serviço nesta cidade, porque tem muita

mecânico, locutor
22.03.1960

e por isso etc, pois em marceneiro profissional como o apoio de pedico prestado a esta matéria madeira adquire com toda seriedade um nome Trabalhador, se

12.06.1959
marceneiro

que já se acha em Brasília trabalhando de pedreiro, e caso de lá é o seguinte: é filho Casamento todos nós, e tem 5 filhas e a esposa para tratar, é lá está trabalhando na

05.11.1957
pedreiro

cidadão brasileiro, casado, operário (pedreiro), venho muito respeitosamente, pedir a V. Excia. que julgue este meu caso, e se for possível

27.07.1958
pedreiro

tra marcado indelévelmente na memória
os nomes do nosso grande Presidente
Juscelino e o de V. Excia. Sou telegrafista
aposentado do D.C.T., mineiro, ex-
temporâneo do Presidente Juscelino e do

22.11.1957
telegrafista

Na qualidade de oleiro, há mais de trinta anos,
conhecendo perfeitamente essa atividade, e no desejo de instalar-me
em Brasília, com o mesmo ramo de negócio, solicito a V. Excia, a fine-
za de informar-me sobre essa possibilidade, sendo minha intenção ins-

01.10.1957
oleiro

- *Brasileiros em movimento*: migrantes de *primeira viagem* ou de sucessivas etapas e tentativas de fixação. Migrantes já moradores em terras do Distrito Federal, ou avaliando as possibilidades de mudança de vários pontos do país, para a nova capital.

em Brasília, gostaria de saber se há vagas, gostaria de ser empregado, pre-
tendendo colocar-se nas obras em Brasília, venho mui respeitosamente pedir
a Vossa Excelência um auxílio para poder transferir sua residência para
aquela localidade, bem assim como um emprego, pois sou pobre e Pai de -

26.01.1959
pobre, pai de família, "para poder transferir minha residência"

vermos obrigados a mudarmos de Santa Maria da Vitória, aqui para Brasília.
Senhor Presidente desde quando aqui chegamos estamos passando as
maiores necessidades, eu, trabalho em serviços braçais, ganho CR\$15,00
por hora, minha mulher lava roupas, o que fazemos não dá quasi para pa-

21.03.1959
serviços braçais, lavadeira, "mudarmos de Santa Maria da Vitória"

com relação a mudança de todas as famílias
operárias residente provisoriamente nos acampamentos
das companhias construtoras para a cidade
satélite de Sobradinho.

famílias operárias, transferidas de acampamentos da capital
14.03.1960

*Eu estava, como sempre, trabalhando em Brasília.
Eu estando em Brasília, trabalhando na
Ecisa, como servente e tendo intenção de resi-
dir na mesma, venho mui respeitosamente pedir
a S. Exia um pedaço de chão para que eu possa*

27.07.1959
servente, "intenção de residir em Brasília"

*Ceará Mirim. Vivo com um pequeno negocio de mercancia sou casado
tenho 5 filhos, mais o lugar e muito atropado conforme a situação
da Brasília eu tenho muita vontade de vir mora nesta nova capital*

12.11.1957
negócio de marcenaria, Ceará Mirim

Como dizia Vinícius de Moraes na Sinfonia da Alvorada⁹¹, “começaram a chegar de todos os cantos da imensa pátria os trabalhadores”. E, mesmo antes de chegarem, deles chegava a voz, por escrito:

ITAQUI — R. G. do Sul
Itaqui, 10 de Fevereiro de

Cristides Lobo
Nº 7 de Jan
EM 24 F

Staubara, 21 de

São Velha, 15/9/57.

Cachoeira Dourada 26 de J

*São José de Mipiku, 30
1958.*
Erasmo D.

⁹¹ Sinfonia da Alvorada. Letra de Vinícius de Moraes, música de Tom Jobim. Catetinho, 1959.

cafelândia, 31 de dezem

Gov. Valadares - Minas

Ituiutaba, 25 de novembro

Rio de Janeiro, 31 de Agosto de 1957

Pôrto Feliz, 2 de Março de

Rio de Janeiro, 07 de ...

Caraguatatuba, 20 de Agosto

Recife, 12 de novembro de

Teófilo Otoni, 9 de Julho de

Caratinga, 10 de abril

Pereira's de ... 5430

Parmatins 1 de Setembro

Castanheira de ... 22

Carari-Mirim, 12 de Novembro 9

Brasília (Núcleo ~~Paulista~~) & Taguatinga, 5 de julho de 1958
 PRO
 N.º
 -7

Pelotas, 6 de Janeiro de

Laranjal Paulista, 2 de janeiro

Pesqueira - Pernambuco, 16 de abril de

Sucupira 19-8-58

Farmirim - Minas.

Vermelha, 29 de Dezembro de

Florianópolis, 15 de Setembro de 1959.

Ravena, 27 de Agosto de
 EM 6 SET 1958

meu endereço 2ª avenida nº
 Brasília

Assim, encontramos entre os remetentes de cartas para o Presidente JK, acima de gênero, ocupação e origem, brasileiros (e estrangeiros aqui radicados) que *imaginavam* essa nova cidade, Brasília.

**A quem se destinam:
o Presidente JK e
o destinatário *estendido*⁹²**



Era no tempo em que todo mundo fazia pedidos ao Presidente. Fosse ele o Presidente da República ou o Presidente da Novacap...

Clemente Luz. A invenção da cidade. Brasília, 1967.

Inicialmente a proposta era trabalhar com cartas que tivessem como destinatário o Presidente da República Juscelino Kubitschek. Porém, o desenrolar da pesquisa com as cartas existentes nos acervos do Arquivo Público do Distrito Federal, que concentram expressivo volume de documentos referentes ao período do início da construção até a inauguração de Brasília, levou a uma *extensão* do destinatário originalmente imaginado.

O próprio conteúdo de algumas das cartas, bem como os encaminhamentos administrativos que lhes eram dados e as eventuais respostas a elas anexadas, demonstram que, naquele momento de implantação do projeto de mudança da capital, JK e administração eram percebidos, no imaginário popular, como os executores da construção de Brasília – e, portanto, como destinatários válidos para correspondência que tratasse das oportunidades de vida na nova capital.

Por isso, além da correspondência dirigida especificamente ao Presidente, foram inicialmente incorporadas, para análise, cartas remetidas para dirigentes e funcionários da Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital, em especial os diretores Israel Pinheiro e Ernesto Silva, e o editor da Revista Brasília, Raimundo Nonato Silva⁹³.

Foram incorporadas também cartas escritas a pessoas do círculo político mais próximo a JK, como o Vice-Presidente João Goulart, a primeira-dama Sarah Kubitschek e a filha

⁹² Fotografia: Presidente JK e Vice João Goulart levando visitante a conhecer as obras da capital. Do lado de fora, em primeiro plano, Dr. Israel Pinheiro, Presidente da Novacap. Fotógrafo não identificado. Brasília, 28.09.1959. Arquivo Público do DF.

⁹³ Ver capítulo 2, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

Maristela (não havia correspondência para a filha Márcia, que seguiu carreira política em Brasília, chegando a ser deputada constituinte em 1988 e vice-governadora do DF em 1990).

A correspondência para Juscelino e para a Novacap, antes da inauguração de Brasília, era endereçada para o Palácio do Catete, no Rio, e distribuída para várias instâncias do Governo. A primeira sede da Novacap funcionava no Rio, e para lá eram encaminhadas muitas correspondências.

Nonato Silva, atualmente aos 90 anos e Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, era naquela época Chefe da Divisão de Divulgação da Novacap, editava a Revista Brasília e conhecia de perto os trâmites da correspondência.

Em um dos contatos com o jornalista e professor Nonato, ele contou que levava pessoalmente várias cartas para Juscelino, “para que o Presidente sentisse o que as pessoas esperavam dele e da nova capital. Ele sempre reservava um tempo para isso, e demonstrava preocupação com as situações relatadas. Gostava muito dos poemas e desenhos que eram mandados, especialmente os das crianças”⁹⁴.

Não apenas Nonato, mas auxiliares próximos do Presidente Juscelino (como o Coronel Affonso Heliodoro, atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal⁹⁵), reiteram que “o Presidente Juscelino tomava conhecimento de tudo. Sobre as cartas, que ele percebia como um indicativo do que as pessoas esperavam da nova capital, o Presidente sabia da quantidade de correspondência e de seu teor. Tinha noção total do que se passava, e respondia a muitas delas de próprio punho”⁹⁶.

Nonato Silva ressalta⁹⁷ que todas as cartas eram respondidas: “Não ficava carta alguma sem resposta”. Era considerável o volume de correspondência, e se distribuía as tarefas. Para responder a cartas de estrangeiros, eram designados lingüistas: para aquelas em línguas neolatinas e grego, o próprio professor Nonato; anglo-germânicas, Pedro Rabelo Mendes; eslavas, Julio Queiroz; orientais, as próprias Embaixadas.

Prossegue Nonato, informando que as cartas nacionais eram selecionadas por assunto e encaminhadas para os setores que poderiam “tomar providências”; as cartas eram respondidas por esses setores. Lembra que muitas delas continham críticas ou dúvidas em relação a Brasília. Nesses e em outros casos, “se respondia demonstrando *ação*, por exemplo atestando com fotos e com as reportagens da Revista Brasília, o andamento da construção”.

⁹⁴ Entrevista com Raimundo Nonato da Silva. Brasília, Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, 18.11.2005.

⁹⁵ Ver capítulo 2 d) Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

⁹⁶ Continuação da entrevista com Nonato Silva. Brasília, SQS 310, 26.02.2008.

⁹⁷ Idem.

A partir dos relatos de seus auxiliares, e dos documentos que pude consultar no Arquivo Público, certamente JK era o destinatário a quem nem sempre chegavam as cartas. Mas se conhecem histórias de respostas encaminhadas pessoalmente pelo Presidente a quem lhe escrevia – não só amigos, conhecidos, mas também correspondentes quase anônimos, como os de quem encontrei rastros nos acervos do próprio Arquivo Público.

Essas e outras histórias dos caminhos das cartas para Juscelino me confirmaram a opção teórica e operacional de trabalhar com a correspondência “passiva”, focalizando a palavra de quem escrevia para o Presidente, independentemente da resposta dada. Importa neste momento, então, a carta enviada, e permanece em suspenso o saber se houve resposta e, se houve, quem a escreveu e enviou; se a carta foi respondida, restaria saber se cumpriu o ciclo e chegou ao primeiro remetente... São perguntas e inquietações para se pesquisar algum dia, talvez em conversas com os personagens dessas histórias...

Voltando às fontes, às cartas, ao acervo de cartas, aos rastros dos remetentes e indicações sobre os destinatários: são poucos os envelopes que se encontram nos acervos do Arquivo Público, acompanhando a correspondência enviada. Mas ainda é possível ver e manusear alguns remanescentes, em sua maioria endereçados ao Presidente da República e à presidência da Novacap.

Nonato Silva fala do cuidado que se tinha com os envelopes, à época de seu recebimento: “Depois de aberta a correspondência, os envelopes eram grampeados às cartas, com o cuidado de não rasgá-los e de preservar o endereço. Às vezes o próprio funcionário que abria a correspondência anotava o endereço no corpo da carta. Era importante esse registro, não só para se providenciar a resposta, mas para se verificar de onde vinham as cartas e como era escrito o endereçamento”⁹⁸.

Ele mostra a primeira página do nº 1 da Revista Brasília⁹⁹, onde, na seção de *Notas*, foi publicada a fotocópia do envelope da “primeira carta que, pelo correio, via aérea, foi endereçada diretamente a Brasília”.

Explica Nonato que se pretendia destacar que “Brasília já era *endereço*”. O mapa do Distrito Federal compõe a capa da Revista, tendo a nova capital assinalada como uma estrela. Da primeira página constam a apresentação da Revista como veículo informativo da Novacap, a mensagem presidencial “A Mudança da Capital” e as Notas.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Revista Brasília, nº 1, janeiro de 1957, ano I. p.1.

O envelope ocupa lugar de destaque, nessa página inicial¹⁰⁰ e, no texto explicativo, destaca-se que a correspondência era endereçada para Israel Pinheiro, presidente da Novacap¹⁰¹:



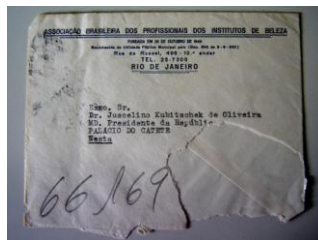
Paralelamente a essa identificação de um lugar como *endereço*, o endereçamento feito nos envelopes e, por vezes, o cabeçalho das cartas, começam a revelar a percepção que os remetentes tinham quanto à transição de endereços da capital: até abril de 1960, a capital era o Rio de Janeiro, no litoral, e os territórios do DF e da capital coincidiam (Distrito Federal = cidade do Rio de Janeiro); depois da inauguração de Brasília, o Distrito Federal passa a ser no centro do país, e a capital é uma das cidades do DF (Brasília = capital do Brasil; Brasília → uma das cidades ou regiões administrativas do Distrito Federal).

Das transições administrativas, das dificuldades de informação e, enfim, do imaginário a respeito da sede de governo, resulta se encontrarem endereços diversificados, para um mesmo destino, na correspondência para JK, durante o período de início da construção de Brasília:

¹⁰⁰ Reproduções: Capa da Revista, página 1 e, em detalhe, o envelope e o texto da Nota. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.

¹⁰¹ Na Nota, informa-se o nome do remetente e a procedência da carta. A propósito, ver discussão sobre a publicação de nomes e endereços de remetentes de cartas, no Capítulo 4 – Desdobrando papéis.

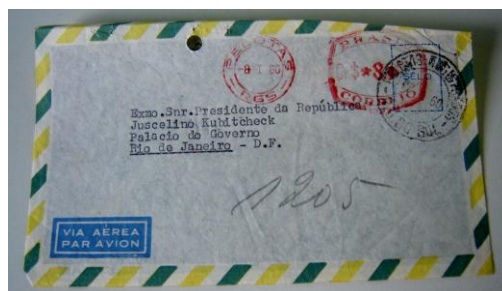
- Palácio do Catete, Rio de Janeiro
Palácio do Catete, Rio de Janeiro / DF



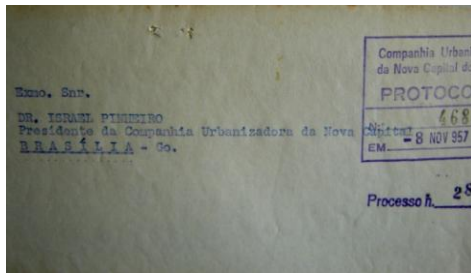
- Palácio do Catete, Distrito Federal
Palácio das Laranjeiras, Rio, DF



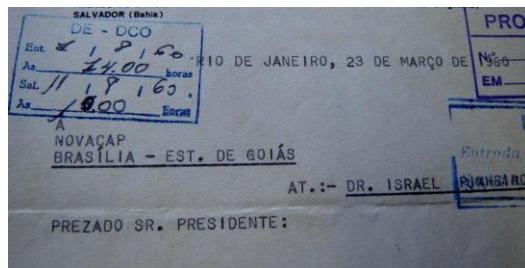
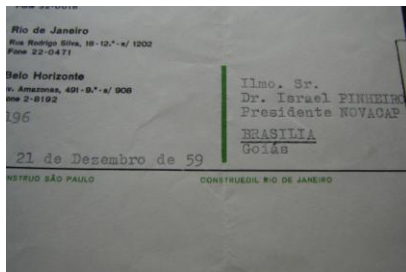
- Palácio do Governo, Rio de Janeiro, D.F.



- Brasília, Goiás



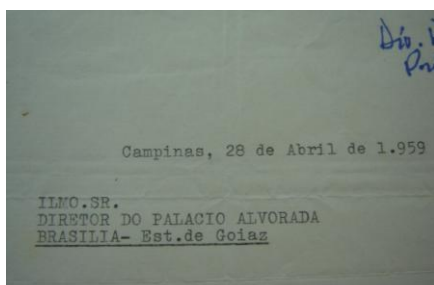
- Brasília, DF, Goiaz
 Brasília – futura capital do Brasil



- Rio de Janeiro, DF
 Rio de Janeiro, DF (provisório)



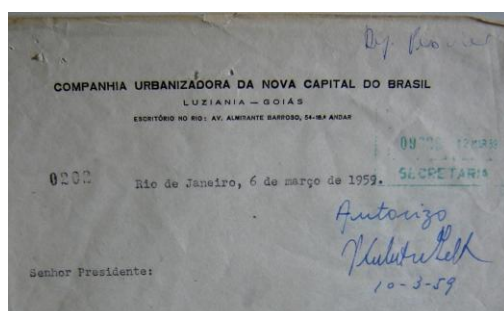
- Palácio do Alvorada – Brasília / Goiás
 Palácio Alvorada, Goiaz



- Palácio da Alvorada - Brasília



- Novacap – Rio de Janeiro
Novacap – Brasília, Goiás
Novacap – Luziânia, Goiás



Esses e outros elementos de representação da nova capital brasileira vão compondo o quadro do imaginário sobre Brasília capital, a partir daquelas cartas escritas ao Presidente JK.

4 Desdobrando papéis: questões de ética ¹



*Guardar as cartas consigo,
Nunca mostrar a ninguém.
Não as publicar também.
De indiferente ou de amigo
Guardar ou rasgar. Ao Sol,
Carta é farol.*

Trecho de carta de Mário de Andrade
a Guilherme Figueiredo. 17.02.1945 ²

A preocupação com a privacidade da correspondência aparece nesse trecho de carta acima, para Guilherme Figueiredo, e em outras cartas escritas por Mário de Andrade, como em uma de 1925, escrita para Manuel Bandeira: “Contra uma coisa eu protesto. As tuas cartas vêm quase abertas de tão mal colados os envelopes. Um esforcinho e pronto: o primeiro curioso as abre. Fecha melhor isso”³.

Há casos em que a autorização para *tornar pública* e mesmo para a *publicação* da correspondência é definida explicitamente pelo autor, como fez Rilke em relação às aproximadamente onze mil cartas que escreveu: em seu testamento, declarou que “cada uma de suas cartas fazia parte de sua obra **tanto quanto** cada um de seus muitos poemas”⁴, e por isso autorizou a publicação de toda a sua correspondência⁵.

Mas são numerosos os casos em que há recomendações e exigências de missivistas quanto à possível divulgação de suas cartas, como a do próprio Mário de Andrade: “Toda a

¹ Foto: Envelope de correspondência para o Presidente Juscelino Kubitschek, com aviso de “confidencial”. 1958. Arquivo Público do DF.

Uma versão deste capítulo foi preparada para o Mini-simpósio **A epistolografia em foco - os usos das correspondências pelos estudos acadêmicos**, realizado durante o III Simpósio Nacional de História Cultural - Mundos da Imagem: do texto ao visual. Anpuh. UFSC, Florianópolis - 18 a 22 de setembro de 2006.

² ANDRADE, Mário de. **A lição do guru: cartas a Guilherme Figueiredo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 163. Citado em SANTOS, Matilde Demétrio dos. **Ao sol carta é farol**: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas. São Paulo: Annablume, 1998. p.143. A autora retira o título de seu livro - Ao sol carta é farol - daquela recomendação em versos.

³ ANDRADE, Mário de. **Cartas a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967. Citada em SALGUEIRO, Wilberth Claytin Ferreira. **Mário, polígrafo e epistolômano**. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero31/mariopo.html>. Acesso em 10.04.2006.

⁴ BAER, Ulrich. Introdução. In: RILKER, Rainer Maria. **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**. p.15.

⁵ Ver Anexo III: Intervalos – recados metodológicos.

minha correspondência, sem exceção, eu deixo para a Academia Paulista de Letras. Deve ser lacrada pela família para só poder ser aberta e examinada 50 anos depois da minha morte”.⁶

É verdade que nem sempre essas orientações são seguidas. No caso da correspondência de Mário de Andrade, é exatamente Manuel Bandeira quem começa a romper com o estabelecido no “testamento epistolar” do amigo, e em 1958 (apenas treze anos após a morte de Mário) publica a correspondência trocada até 1935. Para não descumprir totalmente o trato, Bandeira de certa forma “edita” os textos, cortando trechos e preservando nomes. Alega, como motivo para partilhar com todos o conteúdo da correspondência, que as cartas são “esclarecedoras da obra de Mário, da sua maneira de trabalhar, da sua visão, tão pessoal, da vida e da literatura, da música e das artes plásticas...”⁷

Essas questões relativas ao “sigilo epistolar”, às determinações de condições de prazo e forma para publicação ocorrem frequentemente quando se tratam de missivistas de renome na área da literatura, das artes, da política. Isso se torna objeto de ainda mais *cautela* quando ambos - tanto o remetente quanto o destinatário - são personagens conhecidos.

Não é essa a situação das cartas para Juscelino que estou lendo em busca do imaginário sobre Brasília. Ali, nas caixas do Fundo Novacap do Arquivo Público do Distrito Federal, ou no Memorial JK, as cartas arquivadas são, na sua maioria, assinadas por brasileiros simples, pessoas comuns cujos nomes não estão registrados em outros escritos, em monumentos ou homenagens. Seus nomes e suas histórias talvez não tenham ultrapassado as fronteiras do seu universo pessoal, mesmo tendo um dia escrito uma carta ao Presidente da República. Nisso reside uma questão que, a cada dia, para mim se mostrou relevante durante a pesquisa: o cuidado metodológico e ético quanto ao caráter da privacidade da correspondência, e de seus tênues limites quando o destinatário é uma personalidade pública como o Presidente, e quando as cartas já constituem acervos públicos, abertos à consulta.

Na maior parte dessas cartas são contadas histórias pessoais e expectativas de vida, e são feitos pedidos de ajuda ao Presidente que acenava com um projeto de modernização.

É o caso de pessoas que falam sobre suas precárias situações de vida, como o funcionário da Novacap, já residente em Brasília em dezembro de 1959, que relata achar-se então “paupérrimo” e solicita ao Presidente da República sua nomeação para “mensalista”, o que lhe daria mais estabilidade:

⁶ ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros**. Organização e notas por Lígia Fernandes. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968. p. 7. Citado em SALGUEIRO, op.cit.

⁷ Correspondência Mário de Andrade / Manuel Bandeira, s/d, p. 14-15, citada em SANTOS, op.cit., p.144.

Se digne desjensar-me alguns minutos de atenção.
Em virtude de circunstancias extraordinarias, acho-me hoje
paujerrimo e necessitado portanto, que V. Excia. se dege de
proteger-me, conseguindo para mim a minha Nomeação para
u Quadro de mensalista deste Departamento.

É também a história do morador de Saia Velha, em Goiás, que em setembro de 1957 pede ao Presidente que lhe consiga emprego de motorista, pois sua família “está quase passando fome”:

Exmo. Sr. Dr. Guilmino Kubitschek de Oliveira,
D.D. Presidente da Republica:
Venho muito respeitosa e solictar de
V. Excia., não só favor, mais sim, uma caridade
Dr., minha familia esta quase que passando
fome, e eu entao aqui lutando para o necessario,
mais não consigo.

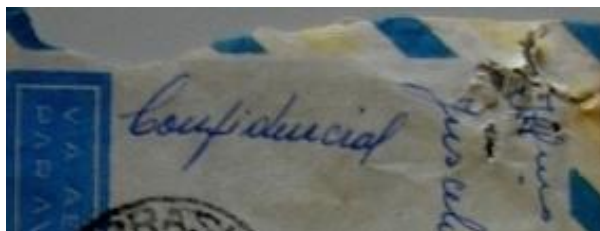
São histórias que requeriam discricção, até mesmo por tratarem de assuntos referentes a questões possivelmente ainda não solucionadas nem conhecidas pelos próprios familiares, como o pai que escreve do Rio de Janeiro a D. Sara, em setembro de 1959, pedindo “ajuda médica e moral e se possível econômica” para a mãe biológica da menina que o casal acabara de adotar.

do. No dia em que minha esposa foi buscar a criança o leiteiro encontra-
va-se no local exigindo o pagamento do fornecimento de leite, ou caso
contrario ele cortaria o fornecimento, que se elevava a Cr\$900,00, sendo
quatro crianças a senhora bem pode avaliar a despesas que deve ter essa
pobre mãe para alimenta-las. Por esse motivo gostaria que a senhora se
interesse por essa pobre mãe, afim de que se prestasse uma assistencia
medica e moral e se possível economica, afim de que se melhorasse em
parte os seus sofrimentos que devem ser enormes. Desejo deixar bem claro

Há casos em que os remetentes de cartas contam que estão escrevendo sem o conhecimento “dos meus pais”, “do meu esposo”, “da minha família”, como a esposa que pede a seu conterrâneo Israel Pinheiro, em abril de 1960, emprego em Brasília para ela e para seu marido, e conta as dificuldades por que passam.

o senhor uma colocação
para o meu marido e se
for possível para mim
estamos desempregados temos
prejudado e não consigo emprego

Encontramos, entre os processos de uma das pastas classificadas como de *correspondência*, no Arquivo Público do DF, o envelope que reproduzimos no início deste capítulo. Rasgado e vazio de seu conteúdo, deixa dúvidas quanto à data do carimbo (seria de 60?), mas nele permanece o aviso manuscrito, desenhado na vertical: *confidencial*.



Teria a mensagem, que esse envelope continha, ficado *em confidência*, conhecida “apenas” pelo Presidente da República? Teria sido ele, quem a leu ou respondeu? Será que sim, que ficou em relativo segredo, a ponto de nem estar mais junto de seu envelope? São perguntas para as quais não se tem resposta, mas que trazem de volta as questões fronteiriças do público e do privado quando se fala em cartas.

Se essas são cartas *de foro íntimo*, por um lado, também são passíveis de exposição pública, por se destinarem a uma autoridade pública.

Mesmo assim, pode-se pensar que esses missivistas poderiam contar com a *proteção ao sigilo da correspondência*, entendida como um “mecanismo essencial de proteção da intimidade e da liberdade de expressão”⁸ - direito de todos, segundo a legislação brasileira. Tratada como garantia à privacidade e “direito de impedir que terceiros, nutridos pela curiosidade, tomem ciência de conversas ou contatos realizados ou de escolher o destinatário da informação transmitida”⁹, está prevista na Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XII: “é inviolável o sigilo da correspondência (...)”, e é objeto de proteção constitucional desde a Carta Imperial de 1824. Na Declaração de Direitos da Constituição de 1946, vigente à época da inauguração de Brasília, o parágrafo 6 do Artigo 141 já definia, nos mesmos termos de hoje: “é inviolável o sigilo da correspondência”.

A definição constitucional de punição das ações julgadas como de violação de sigilo¹⁰, bem como as discussões que se travam sobre o assunto fora do âmbito legal ou jurídico,

⁸ FARIA, Bruno R. de. **O sigilo da correspondência e a fiscalização tributária**. Site Jus Navigandi <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5776>. Acesso em 27.04.2006.

⁹ VALENTINO, Cyrlston M. **As exceções ao sigilo das correspondências e comunicações na Constituição de 1988**. Site Jus Navigandi <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4029>. Acesso em 27.04.2006.

¹⁰ Luís Mendonça, Superintendente do Arquivo Público do DF, menciona (em entrevista datada de 21.02.2008) a legislação recente sobre a questão da “salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado”: Decreto nº 4.553, de 27.12.2002, Decreto nº 5.301, de 09.12.2004.

geralmente se inserem no campo da “transgressão do privado” e da “transgressão da privacidade”¹¹. Tais transgressões referem-se, então, a situações em que se torna *público* algo estabelecido ou tido como *privado*¹² ou em que se invade o *segredo da correspondência*¹³.

As características peculiares da correspondência epistolar indicam uma *privacidade* também peculiar, que se supõe compartilhada entre duas pessoas especificadas no próprio corpo da carta – quem escreve, e o destinatário. Em relação a cartas, as “transgressões” podem se dar na esfera da circulação, nos casos em que haja um deslocamento do circuito originalmente previsto - seja na situação extrema de sua publicação não autorizada, seja no acesso da carta a outros leitores que não o destinatário especificado, seja na sua leitura pública.

No caso da publicação de correspondência, mesmo quando autorizada, pode-se levantar a questão do tratamento dado aos documentos, pelos editores, organizadores ou autores responsáveis pelo material tornado público – seja em artigos, livros, teses, filmes e demais veículos. Autores como Darcie Doll Castillo¹⁴, da Universidade Católica de Valparaíso, do Chile, e Roxana Pagés-Rangel¹⁵, do Bentley College, analisam a atuação dos pesquisadores, compiladores e editores que publicam cartas. Quanto ao *editor*, Castillo considera que “personifica uma autoridade discursiva que vai estabelecer uma ordem ou uma organização a fim de conduzir ou autorizar sentidos”¹⁶ e Pagés-Rangel entende que o desejo do editor, em última instância, é “domesticar essa ‘obstinada fragmentariedade’ que caracteriza o gênero [epistolar]”¹⁷.

A argumentação das autoras não tem como eixo desautorizar a realização e divulgação de pesquisas, ou a reunião de cartas em publicações, e sim discutir essas iniciativas e alertar para implicações teórico-metodológicas - e éticas - da “manipulação, seleção e também censura” da correspondência e do “inevitável enfrentamento entre o sujeito textual e extratextual das cartas, e um segundo sujeito extratextual e textual: o *organizador de antologias*¹⁸, compilador ou editor, como uma instância que intervém e modifica o discurso das cartas como tais”¹⁹.

¹¹ CASTILLO, Darcie Doll. **La carta privada como práctica discursiva: algunos rasgos característicos**. . Rev. signos. [online]. 2002, vol.35, no.51-52, p.33-57. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342002005100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 10.02.2006.

¹² *Ibidem*

¹³ *Ibidem*

¹⁴ *Ibidem*

¹⁵ PAGÉS-RANGEL, Roxana. **Del dominio público: itinerario de la carta privada**. Amsterdam: Atlanta: Rodopi, 1997.

¹⁶ CASTILLO, op.cit.

¹⁷ PAGÉS-RANGEL, op.cit.

¹⁸ “Antologador”, no original em Espanhol.

¹⁹ CASTILLO, op.cit.

Quanto às cartas de que estamos tratando, a questão legal está resolvida – não por autorização de quem as escreveu, mas pelo caráter *público* do destinatário. Embora a morte de Juscelino tenha ocorrido há mais de 30 anos, e alguns de seus correspondentes possam estar vivos e nem suspeitar do paradeiro atual de suas mensagens, essa correspondência para o Presidente passou a integrar acervos organizados e disponibilizados ao público para consulta e pesquisa – no Arquivo Público do Distrito Federal e no Memorial JK.

Por serem considerados de *interesse público* e estarem disponíveis nessas instituições, esses documentos podem ser acessados sem que isso se constitua violação de privacidade. Quanto às cartas que eventualmente encontramos com particulares, e que nos são mostradas e cedidas para estudo e divulgação no meio acadêmico, a “autorização” nos é dada por quem atualmente as guarda. O mesmo ocorre quanto a fotografias e imagens publicadas na imprensa, das quais sempre cito os devidos créditos de autoria e edição.

Portanto, não há problemas legais quanto à utilização desse material. Entretanto, mesmo respaldada legalmente, optei por não trazer a público os nomes das pessoas simples que, um dia, escreveram cartas ao Presidente JK – a não ser em casos especiais em que o acaso, ou a pesquisa paciente, me levaram a ter contato pessoal com essas pessoas ou com seus familiares.

É o caso da carta escrita pela então estudante ginásial Arcelina Helena Públio Dias²⁰, em 1959, pedindo informações sobre Brasília ao Presidente Juscelino. Anos mais tarde, Arcelina “autorizou” a divulgação daquelas antigas linhas, em contato pessoal comigo e com Letícia de Souza²¹, minha aluna da Católica. O *vocativo* que usava em sua antiga carta começava com “Nosso querido Presidente”, em trecho que aparece na quase-capa atual e na capa de 2005 do *Imaginando*²², e que deu nome a um texto de Letícia, em seu livro.

O caso do encontro e da “autorização” está contado em uma [também] carta, por mim escrita para Arcelina, mas nunca enviada:

²⁰ Trata-se de Arcelina Helena Públio Dias, que atualmente é *leiga consagrada* do Mosteiro da Anunciação, na cidade de Goiás. Arcelina é escritora, foi jornalista e professora da Faculdade de Comunicação da UnB, e em 1959 escreveu uma carta para o Presidente JK, pedindo informações sobre Brasília, para fazer um trabalho de Geografia no colégio onde estudava, em São Paulo. Sua carta está no acervo do Arquivo Público do DF.

²¹ O trabalho de conclusão do Curso de Jornalismo de Letícia, em 2006, foi o livro “Lições de Brasília”. O segundo capítulo tem como título “Nosso querido Presidente”.

²² Ver Anexo I.

Brasília, 7 de outubro de 2005

Prezada Arcelina.

Foi uma grande emoção encontrar você na despedida de nosso amigo Paulo Bertran, aí na cidade de Goiás. A primeira emoção foi ver que era você a mensageira da bênção da despedida, como leiga consagrada do Mosteiro da Anunciação. E a esse sentimento foi se juntando outro, de reencontro - porque houve reencontros anteriores, bem ao estilo da comunicação não presencial.

Como você sabe (minha aluna Letícia deve ter lembrado a você, quando foi entrevistá-la), ando entrelaçando interesses da História e da Comunicação, e buscando, em cartas, vestígios de sonhos antigos sobre Brasília.

Tempos depois de ter conhecido você, no lançamento do seu livro "Perdão, África, perdão!", na CNBB, aconteceu uma oportuna coincidência.

Estive muitas e muitas vezes no Arquivo Público do DF, pesquisando cartas escritas para o Presidente Juscelino nos anos de início da construção da capital. E veja só: comecei a folhear documentos ao acaso, e uma das primeiras cartas que me caíram nas mãos foi escrita em 1959, por uma menina que pedia ao Presidente informações sobre Brasília, para fazer um trabalho escolar de Geografia. O nome raro da menina me fez lembrar de outra pessoa (certamente seria outra...) de mesmo nome, com quem eu havia conversado antes...

A curiosidade me fez procurar a Arcelina que eu havia conhecido, para lhe contar que havia encontrado aquela carta escrita por uma Arcelina menina, em 1959.

O celular ainda era o mesmo e você, a Arcelina atual, alegremente contou que, sim, quando criança havia escrito para Juscelino pedindo informações sobre a cidade em construção. E, mais ainda, você contou que, naquele momento do telefonema, estava não em Goiás, mas em São Paulo, visitando o Colégio onde havia estudado na infância. Lembra? Ao seu lado, estava a atual diretora do Colégio - aquela freira que nos anos cinquenta era sua professora de Geografia!

Naquela época da pesquisa, estava relendo Paul Ricoeur e pensando muito em um exemplo por ele dado para dizer que "a verdade inteira concernente a esse acontecimento só pode ser conhecida depois". O exemplo é bem conhecido pelos estudantes de História, e está no primeiro volume de Tempo e Narrativa, página 209:

(...) "em 1717 nasceu o autor de 'O sobrinho de Rameau' ". Ninguém nessa data podia pronunciar tal frase, que redescreve o acontecimento do nascimento de uma criança à luz de um outro acontecimento - a publicação, por Diderot, de sua obra famosa. Em outras palavras, escrever 'O sobrinho de Rameau' é o acontecimento sob a descrição do qual o primeiro acontecimento - o nascimento de Diderot - é escrito.

Lembro que, então, tentei adaptar a coincidência do encontro de sua carta ao exemplo de Ricoeur. E contei, durante um Seminário: "Em 1959, a professora Arcelina Helena Publio Dias, do Mosteiro da Anunciação, escreveu uma carta ao Presidente Juscelino Kubitschek, pedindo informações sobre Brasília". Comentei para os colegas: É assim - só agora, tendo informações sobre a trajetória de vida de Arcelina, posso chamar aquela colegial de 1959 de "professora", "jornalista" ou "leiga consagrada".

Outro reencontro está se dando atualmente, quando penso nos aspectos éticos da leitura de correspondência alheia. Estou tratando de cartas escritas por pessoas simples, a quem dificilmente poderia vir a pedir autorização para divulgar seus nomes - nem a eles, nem eventualmente a seus familiares. Certamente seria diferente se eu estivesse tratando de cartas de pessoas famosas, ou de autoridades, ou de escritores e artistas. Mas não: são remetentes quase anônimos.

No seu caso, Arcelina, há uma peculiaridade: pelos caprichos da vida e da pesquisa, reencontrei a menina que um dia escreveu para o Presidente. Posso perguntar à Arcelina de hoje: tenho permissão para divulgar sua cartinha de estudante? Por outro lado, também você pode dizer: "Letícia, veja se consegue com sua professora uma cópia da carta que eu escrevi em 1959..."

Qualquer hora, nos reencontramos para você rever sua carta...

Abraços,

Ivany

As questões éticas do tratamento de cartas, como também do uso de imagens, motivaram outra carta, também não enviada – esta para André Luís Carvalho²³, amigo e parceiro em pesquisas e aulas:

Águas Claras, 5 de outubro de 2006

André.

Logo depois de falarmos por telefone passei pela Católica e encontrei, sim, o livro de cartas da Clarice Lispector que você deixou na gaveta. É esse mesmo, organizado pela Teresa Montero!

Fora a confusão de achar que o nome Teresa começava com N, fui me lembrando dos textos. Já tinha folheado essa coletânea, lá na Casa do Livro, e naquela ocasião o Hargreaves me mostrou outros livros de cartas escritas por escritores: do Vinícius, organizado pelo Ruy Castro, do Fernando Sabino, Drummond e Mário de Andrade, Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, Caio Fernando Abreu...

Lembro que naquele dia falamos sobre essa questão das conversas à distância, que anos depois são "ouvidas" por outras pessoas - "cartas trocadas entre escritores ganham, em livros, novos destinatários" (encontrei um artigo com esse título no site Traça on-line...).

E ontem, pensando nessas cartas da Clarice, também você comentou a sensação de estar entrando em um mundo particular, delicado, intocado - embora editado e publicado, tornado público. Além do cuidado que você tem sempre pelas pessoas, pelo que é caro às pessoas, nesse caso penso que a sensibilidade e o compromisso social do fotógrafo estão presentes: você convive com a questão da imagem, do uso da imagem, do cuidado ao fotografar, de escrever com a luz...

Assim, foi também com cuidado que fui conhecendo - sem que ela soubesse - sentimentos cotidianos expressos desde há mais de sessenta anos por Clarice Lispector, para pessoas queridas - muitas delas, também do mundo da literatura.

Há uns quinze dias já sentira algo semelhante, lendo uma crônica do Affonso Romano de Sant'anna publicada no Correio Braziliense, em que são transcritos trechos de pareceres feitos pela Clarice sobre livros submetidos ao Instituto Nacional do Livro. Eram sigilosos, à época em que foram feitos, mas os arquivos do INL ficaram sob a guarda da Biblioteca Nacional, e assim se tornaram públicas aquelas críticas que recomendaram - ou não - a compra de livros por bibliotecas...

²³ André Luís Carvalho, fotógrafo e professor do Curso de Comunicação da Universidade Católica de Brasília, é Mestre em Comunicação pela UnB, e sua dissertação tratou de *Jeitos de Ver, Formas de Narrar: itinerários fotográficos no Riacho Fundo II*. Na época desta carta, nós ambos estávamos envolvidos com os produtos acadêmicos de pós-graduação.

André, falando assim pode parecer que eu desgosto dessa possibilidade de partilhar correspondências, ou prefira que as cartas fiquem para sempre com seus destinatários originais, ou em arquivos pessoais. Mas não... O suporte que vêm me trazendo os estudos da Comunicação e da História, sem esquecer da Sociologia, aponta para o valor da correspondência escrita como documento, como registro e marca do tempo. E a própria vida, as memórias de infância, os poetas e mestres, vêm me ensinando que as cartas são conversas de linhas compridas (Cascardo disse assim para meu avô, em carta...), mensagens, muitas vezes, de destino e vãos mais amplos que o primeiro e nominado destinatário.

O que me deixa cautelosa nesse desdobrar cartas, André, é a marca de tempo e de vida contida em cada linha. Penso que é preciso um silêncio reverente ao ler essas mensagens, mas a reverência pode também se expressar em comemoração e partilha... Em qualquer caso, o leitor de cartas alheias, o pesquisador, o editor, precisam encontrar aval para isso. Relendo textos do Alessandro Portelli sobre os procedimentos da história oral, fui encontrando pistas para essa permissão - questões de ética na pesquisa de cartas.

Lembra que eu tinha preparado um texto para apresentar naquele recente Simpósio de História Cultural em Florianópolis? (Claro que sim, você esteve lá! O tema geral era Mundos da Imagem: do texto ao visual, e você apresentou as Memórias Visíveis!) Pois então: durante o tempo do Doutorado e de trabalho na Católica, você sabe que participei de alguns Congressos, tanto de História como de Comunicação (se entrelaçando, essas áreas todas...). Mas, seja nas temáticas da memória e do imaginário, da escrita ou da oralidade, me parecia que a questão das cartas não aparecia muito. Por isso, me despertou curiosidade a inclusão, no Simpósio de Florianópolis, de um espaço para discutir "A Epistolografia em Foco - os usos das correspondências pelos estudos acadêmicos". Mas, pelo que vi nos anais do Encontro, os trabalhos apresentados não se detiveram nessa questão que estou considerando como de ética no uso de correspondências escritas. Por isso, André, acho oportuno voltar ao artigo e pensar nesse desdobrar cartas, assim como no revelar imagens...

Essa é a razão do envelope maior do que se esperaria pelo tamanho da carta: junto, vai uma cópia do artigo. Espero que possamos incluir esse assunto entre os muitos de nossas intermináveis e solidárias conversas de sempre!

*Até breve,
Iva*

P.S.

Foi a Júlia, minha sobrinha que está cursando Mestrado em Direitos Humanos, quem me deu as dicas sobre as questões jurídicas relativas à garantia à privacidade.

Mais um P.S.

No artigo, como se espera de um artigo científico, incluí as notas e a bibliografia. Por força do hábito, vou listar, aqui, algumas referências que apareceram, aqui e ali, nesta carta.

ABREU, Caio Fernando e MORICONI, Ítalo. *Cartas - Caio Fernando Abreu*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

CASTRO, Ruy, org. *Querido poeta - correspondência de Vinicius de Moraes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CRUZ, Bia. *Invasão de Privacidade. Cartas trocadas entre escritores ganham, em livros, novos destinatários. Em Traça on-line. 23.10. 2003.*
<http://www.tracaonline.com.br/index.php?edicao=11&secao=5> . Acesso em 04.10.2006.

FROTA, Lélia Coelho, org. *Carlos e Mário - correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. São Paulo: Bem-te-vi Produções, 2003.

LISPECTOR, Clarice. *Correspondências/Clarice Lispector*, organização de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SABINO, Fernando e ANDRADE, Mário. *Cartas a um jovem escritor e suas respostas*. São Paulo: Record, 2003.

_____ e LISPECTOR, Clarice. *Cartas perto do coração*. São Paulo: Record, 2001.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Clarice, leitora crítica*. *Correio Braziliense*, Caderno C, pg. 8. Brasília, domingo, 27.08.2006.

E aproveito para registrar também o livro de correspondência da nossa poetisa Ana Cristina Cesar, aqui de Brasília:

CESAR, Ana Cristina. *Correspondência Incompleta*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.

Um dia, talvez ainda envie essas cartas a seus destinatários, e sem restrições quanto aos seus nomes e da remetente.

Voltando à opção de não divulgar os nomes dos remetentes com nome e endereço, mas *socialmente anônimos*, que um dia escreveram cartas a JK, essa foi também a decisão de Georgete Medleg Rodrigues²⁴, quando trabalhou com aquele mesmo acervo do Arquivo Público do DF, em 1990. Georgete Rodrigues transcreve trechos de cartas, identificando os remetentes não pelo nome, mas por alguma característica, como a ocupação ou o local de residência. Conta ela que sua decisão foi reforçada pela leitura do texto “Para uma teoria da carta”, de Luiz Felipe Baêta Neves, no qual o autor considera que a carta “constitui uma ambivalência: é a exterioridade de uma interioridade. E ainda: é a exibição de uma invisibilidade²⁵”.

Maria Rosa Camargo, em seu “Cartas e escrita”²⁶, também se ocupa da discussão ética das cartas “tornadas públicas” e das “condições de ‘proteção’ da privacidade daquele ou daquela que escreveu cartas para um interlocutor” – desde a situação limite da venda de cartas, para editores, até o “desvelar a intimidade”.

Desde o início desta pesquisa, a questão da leitura e divulgação de cartas “alheias” vem me parecendo relevante a ponto de ser incluída como objeto de cuidado acadêmico não restrito ao aspecto jurídico, mas sob o enfoque da Ética. Observa-se essa questão também na atividade do fotógrafo, quanto ao uso da imagem²⁷ e nas atividades em que se “usam” palavras e histórias contadas por outras pessoas – como é o caso das histórias da História Oral.

Em 1997, a Revista Projeto História dedicou seu número 15 ao tema História Oral e Ética, discutido durante evento na PUC de São Paulo. Na abertura de sua conferência, Alessandro Portelli comenta não lhe haver ocorrido, antes, que houvesse “princípios éticos especificamente relacionados à História Oral, além daqueles inerentes à condição de cidadão e

²⁴ RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990.

²⁵ NEVES, Luiz Felipe Baêta. Para uma teoria da carta. In: **As máscaras da totalidade totalitária: memória e produção sociais**. Rio de Janeiro: Forense / Universitária, 1988, p. 191. Citado em RODRIGUES, op.cit., p.126.

²⁶ CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000. Tese (doutorado). p. 34.

²⁷ Ver carta escrita para André Luís Carvalho.

de intelectual acadêmico”²⁸. Buscando sobrepor esses compromissos éticos mais gerais aos procedimentos específicos da História Oral, Portelli relata experiências vividas por ele como pesquisador e busca, a partir daí, a definição de parâmetros éticos para o ofício do *historiador oral*²⁹.

Reconhecendo semelhanças e diferenças entre esse ofício em que se escutam histórias faladas, e aquele em que se lêem histórias escritas e trocadas entre duas pessoas, parece-nos possível sintetizar as recomendações de caráter ético no *compromisso com a honestidade*, expresso inicialmente pelo “respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos”³⁰ – no nosso caso, os missivistas e as cartas.

Em suma, trata-se do *respeito ao narrador* que encontramos naquele que se comunica por meio de cartas. E, assim como apontado por Portelli para a história oral, o “respeito pelo valor e pela importância de cada indivíduo é, portanto, uma das primeiras lições de ética”³¹ para o historiador.

Esse respeito implica valorizar a mensagem escrita, as histórias e seus narradores – sejam literatos, intelectuais, autoridades, “os santos, os heróis – ou as vítimas, os transgressores, os artistas”³², estudantes, trabalhadores, funcionários, pessoas comuns ou personagens de conhecimento público. Esse ou aquele narrador poderá ter destaque em determinada análise, em decorrência não de seu mais baixo ou mais alto status na sociedade, nem pelo caráter *extraordinário* de sua trajetória de vida, mas por uma estratégia metodológica de pesquisa.

Assim como Portelli ressalta que, no trabalho de campo, “cada entrevista é importante, por ser *diferente* de todas as outras”³³, podemos transportar esse alerta para o estudo das cartas: cada carta é importante, por ter algo de particular e de diferente de todas as outras. Perceber o que as aproxima e distancia, e construir um sentido, é tarefa do pesquisador. Selecioná-las, classificá-las, tecê-las, construir “não tabuleiros em que todos os quadrados são iguais, mas (...) um mosaico ou colcha de retalhos em que os pedaços são diferentes, porém

²⁸ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. In Projeto História nº 15. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997.

²⁹ Luisa Passerini também traz interessantes comentários sobre aspectos metodológicos da História Oral, em: PASSERINI, Luísa. **Mitobiografia em História Oral**. In: PROJETO HISTÓRIA 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981. Nº. 10, Dezembro 1993.

³⁰ *Ibidem*, p. 15.

³¹ *Ibidem*, p. 17.

³² *Ibidem*, p. 17.

³³ *Ibidem*, p. 17.

formam um todo coerente depois de reunidos”³⁴ deveria ser, então, um procedimento metodológico de pesquisa mesclado com atenção ética.

Portelli trata com detalhe a “ética do trabalho de campo”, em termos das “boas maneiras” a serem adotadas desde o *aceite* da pessoa que o pesquisador pretende entrevistar, até a gravação do depoimento e toda a convivência que se estabelece. Nesse aspecto reside uma sensível diferença em relação ao trabalho com cartas, pois a leitura de cartas descarta o contato pessoal. E aí reside parte do meu desconforto ético, exatamente por não contar com a autorização das pessoas ali presentes na escrita, mas ausentes do momento presente. Entendê-las como “fontes” poderia amenizar o constrangimento, mas sabemos que ali estão marcas de pessoas reais, de histórias de vida. O tempo das cartas – que não é o nosso presente – e a presença virtual dos que se corresponderam tornam diferente o contato em um e outro trabalho. Mas, embora de forma diferente da história oral ou da entrevista jornalística, também nos estudos com cartas é importante lembrar que nelas estão cravadas experiências humanas.

A pesquisa com cartas traz questões presentes em outros trabalhos de busca em acervos públicos e particulares, em relação a imagens gráficas, sonoras, visuais - documentos impressos e manuscritos, fotografias, fitas e vídeos. Tratam-se dos procedimentos de manipulação física do material. Também nesse caso, e particularizando o trabalho com cartas, me parece necessário atentar para a responsabilidade social e histórica do pesquisador, em atitudes aparentemente banais como o cuidado no manuseio, a atenção quando da reprodução em xerox, *scanner* ou fotografia, a restituição criteriosa de cada documento a seu arquivo original e, sempre, o tratamento interpessoal respeitoso no ambiente de pesquisa, quer entre outros pesquisadores, entre detentores de documentos ou com técnicos e funcionários das instituições e dos arquivos.

Lembro de comentários de funcionários dos arquivos onde tenho pesquisado, lamentando o descaso de alguns usuários, que acarretam deterioração ou perda de material. Embora em alguns arquivos ainda se encontrem condições precárias de guarda e consulta, há casos em os cuidados de preservação fazem parte da rotina de atendimento, como no Arquivo Público do DF. Ali, as caixas-arquivo são disponibilizadas para o pesquisador, uma a uma, e recolhidas após a consulta. Disponibilizam-se luvas para o manuseio do material. Exige-se o uso de *clips* de plástico, e não de metal, para indicar os documentos selecionados para

³⁴ *Ibidem*, p. 16.

reprodução, visando preservar a integridade das cartas, muitas vezes escritas em papel fino, ou desgastadas pelo tempo.

O trabalho de campo e a pesquisa em arquivos nos mostram que essas e outras providências rotineiras devem constituir não só matéria de formação específica de quem trabalha com acervos de documentos, mas, também, devem ser incorporadas ao ofício de pesquisador.

Voltando a Portelli e às questões por ele apontadas quanto à História Oral, mais uma vez as estratégias metodológicas se enlaçam com procedimentos éticos, quando Portelli trata da *ética da interpretação*. Suas observações quanto à “busca da verdade inatingível”³⁵ e das “múltiplas verdades”³⁶ pode, em termos, se aplicar também ao estudo de cartas. Com efeito, podemos encontrar cartas com diferentes graus de aparente “confiabilidade”, mas, se esse nosso julgamento levar à escolha de alguns textos em detrimento de outros “menos confiáveis”, podemos não apenas deslocar o eixo de análise, mas também exercer certo tipo de censura à correspondência enquanto objeto de estudo. Tal critério de seleção e tratamento usado em nome da busca de uma “verdade histórica” pode levar ao apagamento das múltiplas versões e representações expressas tanto na fala quanto na escrita.

Finalmente, quando Portelli discute a *ética da restituição* na História Oral, levanta questões que poderiam ser extensivas a toda a História: “antes de nos perguntarmos o que fazer com a História [Oral], creio que deveríamos perguntar: para que a fazemos?”³⁷.

Esse “para que?” faz voltar à discussão sobre a transgressão ao privado e à privacidade, que, tanto nos textos legais quanto nos deontológicos, deixa margem para interpretações que contextualizam os limites e as limitações dos conceitos de *íntimo*, *privado*, *público*. A propósito, o professor José Adércio Leite Sampaio, Procurador da República em Minas Gerais, menciona o caráter “assaz volátil e dinâmico” desses conceitos, e menciona uma das interpretações correntes: “a intimidade e a vida privada, por envolverem temas de que dimanam aspectos pessoais e culturais, intimamente ligados à evolução tecnológica, devem ser concebidas de forma ‘aberta’, dinâmica e flexível, de modo a acompanhar essa constante evolução”³⁸.

³⁵ PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. In Projeto História nº 15. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997. p. 29.

³⁶ *Ibidem*, p. 26.

³⁷ *Ibidem*, pg 29.

³⁸ SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

De forma semelhante, ao tratar de informação e invasão de intimidade, o professor Niceto Blásquez pondera que “o direito à intimidade e à vida privada tem limites”³⁹. Blásquez sistematiza o entendimento, presente em outros textos, de que há direito à informação nos casos de interesse público – que não poderia ser confundido com curiosidade pública, e quando a divulgação de informação não cause “danos eventuais a terceiros inocentes”⁴⁰.

No caso das cartas de que estamos tratando, parece-nos fora de dúvida configurar-se o interesse público, na medida em que se pretende nelas buscar, anos depois de terem sido escritas para o Presidente da República, as representações construídas por cidadãos brasileiros a respeito da nova capital do país.

Luís Mendonça, jornalista e atual Superintendente do Arquivo Público do DF, reforça essa opinião⁴¹. Lembrando que “essas cartas [para o Presidente Juscelino, guardadas no Arquivo] não estão protegidas por qualquer dispositivo impeditivo da lei”⁴², observa que sua divulgação atende a um interesse público, por permitir acesso à “manifestação popular de pessoas” e “caracterizar, aos nossos olhos e aos olhos do mundo, a realidade do Brasil daquela época”.

Acrescenta ele que, embora o Arquivo Público do DF tenha como atribuição legal⁴³ a guarda e a preservação dos documentos oficiais do Distrito Federal, *herdou*, detém e continua capacitado a receber, e recolhendo, “uma gama enorme de informações que não são necessariamente oficiais, como as cartas que foram encaminhadas ao Presidente Juscelino e que faziam parte do Fundo Novacap [...] e demais materiais referentes à construção e à história de Brasília”⁴⁴. Com esse procedimento, explica Luís Mendonça que o Arquivo se alinha à criação do Museu Nacional da Imagem e do Som, em Brasília, para o que vem não apenas colhendo depoimentos⁴⁵, mas pedindo aos depoentes a doação de seus acervos pessoais.

³⁹ BLÁSQUEZ, Niceto. **Ética e Meios de Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999. pp. 264-265.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 264.

⁴¹ Entrevista com Luís Mendonça, Superintendente do Arquivo Público do Distrito Federal desde fevereiro de 2007. Brasília, Arquivo Público do DF, 21.02.2008.

⁴² A propósito dos direitos de consulta e de divulgação, Luís Mendonça esclarece que apenas o acervo de informações da Secretaria de Segurança Pública do DF, sob guarda do Arquivo Público, é objeto de restrição (Lei nº 881, de 06.06.1995. DODF de 07.07.1995).

⁴³ Ver Decreto nº 8.530, de 14.03.1985, e Lei nº 2.545, de 28.04.2000, já citados anteriormente.

⁴⁴ Luís Mendonça, em entrevista citada.

⁴⁵ Desde abril de 2007 vêm sendo gravados “depoimentos para a posteridade”, de “personalidades nacionais e do Distrito Federal”, como, para o DF, os de Ernesto Silva e Affonso Heliodoro. Ernesto Silva declarou que, em seu testamento, estará registrada a doação de seu acervo pessoal ao Arquivo Público do DF.

Nessa linha, observa-se que não só os personagens mais conhecidos são chamados. No novo site⁴⁶, ao se passar o *mouse* sobre a foto do prédio onde funciona o Arquivo, lê-se a mensagem:

Não perca a sua memória!
Doe ao Arquivo Público
filmes, fotografias, mapas,
plantas e documentos
que contem a História de Brasília.

Assim como Luís Mendonça, também Nonato Silva e Affonso Heliodoro avalizam uma possível divulgação daquelas cartas escritas para JK, inclusive com a informação do nome de seus remetentes.

Affonso Heliodoro⁴⁷ registra a informação de que houve uma quantidade enorme de cartas escritas para o Juscelino, e que, daquele tempo, quem melhor pode falar sobre o assunto é Nonato Silva. Reconhece o caráter pessoal das justificativas apresentadas para os pedidos feitos nas cartas, mas pondera que “o tempo pode ter apagado as marcas sofridas” daquelas palavras, e assim “tê-las liberado para serem publicadas”.

Nonato Silva⁴⁸ concorda que, além de não haver restrição legal à divulgação da correspondência de *peessoas simples* ao Presidente Juscelino, o tempo decorrido faz com que o conteúdo daquelas cartas hoje possa ser visto como “fatos consumados”, além de serem relativos a pessoas que dificilmente teriam possibilidades atuais tanto de concordar como de se opor à revelação de seus nomes.

No entanto, reconhece também ser justificável o cuidado em relação ao assunto:

Não se sabe qual seria a opinião de quem escreveu no passado, sobre essa exposição pública no presente... Hoje, alguns dos que escreveram na época talvez não sejam mais humildes como eram, não se sabe se gostariam que outras pessoas soubessem de detalhes de sua situação anterior... É verdade que não se sabe quais deles gostariam ou não de ter seus nomes e suas histórias reveladas... Então, há mesmo prós e contras na exibição dos nomes de quem escreveu...

Nonato vai se lembrando do teor das cartas às quais tinha acesso, e que falavam de histórias reveladas aos destinatários:

A maior parte pedia emprego para si ou para pessoas da família. Nesses pedidos, para falar da situação de necessidade, as pessoas se revelavam, revelavam suas histórias, às vezes dramatizavam para tentar conseguir das autoridades algo que melhorasse a condição de vida.

⁴⁶ <http://www.arpdf.df.gov.br/>. Ver também GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público do Distrito Federal. **Guia**. Brasília, 2007.

⁴⁷ Entrevista com o Coronel Affonso Heliodoro no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, em 27.02.2008.

⁴⁸ Entrevistas com o jornalista Raimundo Nonato da Silva no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal em 18.11.2005, e na SQS 310, Brasília, em 26.02.2008.

Lembra ele que para muitos, Brasília se afigurava como um garimpo, porque aqui estavam se realizando grandes obras. E, para chegar a esse *garimpo*, “muitos buscavam ajuda e conseguiram se fixar aqui a partir desse apoio inicial”:

Eu mesmo, Nonato, não só encaminhava os pedidos, mas cheguei a atender alguns. As histórias sensibilizavam mesmo. Mas isso, o atendimento aos pedidos, tinha base na própria Constituição, quando define que a autoridade governamental não pode deixar ninguém na miséria...

Esses comentários da pioneira direção da Novacap nos fazem lembrar outras pesquisas, especialmente aquelas ligadas à história oral, em que se percebem posturas contrastantes não apenas quanto à disposição de relatar experiências, mas também quanto à posterior divulgação das histórias. É o caso da pesquisa realizada nos anos oitenta, e retomada vinte anos depois, sobre a Colônia Agrícola Nacional de Goiás⁴⁹, durante a qual foram me ficando visíveis essas nuances. Antigos colonos e trabalhadores agrícolas, de forma geral, expressavam satisfação em contar suas histórias de dificuldades e mesmo de eventuais *fracassos*, e se dispunham a ser fotografados e ter seus nomes revelados. O mesmo nem sempre acontecia com antigos funcionários da administração, comerciantes ou empresários.

Nesta pesquisa atual, com efeito venho encontrando como postura predominante a opinião de que a divulgação das cartas e dos nomes dos remetentes está não só avalizada legalmente, mas também *autorizada* em função do tempo decorrido e da dificuldade de se encontrarem os remetentes. Mas, aqui e ali, manifesta-se o receio de que alguns daqueles remetentes, à época em situação precária de vida, hoje estivessem em condições melhores e não gostassem de ver reveladas sua identidade e sua história de cinquenta anos atrás.

Considero relevante lembrar essas questões, embora não me proponha a tratar delas, em detalhe, neste momento. A proposta aqui não é encontrar antigos remetentes e lhes perguntar o que acham de uma possível divulgação de suas mensagens e de suas assinaturas, ou eventualmente lhes pedir autorização para isso. O interesse se centra nas cartas enviadas à época do início da construção de Brasília, e o que nelas se expressava como imaginário de Brasília. Buscar quem as remeteu pode ser um próximo desafio de pesquisa.

Mas, embora sem esse foco, muitas conversas sobre outros assuntos acabaram girando sobre o caso das cartas e de sua divulgação. O assunto *se apresentava* e era aceito. Assim é

⁴⁹ NEIVA, Ivany. **Outro lado da Colônia**: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Brasília, UnB, 1985. NEIVA, Ivany Câmara. Outra colonização foi possível: memória de trabalhadores rurais do Centro-Oeste brasileiro. In: **XIII Congresso Internacional de História Oral** - Memória e Globalização. Roma: IOHA, 2004.

que Carmosina⁵⁰, hoje moradora no Areal, conta que não escreveu cartas, muito menos para presidentes, mas que seu tio contava que tinha escrito para Juscelino. Diz ela:

Ele e minha tia falavam daquele tempo e que vieram pra tentar melhorar de vida e criar os meus primos aqui. Não perguntei pra ele, mas fosse eu não ia me importar de dizer que pedi lote pro Presidente, se tivesse pedido ou perguntado. Era até um destaque.

*Seu Mário*⁵¹, de Sobradinho, foi pedreiro e também pensa que, se naquele tempo tivesse escrito para o Presidente, hoje ia achar bom rever sua carta e não ia achar ruim que outras pessoas vissem:

Já passou muito tempo, já passou o tempo da Vila Amauri, passou o tempo daquela dificuldade. Agora são outras. Se eu tivesse escrito e pedido emprego, hoje em dia acho que ia ficar pensando se valia a pena pedir de novo.

Também nas conversas com *Seu Liberato*⁵², que há mais de vinte anos é pipoqueiro na Católica, o assunto aparece, quando ele conta histórias dos tempos de JK. Ele conta histórias de quando chegou à futura capital, em 1956. Tinha vinte e poucos anos e se empregou como o *carpinteiro 904* da Novacap. Ele mesmo não escreveu carta para o Presidente, mas se lembra daqueles tempos, e dos candangos, e de JK. Liberato conta que era comum ver o Presidente Juscelino visitando os canteiros de obras, conversando com os operários:



Lembro um dia que ele estava num acampamento e era hora de almoço, e os engenheiros chamaram ele para a mesa deles. Mas o Presidente disse que ele também era candango e então queria almoçar na mesa dos candangos. E foi prá lá, e a comida dos engenheiros era mais caprichada. Mas ele foi pra mesa dos candangos – *ficou* o Presidente, os candangos, cada um com sua ferramenta...

Porque era assim: o peão tinha que levar sua ferramenta com ele, ficar responsável por ela. Então, onde ia candango, tinha junto pá, picareta, martelo... E lá no almoço foi assim.

E Liberato tem dúvidas sobre o que cada um desses candangos acharia sobre a publicação de uma carta que tivesse escrito naquele tempo, para o Presidente, sondando as possibilidades de emprego, pedindo colocação, tentando conseguir terreno para construir,

⁵⁰ Carmosina Maria. Águas Claras, março de 2008.

⁵¹ Mário Sousa. Sobradinho, maio de 2007.

⁵² Liberato Oswaldo das Neves é pipoqueiro na Universidade Católica de Brasília. Goiano de Nerópolis, chegou a Brasília em 1956. Trabalhou como carpinteiro na Novacap e atualmente mora no Gama. Conversa na entrada do Bloco K da Universidade Católica de Brasília. Águas Claras, 07.03.2008.

pedindo passagem, ou até, já tendo chegado aqui, se queixando da qualidade da comida ou do alojamento nos acampamentos, ou de atraso no pagamento:

Aí por exemplo, não sei se aquele candango ia querer que mais tarde a vida dele ficasse exibida assim, com o nome dele e tudo, se ele tivesse contado a vida dele numa carta. Talvez até achasse importante. Mas talvez não quisesse. Só sabendo de cada um, mas fica difícil de saber, tanto tempo depois...

E continua, concluindo: “Varia muito a opinião das pessoas. Cada pessoa pensa diferente de cada pessoa”.

Com isso, e pela ótica de quem à época participava da administração e do governo, concordam Nonato Silva e Affonso Heliodoro. E concorda Luís Mendonça, pela ótica do acervo e da memória: é importante se garantir o respeito à pessoa, a cada pessoa que um dia escreveu carta ao Presidente.

Assim, apóiam a opção metodológica do pesquisador que prefere não divulgar o nome dos remetentes – seja por cautela, por respeito à privacidade, seja por um *gesto de elegância*, como disse Roberto Aguiar, professor de Filosofia do Direito na UnB⁵³.

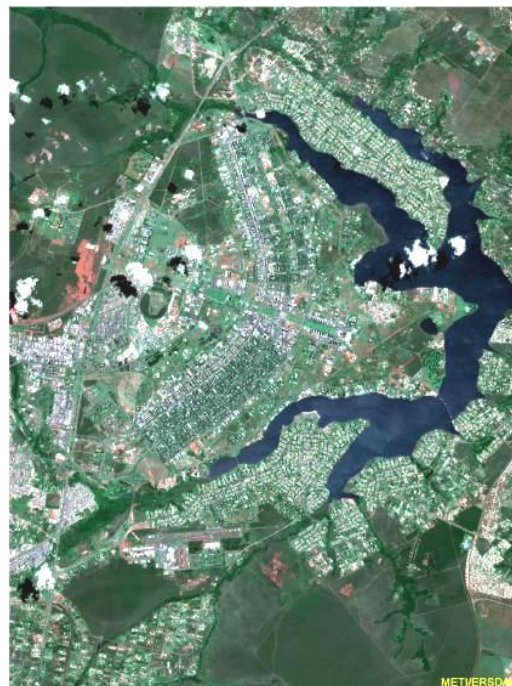
Acompanhada desses relatos, retorno a Portelli e ao seu questionamento sobre a *ética da restituição*. Encontro sua conclusão de que “o verdadeiro serviço que, acredito eu, prestamos [às comunidades], aos movimentos e aos indivíduos, consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para *fora* (...)”⁵⁴.

Esse serviço, penso agora, pode ser feito quando se divulgam trechos dessas cartas, contextualizando o tempo, o espaço, a mensagem. Nesse sentido, o exercício de buscar nas cartas as marcas do tempo pode avalizar eticamente o trabalho do historiador, na medida em que a palavra escrita e a conversa epistolar, quando *desdobradas e levadas para fora* dos arquivos, podem vir a *atualizar o passado*, iluminar o presente e caminhos futuros.

E, assim, mantenho a opção de, neste *Imaginando*, não identificar por nome e endereço aquelas *pessoas comuns* que escreveram ao Presidente Juscelino e têm suas cartas preservadas no Arquivo Público do Distrito Federal. O cuidado acadêmico me faz listar seus nomes e respectivas datas de envio da correspondência (lista incluída na Ficha Técnica), para possibilitar que outros pesquisadores localizem cada carta. Mas, neste momento, a mensagem de cada um nos fica visível, ao mesmo tempo em que se preserva a privacidade dessa correspondência *pública*.

⁵³ Conversa com Roberto Aguiar, jurista e professor de Filosofia do Direito da UnB. Avenida L2 Sul, Brasília. 18.02.2008.

⁵⁴ PORTELLI, op.cit., p. 29.



4. Brasil, capital Brasília ¹

entre,
 entre por favor
 entre blocos
 entre quadras
 entre,
 entre por favor

Nicolas Behr, 2002²

Brasil, capital Brasília. Está nos mapas, nos guias de viagem, em documentos oficiais, na mídia, está em nosso cotidiano e imaginário.

Mas quem tem mais de cinquenta anos certamente ainda se lembra de lições de escola em que quase se recitava: Brasil, capital Rio de Janeiro... E estava lá, à beira mar, o Distrito Federal, aquele peculiar território da União³, cujos limites coincidiam com os da capital brasileira: Rio de Janeiro, DF, um lugar só.

¹ Brasília / DF. Imagem de satélite. METI/ERSDAC. Disponível em http://209.15.138.224/brazil_mapas/s_brasiliacity.htm. Acesso em 08.08.2007.

O título do capítulo é o mesmo do livro do diplomata Osvaldo Orico: ORICO, Osvaldo. **Brasil, capital Brasília**. Brasília: Novacap, 1958.

² BEHR, Nicolas. **Poesília: poesia pau-brasília**. Brasília: Ed. do Autor, 2002.

³ Em 1834, o Governo Regencial estabelece a criação do Município Neutro, para caracterizar a peculiaridade administrativa do território onde se localiza a capital do Brasil. Assim, a cidade do Rio de Janeiro ficou separada da então Província do Rio de Janeiro. A Constituição republicana de 1891 estabelece que "cada uma das Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a capital da União".

Sou dessas crianças que, nos fins dos anos cinqüenta, tinha foto de escola em frente ao mapa do Brasil, uniforme da *EP – escola pública* do Rio, caneta na mão... No mapa, se destacava a capital, Rio de Janeiro, e lá em Goiás, se recortava um quadrilátero em que se lia: “futuro Distrito Federal”. Além disso, no cotidiano estava rodeada de pessoas que se correspondiam por cartas, que endereçavam envelopes, que colocavam lá no “remetente”: fulano, rua e número e bairro tal, Rio de Janeiro/DF.

Para quem acompanhava os movimentos mudancistas, como meu tio-bisavô e meus avós, para quem vivia no Rio e imaginava uma nova capital no interior do país, e para quem endereçava envelopes, foi muito marcante a mudança concretizada em 1960, quando a capital passou a ser Brasília e o Rio se transformava em um novo Estado. Foi criado o Estado da Guanabara, Unidade da Federação peculiar, com um único município – Rio de Janeiro⁴, e o endereço passava a ser Rio de Janeiro / GB. Essa situação de cidade-estado durou 15 anos, até março de 1975⁵, quando foram fundidos os Estados da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro. Essa nova Unidade Federativa adotou o nome de Estado do Rio de Janeiro, passando a ter como capital a nossa cidade do Rio de Janeiro. No início, foi difícil conviver com a informação de que os naturais do Estado do Rio de Janeiro (inclusive os cariocas!) são chamados de “fluminenses”...

Essa memória viva da mudança do status do Rio como capital despertou, em muitas crianças daquele tempo, a curiosidade pela questão das possibilidades de alteração de algo que parecia estável – a sede política e administrativa do país. Passamos a aprender, no dia-a-dia, que neste país de intensos movimentos migratórios, também suas capitais podiam ter essa característica *itinerante*⁶. A questão voltou à cena por ocasião das comemorações dos “500 anos do descobrimento do Brasil”, em 2000, quando se lembrava que, nesse meio milênio, o país já tivera três capitais: a primeira tinha sido Salvador, desde 1549; a segunda, o Rio de Janeiro, de 1763 a 1960; e a terceira, atual, é Brasília, inaugurada em 1960.

Disso sabemos nós, que vivenciamos essa realidade de “Brasil, capital Brasília”. E sabiam aqueles que, nos inícios da construção da nova cidade, viam se transformar em *presente* o que era *futura capital*. Disso sabiam aqueles que escreviam cartas para saber notícias da construção e das possibilidades de construir projetos de vida na nova capital do país.

⁴ Essa decisão, de o Estado da Guanabara ter um único município, foi tomada em plebiscito realizado em 21 de abril de 1963.

⁵ A fusão se concretizou em 15 de março de 1975, conforme definido na Lei Complementar nº20, de 1974.

⁶ Referência ao Projeto Integrado de Pesquisa (CNPq) Itinerâncias Urbanas no Brasil - capitais migrantes, poderes peregrinos, representações nômades. Coordenação Geral da Professora Dra. Bárbara Freitag Rouanet. 2000-2002. Projeto acessível em <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/pip.html>. Acesso em 26.07.2007.



4.1 Brasília, 48 anos ⁷

Deve andar cansada essa Brasília que todo ano tem de se submeter a um teste de qualificações...

Conceição Freitas. *Só para sonhadores*. 2005⁸

E aqui estamos, nesta Brasília construída, inaugurada, habitada e viva - nesta Brasília, neste Distrito Federal traçados e humanizados no interior brasileiro.

O escritor Cristovão Tezza dizia, em artigo na edição comemorativa dos 45 anos da capital, do *Correio Braziliense*: “Provavelmente nenhuma outra cidade do mundo é objeto tão permanente da indagação de seus habitantes como Brasília”⁹. Poderíamos acrescentar que essa indagação vem de seus habitantes e de quem é de fora, brasileiro ou estrangeiro, que aqui encontra histórias antigas que se mesclam com o presente, histórias oficiais e de pessoas comuns, olhares, interesses e projetos diversos. Nomes, lugares, memórias, imagens, convivem e expressam a diversidade, a peculiaridade, mas também o *comum*, o cotidiano da vida de quem é “habitante do símbolo”¹⁰ e simples morador de mais uma cidade brasileira. Mais que isso, convivem imagens de *moradores do símbolo-Brasília* e de *moradores do símbolo-Distrito Federal*.

⁷ Foto: Tapumes da construção da Biblioteca Nacional. Brasília, Esplanada dos Ministérios. Março de 2006. Ivany Neiva. O título original do capítulo era “Brasília, 47 anos”, mas já estamos em 2008, quando se completam 48 anos da inauguração de Brasília.

⁸ FREITAS, Conceição. *Só para sonhadores*. Brasília, *Correio Braziliense*, 10.04.2005. p. 30.

⁹ TEZZA, Cristovão. *As razões do acaso*. *Correio Braziliense*, 21.04.2005. Nove visões de Brasília. Brasília 4+5. Caderno Especial. p.4.

¹⁰ A expressão “moradores do símbolo” foi utilizada por Thereza Negrão em sua tese de doutorado em Ciências da Comunicação: NEGRÃO DE MELLO, Maria T. *O espetáculo dos moradores do símbolo: mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

Luís Fernando Veríssimo diz: “Ninguém mora num símbolo”, argumentando que o visitante de Brasília “nunca esquece do que ela simboliza. Já o brasiliense ocupado com seu dia-a-dia não pensa nisso”. VERÍSSIMO, Luís Fernando. *Ninguém mora num símbolo*. *Correio Braziliense*, 21.04.2004. Oito visões de Brasília. p.3.

Há quarenta e oito anos¹¹, o Distrito Federal – que abriga Brasília, capital do Brasil – se localiza no Planalto Central, ocupando um quadrilátero de 5.822 km²¹². Ali se localizam não só a cidade de Brasília, mas também outras 28 *idades*, institucionalmente criadas, por leis, com a denominação de “regiões administrativas”.

Até hoje, a expressão mais comum para designá-las, seja pela população em geral, seja na mídia, ainda é a de “cidade-satélite”, utilizada desde a época do concurso para escolha do Plano Piloto da capital, e oficialmente vetada em 1998. Já no parecer de William Holford ao Relatório do Plano Piloto, de Lúcio Costa, constam as expressões “cidade-mãe” e “cidades-satélites”¹³. Mas, em 1998, o então governador Cristovam Buarque proíbe o uso dessa denominação nos documentos oficiais do Governo do Distrito Federal, alegando que “que as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumem características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto”¹⁴.

Sejam ou não pensadas como “cidade-mãe” e “satélites”¹⁵, essas 29 *idades* incluem, assim, desde a capital construída com essa finalidade, até outras de existência antiga, como Brazlândia e Planaltina, ou contemporâneas à construção de Brasília, como o Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Taguatinga, ou criadas como resultado de políticas do Governo do Distrito Federal, como Ceilândia e Samambaia, e outras mais, institucionalizadas principalmente ao longo dos últimos quinze anos.

São elas, no total de hoje: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste / Octogonal, Varjão, Park Way, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (Estrutural), Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, Setor de Indústria e Abastecimento:

¹¹ Ver nota 1.

¹² Há informações discordantes sobre a área do DF. Conforme Site Oficial do GDF. http://www.setur.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=1402, a área é de 5.822km². Segundo o IBGE, a área do DF é de 5.802 km². http://www.geocities.com/TheTropics/3416/bsb_2p.htm; <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=DF>. Acesso em 22.08.2007.

¹³ HOLFORD, Sir W. Impressões de Sir William Holford sobre o Projeto Lúcio Costa para Brasília. In: IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro, 1965. Ver nota 63.

¹⁴ GDF. Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998.

¹⁵ No site Wikitravel, podem se encontrar discussões a respeito do assunto. Em 6 de fevereiro de 2007, registrava-se o comentário: “Eu voto pela manutenção dessa nomenclatura, que é como o país todo conhece [...]. E quem é ele [o Governador] pra mudar algo que já existe na mente do povo há quase 50 anos? CIDADE-SATÉLITE !!!”. Disponível em http://wikitravel.org/pt/Discuss%C3%A3o:Bras%C3%ADlia_-_201.81.179.220 SYLX 08:38, 6 Fevereiro 2007. Acesso em 20.03.2008. Na Crônica da Cidade do dia 28 de março de 2008, Conceição Freitas fala do assunto, concluindo que a expressão “faz parte do dicionário de Brasília tanto quanto Tesourinha, eixão, eisinhas, estrada-parque, superquadra, comercial, entrequadra, balão”. FREITAS, Conceição. **É cidade e é satélite**. Correio Braziliense, 28.03.2008, p.36.

Tabela VI
População Urbana do Distrito Federal
segundo as Regiões Administrativas – 2004, 2007

Regiões Administrativas	população (2004)	% (2004)	projeção 2007 ¹	data de criação
Distrito Federal	2.096.534	100,0	2.433.853	(1960)
RA I - Brasília	198.906	9,5	204.836	1964
RA II - Gama	112.019	5,3	145.678	1964
RA III - Taguatinga	223.452	10,7	271.543	1964
RA IV - Brazlândia	48.958	2,3	59.597	1964
RA V - Sobradinho	61.290	2,9	185.768	1964
RA VI - Planaltina	141.097	6,7	208.044	1964
RA VII - Paranoá	39.630	1,9	66.979	1964
RA VIII - Núcleo Bandeirante	22.688	1,1	44.698	1989
RA IX - Ceilândia	332.455	15,9	360.447	1989
RA X - Guará	112.989	5,4	134.228	1989
RA XI - Cruzeiro	40.934	2,0	76.949	1989
RA XII - Samambaia	147.907	7,1	183.032	1989
RA XIII - Santa Maria	89.721	4,3	115.704	1992
RA XIV - São Sebastião	69.469	3,3	103.607	1994
RA XV - Recanto das Emas	102.271	4,9	132.738	1993
RA XVI - Lago Sul	24.406	1,2	28.124	1994
RA XVII - Riacho Fundo	26.093	1,2	59.639	1993
RA XVIII - Lago Norte	23.000	1,1	33.933	1994
RA XIX - Candangolândia	13.660	0,7	18.309	1994
RA XX - Águas Claras	43.623	2,1	-	2003
RA XXI - Riacho Fundo II	17.386	0,8	-	2003
RA XXII - Sudoeste/Octogonal	46.829	2,2	-	2003
RA XXIII - Varjão	5.945	0,3	-	2003
RA XXIV - Park Way	19.252	0,9	-	2003
RA XXV - SCIA (Estrutural)	14.497	0,7	-	2004
RA XXVI - Sobradinho II	71.805	3,4	-	2004
RA XXVII – Jardim Botânico ²	-	-	-	2004
RA XXVIII – Itapoã	46.252	2,2	-	2005
RA XXIX – SAI ³	-	-	-	2005

Fontes:

SEPLAN/CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2004. Quadro 01. Regiões Administrativas, segundo a Lei e Data de Criação. p. 18.

SEPLAN/CODEPLAN. Distrito Federal. Síntese de Informações Socioeconômicas. 2006. Tabela II. População Urbana do Distrito Federal segundo as Regiões Administrativas – 2004. p. 32.

GDF. SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação); IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020.

¹ Projeções feitas para as Regiões Administrativas existentes em 1999, a partir de: CODEPLAN, IBGE. Projeção da população da região centro-oeste e Tocantins: 1997 - 2020. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

² Não existem informações, por ter sido criada após o término da pesquisa PDAD-2004.

³ Foi criada em 2005 e não possui unidades residenciais.

As informações sobre as alterações que se vão processando na estrutura administrativa do DF podem ser encontradas nos documentos legais, nos quais estão registradas as definições oficiais a partir das quais se fundem limites, se desagregam espaços, se desenham novos polígonos. Já quanto às informações sobre a população que reside no DF, vale a

situação geral referente aos dados populacionais no país. Decenalmente, temos os levantamentos dos Censos Demográficos. Nos intervalos, são realizadas pesquisas amostrais e calculadas projeções e estimativas, seja pelos órgãos oficiais, seja por variados promotores de pesquisas.

Para o Distrito Federal, os dados oficiais mais recentes são os que compõem o relatório final da Contagem da População¹⁶, preparado pelo IBGE e encaminhado em novembro de 2007 ao Tribunal de Contas da União, para embasar os cálculos das quotas referentes ao Fundo de Participação dos Municípios.

Trata-se de levantamento amostral, feito em 5.435¹⁷ municípios com até 170 mil habitantes (30 milhões de domicílios em todo o país), e conclui que a população brasileira é, em 2007, de 183 milhões e 900 mil habitantes.

A divulgação do relatório pela imprensa começou dois dias depois do anúncio oficial pelo IBGE, e o Correio Braziliense estampa, em manchete, que “Brasília [é] a quarta mais populosa”¹⁸. Na verdade, a informação não se refere à cidade, mas sim ao Distrito Federal como um todo, para o qual se registra uma população de 2 milhões e 450 mil pessoas. Mais populosas que “Brasília” são as cidades de São Paulo (que é a primeira nesse *ranking*), Rio de Janeiro e Salvador.

Antes de sua divulgação, estavam disponíveis dados de 2004, quando a Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias do Governo do Distrito Federal (Seplan) e a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) realizaram a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios / PDAD 2004. Foi adotada metodologia análoga à da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / PNAD, realizada periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, órgão oficial de estatísticas no Brasil. Nesse caso do DF, foi considerada apenas a população urbana, com base no rol de consumidores de energia elétrica, produzido pela Companhia Energética de Brasília. Foram incluídas as 27 regiões administrativas existentes à época do levantamento.

Oficialmente, portanto, temos o dado nacional da Contagem da População do IBGE, divulgado em 2007, e a informação local de que em 2004 a população residente no Distrito

¹⁶ Ver notícias oficiais no site do IBGE. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1028&id_pagina=1. Acesso em 17.02.2008.

¹⁷ Segundo o IBGE, em 2007 o Brasil contava com 5.564 municípios – aliás, “de fato, são 5.562 municípios. As outras duas unidades referem-se uma ao distrito de Fernando de Noronha, subordinado ao estado de Pernambuco, e outra a Brasília, Distrito Federal, que são consideradas unidades de planejamento de atividades de pesquisa em nível municipal.” IBGE. Aspectos da Contagem da População 2007.

Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/aspectos.pdf>. Acesso em 17.02.2008.

¹⁸ CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília: quarta mais populosa**. Brasília, 17.11.2007. Economia, p.19.

Federal era de 2.096.534 pessoas. Segundo as projeções feitas em 1999 pela SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação), do Governo do Distrito Federal, e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em julho de 2007 essa população seria de 2.383.614 pessoas¹⁹ - cerca de setenta mil habitantes a menos que os registrados na recente Contagem do IBGE.

Na esteira da divulgação da Contagem, foi divulgada a estimativa (que tem como fonte a CODEPLAN) de que, em 2020, a população do DF chegará a mais de 3 milhões de habitantes, apresentando “riscos de crescimento populacional em regiões onde faltam equipamentos urbanos de infra-estrutura, além de serviços de saúde, educação e segurança”²⁰. Essas projeções indicam que a cidade de Brasília, assim como Ceilândia e o Lago Sul, vão perder população, enquanto que São Sebastião, Sobradinho, Riacho Fundo, Recanto das Emas e Planaltina serão as cidades do DF de maior crescimento demográfico.

Quanto ao aumento populacional no DF, anunciado pelo IBGE, a principal fonte de crescimento é a migração do Entorno para o Distrito Federal: “aumento de renda, facilidades de crédito e loteamentos em todos os lados provocaram a vinda de muitas pessoas do Entorno para *Brasília* (sic), elevando a cidade da sexta para quarta posição do *ranking* nacional”²¹ principal motivo

No ano 2000, quando se comemoravam 500 anos da *descoberta* do Brasil e quarenta anos da inauguração de Brasília, tinha tido grande destaque na mídia a “conquista” da marca dos 2 milhões de habitantes no DF. A página principal do site do Núcleo de Estudos Populacionais da Codeplan anunciava: “em 1960, éramos 140.164; desde 28 de janeiro, somos 2 milhões!”²². Em artigo publicado no mesmo site, a técnica Araci Ministério explicava a estimativa que resultara na indicação dessa data, a partir de projeções populacionais feitas pela Codeplan para o período 1997-2020²³.

¹⁹ GDF. SEDUH / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020**. Arquivo anexado à mensagem recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 07.08.2007. Enviada por Iraci Peixoto, técnica da Codeplan <iraci.peixoto@codeplan.df.gov.br>. Projeções feitas a partir de: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL; IBGE. **Projeção da população da região Centro-Oeste e Tocantins: 1997 - 2020**. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

²⁰ MONTENEGRO, Érica. **O futuro bate à porta**. Brasília, Correio Braziliense. 27.11.2007. Cidades, p.28-29.

²¹ GROSSMAN, Luís Osvaldo. **DF mais inchado**. Brasília, Correio Braziliense. 26.11.2007. Economia, p.10.

²² http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas.nep/pgd_nep.html. Acesso em 10.05.2000.

²³ MINISTÉRIO, Araci Cruzatto. **DF – a chegada dos 2 milhões**. Codeplan/NEP, 1999. <http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas.nep/index.html>. Acesso em 10.05.2000. O trabalho citado é: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL; IBGE. **Projeção da população da região centro-oeste e Tocantins: 1997 - 2020**. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

A matéria de capa do Caderno Cidades²⁴, do Correio Braziliense desse dia, estampa em letras vermelhas o número 2.000.000; dois dias depois, já se noticiava que “o habitante 2 milhões [...] é a menina Melissa, moradora de Ceilândia, a cidade mais populosa do DF”²⁵.

Essa informação era, por vezes, associada à de que, em 1999, a população mundial chegara aos 6 bilhões de habitantes. A ONU definira a data simbólica de 12 de outubro de 1999 para marcar essa cifra, com o nascimento do bebê Adnan, na também emblemática Sarajevo²⁶.

As datas, os números – todas essas marcas eram emblemáticas. Mas, aqui e ali, se revelavam indícios de desinformação sobre este Distrito Federal onde há quase cinquenta anos se localiza a capital do Brasil. Desinformação, ou indícios de um imaginário sobre a capital? Informações contraditórias, ou uma Brasília imaginada? A observação da pesquisadora e a curiosidade comprometida da moradora me estimularam a ver e escutar variadas imagens sobre a capital, que povoavam conversas, registros, pesquisas, obras de arte e de comunicação, fora e dentro de Brasília e do Distrito Federal. Chamavam a atenção, especialmente, as imagens sobre a configuração do território, os nomes dos *lugares* e as fronteiras internas do DF. Bairro, cidade, Distrito Federal, capital, Brasília, Plano Piloto, região, metrópole, são expressões que coexistem quando se fala em Brasília.

Coexistem essas expressões e também as críticas sobre sua utilização. Em um extremo de rigor terminológico, o geógrafo Adalberto Lassance inicia seu livro “Brasília & Distrito Federal - imperativos institucionais” definindo os nomes:

- Distrito Federal é o território onde se localiza a cidade de Brasília;
- Brasília é a Capital de República;
- Plano Piloto é o projeto de Lúcio Costa que originou Brasília.²⁷

Lassance passa a discorrer sobre “singularidades, atipicidades ou diferenças do Distrito Federal e de Brasília com relação aos estados e municípios brasileiros” e aponta o desconhecimento dessas singularidades como “gerador dos conceitos errados que se encontram hoje arraigados na população”²⁸. Toma como base a legislação pertinente ao Distrito Federal e a Brasília (Constituição Federal / 1988, Lei Orgânica do Distrito Federal / 1993, decretos e leis da Legislação Federal e da Legislação do Distrito Federal) e vai arrolando “impropriedades” que se repetem no cotidiano das pessoas, na mídia, nos livros

²⁴ AMORIM, Rovênia. **2.000.000**. Brasília. Correio Braziliense. 28.01.2000. Cidades, capa.

²⁵ Idem. **Realidade que vem atrás dos números**. Brasília. Correio Braziliense. 30.01.2000. Cidades, p.4.

²⁶ Correio Braziliense. **Você é um dos 6 bilhões de habitantes do mundo**. 06.07.2000. Coisas da Vida, p. 6.

MINISTÉRIO, Araci Cruzato. op. cit.

²⁷ LASSANCE, Adalberto. **Brasília & Distrito Federal – imperativos institucionais**. Brasília: Verano Editora, IHGDF, 2002. p.11.

²⁸ Ibidem, p.11

didáticos, placas de sinalização, documentação oficial, publicidade de turismo. Lassance cita exemplos desses “erros”, encontrados em argumentos e comentários cotidianos:

“se o antigo Distrito Federal era a Capital do Brasil, o novo Distrito Federal também é”;

“Brasília e Plano Piloto são a mesma coisa”;

“Brasília é todo o Distrito Federal e as cidades-satélites são bairros de Brasília”;

“... moro em Taguatinga, localizada em Brasília”;

“O Governador de Brasília vai aplicar a lei em todo o Distrito Federal”;
 “Brasília foi projetada para 500 mil habitantes, mas hoje tem mais de dois milhões”;

“A Câmara Distrital não aprovou a lei enviada pelo Governador”;
 “as cidades de Brasília...”²⁹

Em outro extremo, encontram-se posicionamentos em que predomina a idéia de que “somos todos brasilienses” – frase que deu título a um artigo escrito em 2002 pelo jornalista Hélio Doyle³⁰, em que são rebatidas as recomendações de Lassance.

Hélio Doyle reconhece aspectos que induzem à “confusão” entre os termos e as identidades, mas afirma que “isso não justifica a insistência em privar os que moram nas cidades-satélites e demais regiões de Brasília da condição de brasilienses e residentes na Capital”. Em alusão ao veículo jornalístico em que se publicou o artigo, exemplifica lembrando que “o Correio Braziliense é um jornal de todo o Distrito Federal, não apenas da região administrativa chamada de Brasília”. Argumentando que “a cidade é, pois, uma só, dividida em regiões administrativas”, enfatiza que o que importa não são as decisões administrativas, legais ou burocráticas, e sim o sentido partilhado de “capital”:

Brasília, a Capital Federal, é uma cidade que abarca todo o território do Distrito Federal — uma unidade da Federação que não é estado, território ou município. Brasília é conjunto do Plano Piloto, das chamadas cidades-satélites, dos bairros e vilas. Tem zonas urbanas e zonas rurais. Tudo que está no Distrito Federal é Brasília, a Capital da República.³¹

Em seu site “A Cidade de Brasília”³², bastante acessado por quem procura informações sobre a capital, o carioca Augusto Cesar Baptista Areal trata da questão e conclui que “*Brasília*, portanto, tem um significado que na prática depende do critério que se

²⁹ Ibidem, p.13

³⁰ DOYLE, Hélio. **Somos todos brasilienses**. Brasília, Correio Braziliense, sábado, 16 de março de 2002. p.G2.

³¹ Ibidem

³² http://www.geocities.com/~augusto_areal/bsb_port.htm. Acesso em 08.08.2007.

considera - administrativo, urbanístico, social etc. [...] O significado do termo ‘Brasília’ depende também da opinião, e mesmo da conveniência, de quem está falando ou escrevendo. Quando, por exemplo, interessa mostrar Brasília como cidade grande e importante, sempre se fala que a cidade tem ‘mais de dois milhões de habitantes’...”.

Areal comenta que não se encontra unanimidade quanto aos limites da cidade de Brasília em publicações especializadas nem na legislação, e registra sua opinião sobre o assunto: “a cidade de Brasília INCLUI os núcleos urbanos de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal. Portanto, locais como Lago Sul, Setor Sudoeste, Taguatinga, Sobradinho, etc, fazem sim parte de Brasília”³³.

O geógrafo Aldo Paviani ultrapassa as fronteiras de suas publicações e dos debates no âmbito do Núcleo de Estudos Urbanos e Rurais da Universidade de Brasília e vem ao jornal, em 2001, falar sobre a “Brasília de todos os brasileiros” – “a cidade polinucleada de hoje”. Paviani reafirma que “Brasília, hoje, é mais que o Plano Piloto: ela é formada pelo referido centro e por uma constelação de cidades (até há pouco tempo denominadas de cidades-satélites)”³⁴, num somatório de mais de dois milhões de habitantes disseminados pelo território do DF.

A questão continua gerando polêmica, apesar das definições legais, da argumentação firme de defensores das diversas interpretações, e apesar da poesia e dos diferentes olhares de quem aqui vive e de quem sobre aqui fala. Vale lembrar uma crônica da jornalista Conceição Freitas, escrita em abril de 2005, “só para sonhadores”:

Deve andar cansada essa Brasília que todo ano tem de se submeter a um teste de qualificações. Fosse vivo, Lúcio Costa repetiria o que disse há muito tempo e não exatamente com essas palavras: Brasília não é mais uma idéia a ser discutida pelos brasileiros. É uma cidade pronta, habitada, com suas qualidades e seus defeitos. Brasília foi um acontecimento, hoje é uma cidade, ponto parágrafo.³⁵

Em novembro do mesmo ano, Conceição Freitas concluía sua crônica “Fachada de isopor” constatando que “no final das contas, o país continua sem saber como tratar Brasília”³⁶. O assunto era outro – as pesquisas sobre qualidade de vida – mas a observação valia, e vale, para várias situações, entre as quais o “onde estamos?” e o “quantos somos?”.

³³ Idem

³⁴ PAVIANI, Aldo. **A Brasília de todos os brasileiros**. Correio Braziliense, 04.05.2001 p.5. Também disponível em Portal Vitruvius. Minha Cidade. Ano 2, vol. 3, out. 2001, p. 031. <http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc031/mc031.asp>. Acesso em 20.03.2008.

³⁵ FREITAS, Conceição. **Só para sonhadores**. Brasília, Correio Braziliense, 10.04.2005. p. 30.

³⁶ Idem. **Fachada de isopor**. Brasília, Correio Braziliense, 08.11.2005. p. 28.

A própria Conceição Freitas, em crônica de 2007, inicia “No começo, foi assim”, dizendo: “A cidade onde você mora, 2,5 milhões de habitantes...”³⁷. Nesse caso, está sendo utilizada uma estimativa para a população atual do DF, mas a referência é a cidade, a capital, e não o Distrito Federal inteiro...

Quais os dados de que dispomos sobre Brasília – a cidade, a Região Administrativa? Brasília, segundo a PDAD, tinha 199 mil habitantes, em 2004³⁸. De acordo com as projeções, já citadas, feitas pelo IBGE e pela Secretaria de Desenvolvimento e Urbanismo do DF, em 2007³⁹ tinha cerca de 205 mil. Portanto, cinquenta e um anos depois do Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, realizado em 1956, esse número pouco passava da metade da população ali prevista como limite máximo para o Plano Piloto. Aliás, o Edital não trazia informações nem especificava requisitos sobre população, mas Oscar Niemeyer, em carta ao Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, responde a dúvidas levantadas pelos concorrentes e informa a definição de “500 mil habitantes, no máximo”⁴⁰ para o Plano Piloto – sim: para o Plano Piloto, objeto do concurso; não se falava, ali, do quadrilátero Distrito Federal.

Certamente, é comum se encontrarem essas imagens em que se superpõem, se alternam e se misturam a cidade e a Unidade da Federação em que está localizada. Fomos buscar exemplos em reportagens e cadernos especiais editados por ocasião dos aniversários da inauguração de Brasília, assim como em crônicas e matérias publicadas nos últimos sete anos.

A propósito das eleições de 2002 para governador do Distrito Federal, a reportagem “A nova cara do brasiliense” fala da população do DF, lembrando que “hoje o DF tem mais de 2 milhões de habitantes – a maior parte espalhados em cidades como a Ceilândia [...]. Pessoas – ou filhos de pessoas, ou netos de pessoas – que chegaram a Brasília em busca de emprego, ajudaram a construir a capital e se estabeleceram por aqui”. Mas a manchete contradiz o conteúdo, quando leva a que se pense no governador como “prefeito” ou administrador da capital: “O governador eleito hoje administrará os problemas de um local projetado para 500 mil habitantes e que tem mais de 2 milhões. Uma população vinda de todas as partes do Brasil, mas que aos poucos constrói uma identidade própria”⁴¹.

³⁷ Idem. **No começo, foi assim**. Brasília, Correio Braziliense, 01.08.2007. p. 28.

³⁸ PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD 2004. Brasília. Seplan/Codeplan. 2004. http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=5507. p. 18. Acesso em 10.01.2007.

³⁹ Ver nota 16..

⁴⁰ Informações complementares ao Edital do Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Correspondência enviada pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap (Oscar Niemeyer) ao Instituto dos Arquitetos do Brasil. Sem data. Ítem 8. Citada em CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956 – 1998**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado. p.69.

⁴¹ FARIA, Tiago. **A nova cara do brasiliense**. Brasília, Correio Braziliense, 27.10.2002. p.20.

Em abril de 2004, em “Cidade de muitos amores”, no Jornal da Comunidade, diz-se que a cidade conta com o amor de filhos *adotivos* de várias regiões do país, e que continuam chegando novos moradores: “Prova disso são os mais de dois milhões de habitantes atualmente, marca que supera em muito a previsão da época da construção, que era de apenas 500 mil habitantes”⁴².

No mesmo jornal, a matéria “Lago Norte faz aniversário” traz outra denominação referente a lugares urbanos – a de *bairro*, aqui mesclado não só à cidade de Brasília, mas também à denominação oficial de Região Administrativa: “O Lago Norte, bairro nobre de Brasília, soma 10 anos de Região Administrativa”⁴³.

Observa-se, nessa e em outras reportagens, que expressões de diferentes utilizações convivem no mesmo texto, na mesma conversa. É o caso da *Região Administrativa*, definida por lei federal⁴⁴ em 1964 como instrumento operacional da descentralização administrativa implantada no DF, e que coexiste com as palavras *capital*, *cidade* e *bairro*, há muito tempo presentes no vocabulário urbano brasileiro e que já constavam, também, do Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa – Plano Piloto de Brasília, a capital situada no Distrito Federal do interior brasileiro. Vale lembrar algumas passagens do Relatório⁴⁵ que trazem essas idéias:

Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. E o que se indaga é como no entender de cada concorrente uma tal *cidade* deve ser concebida.

Brasília, *capital* aérea e rodoviária, *cidade* parque. Sonho arqui-secular do Patriarca. *Cidade* planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo *cidade* viva e aprazível...

Quanto à numeração urbana, a referência deve ser o eixo monumental distribuindo-se a *cidade* em metades Norte e Sul...

Entaladas entre essa via de serviço e as vias do eixo rodoviário, intercalaram-se então largas e extensas faixas com acesso alternado, ora por uma, ora por outra, e onde se localizaram a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do *bairro*...

Evitou-se a localização dos *bairros* residenciais na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana.

Cidade, capital, bairro, são palavras presentes no cotidiano de Brasília e do DF. *Bairro*, bem menos que outras expressões utilizadas nos novos traçados: setor, quadra, superquadra, conjunto... Mas as histórias de antigos moradores, por vezes, preservam e recriam

⁴² CRUZ, Luciene. **Cidade de muitos amores**. Brasília, Jornal da Comunidade. 17 a 23 de abril de 2004. p. A8.

⁴³ MARTINS, Alline. **Lago Norte faz aniversário**. Brasília, Jornal da Comunidade. 17 a 23 de abril de 2004. p. A8.

⁴⁴ Lei nº. 4.545, de 10.12.1964.

⁴⁵ COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília** [1956]. Brasília: DETUR/GDF, s/d.

expressões – o que era o Areal, o que era Águas Claras, antes de ser desmembrada de Taguatinga? É uma história muito recente, e ainda está presente a memória de outdoors em que se anunciava a venda de lotes em Águas Claras, “bairro de Taguatinga”...

São histórias dos nomes. A *migração dos nomes* leva a que muitos moradores de Brasília e do DF se identifiquem como residentes em *bairros*, mesmo que essa expressão não seja usual no cotidiano local. Mas é adotada em situações como as de preenchimento de formulários preparados fora da região – seja de estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, editais de projetos, ou em casos nos quais se pretende destacar lugares que apresentam peculiaridades marcantes. Assim, Vila Dimas se transforma em bairro de Taguatinga, o Areal está em Águas Claras, Colorado em Sobradinho, Vila Planalto, Asa Sul e Asa Norte em Brasília, e mesmo o Plano Piloto por vezes é assim classificado.

Nesse sentido, a palavra “bairro” aparece em artigo, já citado, do geógrafo Aldo Paviani, quando comenta as pesquisas sobre qualidade de vida em Brasília e lembra características do Plano Piloto como “um bairro de Primeiro Mundo”⁴⁶.

Também na crônica “Fachada de isopor”, da amazonense Conceição Freitas, aparece a menção a *bairro*: “O Plano Piloto é tão somente um bairro de Brasília”. Conceição contesta não apenas a metodologia adotada por uma pesquisa sobre qualidade de vida realizada pela Fundação Getúlio Vargas, divulgada em 2005⁴⁷, mas a explicação dada por um pesquisador, de que haviam sido entrevistados apenas moradores do Plano Piloto porque “se considerássemos todo o DF, perderíamos o ícone Brasília”.

Conceição Freitas rebate: “[O Plano Piloto] até é [ícone], mas não desse modo”. E continua:

Tão irreal quanto acreditar que Brasília se resume ao Plano Piloto é levar em conta os indicadores econômicos e sociais que, vira e mexe, qualificam a capital do país como um dos melhores lugares para viver. Chega a ser desrespeitoso com o 1.796 milhão de brasilienses que não moram no Plano Piloto nem no Lago Sul nem no Lago Norte. [...] Se se está avaliando qualidade de vida e, portanto, levando em conta o modo de viver da população de Brasília [...], os pesquisadores teriam obrigatoriamente que ouvir o cidadão que mora nas demais regiões administrativas que compõem a cidade – [...] a absoluta e esmagadora maioria de seus habitantes.⁴⁸

⁴⁶ LIMA, Richard. **Capital da qualidade de vida**. Brasília, Correio Braziliense, 20.07.2003. Semprebrasil, Informe Publicitário. p.2.

⁴⁷ Trata-se de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (divulgada em 2005), em que “Brasília” aparece em primeiro lugar no ranking nacional de satisfação com sua cidade, entre 11 regiões metropolitanas, tendo por base a Pesquisa de Orçamento Familiar 2002/2003, do IBGE.

Ver notícia em <http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2005/07/27/ult1913u34339.jhtm> 27/07/2005 - 11h24. Acesso em 06.08.2007.

⁴⁸ FREITAS, Conceição. **Fachada de isopor**. op. cit.

São recorrentes, as menções a Brasília como ícone – da arquitetura moderna, da ousadia do brasileiro, da qualidade de vida. Quanto a esse atributo, são várias as pesquisas em que Brasília tem destaque. Uma delas foi aquela citada em 2005, na crônica de Conceição Freitas, feita pela Fundação Getúlio Vargas a partir de dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (2002/2003) do IBGE. Brasília foi então considerada a cidade com melhor qualidade de vida entre 11 regiões metropolitanas pesquisadas, com base no ICV (Índice de Qualidade de Vida), em que Brasília se destacou com “nota” 113,52% acima da média nacional⁴⁹ – embora uma “Brasília” vista como seu Plano Piloto.

Recentemente, Brasília figurou como a cidade brasileira mais bem colocada no ranking mundial de qualidade de vida organizado pela Mercer Human Resource Consulting, empresa que “há dez anos realiza o levantamento em mais de duzentas cidades em todo o mundo”⁵⁰. Observando-se o ranking completo, vê-se que Brasília ocupa a 104ª posição, mas o destaque na mídia foi para sua posição no país, acima de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nessa mesma linha de destaque na mídia, Brasília é frequentemente lembrada como *detentora* do mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Em 2006, o Diretor-Geral do Senado Federal, em artigo publicado no Correio Braziliense⁵¹, comentava essa condição, falando ora de Brasília, ora de Distrito Federal: “A capital federal possui o melhor Índice de Desenvolvimento do Brasil. [...] No ano 2000, o DF obteve a marca de 0,844 pontos na escala do IDH da ONU, acima da média do Brasil, que foi de 0,766”.

No mesmo ano, um levantamento da WHO – Pesquisa e Informação de Mercado, realizado junto a 1200 moradores do DF, indicava que 93,9% deles consideravam a capital “um lugar onde se vive bem ou de forma razoável”⁵².

Em outubro de 2003, a jornalista Sandra Manfrini comentava a colocação destacada de Brasília quanto a índices de qualidade de vida, noticiando no Folha Online que “o Distrito Federal continua a ocupar a primeira posição no ranking entre as unidades da federação com melhor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do país. De acordo com o ‘Atlas do Desenvolvimento Humano’, divulgado [hoje] pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), o Brasil - em uma escala de 0 a 1 - teve um aumento no IDH de 0,696 para 0,766 entre 1991 e 2000. No Distrito Federal, o IDH pulou de 0,799 para 0,844 no mesmo período de comparação”. No entanto, a jornalista destaca que essa posição do DF pode ser

⁴⁹ Ver Folha Online. <http://www1.folha.uol.com.br/fofha/dinheiro/ult91u101796.shtml>. 27/10/2005 - 16h20. **SP é só 11ª em ranking de qualidade de vida das 27 capitais brasileiras**. Acesso em 07.08.2007.

⁵⁰ Correio Braziliense. **Brasília em destaque**. 02.04.2007, p.9.

⁵¹ MAIA, Agaciel da Silva. **A capital da qualidade de vida**. Correio Braziliense, 16.03.2006, p. 25.

⁵² LIMA, Richard. **Capital da qualidade de vida**. Brasília, Correio Braziliense, 20.07.2003. Semprebrasil, Informe Publicitário. p.2.

“enganosa”, exatamente porque “o IDH brasileiro não computa os dados das regiões periféricas mais pobres”⁵³. Mais uma vez, percebe-se que está presente a questão da identificação, ou não, dos espaços diferenciados da cidade e do Distrito Federal.

O gentílico *brasiliense* também integra o rol de expressões itinerantes nas pesquisas e no cotidiano de Brasília e do DF. Ora associada a quem nasce na cidade, ora a quem se origina em algum lugar do Distrito Federal, a palavra aparece, na maior parte dos casos, ligada a todo o DF. Apenas para algumas das demais cidades foram criadas expressões específicas, como “ceilandense” ou “sobradinhense”. São freqüentes os comentários, ouvidos em conversas ou registrados nas reportagens que aqui estamos revendo, do tipo “sou brasileiro, lá do Paranoá...”, “nasci na Candanga [Candangolândia], sou brasileiro da gema...”.

Essa situação se evidencia em matéria comemorativa dos 44 anos da inauguração de Brasília⁵⁴, na qual são relatados os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto EMData, do Jornal O Estado de Minas, a pedido do Correio Brasileiro, em que se buscava conhecer o sentimento de moradores em relação a Brasília. A conclusão é que “*Brasília é amada por seus habitantes*”, mas se observa, nesse caso, que os resultados se referem ao orgulho de ser brasileiro (88% dos entrevistados diziam que sim, tinham orgulho *de sua cidade*), e as informações sobre a metodologia adotada indicam que foram entrevistados 400 moradores *do DF*.

A pesquisa do EMData indica que “o orgulho de viver na capital da República é maior entre aqueles que não nasceram no DF” – nesse caso, a referência é mesmo o DF. A propósito, é interessante notar que, embora as marcas desta terra de migrantes se mantenham fortes na cultura e na composição populacional, já no ano em que o levantamento foi realizado – 2004 -, os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios⁵⁵ indicavam que 48% dos moradores do DF eram naturais desta Unidade Federativa, e 55% tinham como local anterior de moradia o próprio DF:

⁵³ MANFRINI, Sandra . **São Paulo cai para terceiro lugar no ranking do IDH por Estados**. Folha Online, 02/10/2003 - 15h58. Acessível em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u54002.shtml>. Acesso em 07.08.2007.

⁵⁴ CAMPOS, Ana Maria e ALVES, Renato. **Declaração de amor a Brasília**. Correio Brasileiro, 21.04.2004. Brasília 44 anos, p.2

⁵⁵ PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD 2004. Brasília. Seplan/Codeplan. 2004. http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=5507. p. 21, 56. Acesso em 10.01.2007.

Tabela VII
Naturalidade da População segundo as Grandes Regiões,
Distrito Federal e Entorno – 2004

Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno	População	%
Exterior	6.142	0,3
Região Norte	43.519	2,1
Região Nordeste	558.792	26,7
Região Sudeste	287.383	13,7
Região Sul	30.388	1,4
Região Centro-Oeste	136.791	6,5
Distrito Federal	1.006.689	48,0
Entorno	26.831	1,3
Total DF	2.096.534	100,0

Fonte: GDF. SEPLAN / CODEPLAN. Síntese de informações socioeconômicas. 2006. Tabela III, p.34.

Tabela VIII
População Urbana, segundo Local de Moradia Anterior
por Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno - 2004

Grandes Regiões, Distrito Federal e Entorno	População	%
Exterior	5.707	0,4
Região Norte	29.571	2,1
Região Nordeste	257.829	18,3
Região Sudeste	156.457	11,0
Região Sul	18.997	1,3
Região Centro-Oeste	98.730	7,0
Distrito Federal	777.295	55,2
Entorno	65.094	4,6
Total	1.409.680	100,0
Nunca mudou	686.854	-
Total DF	2.096.534	-

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD 2004. Tabela 6.4, p.56

Mesmo antes dos dados oficiais da PNAD, as estimativas e projeções já eram citadas para indicar essa tendência, e às imagens do DF se somava outra – a da formação de identidades locais. Estão presentes, como em tantos outros comentários, as menções a Brasília ora como cidade, ora como todo o DF.

Variam também os números. É o caso da reportagem publicada pelo Correio Braziliense em julho de 2002, estampando o “registro civil 1.181.570” – “filhos da terra”. Anunciava-se que “mais da metade da população *de Brasília* nasceu na cidade, que ganhou ares de metrópole”⁵⁶. Na matéria, é lembrado que em 1970, dez anos depois da inauguração de Brasília, já havia 22% de *brasilienses* na população do DF (cinco vezes mais que em 1960)

⁵⁶ MONTENEGRO, Érica e RICARTO, Tarciano. [Registro Civil 1.181.570]. Brasília. correio Braziliense. 21.07.2002. Cidades, p.14.

e que, em 2002, “os naturais de Brasília desmentem o mito de que moram em uma cidade sem rosto – eles formam mais da metade da população do Distrito Federal [57,6% da população]”.

Sejam quais forem as imagens, os nomes e os limites usados, a *vida real* da cidade, e do DF, vai sendo reconhecida e expressada. O Distrito Federal cerratense⁵⁷, presente como “futuro” nos mapas antigos, e Brasília, capital brasileira de 48 anos de inaugurada e 3 séculos de proposta, vão aparecendo com suas faces em construção, com seus habitantes e suas paisagens que se transformam ao longo do tempo. Suas imagens, nomes e limites itinerantes expressam um imaginário também vivo, mesclado e em transformação.

No ano 2000, simbólico porque concentrava comemorações de 500 anos de Brasil e 40 de Brasília, várias reportagens falavam da história presente da capital.

A jornalista Rovênia Amorim, na matéria “Eu amo Brasília - Muito mais que o Plano”⁵⁸, dá espaço à persistente discussão sobre as formas legalmente corretas de chamar os lugares do DF, e outras adotadas no cotidiano.

São citados resultados de pesquisas de opinião como aquela realizada em 2000 pela WHO Pesquisa e Informações, por encomenda do Correio Braziliense, em que foram ouvidos 1200 pessoas que moravam há pelo menos cinco anos no DF. Dessas pessoas, 74,3% diziam “morar em Brasília”.

E são entrevistadas pessoas comuns, administradores, especialistas e professores como Adalberto Lassance e Aldo Paviani. Lassance defende a necessidade da correção nos termos. Paviani entende que “Brasília é o DF urbano. [...] A população tem sentimento acertado. Vá ao Gama e veja as placas dos carros. São todas de Brasília...”. Não só as placas de carro, mas também as de sinalização, os registros de nascimento – lembram os entrevistados.

Ponderando imaginário e cartografia, o historiador Paulo Bertran vai aceitando as denominações apropriadas por tantos brasileiros: “a auto-identificação da população como sendo moradores de uma ‘grande Brasília’ tem a ver com os 40 anos de história da Capital Federal. [...] Ninguém fala até hoje quando viaja que mora no DF. Todo mundo mora é em Brasília”.

Nesse sentido, volto ao artigo publicado por Bárbara Freitag também em 2000⁵⁹. Lembrando as “cidades invisíveis” descritas por Ítalo Calvino, a autora lembra que também Brasília foi “cidade imaginária”, criada para ser capital. Mesmo seu projeto/plano piloto original, escolhido mediante concurso público, “permaneceu, em parte, imaginário, invisível”,

⁵⁷ “Cerratense” é uma palavra criada por Paulo Bertran para denominar quem nasceu ou quem adotou como “sua” a região do cerrado. BERTRAN, Paulo. **Cerratenses**. Brasília: Verano, 1998.

⁵⁸ AMORIM, Rovênia. **Eu amo Brasília - Muito mais que Plano**. Brasília. Correio Braziliense. 09.07.2000. Cidades, p. 13.

⁵⁹ FREITAG, Bárbara. **Brasília: cidade de muitas cidades**. Brasília: Correio Braziliense, 06.08.2000. p.5.

em decorrência de duas séries de fatores: as alterações definidas pelos executores do Plano, e as transformações resultantes da própria vida e “posse” da capital por seus moradores. Bárbara lembra não só as transformações que os habitantes foram inventando para a cidade inventada, mas a criação ou revitalização de outras áreas.

Nessas alterações, transformações e apropriações de Brasília por seus moradores e pelos brasileiros que a têm como capital, podemos encontrar pistas desse imaginário sobre Brasília que se expressa quando se pensa nela como “cidade de muitas cidades”, ou associada ao inteiro Distrito Federal que a abriga.

Assim, por um lado, concordo com os alertas de Lassance sobre a necessidade de que sejam conhecidos os “imperativos institucionais”⁶⁰, bem como as definições administrativas e geográficas oficiais, que possibilitam a utilização “correta” dos termos Brasília, Distrito Federal, *cidade*, *região administrativa*.

Ao mesmo tempo, reconhecemos a trajetória peculiar da capital e a *geografia* que foi sendo criada por quem a habita ou dela tem notícias. Esse reconhecimento nos faz ver, na recorrente utilização imprecisa de termos e limites, mais que *erro* ou inadequações: ali podemos ter indicações de um imaginário sobre Brasília que a amplia ou reduz, conforme o olhar, o lugar de fala, o assunto, a circunstância.

Volto, então, aos estudos de Aldo Paviani, que em vários momentos e espaços os vem divulgando. Em 2005, Paviani reafirma as peculiaridades da constituição do atual Distrito Federal, e avaliza aquele imaginário (sem usar essa expressão): “Considerando que é a população que consolida a denominação, não há como deixar de acatar a geografia e a toponímia por ela criada”⁶¹.

Já em 1987, na apresentação de *Urbanização e Metropolização*, Paviani esclarecia que Brasília era ali considerada como o *Distrito Federal urbano* (“isto é, formada por um centro que é o Plano Piloto e por uma periferia, as cidades-satélites”)⁶². Em 2001, tratando de Brasília, de urbanização e de crise, Paviani relembra que a composição “centro” e “cidades-satélites” já aparecia na apreciação feita ao Relatório do Plano Piloto, de Lúcio Costa, por Sir William Holford, membro do júri, já referida aqui no *Imaginando*, anteriormente⁶³. Nessa apreciação, Holford alertava para a necessidade de haver alguma limitação ao crescimento da

⁶⁰ LASSANCE, op.cit.

⁶¹ PAVIANI, Aldo. **Brasília Complexa**. Correio Braziliense, 19.04.2005. Disponível em CMI Brasil. Centro de Mídia Independente. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/04/314210.shtml>. Acesso em 20.03.2008.

⁶² PAVIANI, Aldo. Apresentação. In: _____ (org.). **Urbanização e Metropolização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan,1987. p.14.

⁶³ Ver nota 13.

“cidade-mãe”, e de serem planejados centros agrícolas e industriais “a fim de que eles atuem como *ciudades-satélites*”⁶⁴.

Ainda em 2001, apresentando-se como “geógrafo, que acompanhou a evolução urbana de Brasília, desde o fim dos anos 60”, Paviani explicava por que entendia a *cidade* “como um todo”. Referia-se ao processo de expansão da cidade, “que foi pensada para se circunscrever ao Plano Piloto, [e que] extrapolou para uma constelação de cidades”⁶⁵.

Em 2005, reencontro a noção de “cidade polinucleada”, desenvolvida anteriormente por Paviani. Ele retoma a questão, reafirmando que “o processo de urbanização da capital brasileira não se desenvolveu da maneira planejada, no decorrer dos anos; evoluiu para o que denominamos ‘cidade polinucleada’ ou núcleos esparsos no território”⁶⁶ – ensejando “uma geografia urbana complexa e *sui generis*, que não encontra paralelo no país”.

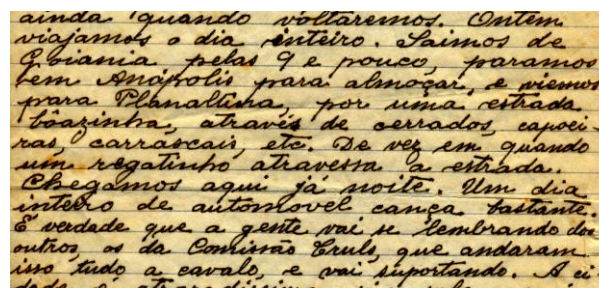
Assim, busco pensar em Brasília e no que pensam aqueles que buscaram e buscam a capital, com atenção tanto às definições oficiais dessa geografia, quanto ao *sui generis* e às itinerâncias de suas representações cotidianas.

⁶⁴ HOLFORD, Sir W. Impressões de Sir William Holford sobre o Projeto Lúcio Costa para Brasília. In: IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo. Rio de Janeiro, 1965. Citado em PAVIANI, Aldo. Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. Apresentado no Seminário “Brasília: passado, presente e futuro”. Brasília, setembro de 2001. Disponível em http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/brasilia.pdf. Acesso em 10.09.2004.

⁶⁵ Idem. **A Brasília de todos os brasileiros**. op.cit.

⁶⁶ Idem. **Brasília Complexa**. op.cit.

4.2 A “própria história” dos *brasilienses*



[...] É verdade que a gente vai se lembrando de outros, os da Comissão Cruls, que andaram isso tudo a cavalo...

Trecho de carta de Guiomar de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho. Planaltina, 26.09.1947.⁶⁷

A Pesquisa EMDData⁶⁸, feita com moradores do Distrito Federal em 2004, fala do desconhecimento dos *brasilienses* em relação “à sua própria história”, e destacam, nessa história, o projeto de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília.

Certamente, os “habitantes do símbolo”⁶⁹ – aqueles que moram em Brasília – a todo momento partilham seu espaço cotidiano com as marcas do Plano de Lúcio Costa no traçado urbano original da capital. Mas esse partilhamento cotidiano não acontece com os moradores das demais cidades ou regiões administrativas do Distrito Federal, que têm outras histórias e outros traçados em seus espaços de moradia e de vida e, muitas vezes, têm a referência do Plano Piloto como mais um dos lugares distantes de seu dia-a-dia.

São muitas as histórias como a de Leocádio Rodrigues de Lima, antigo oleiro que hoje mora em terras goianas do Entorno do Distrito Federal, em Santo Antônio do Descoberto. Leocádio “ajudou a erguer a capital fabricando tijolos; mas não põe os pés no Plano há quatro décadas” – conta o jornalista Marcelo Abreu em reportagem publicada no dia dos 47 anos de Brasília⁷⁰.

A partir de pesquisas realizadas e de conversas atuais com antigos pioneiros⁷¹, venho observando que a história de Brasília participa de sua memória enquanto episódio dos tempos

⁶⁷ Guiomar de Arruda Câmara era casada com o agrônomo Antônio de Arruda Câmara, participante da Comissão Polli Coelho (Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil). No período de 1946 a 1947, percorreram regiões do Estado de Goiás. Durante as viagens, Guiomar escrevia cartas para sua filha Joanna, que à época morava em Belém.

⁶⁸ CAMPOS, Ana Maria e ALVES, Renato. **Declaração de amor a Brasília**. Correio Braziliense, 21.04.2004. Brasília 44 anos, p.2.

⁶⁹ Ver Nota 10, sobre a expressão utilizada em NEGRÃO DE MELLO, Maria T. **O espetáculo dos moradores do símbolo**. Op.cit.

⁷⁰ ABREU, Marcelo. **Construtor de lembranças**. Brasília. Correio Braziliense. 20.04.2007. p.28.

⁷¹ A propósito, ver trabalhos realizados pelo NECOIM (Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória), do CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares), da UnB.

da construção, mas sua “própria história” vai incorporando, cada vez mais, elementos do atual local de moradia – ampliando a memória além de Brasília, a cidade-capital.

Por outro lado, a “própria história” de moradores das antigas cidades incorporadas ao quadrilátero do Distrito Federal trazem tanto da memória das antigas terras, quanto dos desdobramentos recentes, locais.

E a “própria história” de moradores já nascidos no DF, ou aqui chegados nos últimos vinte ou trinta anos, refere-se, sim, às histórias da chegada e fixação em “Brasília” (em sua imagem ampliada, de *espaço da capital*), mas principalmente sob a ótica da história de cada um nessa “cidade de muitas cidades”, como dizia Bárbara Freitag em seu artigo de 2000⁷². Na maior parte das lembranças e dos relatos, Brasília e seu Plano Piloto não são mencionados como referências principais. “O Congresso Nacional? Já vi sim, na televisão”, diz o guardador de carros em Taguatinga⁷³.

Há pelo menos dois momentos em que as histórias de Brasília e do Distrito Federal são lembrados e partilhados: na escola, para os alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e cursinhos pré-vestibulares; e, para todos, por ocasião de datas comemorativas como o aniversário de Brasília e de Juscelino, da escolha definitiva do local da capital e do concurso para o Plano Piloto, das expedições para escolha do local da capital.

Estuda-se o Distrito Federal na terceira série do Ensino Fundamental, aprendendo-se, em Geografia e em Estudos Sociais, sobre “o lugar em que vivemos” e sobre “nossa terra, o Distrito Federal”⁷⁴. Em História e Geografia do Ensino Médio, talvez último reduto da educação formal em que Brasília e DF são assuntos obrigatórios, estuda-se também a questão da interiorização brasileira, as condições ambientais do DF, as peculiaridades administrativas de Brasília e o processo político deste país que tem Brasília como capital.

Estudiosos, formadores de opinião e aqueles que vêm se interessando pelos assuntos ligados a Brasília e ao DF, cada vez mais contam com um valioso acervo que vem se formando sobre a região, a cidade, sua cultura e seus habitantes. Além dos clássicos relatórios de viagem, propostas e discussões mudancistas e antimudancistas, biografias e relatos, vêm se consolidando linhas de pesquisa e de produção em literatura, cinema, música, fotografia, artes plásticas e gráficas que tratam de Brasília e ocupam espaços na academia, na arte, no mercado, na rua.

⁷² FREITAG, Bárbara. **Brasília: cidade de muitas cidades**. op.cit.

⁷³ Conversa de rua. Taguatinga / DF, março de 2007.

⁷⁴ A propósito, ver: DUNICE, Edelweiss e DUNICE, Iarusha. **Nossa terra, o Distrito Federal**. 3ª série. São Paulo: Editora do Brasil, 1997; SOUDANT, Caroline. **Distrito Federal em construção: geografia**. São Paulo: FTD, 2001; LIMA, Denise Pereira e ALMEIDA, Maria Vilami de. **Distrito Federal – História e Geografia**. São Paulo: FTD, 2007; CAZARRÉ, Lourenço. **Brasília, a aventura da construção**. Brasília: LGE, 2006.

Ao longo do ano e por ocasião de momentos especiais, histórias e imagens de Brasília e do DF são tornadas públicas pela mídia – e é em jornais que, aqui, vou buscar algumas dessas informações compartilhadas.

Os vestígios de ocupação antiquíssima do Planalto Central aparecem como pauta geralmente associada ao historiador Paulo Bertran, que construiu no Lago Norte o Memorial das Idades do Brasil. Em 2001, a jornalista Conceição Freitas visitou o local e lembrava que “para o forasteiro que chegou em Brasília imaginando haver aportado numa terra de ninguém, é razoável saber que pelo menos 550 gerações de homens já ocuparam o cerrado. [...] Há menos de duas gerações, veio Brasília.”⁷⁵.

Pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelas Universidades Federal e Católica de Goiás são mencionadas para lembrar que “há 12 mil anos homens e animais já habitavam a região [do DF e Entorno]”⁷⁶. Em 2004, divulgam-se pesquisas da equipe do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, coordenado pelo arqueólogo Eurico Miller, que identificara dois sítios arqueológicos nas proximidades do Córrego Melchior, em Taguatinga. Ali se encontravam rastros da “presença do homem no Planalto Central [e especificamente no DF] há seis mil anos”⁷⁷ – ou 7 mil, como registra Paulo Bertran⁷⁸.

Bertran recomendava que se fizessem investimentos em pesquisas sobre a história do cerrado, e perguntava: “Afinal, quem eram esses pré-históricos do Gama, de Taguatinga, de Formosa, de Brasilinha? [...] São questões sem resposta nessa parte da história, que precisam ser respondidas para entermos melhor o nosso passado e o nosso presente”⁷⁹.

Mais conhecida, a nossa “própria história” do Distrito Federal como terra goiana escolhida para sediar a capital é registrada em matérias e grandes reportagens. Nos meses de março e abril de 2000, o Correio Braziliense publicou a Série História, que tinha como eixo a construção de Brasília, “desde as primeiras idéias de interiorização do Brasil, no século XVIII, até a inauguração, em 21 de abril de 1960”⁸⁰. A primeira reportagem da série traça um quadro de 250 anos dessa trajetória.

“Raras vezes uma idéia durou tanto no Brasil” - diz a narradora Fernanda Montenegro no documentário **A invenção de Brasília**, dirigido por Renato Barbieri em 2001⁸¹. No

⁷⁵ FREITAS, Conceição. **O homem das cavernas passou por aqui**. Brasília. Correio Braziliense. 22.03.2001. Coisas da Vida, capa.

⁷⁶ ALVES, Renato. **Passado inexplorado**. Brasília. Correio Braziliense. 06.04.2003. Cidades, p.30.

⁷⁷ MARSICANO, Kátia. **PréBrasília**. Brasília. Correio Braziliense. 02.08.2004. Cidades, p.20.

⁷⁸ Em outras reportagens, há a referência, com bases nos estudos citados por Paulo Bertran, a 7 mil anos. Correio Braziliense. **Série História**. 13.03.2000. Tema do Dia. p.5.

⁷⁹ ALVES, Renato. **Passado inexplorado**. Brasília. Correio Braziliense. 06.04.2003. Cidades, p.30.

⁸⁰ Correio Braziliense. **Série História**. [1ª reportagem: 13.03.2000. Tema do Dia. p.5].

⁸¹ **A Invenção de Brasília**. Direção: Renato Barbieri. Roteiro: Renato Barbieri e Victor Leonardi. Brasília: Videografia, 2001.

documentário e nas reportagens, relembram-se essas idéias, as discussões sobre a interiorização e as iniciativas desenvolvidas.

Volta-se ao século XVIII. Fala-se dos mapas do cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina, em que já constava esse *epicentro das nascentes*, no “Mapa da Capitania de Goyáz e regiões circunvizinhas que mostra as comunicações entre as bacias do Prata e Amazonas”, assinado na Villa Boa de Goyaz, em abril de 1751⁸².

São lembrados os interesses expressos pelo Marquês de Pombal em 1761, de que a sede não só da colônia, mas do Reino de Portugal, fosse transferida para o interior do Brasil. Fala-se de Tiradentes e da Inconfidência Mineira, que em 1789 colocavam como bandeira a localização da capital – republicana – em São João Del Rei, e não no litoral. É dado destaque à divulgação das idéias mudancistas pela imprensa, especialmente pelas matérias escritas em Londres pelo jornalista José Hipólito da Costa, fundador do Correio Braziliense, em 1808.

É grande o apelo do assunto “viajantes” pelas terras do Planalto Central. São destacados os relatos do engenheiro e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, conhecido pelo título de Visconde de Porto Seguro, que em 1877 publicou, em Viena, o livreto **A Questão da Capital: marítima ou no interior?**⁸³. Ali são reunidas suas preocupações e sugestões sobre a transferência da capital, e é indicada a região que julga mais adequada – no Planalto Central.

Continuam as informações. No próprio Relatório do Plano Piloto, Lúcio Costa registra que o nome *Brasília* já aparece como sugestão de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823. Em 1824, a fundação de uma capital no interior brasileiro foi incluída em artigo da Constituição do Império do Brasil.

Na matéria de 2000, a contagem do tempo se faz em relação ao presente: “Setenta anos antes de o primeiro facão abrir caminho para os candangos, Brasília estava prescrita em sessão da Primeira Assembléia Constituinte da República, em 1890. A constituição [republicana, de 1891] delimita uma área quase três vezes maior que a hoje ocupada pelo Distrito Federal: [definiam-se] 14.400 quilômetros quadrados no Planalto Central”⁸⁴.

Por vezes causando surpresa a quem pensa nas terras do Distrito Federal como “desertos” antes da construção de Brasília, encontram-se reportagens sobre antigas fazendas e povoados existentes à época dos “viajantes” e das comissões exploradoras⁸⁵. Fala-se da

⁸² Mapa fac-similar encartado em *Francesco Tosi Colombina*, de Riccardo Fontana, 2004.

⁸³ A primeira edição foi feita em Viena, às custas do autor. Em 1935, o Arquivo Nacional promoveu uma edição fac-similar, e em 1977 a Editora Thesaurus a reeditou, a partir de fotolitos, em comemoração aos 100 anos de seu lançamento original.

⁸⁴ FREITAS, Conceição. **Da pré-história ao desejo de mudança**. Correio Braziliense. **Série História**. 13.03.2000. Tema do Dia. p.5.

⁸⁵ ODILLA, Fernanda. **Uma viagem ao passado**. Brasília. Correio Braziliense. 21.11.2006. p.30.

Fazenda Velha, no Paranoá⁸⁶, na Fazenda Chapadinha, em Brazlândia⁸⁷, nos caminhos agora redescobertos de uma Estrada Colonial⁸⁸.

A segunda matéria da Série História trata da Comissão Cruls – que na verdade foram duas, ambas chefiadas pelo astrônomo Luiz Cruls, respectivamente em 1892 e 1894, com o objetivo de operacionalizar a demarcação do novo Distrito Federal. Os resultados da primeira delas, a Comissão Exploradora do Planalto Central, são conhecidos por muitos moradores do DF, inclusive pela publicidade feita em torno de seu centenário, e pelas reedições de seu Relatório⁸⁹, concluído em 1894. A documentação fotográfica, então feita por Henrique Moritz, até hoje é uma marca diferencial em relação a outros relatórios, mesmo os que apresentam outros tipos de ilustração. São lembrados, em texto escrito e imagem fotográfica, os desafios enfrentados ao longo dos 14 mil quilômetros percorridos e dos trabalhos para a demarcação do chamado Quadrilátero Cruls. Avaliando vantagens e inconvenientes da transferência da capital, Cruls finaliza seu Relatório vislumbrando possibilidades de que “a futura Capital não tardará a tornar-se um centro industrial e comercial, cuja vitalidade será um fato importante e poderoso para a futura prosperidade deste rico país”⁹⁰.

Certamente é um marco, a definição do Quadrilátero Cruls. Mas o assunto não se transformou imediatamente em ação. José William Vesentini, que trata a mudança da capital sob a ótica da geopolítica, assinala que, embora desde os anos vinte do século vinte o discurso geopolítico brasileiro insistisse na transferência⁹¹, só nos anos quarenta “a idéia mudancista passa a se colocar nos debates políticos e na imprensa como uma possibilidade efetiva”⁹². A Constituição de 1946 define a mudança, no artigo 4º das Disposições Transitórias. A partir de então, são tomadas medidas efetivas para isso.

Assim, passaram-se mais de meio século, mais de dez Presidentes da República e duas Constituições para que o tema da mudança da capital voltasse a ser tratado oficialmente, em termos de providências efetivas. Mas voltou. Como lembra a jornalista Conceição Freitas na Série História publicada em 2000, o General Polli Coelho, que comandou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil em 1946 e 1947, destacava “a notável

⁸⁶ ÁVILA, Cristina. **Quando ao havia as casas grandes**. Brasília. Correio Braziliense. 21.05.2000. p.5.

⁸⁷ FREITAS, Conceição. **Quando isto aqui era sertão**. Brasília. Correio Braziliense. 26.02.2006. p. 26-27.

⁸⁸ LASNEAUX, Caroline. **Caminhos do passado**. Brasília. Correio Braziliense. 20.12.2006. Caderno Cidades, capa.

⁸⁹ A reedição mais recente é de 2003, pelo Senado Federal. Verificar outras edições, nas Referências.

⁹⁰ CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. Brasiliana, vol.258. p. 60.

⁹¹ VESENTINI, José W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 2001. 4ª edição. p.86.

⁹² Ibidem, p.94.

continuidade de propósito [o da interiorização]”, registrada nos textos constitucionais brasileiros⁹³.

Do encaminhamento do Relatório Final da Comissão Polli Coelho ao Congresso Nacional, em 1948, até a retomada de estudos, agora para definir o *sítio* e a *área* da nova capital, passam-se cinco anos.

À medida que nos aproximamos do tempo presente, mais relatos pessoais de personagens dessa história podem ser conhecidos. É o caso da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, criada em 1953 pelo Presidente Getúlio Vargas, sobre a qual podemos ouvir histórias contadas por participantes como o médico Ernesto Silva, que foi diretor da Novacap e é “testemunha ocular” da construção de Brasília.

A terceira matéria da Série História traz relatos de Ernesto Silva – “Este homem viu tudo”⁹⁴ - sobre a trajetória da escolha do local para a construção de Brasília, desde os estudos consolidados no Relatório Belcher⁹⁵, até a definição, em 1955, do *sítio castanho*, onde deveria ser construída Brasília. No cinquentenário do dia em que ele e o Marechal José Pessoa visitaram pela primeira vez o local da futura capital, Ernesto Silva relembra histórias⁹⁶. Também participou dessa visita o então estudante de Direito Félix de Moura, que a conta em matéria publicada no mesmo fevereiro de 2005⁹⁷.

Em outras reportagens e entrevistas, pulsam histórias contadas por quem as vivenciou. Quem participou dos tempos do começo da construção de Brasília com vinte, trinta anos de idade, tem hoje setenta, oitenta. E conta histórias. Quem veio para a nova capital em fins dos anos cinquenta, começo dos sessenta, pode hoje ser narrador presente de tempos recentes, mas passados. Quem expressou seu interesse pela mudança da capital, à distância, em cartas dirigidas a quem se afigurava como detentor de informações, tem hoje espaço de voz, quando reencontramos suas palavras escritas.

Hoje sabemos como se desdobraram aquelas histórias – nós, que vivemos no *futuro* daqueles tempos. A Constituição definia a mudança da capital, havia embates de interesses em jogo, o local estava escolhido, a construção de Brasília era projeto de governo. Hoje sabemos que, de verdade, foi construída, inaugurada e ocupada a nova capital, no DF, Planalto Central Brasileiro.

⁹³ FREITAS, Conceição. **Da pré-história ao desejo de mudança**. Correio Braziliense. **Série História**. 13.03.2000. Tema do Dia. p.5.

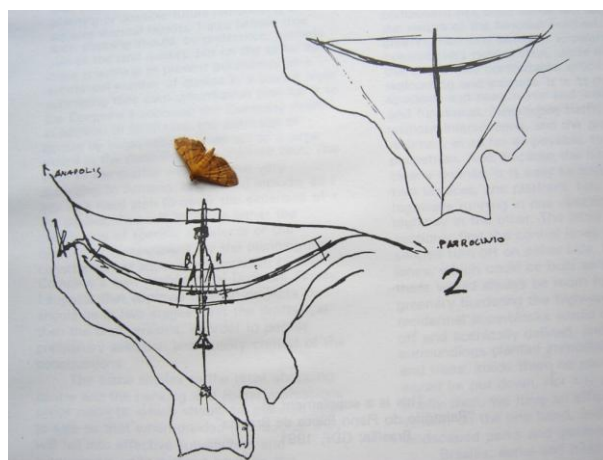
⁹⁴ Idem. **Este homem viu tudo**. Correio Braziliense. **Série História**. 10.04.2000. Especial. p.16.

⁹⁵ A Comissão contratou os trabalhos da firma brasileira Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria e, em 1954, da firma americana Donald J. Belcher and Associates Incorporated, para realizar os estudos de fotoanálise e fotointerpretação. O Relatório Belcher foi concluído em 1955.

⁹⁶ FREITAS, Conceição. **Viagem ao começo de tudo**. Brasília. Correio Braziliense. 05.02.2005. Cidades, p.24.

⁹⁷ FREITAS, Conceição. **O outro homem da história**. Brasília. Correio Braziliense. 16.02.2004. Cidades, p.46.

4.3 Um plano literário e modernista ⁹⁸



No ano de 1955 começa a circular pelo país, com a força de projeto nacional de candidato em campanha, a secular idéia da mudança da capital e da construção de Brasília. O país vivia as campanhas para as eleições que se realizariam em 3 de outubro. É então eleito o candidato Juscelino Kubitschek, que tinha como slogan “50 anos em 5”, como plataforma o Plano de Metas⁹⁹ e, como Meta-síntese, a construção de Brasília. Vamos tratar disso mais tarde, mas neste momento é oportuno lembrar o cenário em que viviam personagens daqueles tempos, alguns deles presentes na atualidade – presentes na voz, ou em conversas à distância e linhas escritas.

Em janeiro de 1956 toma posse o Presidente JK, encontrando já em andamento providências operacionais indispensáveis à transferência da capital¹⁰⁰: estudos técnicos como os que foram contratados em 1954 junto à firma brasileira Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria e à firma americana Donald J. Belcher & Associates Incorporated, para realizar os estudos de fotoanálise e fotointerpretação dos *sítios* pré-definidos – o que foi consolidado no Relatório Belcher¹⁰¹; em 1955, definição do *Sítio Castanho*, dentro de terras goianas do Quadrilátero Cruls, como área do futuro Distrito Federal, e desapropriação da área escolhida, por iniciativa do Governo de Goiás. Já em setembro de 1956, o governo JK anuncia o concurso nacional para escolha do plano piloto da nova capital. Dos 26 projetos concorrentes, vence o do

⁹⁸ Foto: Mariposa pousada no Plano Piloto de Lúcio Costa. Brasília. Abril de 2007. Ivany Neiva.

⁹⁹ O Plano tratava de 30 metas para as áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação.

¹⁰⁰ A propósito, ver VESENTINI, op.cit., p.92.

¹⁰¹ BELCHER, D.J. e Associados. **O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República**. Brasília: Codeplan, 1995. 4ªed.

arquiteto e urbanista Lúcio Costa, em março de 1957. Neste ano de 2007 se comemoram o cinqüentenário da escolha e do começo das obras.

Até hoje o nome se mantém: a área que foi objeto do plano piloto de Lúcio Costa ficou marcada e conhecida como Plano Piloto – no imaginário dos habitantes de Brasília e do Distrito Federal, na sinalização das vias, nos letreiros dos ônibus, na mídia. Quando a Pesquisa EMDData, de 2004, registrava que “46 % [dos entrevistados, que moravam em diferentes locais do DF] disseram que sabem pouco a respeito do plano original de sua cidade”¹⁰², certamente se referia ao PPB, Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa.

Pois há 50 anos, quando o projeto foi escolhido e se iniciou a construção, os traços de Lúcio Costa desenhavam Brasília como projeto desafiador, ousado, que transcendia a decisão política de transferir a capital para o interior. Além da interiorização, a construção de Brasília remetia a inovações estéticas, perspectivas de qualidade de vida, discurso fundador. Tornou-se conhecido, falado e polêmico, o traço do arquiteto¹⁰³.

Não só nas iniciais LC, Lúcio Costa trazia marcas da arquitetura de Le Corbusier - e da Carta de Atenas e do modernismo. Otilia Arantes, professora de Estética da USP, lembra a assinatura “LC” de Lúcio Costa como “homenagem de vida inteira à lição do mestre”¹⁰⁴ e reconhece que Brasília, a partir de seu Plano Piloto, transformou-se no “maior acervo a céu aberto da arquitetura moderna”¹⁰⁵.

Um projeto assim, para a nova capital, estava nos planos do Presidente que desde os tempos das iniciativas “em Diamantina como deputado estadual, em Belo Horizonte como prefeito, em cidades mineiras, como governador de Minas”¹⁰⁶, abriu espaço para a arte e para as tendências modernistas. Essa característica de JK é frequentemente associada ao seu discurso e sua prática nacional-desenvolvimentista como governante, e lembrada em suas memórias e biografias, nos comentários de amigos e inimigos, em mostras recentes como “O Olhar Modernista de JK”. Essa exposição circulou em São Paulo, Rio, Brasília, inicialmente comemorando os 60 anos da exposição Arte Moderna 1944 (a “Semana de Arte Moderna”), promovida pelo então prefeito em Belo Horizonte. Na apresentação do catálogo, em 2004, o Ministro Celso Amorim destaca a recorrente imagem de Juscelino ligado à “valorização da identidade e da criatividade brasileiras, em suas múltiplas manifestações, [antecipando] o movimento decisivo de incorporação do interior à vida política e cultural brasileira, que culminaria com a transferência da capital para Brasília”¹⁰⁷.

¹⁰² A pesquisa foi realizada pelo Instituto EMDData, do Jornal O Estado de Minas, a pedido do jornal Correio Braziliense, nos dias 17 e 18 de abril de 2004. Com margem de erro de 5%, foram aplicados questionários com perguntas relacionados ao cotidiano, como trânsito, segurança pública e preservação ambiental.

¹⁰³ Menção à canção **Linha do Equador**, de Caetano Veloso e Djavan, quando diz: “Céu de Brasília, traço do arquiteto, gosto tanto dela assim...”.

¹⁰⁴ FREITAS, Conceição. **Lúcio Costa, o brasileiro moderno**. Brasília. Correio Braziliense. 21.08.2004. Caderno Pensar. p.4.

¹⁰⁵ ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. **Resumo de Lúcio Costa**. São Paulo. Folha de S.Paulo. Mais! 24.02.2002. p.6.

¹⁰⁶ FREITAG, Bárbara. **JK urbanista**. Brasília. Correio Braziliense. 26.02.2006. p.19.

¹⁰⁷ **O olhar modernista de JK**. Curadoria Denise Matar. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, 2004.

Pois assim aconteceu: o Plano Piloto de Lúcio Costa foi o projeto selecionado como traçado urbanístico para a nova capital. Segundo a apreciação do Júri, era “o único plano para uma capital administrativa do Brasil; [...] parece sumário [mas] na realidade, explica tudo o que é preciso saber nesta fase; e omite tudo que é sem propósito”¹⁰⁸.

Mais uma avaliação, esta não oficial nem de resultado de concurso, foi revelada há pouco tempo por Maria Elisa Costa, filha de Lúcio Costa. Entre os papéis do acervo da Casa Lúcio Costa, foi encontrado um bilhete de Carlos Drummond de Andrade agradecendo-lhe “por [me] haver permitido ler no original seu excelente trabalho”¹⁰⁹. Maria Elisa explica que, certamente, o Arquiteto mostrou ao Poeta o texto da Memória Descritiva de seu Plano Piloto - talvez para que fosse revisado, talvez durante alguma tarde em que conviviam na mesma sala, ambos trabalhando na sede do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio¹¹⁰. Em outra oportunidade, Drummond teria se referido não só ao texto, mas ao traçado “sumário” do Plano Piloto, dizendo que, sim, “era um rabisco”, “e pulsava”¹¹¹.

Talvez tenham sido o lirismo e a brasilidade do Relatório do Plano Piloto que levaram Darcy Ribeiro a considerá-lo, em **Confissões**, “um dos textos mais importantes do Brasil”, ao lado da carta de Pero Vaz de Caminha e da carta-testamento de Getúlio Vargas. Comentando esse reconhecimento, Conceição Freitas considera que Brasília existe em duas dimensões: “a real, a que a gente vê e vive, e a dimensão da criação literária [...] - é a “única cidade do planeta [...] que tem um texto literário de fundação”¹¹².

Texto literário, projeto de urbanismo: Otília Arantes, estudiosa de Lúcio Costa, comenta que “durante os momentos decisivos da formação da arquitetura moderna no Brasil, o dr. Lúcio demonstrou que prancheta e escrita podiam e deviam convergir num mesmo ideal de vida e estilo”¹¹³.

Lúcio Costa se dizia “um moderno tardio”, de uma modernidade construída ao longo dos trabalhos como arquiteto e como pesquisador do patrimônio cultural brasileiro, e de sua experiência em várias viagens e permanências. Reconhecido como expoente de uma arquitetura moderna brasileira, “ele queria uma arquitetura moderna que se vinculasse aos padrões coloniais”¹¹⁴.

¹⁰⁸ COSTA, Lúcio. **Brasília, cidade que inventei**. Relatório do Plano Piloto de Brasília [1956]. Brasília: GDF, 1991.

¹⁰⁹ Entrevista / Maria Elisa Costa. Correio Braziliense. 16.03.2007. Caderno Especial **A invenção: 50 anos do projeto de Lúcio Costa**. p.3.

¹¹⁰ Lauro Cavalcanti fala sobre esses tempos no SPHAN, em que Lúcio Costa era “um dos homens do patrimônio, junto com Mário e outros dois Andrades, Rodrigo Mello Franco e Carlos Drummond, além de Luis Saia, e outros ‘modernistas de repartição’”. CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro, UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993.

Citado em RUBINO, Silvana. Resenha 034 / março 2002, de “Lucio Costa”. Guilherme Wisnik, São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001. Em <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha034.asp>. Acesso em 20.08.2007.

¹¹¹ CATALÃO, TT. **Riscos de vidas**. Brasília. Correio Braziliense. 12.02.2002. Caderno Especial **Lúcio Costa 100 anos**.

¹¹² FREITAS, Conceição. **Confusão na festa de 100 anos**. Brasília. Correio Braziliense. 22.08.2007. p.28. Citações de RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹¹³ O pêndulo Lúcio Costa. Em: **Lúcio Costa 100 anos**. <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura237.asp>. Acesso em 20.08.2007.

¹¹⁴ SARAIVA, Renata. **Arquitetura da construção. O profeta da modernidade**. Resenha de GUERRA, Abílio. Lúcio Costa, Modernidade e Tradição – Montagem Discursiva da Arquitetura Moderna Brasileira. Campinas, São Paulo: IFCH-Unicamp, fevereiro 2002. Tese de Doutorado. Em: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha053.asp>. Acesso em 20.08.2007.

No Relatório do Plano Piloto de Brasília e em escritos e conversas posteriores, Lúcio Costa fala de sua trajetória pela arquitetura neocolonial, de suas memórias brasileiras de marcas coloniais, como as de Diamantina, e também de traçados parisienses, londrinos, novaiorquinos. Declara as influências modernistas de Le Corbusier e de suas “cidades ideais”¹¹⁵. Lembra os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAM, que por quase trinta anos balizaram o urbanismo moderno. Refere-se à Carta de Atenas¹¹⁶, *manifesto urbanístico* de 1933 em que se firmam as quatro funções do planejamento urbano: moradia, trabalho, lazer, circulação.

Nesse sentido, se reconhecem nos planos e pilotos de Lúcio Costa a proposta de “interpretar, apoiar e acompanhar o esforço progressista, econômico-tecnológico, da civilização industrial”, como ensina Argan sobre o Modernismo¹¹⁷, bem como a busca de adequação “às novas formas por meio das quais a sociedade expressa seu sentimento do presente, às novas técnicas que refletem seu dinamismo interno”¹¹⁸, que caracterizam o Modernismo na arquitetura e no urbanismo a partir do início do século passado.

Mas se trata de uma arquitetura moderna, brasileira, “resultante de situações históricas concretas”¹¹⁹. O arquiteto Matheus Gorovitz, ao destacar que “o conceito de escala foi o elemento-chave na definição do partido urbanístico de Brasília”, assinala diferenças entre os conceitos de escala formulados por Le Corbusier e por Lúcio Costa: ambos tratam da relação do homem com o meio, mas, enquanto Le Corbusier pensa o homem enquanto ser natural, Lúcio o pensa como ser cultural. Nisso se fundamenta Lúcio Costa quando concebe Brasília “precisamente para o homem e isto em função de três escalas. [...] A ela se acresce uma quarta, pois, no fundo, as três situações, como os Três Mosqueteiros, são quatro: a escala gregária, a monumental, a cotidiana e a bucólica”¹²⁰.

Falamos aqui de Lúcio Costa, por ser de sua autoria o traçado urbanístico que projetou Brasília nacional e internacionalmente como *cidade modernista*. Mas, nestes anos presentes em que se comemoram cinquentenários e centenários expressivos para Brasília, pensamos também que, no imaginário sobre a cidade, se mesclam o urbanista que traçou o Plano, e o arquiteto que projetou edifícios. Do que mais se falou e se fala, e o que mais se ressaltava

¹¹⁵ Lúcio Costa faz referência a Uma cidade contemporânea para três milhões de habitantes (Le Corbusier, 1922) e à Cidade Radiosa (Le Corbusier, 1930).

¹¹⁶ LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993. A Carta de Atenas foi escrita em 1933, como resultado do IX CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

¹¹⁷ ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 185.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 189.

¹¹⁹ GOROVITZ, Matheus. **Brasília, uma questão de escala**. São Paulo: Projeto, 1985. p.53.

¹²⁰ *Ibidem*, p.63, citando: COSTA, Lúcio. Monumentalidade é gente. In: **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962. p.306; COSTA, Lúcio. Carta ao Senador Catete Pinheiro. In: **1º Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília**. Brasília: Senado Federal, 1974. p.292.

como curiosidade e vontade de ver de perto, nas cartas para Juscelino: os eixos que se cruzam em forma de cruz, o Palácio da Alvorada? as escalas, ou as curvas e os pousos suaves?

Alguns anos mais jovem que Lúcio Costa, o hoje quase-centenário Oscar Niemeyer continua projetando construções e opinando sobre a cidade e seus rumos. Como lembra a jornalista Conceição Freitas, “são mais de cem obras do arquiteto em Brasília, a maior ilha de obras modernistas e de Oscar Niemeyer em todo o planeta”¹²¹

A mesma Clarice Lispector que por duas vezes registrou em crônicas seu espanto e devaneio com Brasília¹²², entrevista Niemeyer em finais dos anos sessenta e diz que “todos sabem que Lúcio Costa fez o traçado de Brasília, e Oscar sua arquitetura”¹²³.

Lúcio Costa, Niemeyer. Certamente, na mídia, na escola e pelas ruas da cidade, são os seus nomes que são lembrados quando se fala da invenção e da construção da cidade. Mas ainda se ouvem comentários que mesclam as autorias modernistas: “Quem desenhou a Esplanada foi o Niemeyer? Se o Lúcio Costa só fez os planos da cidade, como é que a Torre foi projeto dele? Quem vem primeiro: o arquiteto ou o urbanista?”.

São questões que continuam presentes, como presentes estão as “contradições de uma cidade nova”. Lembrando este título, do curta-metragem feito por Joaquim Pedro de Andrade¹²⁴ em 1967, acrescento um “ainda” para destacar a contemporaneidade dos desafios e, também, dos choques de interpretação sobre Brasília: são contradições de uma cidade ainda nova.

Nada tão simples, nada tão rápido como esses parágrafos. Assim como foram – e são – polêmicas as tendências modernistas na arte, na arquitetura, no urbanismo; assim como as idéias mudancistas de interiorização da capital brasileira o foram, também polêmicos são os rumos urbanos da capital, e polêmico foi o plano urbanístico para Brasília. A imagem da cidade para quem nela mora, para os de fora, para quem a conhece de ouvir falar, para quem se propõe a conhecê-la e interpretá-la, traz marcas de visões por vezes extremadas.

Aldo Paviani, em artigo já citado, de 2001¹²⁵, fala do contexto em que se criam e são utilizadas expressões como Capital da Esperança, Capital do Terceiro Milênio, Cidade Aérea, Ilha da Fantasia, Capital da Corrupção, em relação a Brasília. Paviani aponta contextos ideológicos e posturas ora “ufanistas”, ora “crítico-cínicas dos detratores”, ora “crítico-

¹²¹ FREITAS, Conceição. **Confusão na festa de 100 anos**. Brasília. Correio Braziliense. 22.08.2007. p.28.

¹²² LISPECTOR, Clarice. Brasília. In.: **Para não esquecer**: crônicas. São Paulo: Ática, 1984. [duas crônicas: de 1962 e 1974].

¹²³ Idem. Oscar Niemeyer. Em: **Entrevistas**. [organização de Claire Williams; preparação de originais e notas biográficas de Tereza Montero]. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. p.160. Entre 1968 e 1969, Clarice Lispector publicou entrevistas na Revista Manchete, na seção “Diálogos Possíveis com Clarice Lispector.

¹²⁴ **Brasília - contradições de uma cidade nova**. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasília, 1967.

¹²⁵ PAVIANI, Aldo. **A Brasília de todos os brasileiros**. Correio Braziliense, 04.05.2001 p.5.

construtivas”, essas sobretudo no meio acadêmico, para a atribuição de *rótulos* e no desenvolvimento de análises sobre a capital.

Assim é que a mudança da capital, a escolha de um plano piloto modernista, a construção e consolidação da cidade, são objeto de estudos e de interpretações que podem ser reconhecidas ao longo de um extenso leque que vai da denúncia ao elogio fervoroso, e que certamente se constituem em elementos formadores de opinião sobre Brasília.

Relatos de quem vivenciou esses tempos, e cartas de quem *imaginava a capital*, nos contam sobre diferentes olhares sobre aquela Brasília em construção. Contam para nós, brasileiros do século XXI.

6. Beija-flor no cerrado¹



*Todo imaginário é real.
 Todo real é imaginário.
 Tudo é nó e conexão no tecido imaginal.
 Cada link, feito um porto,
 é ponto de chegada e de partida.*
 Juremir Machado da Silva. *As Tecnologias do Imaginário*.²

A aquarela do artista C.A. Laely³ que abre esta página representa o Plano Piloto como um beija-flor em vôo, e acompanhava uma carta escrita para o Presidente JK em 1959. É o esboço de um painel que o autor se propunha a realizar para o Palácio da Alvorada, e que submetia à aprovação da Novacap. Vinha anexada a uma carta de pouco texto, na qual o que importava era o esboço do painel proposto.

Tratava-se de um beija-flor, e não de um avião (ao qual muitas vezes o Plano Piloto era associado), nem uma borboleta (associação adotada por Lúcio Costa). Era um beija-flor e, na carta, o pintor não explicava essa escolha: apenas a oferecia como expressão de Brasília.

Pela troca de correspondências, sabemos que o pintor não foi contratado nem o painel foi realizado. O beija-flor não foi para o Alvorada, mas seus traços estão presentes, entre outros papéis do Arquivo Público do DF, como rastros de um tempo de construção da nova capital.

Naquele esboço e nas cartas, desenhos, poemas e canções enviadas ao Presidente, podemos encontrar traços do imaginário daquela época, sobre Brasília – como também em

¹ Foto: Aquarela de C.A. Laely, enviada como esboço de painel, em carta endereçada à Novacap, em 1959. O autor propunha a produção de um painel para o Palácio da Alvorada, mas a resposta, dada por Carlos Niemeyer Filho, foi negativa.

² SILVA, Juremir Machado. *As Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.7, 11.

³ “C. A. Laely is an artist living in Moisson-par-Mantes, France...”. Em: [links.jstor.org/sici?sici=1543-6322\(195222\)11%3A4%3C269%3ATPATP%22%3E2.0.CO%3B2-Y](https://links.jstor.org/sici?sici=1543-6322(195222)11%3A4%3C269%3ATPATP%22%3E2.0.CO%3B2-Y). Acesso em 28.08.2007.

LAELY, C.A. Concerning young hopefuls who would like to become artists.

College Art Journal, Vol. 11. N^o. 4 (Summer, 1952), p. 265-268

doi:10.2307/773460 . Em: [links.jstor.org/sici?sici=1543-6322\(195222\)11%3A4%3C265%3ACYHWL%3E2.0.CO%3B2](https://links.jstor.org/sici?sici=1543-6322(195222)11%3A4%3C265%3ACYHWL%3E2.0.CO%3B2) Acesso em 28.08.2007.

expressões não registradas na correspondência escrita, mas nas artes, na literatura, na produção acadêmica, nos meios de comunicação. Nos artigos e reportagens publicados em jornais recentes, que recortamos há pouco para falar “do que se fala sobre Brasília”, também estão expressões do imaginário.

Especificamente nessas cartas que encontramos no Arquivo Público, trata-se de uma cidade – de uma Brasília - *imaginada*. Volto a Sandra Pesavento quando trabalha a cidade a partir de suas representações, privilegiando as representações literárias construídas sobre Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre . Dizia ela: “sobre tal cidade, ou em tal cidade, se exercita o olhar literário, que sonha e reconstrói a materialidade da pedra sob a forma de um texto”⁴; “ao ‘dizer a cidade’, [se] condensa a experiência do vivido na expressão de uma sensibilidade feita texto”⁵.

Assim também se “diz a cidade”, nas cartas escritas a JK no início da construção de Brasília. No escrever/ler das cartas, ali pulsam a convivência dos tempos e a aproximação de distâncias - o espaço-tempo no processo imaginário. Lê-se o presente da cidade enquanto se fala de seu passado e de seu futuro: *flagramos* o que se pensava e se esperava da cidade naquela época, “quando o passado sonhava o seu futuro”⁶. Se Sandra Pesavento pretende acompanhar “o processo de percepções e representações da cidade através do olhar dos escritores”⁷, aqui encontramos o olhar de quem escrevia cartas para o Presidente.

Lembro-me das conversas com Juremir Machado, quando lhe apresentava às ruas do Núcleo Bandeirante, em 2003, e lhe contava sobre o projeto das cartas a Juscelino. Dias depois, ele me enviou de presente o seu “As Tecnologias do Imaginário”⁸.

Fui anotando, ao longo da leitura, suas anotações sobre a noção de *imaginário*; a listagem parecia formar um poema:

Todo imaginário é real.
 Todo real é imaginário.⁹
 Todo imaginário é uma narrativa.
 Uma trama.
 Um ponto de vista. Vista de um ponto.¹⁰
 Todo imaginário é narrativa.
 Todo real é uma narrativa imaginal.¹¹

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 2007, vol.27, n. 53. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.12.2007. Cap.1, p. 10.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. p. 10.

⁶ Idem. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. op. cit., p.18.

⁷ Idem. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Op.cit.

⁸ SILVA, Juremir Machado. *As Tecnologias do Imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

⁹ Idem, p.7, 11.

¹⁰ Idem, p.8.

¹¹ Idem, p.89.

O imaginário é uma rede etérea e movediça de valores e de sensações partilhadas concreta ou virtualmente.¹²
 Tudo é nó e conexão no tecido imaginal.
 Cada link, feito um porto,
 é ponto de chegada e de partida.¹³
 O imaginário é um reservatório/motor.
 Reservatório, agrega imagens, sentimentos,
 lembranças, experiências,
 visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e,
 através de um mecanismo individual/grupal,
 sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir
 e de aspirar ao estar no mundo.¹⁴
 O imaginário emana do real,
 estrutura-se como ideal
 e retorna ao real como elemento propulsor.
 Motor, o imaginário é um sonho que realiza a realidade,
 uma força que impulsiona indivíduos ou grupos.¹⁵
 Todo imaginário é uma leitura.
 Todo imaginário é uma interpretação.
 Todo imaginário é um comentário, uma narrativa.¹⁶
 No imaginário, cada ser é autor, co-autor e protagonista.¹⁷

Assim, acreditando também poder ser uma “narradora do vivido”¹⁸, fui mergulhando em cartas e imaginários desta cidade de que fala o escritor João Almino:

Essa cidade [...] povoada de migrantes, onde a identidade é aberta e múltipla, recusa a noção da origem única. Aqui as origens podem aparentar o que são de fato: mitos, ou referências cambiantes.¹⁹

Nas cartas, garimpamos essas *referências cambiantes*, esses mitos e memórias, esses imaginários e expressões de como *imaginar a capital*.

¹² Idem, p.9.

¹³ Idem, p.11.

¹⁴ Idem, p.11, 12.

¹⁵ Idem, p.12.

¹⁶ Idem, p.49.

¹⁷ Idem, p.50.

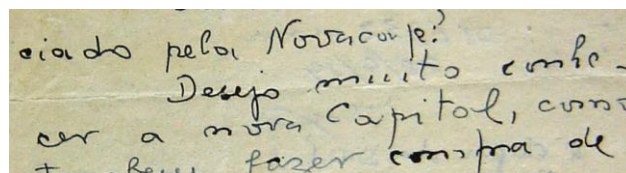
¹⁸ Idem, 78 e *passim*.

¹⁹ ALMINO, João. O mito de Brasília e a literatura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, Jan./Apr. 2007 .

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100024&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 10 Feb 2008.

Brasília, lugar de futuro...¹



*Dizem, é voz corrente,
em Goiás será a nova capital...*

Nova Capital. Marchinha, 1956².

1957: começaram as obras de construção de Brasília. A notícia – e a propaganda, e também a contra-propaganda - se espalhavam pela imprensa, pelo rádio, no boca-a-boca, pela arte, pelos estudos acadêmicos, crônicas e críticas, charges, *fotopotocas*³.

Na efervescência cultural dos anos cinquenta, aqui e ali se encontrava Brasília como mote e tema. A arte é boa condutora, quando se quer recriar cenários. Assim, voltamos àqueles tempos também por esse caminho. Há pouco tempo, a escritora Ana Miranda⁴ trouxe a público um conto de Guimarães Rosa⁵ falando da viagem de um menino para “um lugar onde se construía uma grande cidade” [...] que apenas começava a fazer-se, num semi-ermo, num chapadão; a mágica monotonia, os diluídos ares”. O menino ia de jipe “aonde ia ser um sítio do Ipê”... “Vamos aonde a grande cidade vai ser, o lago...”

Era um pouco isso, o que se via por aqui – e o que os possíveis moradores e construtores da cidade poderiam encontrar. (Era assim? Será que podemos dizer que era “o que se via”? Ou é “o que imaginamos que se via”?...)

Chegavam migrantes, circulavam chamados para a nova frente de trabalho e de possível moradia. Circulavam cartas em que se declaravam expectativas sobre a nova cidade, e também se sondavam condições de vida, se ponderavam alternativas. São desse tempo as cartas que encontramos no Arquivo Público, de brasileiros que procuravam comunicação com o Presidente da República, pedindo informações, tentando ocupar espaços, imaginando a capital.

Nesses tempos, não se pensava em diferenciar Distrito Federal e Brasília. Não era o que mais importava. O destino era Brasília, a capital. Nas cartas, o assunto era Brasília.

¹ Foto: trecho de carta. São Paulo, 19.09.1959. Arquivo Público do Distrito Federal.

² Essa marchinha carnavalesca aparece também com a data de 1957. A referência é à cantora, Linda Batista, e não ao autor. Disponível em http://www.collectors.com.br/CS06/cs06_03a50.shtml. Acesso em 05.02.2008. Citada em FREITAS, Conceição. **Brasília em letra e música**. Correio Braziliense, 13.03.2005. p.32.

³ Ver ZIRALDO. **Fotopotocas**. Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.

⁴ MIRANDA, Ana. **Guimarães Rosa em Brasília**. Brasília. Correio Braziliense. 18.03.2005. p. 6.

⁵ ROSA, Guimarães. *As margens da alegria*. Em: _____. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

Em janeiro de 1958, um correligionário paranaense sem terra, de Centenário do Sul, escrevia ao Presidente Juscelino, dizendo *estar louco para ir a Brasília*:

se fosse possível mi arrolhar um terreno em Brasília porque estou como burro em lá ainda não fui devido foneças. Eu queria ir mais tinha

O assunto da transferência da capital para Brasília move um encanador de Florianópolis a escrever para JK, em outubro de 1959:

Informado pela imprensa e rádio que o Exmo. Sr. Presidente da República está no firme propósito de transferir a capital da República para Brasília, em abril de 1960, e que as obras da Novacap se encontram em fase de intensa atividade, lembrei-me de lhe escrever...

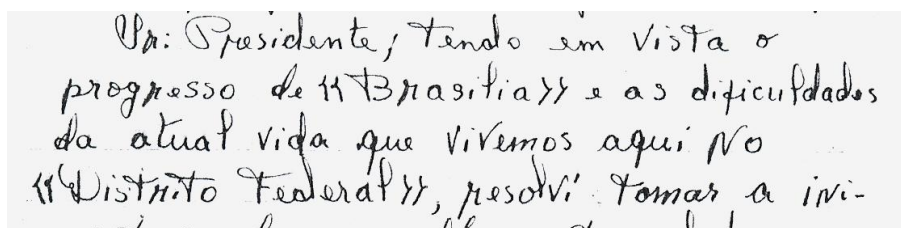
Também Sarah Kubitschek recebia cartas de pessoas que buscavam informações sobre a capital alvissareira. Em setembro de 1959, uma mãe de família catarinense, *sem emprego*, pedia sua interseção para conseguir um lote para a família na região que se abria, e pensa em Brasília como aquela “que será a mais importante cidade do mundo”:

mas lutando com coragem e esperança, primeiro para nos sustentar, segundo para dar alguma coisa de si a Brasília que será a mais importante cidade do mundo, e o seu criador, o maior Presidente que o Brasil teve.

Brasília era imaginada como “lugar de futuro”, como na carta de um radiotécnico de Salvador, escrita para Sarah Kubitschek em setembro de 1959, pedindo emprego:

O favor de me conseguir um emprego de preferências em Brasília pois tenho muita vontade de me transferir para lá, por ser o lugar de mais futuro no Brasil atualmente.

O confronto entre o “progresso” possível em Brasília (futura capital) e “as dificuldades” enfrentadas no Rio de Janeiro (ainda “Distrito Federal”) motiva onze “rapazes com carteira assinada” a escreverem ao Presidente, em carta não datada:



Pa: Presidente; tendo em vista o progresso de «Brasília» e as dificuldades da atual vida que vivemos aqui no «Distrito Federal», resolvi tomar a ini-

Se nas cartas predomina a referência genérica a *Brasília*, o andamento das construções e a chegada de moradores, sim, faziam surgir nomes diferenciados, dos núcleos que se formavam, dos acampamentos, dos alojamentos, das vilas.

O primeiro Censo Experimental de Brasília fala em “Brasília”, registrando uma população total de 64.314 pessoas, e considerando sua distribuição em acampamentos, núcleos provisórios, núcleos estáveis e zona rural:

Tabela IX
População residente no Distrito Federal - 1959

localidades	população residente
Brasília	64.314
Acampamentos	
Central da Novacap	1.318
Candangolândia	2.868
Praça dos Três Poderes	7.064
Plano Piloto – Zona Sul	11.007
Outros	5.763
Núcleos provisórios	
Bandeirante	11.565
Bananal	6.196
Núcleos estáveis	
Cidade de Planaltina	2.245
Povoado de Taguatinga	3.677
Povoado de Braslândia	355
Zona rural	12.256

Fonte: Comissão Censitária Nacional. Censo Experimental de Brasília. 1959. Tabela I. Distribuição percentual da população, por lugar de nascimento, segundo as localidades.

Informa-se ainda que, à época, 88,6 % da população (de brasileiros natos, que chegavam a 98% do total de moradores de Brasília) se constituía de migrantes⁶, dos quais predominavam os 35,7% nascidos no Nordeste (segundo a composição atual da região), seguidos dos 32,3% do próprio Centro-Oeste e 25,9% do Sudeste (incluindo o então Distrito Federal, Rio de Janeiro) e, com pequena participação, os 5,9% do Sul e nem 1% do Norte⁷. A grande maioria dos migrantes estava morando nos acampamentos, nos chamados núcleos provisórios e no recém formado *povoado* de Taguatinga.

A ocupação dos acampamentos nos dá idéia do movimento das obras. O ritmo era intenso, para que fosse possível se ter uma *cidade*, mesmo que inconclusa, para a capital ser inaugurada em 1960. Em dezembro de 1959, a Novacap informava a seguinte situação de andamento das obras⁸:

Obras construídas:

Aeroporto
 Quadras 700
 Capela Dom Bosco
 Hotel de Turismo
 Palácio da Alvorada

Obras em construção:

Catedral
 Esplanada dos Ministérios
 Praça dos Três Poderes
 Rodoviária
 Setor Bancário
 Setor Hospitalar
 Setor de Embaixadas
 Barragem do Paranoá
 Superquadras (algumas, na Asa Sul)

Também as comportas da Barragem do Paranoá já haviam sido abertas, formando o Lago e submergindo a Vila Amaury. Taguatinga era chamada de *povoado*, criado antes da inauguração de Brasília, já para abrigar moradores deslocados de vilas pioneiras. A vida pulsava na capital em construção – disso, temos notícias pelo noticiário da época, pela visão oficial em relatórios e publicações, pelas histórias contadas por quem participou desses momentos.

⁶ Comissão Censitária Nacional. Censo Experimental de Brasília. 1959. Tabela I. Distribuição percentual da população, por lugar de nascimento, segundo as localidades.

⁷ Ibidem, Tabela II. Distribuição percentual da população migrante, por localidades, segundo o lugar de nascimento.

⁸ Citado em OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005. Figura 17 – Quadro elaborado pelo autor a partir de croquis de Lúcio Costa. p. 221.

Fala-se do aumento da população e do crescimento da cidade. Nas histórias contadas e nos dados estatísticos, sabe-se que foi expressivo esse movimento de pessoas que chegavam, durante o período de construção da capital:

Tabela X
Evolução da População do Distrito Federal, TMGCA e
Densidade Demográfica. 1957-2005

Anos	População	TMGCA ¹	hab/km2
1957	12.283		2,12
1959	64.314	128,82	11,11
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
1996	1.821.946	2,62	314,72
2000	2.051.146	3,01	354,31
2005	2.333.108	2,61	403,01
2007 *	2.383.614	-	-

Fontes:

GDF. SEPLAN / CODEPLAN. Síntese de informações socioeconômicas. 2006. Tabela I, p.31.

GDF. SEPLAN. Projeções Populacionais - Brasil e Grandes Regiões – IBGE e Censo Demográfico – IBGE.

*GDF. SEDUH; IBGE. População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020. Projeções feitas a partir de: CODEPLAN; IBGE. Projeção da população da região Centro-Oeste e Tocantins: 1997 - 2020. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

¹TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos.

Daqueles brasileiros recenseados em Brasília no ano de 1959, não sabemos quantos foram os que desde 1957 vinham escrevendo cartas ao Presidente – o Censo é feito de números e não de assinaturas. Não sabemos, dos que escreveram, quantos se decidiram a ir para a nova capital depois de receberem respostas às suas cartas. Mas podemos imaginar o que imaginavam sobre Brasília esses brasileiros – os que escreveram cartas - a partir dessas conversas à distância preservadas até o nosso Presente.

Também encontramos rastros dessa história nos relatos de pessoas que hoje falam de suas experiências daquela época. Nesses relatos, encontramos histórias de trajetórias de migração, de sonhos de mudança de vida, de enfrentamento das novas situações na nova terra.

Assim como nas cartas, nas histórias contadas e gravadas é necessário estar atento à questão do tempo – aos tempos que se cruzam, quer nos escritos e nos depoimentos orais, quer na nossa leitura e escuta.

Quanto às mensagens escritas em cartas de cinquenta anos atrás, há menos *urgência* de *ouví-las*, pois estão fixadas em papel. Mas, quanto à história oral, para se ouvir os relatos de quem viveu há cinquenta anos, é preciso viabilizar essa escuta. Podemos encontrar registros já feitos, como aqueles disponíveis em acervos e museus, ou buscar os narradores onde estão, para providenciarmos, em tempo, o registro de suas memórias.

No caso das histórias do início de Brasília, encontramos ainda, aqui e ali, pessoas que vivenciaram os primeiros anos da nova capital, e que podem falar de seu passado, à época, e desse seu passado visto de hoje. Supondo que muitos dos migrantes para Brasília aqui chegavam jovens, na faixa dos 20 anos, hoje eles teriam em torno de 70 anos, e suas histórias do início de Brasília teriam quase meio século⁹.

Certamente, ainda podemos encontrar alguns deles, os que aqui se fixaram, nos locais atuais de moradia, especialmente em Sobradinho, Taguatinga, Vila Planalto, Paranoá. Com eles, podemos conversar hoje. Há, também, aquelas vozes que podemos ouvir em gravações disponíveis em *museus vivos* e em acervos como o do Programa de História Oral, do Arquivo Público do DF¹⁰.

Busco algumas dessas vozes, para identificar questões vivenciadas por quem chegou a Brasília no início da construção da capital. É o caso de Eronildes Guerra de Queiroz, pernambucano que chegou a Brasília em 1958, e aqui trabalhou como servente e cozinheiro na Construtora Pacheco Fernandes Dantas, o que lhe possibilitou “o contato com pessoas diversas e o colocou, ao mesmo tempo, como participante e observador do dia-a-dia nos canteiros de obra”¹¹.

Eronildes foi um dos entrevistados no Programa de História Oral do Arquivo Público, em dezembro de 1991. Escolhemos seu relato por termos lido o artigo “Narrativas de um candango em Brasília”, de Heloisa Helena Pacheco Cardoso¹², em que é ele o “candango” cujas experiências são analisadas¹³ (utilizando para análise sua própria narrativa), e por o termos visto (ou ouvido) no documentário “A Invenção de Brasília¹⁴”, dirigido por Renato Barbieri em 2003. Na Sequência IV do filme, a voz em *off* da narradora Fernanda Montenegro fala da “saga da construção”:

⁹ Em crônica recente, Conceição Freitas relembra “a história de três homens, três grandes homens, que fizeram sua melhor obra depois dos 50”. Lembra Conceição que “a história todo mundo conhece; o que talvez passe ao largo é a faixa etária dos três homens quando inventaram de inventar uma cidade”. Ela fala de Niemeyer, Lúcio Costa e JK, e de suas obras na construção de Brasília. FREITAS, Conceição. **Aos de 30, 40, 50**. Correio Braziliense. Crônica da Cidade. 26.02.2008. p.28.

¹⁰ Desde 1987 são colhidos depoimentos de “pioneiros que participaram da formação de Brasília e de pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, modos de vida e outros aspectos da história contemporânea, totalizando 284 entrevistas [...]. Ver <http://www.arpdf.df.gov.br/>. Acesso em 29.03.2008.

¹¹ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um candango em Brasília. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar 2008. doi: 10.1590/S0102-01882004000100007.

¹² CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um candango em Brasília. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar 2008. doi: 10.1590/S0102-01882004000100007.

¹³ “O artigo trata das experiências de um candango em Brasília, utilizando para análise sua própria narrativa. [...]”. *Ibidem*.

¹⁴ Documentário **A invenção de Brasília**. Diretor: Renato Barbieri. Brasília, 2001. BARBIERI, Renato e LEONARDI, Victor. **A invenção de Brasília. Roteiro**. Brasília: Videografia, 2001.

Brasília foi construída com entusiasmo. Mas a saga da construção teve momentos trágicos. O ritmo acelerado das obras trouxe como consequência um número elevado de acidentes de trabalho. Só no ano de 1959, no auge das obras, ficaram feridos 10.900 candangos. A brutalidade também esteve presente. [...]¹⁵

O cineasta Vladimir Carvalho é então chamado para contar a saga de sua busca de relatos sobre um dos polêmicos acontecimentos associados a essa brutalidade, ocorrido durante o Carnaval de 1959, no alojamento da Construtora Pacheco Fernandes e Dantas. E, acompanhando imagens do “Brasília segundo Feldman”¹⁶, ouve-se o relato de Eronildes, que então era cozinheiro do alojamento e fala não só da atuação violenta da Guarda Especial de Brasília / GEB, mas das condições precárias de vida dos candangos no alojamento e nos canteiros de obra¹⁷.

Esse acontecimento, dependendo de quem o relata, é chamado desde “massacre da Pacheco Fernandes” até “acidente na Construtora”; fala-se desde 500, 250 mortos, até “um operário”¹⁸. Além de nos trazer de volta à discussão sobre as várias versões e os diferentes *lugares de fala* e interpretações, esse caso nos traz uma questão recorrente quando lemos as cartas do Arquivo Público. Observamos que são, proporcionalmente, poucas as cartas em que há referências desabonadoras à mudança da capital. São raras, também, as mensagens em que as dúvidas suplantam as esperanças.

Podemos nos reportar, aqui, às informações que tive de que possivelmente muitas cartas então escritas para o Presidente (ou, mais amplamente, para a administração da nova capital) se extraviaram, quer no trânsito de correspondência, quer no descaso de arquivamento, quer por silenciamento proposital. Entre essas de alguma forma silenciadas, poderiam estar mensagens em que se revelasse o conhecimento das dificuldades enfrentadas por quem já decidira aceitar o desafio da mudança para a capital em construção.

Mas desperta a atenção observar que data exatamente desse ano de 1959 (auge das obras e período em que foram registrados mais de dez mil acidentes com operários nos canteiros de obra da nova capital¹⁹), a maior parte da correspondência encaminhada para o Presidente da República e para a Novacap, arquivada no Fundo Novacap do Arquivo Público

¹⁵ Ibidem. Sequência IV.

¹⁶ **Brasília segundo Feldman**. Documentário. Direção de Vladimir Carvalho. 1980.

¹⁷ Informações sobre as condições insatisfatórias de vida e de trabalho dos candangos podem ser encontradas em: BICALHO, Nair. **Construtores de Brasília**: estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Vozes, 1983; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília**: a capital da segregação e do controle social. São Paulo: Annablume, 1995.

¹⁸ Em *Conterrâneos Velhos de Guerra*, também dirigido por Vladimir Carvalho (1992), são contrapostos depoimentos em que diferentes versões são relatadas – da lavadeira, do taxista, de antigos operários, de Ernesto Silva, de Lúcio Costa e Niemeyer.

¹⁹ Sobre a vida dos candangos no início da construção, ver BEÚ, Edson. **Expresso Brasília**: a história contada pelos candangos. Brasília: LGE Editora, 2006.

do DF. Quatro das onze caixas de Correspondência, equivalendo a 60% dos documentos arquivados, têm data de 1959. Das 82 cartas que inicialmente selecionamos para análise, mais de 40% são desse ano.

A tônica das cartas é a expectativa de melhoria de vida na nova capital dos brasileiros. A referência a adversidades se faz em relação ao local em que vivem, e como justificativa para a intenção de migrar. Só se associam dificuldades à nova cidade nas cartas escritas por aqueles que já estavam em Brasília, *experimentando* e vivenciando a capital.

Assim, em relação à maioria da correspondência, paira sempre a questão: quem as escrevia tinha acesso a notícias sobre as adversidades enfrentadas por quem se mudava para a nova capital em construção? O que lhes chegava eram só informações que alimentavam a esperança e o sonho de mudança para uma vida melhor? O sonho de tentar uma nova vida era forte a ponto de amortecer o desconhecimento, os desafios e dificuldades?

A pista para responder a essas questões está no imaginário, na forma como essas pessoas representavam a capital, naquilo que acreditavam ser Brasília. O que os fazia escrever cartas, o que os fazia construir projetos de mudança para a nova cidade, era, sim, mais forte que possíveis notícias de adversidades.

Lembro-me aqui não só do que era contado, imaginado e pedido nas cartas, mas de histórias de migrantes e *histórias sonhadas*. Lembro-me de “Uma história sonhada”, em que Cléria Botelho da Costa confronta relatos de Raimunda, uma migrante nordestina entrevistada no Combinado Agro-Urbano de Brasília em 1995, com a vida de Sinhá Vitória, personagem do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. A autora, ao tratar de “reconstruções da realidade em que o fato e a criação se entrelaçam na construção do conhecimento histórico”²⁰, levanta questões que também estão presentes quando se pensa nos migrantes para Brasília. Adaptando as questões, então formuladas, à situação desses migrantes, cabe perguntar: “o que lhes permitia [aos remetentes das cartas, que buscavam informações sobre as condições de vida na nova capital] continuar na busca do novo, se o trajeto era tão sofrido?”²¹. E, assim como para Raimunda e Sinhá Vitória, pode-se pensar que “o imaginário passou a desempenhar um papel cada vez maior na vida delas”²² – no caso, na vida *delas e deles*, aqueles que escreviam cartas e partilhavam um *imaginário* sobre a nova capital.

²⁰ COSTA, Cléria Botelho da. Uma História Sonhada. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-01881997000200007. Resumo.

²¹ COSTA, Cléria Botelho da. Uma História Sonhada. op.cit.

²² Idem

Luísa Passerini²³, também partindo de pesquisa “que diz respeito, naturalmente, às relações entre seres humanos”²⁴ (no caso, antigos componentes de organizações terroristas dos anos 70 e dos primeiros anos de 80, na Itália), destaca a importância do mundo do imaginário – sonhos, imagens, mitos, fantasias – nas experiências das pessoas cujas histórias de vida foram por ela recolhidas, em 1987. Passerini registra que as mulheres então entrevistadas mostram “como o imaginário as fez continuar na mesma trilha, quando estava cada vez mais claro não haver esperanças para suas metas”²⁵.

As histórias daquelas mulheres levam Passerini a concluir que, “paradoxalmente, o imaginário passou a desempenhar um papel cada vez maior à medida que a empreitada se tornava menos real”. Guardadas as proporções entre aquele cenário italiano e o cenário das migrações para uma cidade brasileira em construção, nos solidarizamos com a conclusão, de Passerini, de que essas pessoas “persistiam contra o princípio da realidade *porque* compartilhavam um imaginário”²⁶.

No cenário da nova capital, as cartas escritas para o Presidente da República indicam as dificuldades enfrentadas por homens e mulheres que *imaginavam* Brasília e esperavam ali encontrar melhores condições de vida, e *renovação* de suas trajetórias. Nas cartas, falam-se das dificuldades cotidianas não só nos locais de residência longe da capital, como nas etapas de deslocamento e de fixação na nova cidade. Mas partilham-se expectativas alvissareiras.

É o caso da costureira sem-máquina-de-costura do interior de Minas Gerais que escrevia a D. Sarah há cinquenta anos (em abril de 1958), confiando “na senhora que é esposa e mãe, que eu sou de 6 *minino*”, e que, mesmo sem certeza de emprego na cidade em construção, confia que a mudança para vai ser boa para a família:

aqui é um lugar sem *recurço* e meu marido também não tem *recurço* pra deslocar pra tão longe, mas *vamo tudo* pra Brazilia que é cidade nova e grandiosa.

Aí na Brazilia a vida *dos minino* vai ser melhor que a nossa aqui.²⁷

Em novembro de 1957, um marceneiro cearense conta ao Presidente Juscelino que vem acompanhando as notícias sobre seu governo pelo rádio, e que tem esperança de melhoria de vida, em Brasília, que ainda não conhece:

[...] tenho ouvido pelo Rádio os seus esforços pela nação em 1 ano e poucos meses de administração”; [...] tenho muita vontade de vir *mora* nesta nova capital, [porque] o lugar [aqui na minha cidade] é muito *atrazado*.²⁸

²³ PASSERINI, Luísa. **Mitobiografia em História Oral**. In: PROJETO HISTÓRIA 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981. Nº. 10, Dezembro 1993.

²⁴ Idem, p.34.

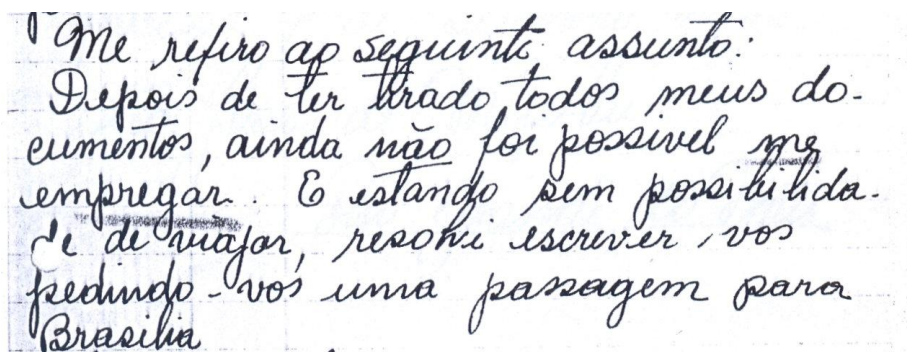
²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

Nas linhas e entrelinhas, vou observando que as histórias contadas, as perguntas e inquietações, os pedidos formulados, tudo nas cartas parte do cotidiano de quem as escreve: é a falta de recursos, a carência de serviços básicos, a condição de sem-terra ou sem-teto²⁹, a falta de emprego, a baixa remuneração – e o projeto de conseguir melhores condições de vida.

Nas cartas estão referidos os “múltiplos enredos do dia-a-dia” desses “atores de dura rotina”³⁰, como José Humberto, que em janeiro de 1959 escreve ao Presidente Juscelino contando as dificuldades que tem tido para conseguir emprego em São José do Mipibu, Rio Grande do Norte. Tem esperança de conseguir uma *colocação* em Brasília, e para isso pede, em primeiro lugar, uma passagem:



Me refiro ao seguinte assunto:
Depois de ter tirado todos meus documentos, ainda não foi possível me empregar. E estando sem possibilidade de melhorar, resolvi escrever, vos pedindo -vos uma passagem para Brasília

A leitura dessas cartas vai revelando que as expectativas ali representadas não são *simples quimeras* ou algo *sem consistência ou realidade*³¹ e, sim, são *cravadas no histórico-social*. Aqueles relatos, aquelas expectativas, aquele imaginário sobre a própria vida e sobre a nova capital e a vida em Brasília, expressos nas cartas, são marcas da criação, da experiência, da ação cotidiana e do trabalho humanos.

Busco encontrar, ali, as “coincidências e contradições entre as experiências e as esperanças”³² de que falava Bronislaw Baczko há vinte anos. A leitura atual de cartas escritas há cinquenta anos, e agora *escutadas* por quem busca pistas do imaginário de então sobre a

²⁸ Idem.

²⁹ As expressões “sem-terra” e “sem-teto” foram aqui apropriadas do vocabulário atual dos movimentos sociais e da mídia, mas não eram usadas nos anos cinquenta e sessenta.

³⁰ Thereza Negrão assim se refere aos personagens das músicas de Adoniram Barbosa, que têm São Paulo como cenário, e “cuja dura rotina é o constante desafio na aventura da cidade grande”. NEGRÃO DE MELLO, Maria T. F.. “Cascariguindum”- cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa. In: MENEZES, Albene M.F., org. **História em Movimento (Temas e Perguntas)**. Brasília: Thesaurus, 1999. p.149.

³¹ A propósito, ver MAFFESOLI, Michel. **Entrevista**. Revista Famecos. Porto Alegre. n^o. 15. agosto 2002. p.74-82. p.74; COSTA, Cléria Botelho da. Imaginário: objeto da História. In **Revista Estudos**, Vol.27, n^o 4, 2000. p.340; BARBIER, René. Sobre o Imaginário. Tradução de Márcia Lippincott F. da Costa e Vera de Paula. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, Ano 14, n^o 61, Jan/Mar 1994. p.15.

³² BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. p.311, falando sobre sistemas simbólicos e imaginário social.

cidade, nos remete ao tempo “não-fixo” de que fala Castoriadis: um “presente histórico [...] sempre constituído por um passado que o habita e por um futuro que o antecipa”³³.

Lembramos que o *plano social* é o interesse central para Castoriadis³⁴, e, nesse plano, a emergência de novas instituições e de novas maneiras de viver não é uma “descoberta”, e sim uma constituição ativa, uma **criação**³⁵:

a história é essencialmente *poiésis* [...] – criação e gênese ontológica *no e pelo* fazer e o representar/dizer dos homens”; os homens e a condição humana são constitutivamente históricos³⁶.

Diz Castoriadis: a realidade não se opõe ao imaginário, e sim dele é produto:

O imaginário de que falo não é ‘imagem de’. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras / formas / imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos.³⁷

Para Argemiro, pernambucano de “serviço braçal” no Agreste, mudar-se para a “nova capital do Brasil que está projetando no centro do Brasil”, e lá conseguir um emprego, significa também construir boas condições de vida para sua família. Em maio de 1959, pede a um conterrâneo letrado que escreva uma carta ao Presidente pedindo emprego, “porque faço de tudo”, e imagina que, assim, em um ano possa levar a família para a cidade nova, que oferece moradia - e paisagem:

Brazília é orgulho dos brasileiros [] capital. Vou *empregar* lá pra levar minha mulher e meus filhos depois. [...] Na roça não tem futuro. [...] Se eu *empregar* lá este ano, *talvez* quando a família chegar Brazília já tenha inaugurado e lá vai ter casa pra eles além do bonito lago que tem na cidade.³⁸

Essa referência ao “bonito lago”, que Argemiro não conhecia mas tinha notícias de que estava em construção, nos faz voltar a Gaston Bachelard quando assinala que “o vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é *imagem*, mas *imaginário*”³⁹; e declara se

³³ CASTORIADIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p. 90-91.

³⁴ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Idem. III. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. p.162.

³⁵ Idem.

³⁶ Ver TORRES, João Carlos Brum. História e Política em Castoriadis. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p.55-63. p.56.

³⁷ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. op.cit., Prefácio, p.13.

³⁸ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

³⁹ BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos** – ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: **Martins Fontes**, 1990. p.1.

propor a examinar “a imanência do imaginário no real, o trajeto contínuo do real ao imaginário”⁴⁰.

Diz Juremir Machado que Bachelard “transformou o termo *imaginário* numa grande metáfora do encontro entre natureza e homem – [...] quase um instrumento literário, filosófico e retórico apto a traduzir imagetivamente o universo difuso do pensamento humano fora dos estreitos limites da razão”⁴¹.

A leitura de cartas que expressavam a esperança de encontrar em Brasília um lugar de *vida melhor* me aproximou da “Poética do Espaço”⁴², escrita em nos anos cinquenta por Bachelard, que se propõe a trabalhar com imagens do que considera *espaço feliz*. Determinando “o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados – [...] dos espaços *louvados*”⁴³.

Essa idéia de *espaço feliz* e *louvado* aparece em cartas como da funcionária da Contadoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em janeiro de 1960, que conta ao Presidente a viagem em que ela e seu marido conheceram Brasília - “a cidade mais bela e moderna do mundo”-, tendo visto o “lago Paranôá, a construção dos edificios e ministérios”, o que os fez escolher aquele local como projeto de vida: “pretendemos mudar-nos para lá e construir nossa *cazinha*”⁴⁴.

Outros brasileiros que se dirigiam ao Presidente falavam, mesmo sem conhecer a nova capital nem especularem sobre as possíveis dificuldades de mudança e fixação, de Brasília como “a terra onde minha família vai ter *sociego* e sustento”⁴⁵ (como dizia um candidato a pedreiro, paulista, em setembro de 1959).

Bachelard havia utilizado a expressão *topofilia*, mais tarde encontrada nos trabalhos do geógrafo sinoamericano Yi-Fu Tuan⁴⁶, expressando “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”⁴⁷.

Procuramos então as pesquisas de Tuan e o que poderíamos considerar seu conceito de *imaginário geográfico*⁴⁸, que o levou, inclusive, a tratar de Brasília como “uma cidade ideal

⁴⁰ Idem, p.5.

⁴¹ SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. p.10.

⁴² BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. [1ª edição: Paris: PUF, 1957].

⁴³ BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. p.19.

⁴⁴ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

⁴⁷ Idem, p.107.

⁴⁸ Ver SILVA JUNIOR, Otoniel Fernandes da. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. In: **Labirinto**. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Universidade Federal de Rondônia. Ano I nº. 3 - Outubro - Dezembro 2001. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>. Acesso em 20.01.2008.

moderna”⁴⁹. Nesse sentido, Tuan cita o embaixador brasileiro Meira Penna e assinala que “não somente a Pequim tradicional, mas a Brasília futurística está plena de símbolos expressivos de um desejo comum e profundo de ordenar a terra e estabelecer um elo entre o espaço terrestre e a abóboda celeste”⁵⁰.

Na esteira da poética do espaço, encontramos também Márcio de Oliveira, que já conhecíamos por seu livro “Brasília: o mito na trajetória da nação”⁵¹. Márcio se vale da *dialética do grande e do pequeno, do exterior e do interior*⁵² de Bachelard para esboçar “os grandes contornos” do imaginário da construção de Brasília. Partindo das imagens da *casa*, estende-as às de cidades e de Brasília, analisando-as em termos de como o espaço foi concebido e foi sendo apropriado pela nova cidade⁵³.

Tal apropriação, efetivada pela chegada e fixação dos novos moradores, vinha sendo construída, mesmo antes, pelo imaginário sobre Brasília – que vemos expresso nas cartas ao Presidente. É o imaginário sobre a nova capital, o que move esses brasileiros em direção a Brasília – seja já de mudança, seja ainda por escrito.

É o imaginário sobre a própria vida, o que os move e os faz *atender ao chamado* que lhes chega pela voz do Presidente no rádio (ou nos comícios, ou nos impressos) ou pela voz de quem já tinha ido a Brasília (ou para Brasília) e, de alguma forma, confirma esperanças.

A leitura das cartas informa que as questões cotidianas e o tratamento simples como ali são registradas partiam de uma realidade *informada* pelo imaginário, como observa Bronislaw Baczko em seu texto “Imaginação Social”:

[...] o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira.⁵⁴

Naquela correspondência, coexistem relatos do presente e expectativas para o futuro. A partir das histórias contadas e dos pedidos feitos, pode-se ver que essas expectativas se constroem do confronto com observações do Presente vivido. Não temos, hoje, como verificar como seguiu a vida de cada um daqueles que escreveram cartas (a não ser quando, pelos caminhos do acaso ou de pesquisas sobre pioneiros, os encontramos pelo Distrito Federal).

⁴⁹ TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. op.cit. Cap. 11. A cidade ideal e os símbolos de transcendência. p.196.

⁵⁰ Idem, citando: PENNA, J.O.de Meira. **Psychology and City-Planning**: Peking and Brasília. Zurich, 1961. p.20-47.

⁵¹ OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005.

⁵² BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Op.cit., p.21 e 214-233.

⁵³ OLIVEIRA, Márcio de. **Gaston Bachelard e o imaginário das cidades**: imagens da construção de Brasília. p.226.

⁵⁴ BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987. p.311. Grifo nosso.

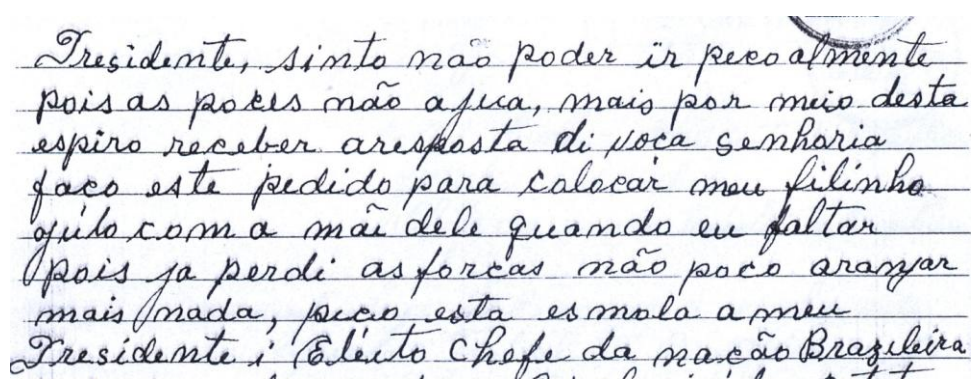
Mas, nas cartas, podemos vislumbrar o que imaginavam como futuro, naquele tempo. Lembramos o que dizia Baczko:

os percursos imaginados pelos agentes sociais [...] raramente se cumprem, [mas] este desfasamento nada tira às funções *reais* desses percursos imaginários⁵⁵.

Nesse sentido, Sandra Pesavento, no recente *Dossiê: Cidades* da Revista Brasileira de História, fala do imaginário como “agente de atribuições de significados à realidade”, e “elemento responsável pelas criações humanas”⁵⁶. Sublinha o caráter da criação, em determinado tempo, e não a sua concretização futura: importa que um dia essas expectativas foram concebidas, “resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram”⁵⁷.

Essa é a tônica da maioria das cartas: imaginam-se melhorias de vida imediatas na nova capital, mas, principalmente, a um médio ou longo prazo imaginados. É o caso do mecânico eletricitista capixaba Sebastião, “eleitor do *enesquecível* Presidente Getulio Vargas”, quando escreve ao Vice-Presidente João Goulart em dezembro de 1958, pedindo um lote em Brasília “para trabalhar, é educar meus filhos” – “sete filhos *menor*”⁵⁸, todos reconhecidos como brasileiros” que merecem um futuro digno. (De passagem, aproveita para declarar que saberá “cooperar no nosso PTB” e “trabalhar na próxima campanha”...)

Quando o mineiro Manoel, que se apresenta em agosto de 1958 como “pobre operário trabalhista brasileiro”, pede ao Presidente “um pedaço de terra para fazer uma *chupana*”⁵⁹, está desenhando uma situação de estabilidade futura, para a família – em algum dia, de um futuro de que ele próprio não se imagina participar:



Presidente, sinto não poder ir pessoalmente pois as pernas não aguentam, mais por meio desta espero receber a resposta de voca senhoria faco este pedido para colocar meu filinho guto com a mãe dele quando eu faltar pois ja perdi as forcas não posso aranzar mais nada, peço esta esmola a meu Presidente: Eleitor Chefe da Nação Brasileira

⁵⁵ Idem, p.298.

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 2007, vol.27, n. 53. Dossiê: Cidades. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.12.2007. p.11.

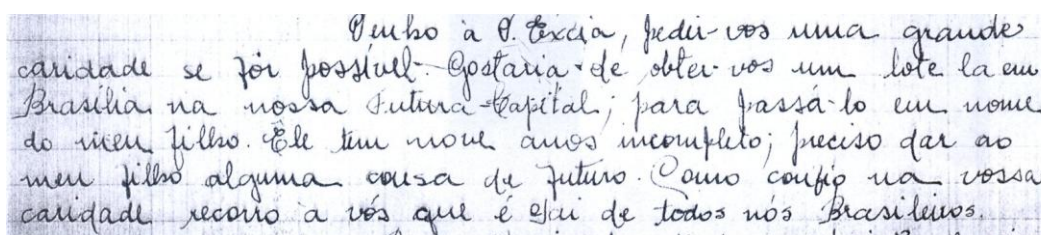
⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

⁵⁹ Idem.

Essa perspectiva de futuro imaginado aparece nas cartas escritas por homens, e, mais fortemente, naquelas assinadas por mulheres – sejam destinadas ao Presidente, sejam para D.Sarah.

Em dezembro de 1957, aquela senhora goiana que se apresenta como “profissão: doméstica”, “de consideração econômica reconhecidamente modesta”, conta que “vive dos braços” e “pretende melhorar minha situação saindo daqui do interior”. Pede a JK um lote em Brasília a ser registrado em nome do filho, para lhe dar “alguma coisa de futuro”:



Quero a D. Sarah, pedi-vos uma grande caridade se for possível. Gostaria de obter-vos um lote lá em Brasília na nossa futura-capital; para passá-lo em nome do meu filho. Ele tem nove anos incompleto; preciso dar ao meu filho alguma coisa de futuro. Como confio na vossa caridade recorro a vós que éis de todos nós Brasileiros.

A menina Inácia (ou adolescente? ela não conta sua idade) escreve da Usina Ribeiro, em Uberlândia, pedindo a intercessão de D. Sarah Kubitschek (“mãe da nação”), para fazer um curso de corte-e-costura: “queria estudar *o corte* ao menos dois meses *mais* não posso pagar a pensão nem *o corte*. [...] o que se ganha não dá”. Inácia sugere outras alternativas de ajuda, “seja com que for”. Chega a perguntar se “a senhora não quer uma moça na casa da senhora para ajudar a senhora?”. Caso essa proposta fosse aceita, além do mais ela poderia “conhecer o palácio alvorada em Brasília, este reino encantado, essa corôa do Brasil” e concretizar seu sonho de “antes de morrer avistar ao menos a terra dos meus sonhos e dizer umas palavras sobre Brasília”. Talvez seu sonho se bastasse em contar à família a história de ter visto Brasília, mas nas entrelinhas daquele mês de agosto de 1959 aparece sua esperança de tornar melhor sua vida e a de seus pais e dos “8 irmãos tudo de menor idade”⁶⁰.

Sim: aparece, em muitas cartas, também a necessidade de se tornar *visível* naquele momento de construção de um projeto nacional que “deve *de* ter lugar para *nois*, que somos brasileiros”⁶¹ (como dizia o servente de pedreiro mineiro que escrevia ao Presidente, em 1958).

Essa busca de visibilidade é visível na correspondência para JK, e isso é buscado no “concreto” das mensagens escritas, na presentificação possível, pelas cartas, de trabalhadores distantes da nova capital e das informações sobre sua construção.

A propósito, embora sem buscar em Sartre o tratamento do imaginário na dimensão da História, lembramos o que dizia em seu “O Imaginário”, de 1940. No capítulo “A Vida

⁶⁰ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

⁶¹ Idem.

Imaginária”, chega a falar de cartas, buscando a razão de serem esperadas com tanta impaciência (ele fala da relação afetiva entre correspondentes que se escrevem e se respondem...): “não tanto pelas notícias que podem contar [...], mas por seu caráter real e concreto”⁶², presente. Por outro lado, sua interpretação do *ato de imaginação* como “um ato mágico”⁶³ pode levar a que pensemos em uma *viabilização* de expectativas futuras. Diz Sartre:

[o ato de imaginação] é um encantamento destinado a fazer aparecer o objeto no qual pensamos, a coisa que desejamos, de modo que dela possamos tomar posse. Nesse ato há sempre [...] uma recusa de dar conta da distância, das dificuldades.⁶⁴

Vemos que uma forma de “fazer aparecer” Brasília para quem a imaginava era a busca de informações: a construção da imagem da nova capital como *lugar de futuro* convivia com sua constituição como objeto de curiosidade. As cartas do Arquivo Público nos mostram que, além da formulação específica de pedidos de moradia ou de trabalho, foram muitas as solicitações de informações sobre Brasília.

A curiosidade se prendia tanto ao embasamento para possíveis decisões de migrar, quanto à disposição de divulgar a construção de Brasília, ou à necessidade de ter informações sobre o assunto para desenvolver o que chamaríamos hoje de “sumários executivos”, ou para cumprir tarefas escolares (são numerosas as cartas de estudantes e de organizações estudantis). Encontram-se não só cartas de brasileiros, como de estrangeiros interessados em saber mais sobre a nova capital em construção.

Além dos pedidos de fotos e folhetos, a notícia de que havia uma publicação da Novacap sobre Brasília (a Revista Brasília) leva a que, de vários cantos do país, seus exemplares sejam requisitados ao Presidente Juscelino ou diretamente à Companhia.

Em abril de 1959, um ferroviário mineiro escreve ao Presidente da Novacap pedindo exemplares da Revista, que soube pelo rádio estarem estavam sendo oferecidas:

A finalidade desta é solicitar ao senhor, conforme vi pelo programa da radio Mairynk Veiga, onde o senhor ofereceu a um ouvinte todos os numeros da revista BRASILIA, seja me tambem dedicado tal favor, pois queria ter o praser de ter as mãos para devaneio de meus olhos tal preciosidade.

⁶² SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário* – psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Ática, 1996. [1ª edição: Paris, Gallimard, 1940]. p.191.

⁶³ SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário*. op.cit., p.162.

⁶⁴ SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário*. op.cit., p.165.

Além da Revista Brasília, são pedidas outras publicações sobre a cidade, e mapas, folhetos, álbuns, artigos e fotos, e ainda lembranças dos tempos de construção e da nova capital, em flâmulas, brindes e fotografias tanto da cidade e da região, como do Presidente JK. Encontram-se pedidos “especiais”, como o de um *kit* revista-mapa-sementes, encaminhado em junho de 1957, de Araraquara, ao Presidente da Novacap:

Solicito de V.S., sendo possível, mandar enviar-me:
 1) - Um exemplar da Revista Mensal, d'essa Companhia, números 1 - 2 - 3.
 2) - Um mapa da futura Capital.
 3) - Como estou formando uma pequena Chácara e é meu desejo plantar o que hã de melhor, de toda parte do Brasil, tenho interesse que V.S. me consiga algumas sementes de plantas domesticas ou selvagens, d'essa região, coco, palmeira, cajú, etc.

Pela leitura das cartas, vou observando que, mesmo quando se tratam de pedidos que, à primeira vista, poderiam ser encaminhados às instâncias responsáveis pela divulgação de notícias ou pela comunicação com o público, muitas dessas cartas são dirigidas ao Presidente da República. Em grande parte dos casos, o pedido vem acompanhado de justificativas da necessidade de informações para “defender Brasília”.

De São Carlos, São Paulo, em janeiro de 1959, o funcionário público José Bento Ihe pede “fotografias, revistas, [...], filmes sobre Brasília de 16mm e demais documentos que *mostre* a realidade de Brasília”. Justifica esse pedido porque “essa obra gigantesca não é bem compreendida por parte dos nosos compatriícios”, e pondera que “na maior parte os que criticam, criticam essa realização por não conhecerem, por estarem alheios”. Explica que “nas oportunidades que me *aparece*, tenho tentado convencer esses cidadãos, e alcançado certo êxito”. José Bento propõe-se a exhibir os filmes e mostrar as fotografias “nos bairros e vilas de São Carlos, [...] e nas vitrines de casas comerciais”.

Em fevereiro de 1959, um “humilde corretor de imóveis” escreve de Sorocaba ao Presidente Juscelino, propondo-se a ser “propagandista credenciado por V.Excia [...] para colaborar na propagação de Brasília, como patriota e mudancista”. Para isso, pede que Ihe enviem álbuns e vistas panorâmicas da capital, para continuar prestando informações “ao público em geral” sobre a construção da nova capital.

Também D. Sarah Kubitschek recebe cartas pedindo a remessa de informações, como aquela vinda da cidade mineira de Astolfo Dutra, em outubro de 1959. O remetente elogia a administração do Presidente e esclarece está se referindo a ele “não como Vosso Esposo, mas

sim como Presidente do Brasil, Nosso Presidente”. Pede o livro “Opiniões do Mundo sobre Brasília”, “assim como algo que possa mostrar e afirmar a existência concreta da nossa Capital”, e “lutar contra os CONTRAS”.

Alguns dos remetentes, como o marceneiro Moacir, de Ceará-Mirim, explicam o porquê de escreverem diretamente ao Presidente: “[...] é isso mesmo – se o nosso chefe da nação é v.s. é de quem nós pobres devemos nos informarmos de tudo quanto mais precisamos”, diz ele em novembro de 1957:

por tanto s. ex. na me disculpando eu eu mandei fazer esta proposta. mais e isto mesmo pe o nosso chefe da nação e v. s. e de quem mais pobres devemos nos informarmos de tudo quanto mais precisamos porque a baixo de Deus os homens e principalmente o presidente

Mas a maioria dos pedidos de informações e de passagens são tratados como assuntos de cunho mais administrativo, e têm como destinatários principais Israel Pinheiro, na qualidade de Presidente da Novacap, bem como outros diretores da Companhia, ou diretamente o Diretor de Divulgação e editor da Revista Brasília, jornalista Nonato Silva.

Eram também numerosos os pedidos de passagens e de hospedagem, não só de quem ansiava conhecer “a monumental Brasília”, como de quem pretendia verificar possíveis condições para fixação no novo Distrito Federal.

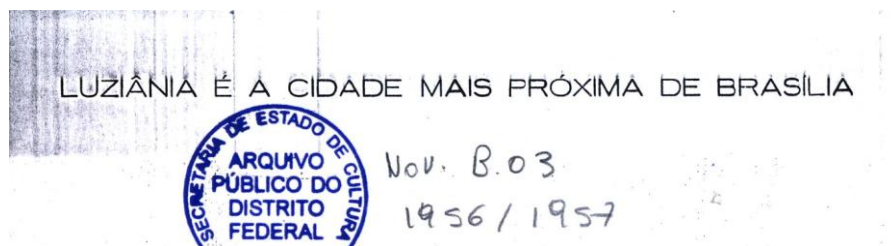
Em janeiro de 1959, um “rapaz pobre, casado, embora sem filhos, mas atualmente [...] bastante sacrificado pelo alto custo de vida”, escreve de Maceió para pedir a JK uma passagem para Brasília. Aparecem, em sua carta, os permanentes e já aqui destacados entrelaçamentos da expectativa de mudança para Brasília, com as condições de seu cotidiano:

Outrossim, não tenho emprego certo, moro em casa alugada, trabalho dois, três dias, passo quatro, cinco parado e assim a minha situação vai se complicando cada dia. Evitando que venha passar decepções junto com minha esposa, onde tal coisa nunca me aconteceu, tomei esta deliberação de me recorrer a V. Ex.ª

Entidades estudantis, escolas e liceus, grêmios culturais, sindicatos e centros operários, jornais e revistas, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, escrevem ao Presidente e à Novacap em busca de informações, ou de oportunidades de conhecer a cidade.

Há cartas, escritas de diversos locais, anunciando o nome de estabelecimentos que têm em Brasília a sua inspiração: Farmácia JK, Armarinho Brasília, Autopeças Nova Capital, Frutaria JK. Em fevereiro de 1959, aquele corretor de imóveis que havia escrito ao Presidente pedindo material de divulgação sobre a capital explica que se sente “imensamente satisfeito com a construção de Brasília, pois desde seu início “sou um propagandista voluntário dessa heróica realização”. E informa que sua firma se chama “Agência Brasília – na placa está escrito ‘Agência Brasília’ de Freitas corretor”,

Moradores e autoridades de cidades próximas a Brasília manifestam interesse em serem reconhecidos como “próximos à capital”, e também pedem publicações para participar da divulgação do andamento das obras. No papel de carta em que a Folha de Luziânia, em julho de 1957, solicita ao Presidente da Novacap a remessa mensal da Revista Brasília, está impresso:



Mas não são sempre esperançosas as mensagens de municípios vizinhos ao novo Distrito Federal. Ao imaginário da nova capital como possibilidade de melhores condições de vida somam-se mensagens, também de municípios vizinhos, expressando apreensão, críticas à nova capital – ou pedidos de apoio.

Não de um trabalhador, mas de um prefeito⁶⁵ (“delegado do Povo Formosense”), vem o pedido de apoio ao Presidente da República – não para projetos individuais, mas para “serviços indispensáveis” em Formosa, Goiás, que “constituem preocupação constante dessa Prefeitura que, *por aí*, não pode resolver e nem ultimar serviços de tal relevo”. O prefeito explica que esse pedido de “particular amparo” se deve aos efeitos, para o município, do “extraordinário crescimento” de Brasília:

⁶⁵ No capítulo “Tecendo tramas”, discute-se a questão de incluir, nesta análise, cartas de remetentes originalmente não previstos, como este caso de uma autoridade local – o prefeito.

... vai a presença de vossa Excelência, como Delegado do Povo Formosense, para testemunhar-lhe o nosso apreço e gratidão pelo que até agora fez por esta região, e, apresentar-lhe as solicitações desta cidade, que, em razão de sua proximidade com BRASÍLIA, muito necessita do seu particular amparo.

O extraordinário crescimento que BRASÍLIA provocou, nesta região, veio, como não podia deixar de ser, acompanhado de grandes e graves problemas, para a solução dos quais, infelizmente, não estávamos ainda preparados.

Quanto a informações sobre Brasília, encontram-se não apenas os frequentes pedidos feitos ao Presidente, a D. Sarah, à Novacap, mas também cartas que lhes encaminham recortes de jornais e artigos, e que lhes relatam comentários favoráveis e contrários à mudança da capital. É o caso do Agente Municipal de Estatística⁶⁶ da cidade paulista de São Vicente, que em junho de 1959 envia, a um “ilustre coestadano”⁶⁷, o texto “Nada de novo em Brasília”⁶⁸, que “procura denegrir Brasília e a Novacap”. Em resposta, o Agente de Estatística (e jornalista) publica a reportagem “Verdade sobre Brasília”, no São Vicente Jornal, que também anexa à carta.

Há, também, sugestões de que seja feita maior divulgação do andamento das obras, como a carta enviada em março de 1959 ao “Sr. Dr. Juçelino”, argumentando que a informação impressa é mais eficiente que a propaganda feita pelo cinema:

São paulo 31 março de 1959. SR DR JUÇELINO RESPEITAZAMENTE;

venho sugerir junto a v senhoria, que mande publicar pelles diarias
 as assesiades, uma vez per mez, com fotografias pelo menos 2
 paginas, como vai Brasilia, obras concluidas, prestis a inaugurar
 o em andamento, afim esclarecer opiniao publica brasileira,
 porque a prepaganda feita pello cinema não a eficiencia que
 muitos julgãõ, os jornais esclareçerã melhor. e maieria não
 vai ao cinema.

de vosse admirader,

Por outro lado, em janeiro do mesmo ano, um “brasileiro” do Estado do Rio de Janeiro argumenta que nem todos têm acesso a revistas ou a cinema, e solicita ao Presidente Juscelino “arranjar para passar”, na sua região, o filme que assistira sobre a estrada Belém-Brasília, e sobre a construção da capital. Propõe-se a exhibir o filme ao ar livre, para operários e pequenos lavradores que “ficarão tão entusiasmados quanto eu”. (Aproveita para dizer que essa divulgação demonstraria “que o nosso voto foi muito bem empregado”...)

⁶⁶ Ele comenta que havia participado do Censo Experimental de Brasília, realizado pelo IBGE em 1959.

⁶⁷ Provavelmente, da Novacap. Não consta o nome do destinatário no corpo da carta, e não há envelope arquivado.

⁶⁸ Publicado no jornal “A Tribuna”, de Santos.

aqui em Urutides Lobo,
 e Bacia de Pedra.
 Seria um grande presente
 de V. Excia para os operários
 e pequenos lavadores, que
 não têm a oportunidade
 de ir ao cinema, nem
 de ler a revista *elbrucheta*.
 Tenho certeza Sr. Presidente,
 que eles ficarão tão entusiasmados
 quanto eu.

Em qualquer desses casos, as informações (pedidas e encaminhadas), e as sugestões de divulgação do projeto e da construção, traziam presente a noção de Brasília como algo novo a ser conhecido, construído, avaliado, criticado, *imaginado* – por ser a nova capital do país, por alterar eixos de poder, ou por ser um possível destino de quem escrevia ao Presidente. Entre elogios e inquietações, suspeitas e expectativas, curiosidade e necessidade de embasar decisões, *lêem-se* mensagens e se *vêem* imagens de Brasília como *lugar do futuro* ou, em muitos casos, *lugar de futuro*, de novas possibilidades de vida.



***Prezado Presidente:
a sagração do governante***¹

Quando a FIFA – Federação Internacional de Futebol² confirmou que a Copa do Mundo de 2014 terá como sede o Brasil, a comemoração em Brasília reuniu dois ícones do imaginário brasileiro: o futebol-melhor-do-mundo e o Presidente JK, *criador* de Brasília. A estátua do Presidente, em frente ao Memorial JK, na capital da República, foi vestida com a camisa verde-e-amarela da Seleção Brasileira.

JK e Copa do Mundo já estiveram *juntos* há cinquenta anos, em 1958, quando a seleção brasileira foi Campeã do Mundo, em pleno governo de Juscelino Kubitschek, e os brasileiros comemoravam nas ruas, vestidos de verde e amarelo e dizendo, em música, que “com brasileiro não há quem possa”³.

Eram tempos de construção de Brasília no interior do país, e se vivia a *ideologia do desenvolvimentismo*, que Marilena Chauí descreve como a ideologia de um país “que se industrializa voltado para o mercado interno, para o ‘brasileiro’, e que incentiva a vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento,

¹ Estátua de JK em Brasília com a camisa da seleção brasileira, após anúncio oficial feito pela FIFA confirmando o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. Foto disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Copa_do_Mundo_de_2014.
Estátua de Juscelino Kubitschek 'veste' camisa da Seleção. Bondenews, 30.10.2007. Disponível em <http://www.bonde.com.br/bondenews/bondenewsd.php?id=1091&dt=20071030>. Acesso em 13.02.2008.

A expressão “prezado Presidente” é frequentemente utilizada como tratamento dado a JK, nas cartas. A “a sagração do governante” é tratada por Marilena Chauí como um dos componentes do *mito fundador*. Ver CHAUÍ, Marilena. **Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 6ª reimpressão. p.58, 79.

² Aliás, Federação Internacional de Futebol Association.

³ **A Taça do Mundo é Nossa.** Composição: Maugeri, Müller, Sobrinho e Dagô. 1958. Citada em CHAUÍ, Marilena. **Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária**. Op.cit., p.31.

competir com ele em igualdade de condições”⁴. A autora fala das vinculações do verdeamarelismo às imagens, “elaboradas no curso dos anos pela classe dominante, *celebrativas* do “país essencialmente agrário” e, entretanto, reencontradas nos anos cinquenta e, mais tarde, nos anos setenta⁵.

Quanto aos anos cinquenta, que aqui me interessam especialmente, é oportuno lembrar o Dossiê “Os anos JK”, organizado pelo CPDOC⁶ em 2002, quando se completavam 100 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek⁷. Vários autores falam sobre o personagem JK e sobre o *Brasil dos anos JK*. De uma forma ou outra, a época de seu governo é contextualizada como a de um Brasil “[que] era apresentado como um país diante de uma encruzilhada histórica. De um lado, estava o mundo rural, que representava o passado. De outro, a atividade industrial, que apontava o futuro”⁸.

Naquele momento de comemoração de centenário, lembrava-se:

O governo JK representa, no imaginário político brasileiro, uma Idade de Ouro. É visto como uma época marcante da história do Brasil, como o momento de um grande arranco desenvolvimentista, consolidado através de políticas que estimularam a industrialização e resultaram em altas taxas de crescimento⁹.

O imaginário sobre o personagem JK tem também as filigranas do artista, boêmio, *companheiro dos candangos*¹⁰, *olhar modernista*¹¹, “artista do impossível”¹², “grande comunicador e motivador”¹³, “bossa-nova”¹⁴, aliado de movimentos culturais (os anos JK são tempos reconhecidos como de efervescência cultural no país).

Certamente, à época de seu centenário (e em outras datas, comemorativas ou não) são também lembradas as interpretações conflitantes sobre sua atuação, bem como os muitos desafios e impasses enfrentados – “a inflação, o endividamento externo, [...] as ameaças de

⁴ CHAÚÍ, Marilena. **Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária**. Op.cit., p.31.

⁵ Marilena Chauí observa a manutenção e as transformações do imaginário verdeamarelo ao longo do tempo, lembrando que “nem os modernistas, nem o ISEB, nem os CPC’s, nem o Cinema Novo, nem o Tropicalismo, nem a MPB de protesto [o] conseguiram aniquilar”. CHAÚÍ, Marilena. **Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária**. Op.cit., p.36.

⁶ Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas.

⁷ São numerosas as biografias e as análises sobre Juscelino Kubitschek e sobre sua trajetória política. Ver em Referências.

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Brasília, a meta-síntese**. In: Os anos JK. O Brasil de JK. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Brasilia_a_meta_sintese.asp. Acesso em 25.03.2006.

⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os anos JK. Abertura. Cem anos de JK. Disponível em:

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/apresentacao/apresentacao.asp. Acesso em 25.03.2006.

¹⁰ Observações habituais entre antigos candangos, sobre a presença e o comportamento do Presidente nos canteiros de obras, alojamentos, construções, eventos públicos.

¹¹ Lembrar de **O olhar modernista de JK**. Curadoria Denise Matar. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, 2004.

¹² BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

¹³ MAYRINK, Geraldo. **Juscelino**. São Paulo, Nova Cultural, 1988. p.71. Citado em BIZELLO, M.L. Entre fotografias e fotogramas: um estudo sobre a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek – 1956-1961 IN: X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste - SIPEC, 2004. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/handle/1904/19578>. Acesso em 15.09.2006.

¹⁴ COHEN, Marleine. **Juscelino Kubitschek: o presidente bossa-nova**. São Paulo: Globo, 2005.

desaceleração do crescimento”¹⁵. Mas se reiterava que “de toda forma, os anos JK *mudaram a cara do país*”¹⁶ – e é essa imagem, de mudança, a que está mais presente no imaginário sobre o Presidente.

É esse imaginário, o que nos importa, aqui. Por isso buscamos o que dizia Baczko a propósito do “tempo coletivo”:

[...] os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projeção das angústias, esperanças e sonhos coletivos sobre o futuro.¹⁷

Em relação a Juscelino, as cartas a ele escritas trazem indicações expressivas de como era visto e imaginado pelos brasileiros, e da imagem de viabilizador de *mudanças*, especialmente durante seu mandato na Presidência da República e durante a construção da nova capital – período de sua mais ampla visibilidade pública. Essas cartas falam de JK e falam de Brasília – de um Presidente e de uma cidade presentes no imaginário de quem as escrevia.

É o caso da mensagem de congratulações encaminhada ao Presidente pelo prefeito de Rio Paranaíba, em Minas, na véspera da inauguração de Brasília. Exceto pela data no cabeçalho, a carta traz o elemento *tempo* não como referência cronológica, mas sim como registro mítico, imaginário. O Presidente é tratado como personagem que marca uma *era*, um *ponto zero* de contagem do tempo: AJ (antes de JK) e DJ (depois de JK):

do preito de homenagem e gratidão ao artífice do ~~fenômeno~~
fenômeno vg o maior gênio do Brasil moderno vg que a exemplo
do Mestre do Cristianismo vg dividiu a historia pátria em
dois capítulos bipt A.J. e D.J. antes de Juscelino e
depois de Juscelino pt Viva o Brasil pt Viva Brasília pt
Vive J.K. !
Saudações respeitosa

Essa carta, cujo texto foi não só encaminhado ao Presidente, mas também a ele retransmitido por telegrama ou rádio¹⁸, é emblemática em termos de alusões entusiasmadas ao “patriótico governo” de JK, ao seu “pioneirismo inédito no Planeta”, e à nova capital –

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987. p.312.

¹⁸ A carta é escrita da Prefeitura de Rio Paranaíba, Minas Gerais, e, antes do texto para JK, há uma solicitação ao Serviço de Rádio do Palácio da Liberdade (sede do governo estadual), em Belo Horizonte, para retransmiti-la ao Presidente.

“alvorada do meu Brasil”, “estrela de primeira grandeza fulgindo na luminosa constelação das capitais sul-americanas”. Mais ainda, refere-se ao seu “esplendoroso foco de luz [que] anuncia ao mundo a Nova Jerusalém da Nacionalidade”.

Para essa exaltação à iniciativa da construção e inauguração de Brasília, são *chamados* a validá-la alguns personagens nacionais reverenciados na historiografia oficial, como Dom Bosco, Tiradentes, a República (“transformando em realidade palpável os sonhos de Dom Bosco, dos Inconfidentes Mineiros e dos Constituintes de 1891”) – “semeadores do Nacionalismo”. Diz o remetente que, com Brasília e com JK, se quebra o “tabu do Brasil – País do Futuro”, “fazendo-o País do Presente e para as gerações atuais”.

Excelentíssimo Senhor
 Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira
 Palacio de Alvorada
Brasília

No instante histórico e decisivo que, em meio às incontidas manifestações de aprêço e alegria do povo brasileiro
 Vossa Excelência contempla o coroamento de BRÁSILIA - meta-
 e tese de seu patriótico Governo - a estrela de primeira gran-
 deza fulgindo na luminosa constelação das capitais sul-america-

Vale lembrar que essa é uma correspondência escrita por um prefeito municipal, político e mineiro como JK, e certamente com interesses peculiares a essas redes da política estadual e não às das *pessoas comuns* que nos ocupam no *Imaginando*. Mas suas palavras me fazem atentar para a mitificação da figura do Presidente, visto como herói, assim como tantos outros alçados a esse *panteão* brasileiro onde estão Caxias, Tiradentes, a Princesa Isabel, Getúlio Vargas. Cartas como essa vão confirmando que no imaginário dos brasileiros dos anos 50 (e até hoje), JK aparece como herói, fundamentalmente associado ao *desbravamento* do Centro-Oeste e construtor da moderna capital.

O teor desta e de outras cartas nos anima a desdobrar mais papéis, *ler* e *escutar* marcas do imaginário nos rastros de memórias e nos mitos da nação e mitos fundadores. Nesses mitos, buscamos identificar em que medida perpassam ou apóiam a progressiva *adesão* popular ao chamado do Presidente JK para a construção de algo novo, para a viabilização de um *recomeço* do caminho do país. Vemos que nas cartas escritas a JK, está presente a expectativa de *recomeços* de vida.

É essa a conclusão de Marcio de Oliveira em seu “Brasília - o mito na trajetória da nação”: “os discursos e as práticas [analisadas em sua pesquisa] levam a crer que o mito¹⁹ do recomeço está na base do mito da nação”²⁰. E Brasília representava, simbolizava uma nova nação²¹. Márcio explica:

A construção de Brasília assinalou um recomeço ou talvez *o recomeço*. A história deveria então tomar um novo rumo, o país recomeçaria nesta nova capital. JK repetiu à exaustão: *antes e depois de Brasília*.²²

Esse desejo de *construir a nação*, ou de *reconstruí-la* – esse mito do recomeço, esse imaginário do recomeço por meio de Brasília e em Brasília, sustentava-se, para quem pretendia atender ao “chamado da nação”, em expectativas viabilizadoras do cotidiano do brasileiro (e consideradas, pelas *pessoas comuns*, como *requisitos* para a construção da nação): possibilidades de moradia, de emprego, de visibilidade e sustentabilidade social, vantagens da localização da capital no interior do país. Conforme Márcio de Oliveira formulava em sua hipótese de pesquisa,

os argumentos mudancistas desenvolvidos pelo governo JK foram paulatinamente conquistando apoio popular, intelectual, econômico, político e militar, durante o período que vai do início da construção até a inauguração, porque *reverberaram* positivamente na imagem geral que se tinha do Brasil de então.²³

E acrescentamos, lendo as cartas, que seu chamado repercutia, sim, no imaginário das pessoas, porque *reverberava* em expectativas expressas nesse imaginário e *cravadas no histórico-social*, como diria Castoriadis²⁴. Reverberava, pois esse imaginário sustentava a esperança de uma vida digna e humana em seu país.

O imaginário do próprio JK sobre o país tinha (assim como sua plataforma de campanha), a construção da nova capital como *síntese*. E foi a essa imagem de país e de inserção no projeto nacional que tantos brasileiros responderam – responderam ao vir para o Planalto Central, e também ao escreverem cartas *imaginando* a capital.

Nas cartas, encontramos indícios da *imagem de país* associada a seu governante, e voltamos à noção de mito fundador, como apresentada por Marilena Chauí: o Brasil foi

¹⁹ Márcio de Oliveira utiliza o conceito de “mito da nação” com base em discussões desenvolvidas por Gilbert Durand sobre o tema, que resultaram em sua definição de mito como “[...] um esboço de racionalização, pois ele utiliza o fio do discurso, no qual os símbolos se transformam em palavras, e os arquétipos em palavras”. (DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. Paris: Bordas, 1984, p.84. Citado em OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Op.cit., p.25, nota 19.

²⁰ OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Brasília: Paralelo 15, 2005. p. 257.

²¹ Cf. OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Op.cit., p. 257.

²² OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília: o mito na trajetória da nação**. Op.cit., p. 257.

²³ *Ibidem*, p. 23.

²⁴ CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 5ª ed. passim.

inventado como “terra abençoada por Deus”²⁵, e o mito fundador do Brasil se constituiu pela construção e pelo desenvolvimento dessa idéia. Aqui e ali, nas cartas, encontramos expressões de cada um dos três componentes que Marilena Chauí identifica no mito fundador: a Natureza (*a obra de Deus*), a História (*a palavra de Deus*) e o Estado (*a vontade de Deus*).

É em relação ao terceiro elemento que mais se encontram pistas, na correspondência endereçada a JK. Ao longo das mensagens, não só a própria mensagem, mas também o tratamento dado ao Presidente, mescla a posição política nele reconhecida, com referências imaginárias e marcas do que Marilena Chauí desenha como “sagração do governante”, que engendra tanto uma “visão milenarista da política”, como a visão do governante como “salvador”²⁶.

Em março de 1960, um “pobre fiscal sanitário” já residente em Brasília pede ao Presidente Juscelino “qualquer coisa em benefício” de seus nove filhos, que até aquele momento não tivera condições de trazer do Norte. Por duas vezes, o tratamento dado ao Presidente é de *Magestade*:

Bom a presente tenho declarado a sua digna Magestade, a minha situação. Casado tenho nove filhos de menores. Assim apelo para sua Magestade no sentido de conseguir qualquer coisa em benefício destes menores para que sejam os homens de amanhã. Muito grato.

PRO
6832
N.º 2
EM 2 MAR 1960

O Presidente tem sua imagem associada tanto a “Pai”, como a “Cristo”, “protetor” e “salvador”, como a “bandeirante” e “homem bom”, além das referências diretas à sua “grande tarefa” de construir Brasília, como “Paizinho de Brasília” ou “grande idealizador”.

A forma de sobrescritar os envelopes por vezes anuncia o tratamento ao destinatário usado no próprio texto da correspondência. Ali, e no cabeçalho do texto das cartas, se encontra o tratamento que o remetente espera ser visto pelo destinatário:

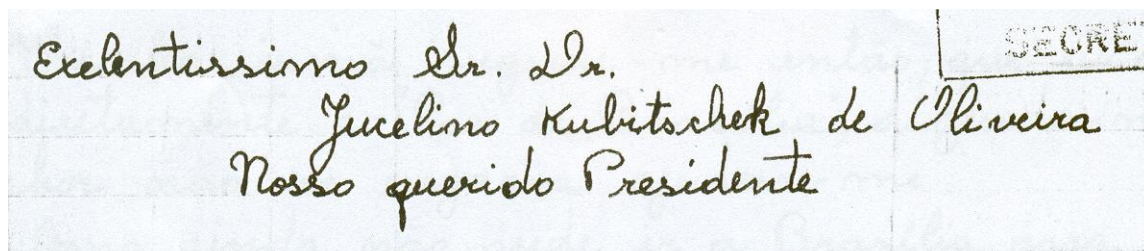
²⁵ CHAUÍ, Marilena. *Brasil - Mito fundador e sociedade autoritária*. Op.cit., p.86.

²⁶ Idem.

Sr. Presidente
 Distinto Presidente
 Sr. Presidente da República Brasileira
 MD. Presidente da República
 Digníssimo Presidente da República
 Ilmo. Sr. Presidente
 Ilmo. Presidente dos Estados Unidos do Brasil
 Chefe da Nação Trabalhista Brasileira
 Presidente do Palácio do Planalto
 V. Ex^a. Dr. Juscelino
 Meu digno Presidente da República
 Nosso querido Presidente
 Prezado Presidente

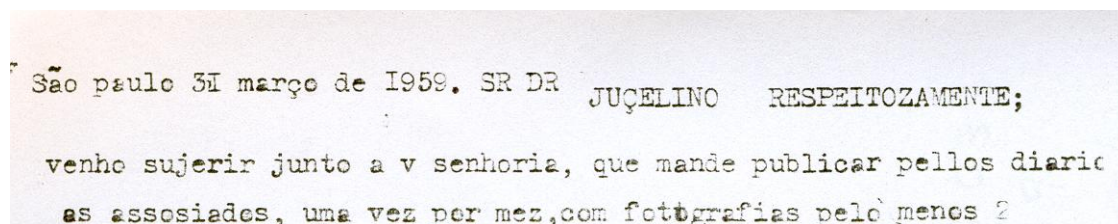
O nome do Presidente também é escrito de variadas maneiras, provavelmente originadas da forma como era ouvido e falado, e das tentativas de acertar escrever aquele nome incomum e aquele sobrenome *tão difícil*:

Juscelino Kubitschek de Oliveira
 Juscelino de Oliveira Kubitschek
 Oliveira Kubichek
 Jucelino, Juçelino
 Kubitexk, Kubcheq, Cubixeque
 J.K.
 JK



Excelentíssimo Sr. Dr.
 Juscelino Kubitschek de Oliveira
 Nosso querido Presidente

SECRET



São paulo 31 março de 1959. SR DR JUÇELINO RESPEITAZAMENTE;
 venho sugerir junto a v senhoria, que mande publicar pellos diari
 as associades, uma vez per mez, com fotografias pelo menos 2

Saia Velha, 15/9/57.

SECRETARIA

Exmo. Sr. Dr. Guacelino Kubitschek de Oliveira,
D.D. Presidente da República:

Senhor Dr. Guacelino Presidente
Venho com esta declaração
pedir um lote a Vossa Excelência
porque estou na rua com cinco filhos

Illmo. Sr. Dr.
Guacelino Kubitschek.
Brasília, D.F.

Prezado Presidente
Doutor Guacelino

Senhor Dr. Guacelino Presidente
com esta declaração
pedir um lote a Vossa Excelência.

Excelentíssimo Senhor

D.r Presidente da República dos E.E. Unidos do Brasil

Rio de Janeiro - D.F. (provisório)

Ao sua Excia. sr.
 Juscelino M. de Oliveira
 Meu digno presidente da
 República Brasileira
 Rio de Janeiro - D.F.

No encerramento de sua carta escrita em novembro de 1957, o amazonense de Barcelos, que pedia a Juscelino “um pedaço de terra na capital do paiz em Goiaz”, se apresenta como “um seu súdito que lhe admira”:

um seu súdito
 que lhe admira
 D. J. B.

A imagem *imperial* do Presidente como detentor de poderes absolutos e personalizados está presente em várias cartas. JK seria o possível “salvador” dos *humildes* e de *todos os brasileiros*, diz o casal que escreve a Juscelino em março de 1959, de Santa Maria da Vitória:

espírito cada vez mas para o bem e salvação dos humildes e de todos os
 brasileiros.

Embora essa imagem perpassasse muitas dessas expressões de comunicação escrita, a utilização dos termos *majestade* e *súdito* são exceções, entre a maioria de afirmações de agradecimento e esperança, como “atenciosamente desde já muito agradeço”, “que Deus lhe pague”, “muito agradeço a sua *tensão*”²⁷, “atenciosamente fico a Vossa espera”.

É freqüente a despedida com expressões em que se marca a disposição de colocar-se à disposição, como “atenciosamente às suas ordens”, “sempre atento ao que for necessário”, “criada atenta”, “criada sempre às ordens”, “atenciosamente o vosso criado”, e, mais ainda, “seu criado e obrigado”.

O encerramento como “seu criado e obrigado”, é encontrado em várias cartas ao Presidente, como aquela vinda do Ceará em novembro de 1957, e outra, enviada de São Paulo em setembro de 1959:

Nada Mais do seu Criado e Obrigado

Do Creado Obrigado

Lendo outras cartas da época, parece-me que o uso da expressão “seu criado” não revela, necessariamente, uma afirmação de quem se coloca à disposição ou de quem agradece, nem parece ser utilizada especialmente para uma autoridade. A expressão era usual nas cartas dos anos cinquenta, a ponto de inspirar o nome de um programa que foi ao ar durante vários anos, pela Rádio Nacional²⁸.

A propósito do rádio, as cartas reforçam a informação de que foi esse um dos mais efetivos meios de comunicação utilizados para a divulgação do projeto da mudança da capital e para a chamada, aos brasileiros, para “participar da grandiosa obra”: construir Brasília, ser brasileiro em Brasília.

Quando estuda *ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*²⁹, Georgete Medleg Rodrigues observa que no governo JK não ocorre a montagem de aparelhos de propaganda específicos como no governo de Getúlio Vargas, mas se identifica “um ‘núcleo’ de elaboração, sistematização e divulgação da ideologia”³⁰ no ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que tinha como proposta elaborar “instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”³¹. E a construção de Brasília é apresentada como meta-síntese do governo e transformada em peça fundamental da propaganda governamental e da sustentação da ideologia nacional-desenvolvimentista³².

Voltamos a Baczko, quando afirma que “o imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”³³. Baczko, referindo-se à “implantação duradoura dos meios de comunicação de massa”, observa as novas possibilidades, daí decorrentes, que se oferecem à propaganda³⁴, e enfatiza o poder da propaganda no “domínio dos imaginários sociais”³⁵.

Nas cartas escritas para o Presidente encontram-se marcas dessa mobilização da opinião pública brasileira em torno da nova capital. Dos mais diferentes pontos do país, chegam mensagens com referências ao acesso a informações sobre Brasília, e aí identificamos

²⁸ Escrito por Lourival Marques e apresentado por César Ladeira e Nilza Magrassi, o *Seu Criado, Obrigado* respondia a “mais de 200.000 cartas por ano com perguntas sobre os [mais variados] assuntos, às segundas, quartas e sextas à tarde, logo depois do *Repórter Esso*, da *Crônica da Cidade* e da novela”. Cf. CABRAL, Sérgio. A Rádio Nacional, lembra-se? Revista Realidade, n. 75. São Paulo, Editora Abril, junho de 1972. Disponível em http://br.geocities.com/preserveoam/nacional_realidade.htm. Acesso em 02.04.2008. Ver também: MARQUES, Lourival. *Seu Criado, Obrigado*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

²⁹ RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990.

³⁰ Idem, p. 36.

³¹ Georgete Medley Rodrigues cita TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB, fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1982. Cf. RODRIGUES, Georgete Medley. Op. cit., p.37.

³² Cf. RODRIGUES, Georgete Medley. Op. cit., p.36.

³³ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987. p.310.

³⁴ BACZKO, op.cit., p.312.

³⁵ BACZKO, op.cit., p.300.

os “quatro movimentos” de propaganda classificados por Georgete Medleg Rodrigues: “uma espécie de ‘corpo a corpo’ com a sociedade, pelo patrocínio ou realização de conferências, palestras e congressos, no país e no exterior, com a presença do próprio Presidente ou de autoridades de seu governo; promoção de visitas de personagens ilustres à capital em construção; a própria atuação do Presidente, por meio de pronunciamentos de JK; e a utilização dos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas e cinema³⁶.”

A participação em comícios, a notícia por jornal ou revista, eventualmente o cinejornal, e, predominantemente, *as ondas do rádio*, são mencionadas nas linhas escritas.

Em outubro de 1959, um encanador polonês radicado em Florianópolis escreve ao Presidente JK e a Israel Pinheiro, “colocando-se à disposição” para alguma vaga em firmas de Brasília, e relata ter tido informação, pela imprensa e pelo rádio, da transferência iminente da capital para Brasília:

Informado pela imprensa e rádio de que o Exmo. Sr. Presidente da República está no firme propósito de transferir a capital da República para Brasília, em abril de 1960, e de que as obras da NOVACAP se encontram em fase de intensa atividade, lembrei-me de lhe escrever, pondo meus préstimos à disposição dessa Presidência.

A audiência a programas radiofônicos que veiculam a palavra do Presidente e promovem sorteios é mencionada em várias cartas, muitas delas pedindo confirmação da veracidade dos prêmios recebidos.

É o caso de três cartas escritas em abril: dos pernambucanos que escrevem a Israel Pinheiro, em 1959 e 1960, e a do “menor, do Norte”, que escreve do Rio de Janeiro a Juscelino, em 1960:

como os da Europa e América do Norte.
A finalidade desta é sollicitar ao senhor, conforme vi pelo programa da radio Mairynk Veiga, onde o senhor ofereceu a um ouvinte todos os numeros da revista BRASILIA, seja me tambem dedicado tal favor, pois queria ter o praser de ter as mãos para devaneio de meus olhos tal preciosidade.
Atenciosamente agradeço as atenções a

Tendo ouvido o programa “MESA REDONDA” da Rádio Mairynk Veiga de Rio de Janeiro, de terça-feira, 11 de corrente, no qual era V.Sa. entrevistado, tive grande satisfação, pois fiquei melhor conhecedor do que existe e do que se passa na Nova Capital. Cuví atentamente todas as perguntas que

chegando aqui no Rio e ouvindo sempre os programas da Rádio Tupi, em um deles tinha esta pergunta: quem idealizou e realizou a maior obra do Brasil? Eu respondi por carta. Foi o presidente da República Dr. Juscelino Kubitschek. Estas respostas entraram em porteiço e eu fui premiado

A expectativa em relação ao governo e, em especial, à atuação “salvadora” do governante, leva a manifestações favoráveis à volta de Juscelino como Presidente da República, de alguma forma, ou, mais especificamente, pelas eleições de 1965³⁷.

Já em agosto de 1958, um conterrâneo de Juscelino que lhe pede um “pedaço de terra” em Brasília termina sua carta pedindo proteção de Deus e de Nossa Senhora para que JK continue na presidência “toda sua vida”:

no mais termino com esta palavras
Deus e Nossa Senhora a di Ti
concevar na presidencia toda Sua vida

Em julho de 1959, uma colegial mineira envia ao Presidente um artigo por ela encontrado no “Pão de Santo Antônio de Curvelo”, em que o governo de JK é elogiado. A menina concorda e pede que Juscelino, “parodiando Pedro I”, fique:

Benqueto se estivesse no lugar de Juscelino, parodiando Pedro I diria:
E fique mesmo Juscelino, este negócio de democracia está uma bandalheira
: seja governo, porém, forte e honesto” terminando assim, a sua obra
prima. Isto por que, para mim, quando leio artigo como este fico tão com-
n A n D n

³⁷ O mandato de Juscelino Kubitschek foi de 5 anos: de 31.01.1956 a 31.01.1961. A ele se seguiu Jânio Quadros, que também teria mandato de 5 anos (janeiro de 1961 a janeiro de 1966) mas renunciou em 25.08.1961. A “volta” de JK à qual se referem as cartas seria pelas eleições de 1965, que não ocorreram: a partir de abril de 1964, o país ficou sob regime militar, sem eleições. Juscelino Kubitschek teve seus direitos políticos cassados em junho de 1964.

Do Estado do Rio, em fevereiro de 1960, um admirador do Presidente lhe pede fotos e informações sobre Brasília e se refere à sua volta em 1965:

Lamentando o próximo término do seu govêrno, e
pedindo a Deus que no-lo dê de volta em 1965, subscrevo-me,
cordialmente,

Mudam os cenários, alteram-se os imaginários. Em 2010, Brasília completa 50 anos; Juscelino não voltou à Presidência. E até hoje, na mesa de Affonso Heliodoro no Instituto Histórico e Geográfico de Brasília, permanece o adesivo com a mensagem “JK – procura-se outro”³⁸.



³⁸ Ver Anexo II – Bastidores. Procura-se outro...

“Todos nois querem lotes”¹

Esse abaixo-assinado, acima, expressava um pedido feito pela maioria dos remetentes de cartas ao Presidente Juscelino e à presidência da Novacap: um endereço, um lugar para morar, um *ponto* para trabalhar - lotes residenciais, lotes comerciais, pedaços de terra, casa.

Desse abaixo-assinado hoje amarelado pelo tempo, e que nas pastas-arquivo se perdeu de envelopes ou capas, sabe-se que foi encaminhado ao Presidente Juscelino em 1959, por operários já residentes na capital em construção. Ali está registrado o pedido, coletivo, que se inicia em tom de reclame ou reclamação: “Nois vem a reclamar que todos nois querem lotes”². Faziam *reclame*, pois, em conjunto, buscavam a visibilidade à qual se julgavam merecedores como brasileiros construtores e moradores de Brasília. Faziam *reclamação*, pois aqui estavam, trabalhando, construindo a cidade, e ali ainda se sentiam sem-endereço.

No acervo do Fundo Novacap, só se encontram abaixo-assinados escritos por pessoas já fixadas na iniciante Brasília. Não são numerosos, mas são expressivos da “tomada de posse” da terra, que então acontecia. Tratam de condições imediatas do dia-a-dia, quanto ao emprego, ao abastecimento, a serviços públicos e particulares³. E este, acima, refere-se à questão essencial da moradia – de *um espaço* de morar e de viver.

Antes, no tempo das comissões exploradoras e demarcadoras da capital, falava-se em “sítio”⁴. JK reiterava, em 1957, a conclamação: “Vamos erguer no coração do nosso País um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso”⁵. Nas cartas escritas de longe, imaginava-se um lugar a ser ocupado.

¹ Foto: Trecho de abaixo-assinado de trabalhadores residentes na nova capital. s.d. A data não está registrada, mas sua localização no acervo Correspondência, do Fundo Novacap do Arquivo Público do DF, indica ser de 1959. Carta já anteriormente citada, em “Cartas a JK”. Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

² Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

³ Ver outros abaixo-assinados em “Brasília: construindo o Presente, há 50 anos”.

⁴ “Antônio chegou uma tarde lá em casa e disse: ‘Sabe, nós vamos para Goiás. Nós vamos procurar *o local* para a futura Capital...’”. Guiomar de Arruda Câmara, que participou dos levantamentos da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil - conhecida como Comissão Polli Coelho (1947-1948), acompanhando seu marido, o agrônomo Antônio de Arruda Câmara. Programa “Os Pioneiros”. 1º episódio. Direção de Tânia Quaresma. TV Nacional / Radiobrás, 1983. Transcrito em: **Os Pioneiros** – a epopéia de Brasília contada em 20 capítulos. Correio Braziliense. 14.12.1983, p. 7.

⁵ Mensagem de Ano Novo, 1957. Ver OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Mensagem ao Congresso Nacional 1957**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Imprensa, 1957. Trecho disponível em Brasília Poética – homenagens poéticas aos 50

Mas ali, naquele abaixo-assinado, mais que a um lugar, os operários falavam de um espaço, de uma vida cotidiana que se começava a partilhar. Conversando com antigos pioneiros, ou lendo cartas daquele tempo, nos parece ouvi-los dizer que “partilhávamos representações gestadas no imaginário comum e vivenciávamos experiências cotidianas análogas”⁶ – não as experiências de um bairro carioca dos anos cinquenta, ou de uma praça do interior, ou de uma quadra de Brasília dos anos oitenta, mas as do acampamento, da vila, das primeiras ruas.

Nessas cartas daqui, o *lugar*, o *sítio*, aparece transformado pelas práticas cotidianas. Como dizia De Certeau, aqui se falam em *espaços*, em lugares praticados⁷: “assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”⁸. Seguindo essa linha, “a leitura é o espaço produzido pela prática [...] do escrito”⁹ e os *relatos* (“os relatos, cotidianos ou literários, são nossos transportes coletivos, nossas *metaphorai*”¹⁰) produzem também a transformação de lugares em espaços ou espaços em lugares¹¹.

Dialogando com De Certeau, como se ele estivesse pensando naquelas cartas e naqueles abaixo-assinados, pensamos que também os relatos feitos pela *comunicação endereçada*¹² *constroem espaços*. Os relatos cotidianos, os reclames e reclamações, os pedidos encaminhados pelas cartas, são expressões do imaginário, *feituuras de espaço*¹³, práticas de espaço¹⁴. Assim, pensamos agora que mesmo aquelas cartas escritas de longe, *imaginando a capital*, a seu modo transformavam aquele lugar distante (a capital em construção) em um *espaço* - imaginário, em construção.

É o caso, então, não só de mensagens de quem já estava fixado na nova cidade, mas também de pedidos como o do pedreiro que, em julho de 1958, *construía* para si e para sua família “um pequeno lar”, para isso pedindo um terreno “lá [na nova capital]”:

anos de Brasília. http://web.brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=410&Itemid=1. Acesso em 21.04.2008.

⁶ NEGRÃO DE MELLO, Thereza. Se esta quadra fosse minha. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1998. p.48.

⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Cap. IX – Relatos de espaço. p.200. De Certeau lembra, nesse início de texto, que “na Atenas contemporânea, os transportes coletivos se chamam *metaphorai*”.

⁸ Idem.

⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. op.cit., p. 202.

¹⁰ Ibidem, p. 200.

¹¹ Ibidem, p. 203.

¹² FIDALGO, Antônio. **A comunicação endereçada** – o endereçamento da comunicação de massas. II Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Sergipe, Brasil, abril de 1998. p. 4 e 5. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf>. Acesso em 21.04.2008.

¹³ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. op.cit., p. 207.

¹⁴ Ibidem, p.200.

a vida se torna apertada para mim.
Com a construção da nova nova
capital eu venho pedir a V. Excia. um ter-
reno lá; para que eu possa com a ajuda
de Deus, construir um pequeno lar, para
a minha família, e trabalhar animadamente

Meses antes, em janeiro de 1958, um paulista de Sorocaba escrevia ao Presidente contando que “com grande dificuldade e sem poder fui vizitar a nossa bela futura orgulhosa futura capital”, mas ficou triste “por não poder efetuar a [minha] *respequetiva* mudança”. Pede um pequeno lote no Núcleo Bandeirante para poder fazer um pequeno barraco, e também auxílio para o transporte da possível mudança:

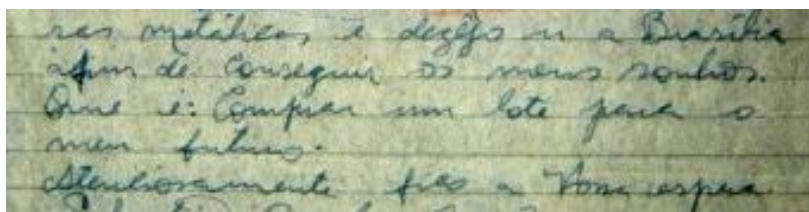
Nãis ao mesmo tempo fiquei triste por não poder efetuar
a minha respequetiva mudança para a nossa querida
e orgulhosa Brasília. Leci o telegrama de Vossa Excia e do funcioná-
rio da nossa nova capital não deixam a menor importân-
cia, eu apenas queria se fosse possível sua Excia conceder um
pequeno lote na cidade Núcleo Bandeirante para poder
fazer um pequeno barraco e também um auxílio para o transpor-
te de minha mudança de minha família, eu tenho fe' que o

O endereço era associado não só a expectativas no Presente próximo, mas de segurança no Futuro. Encontram-se, em alguns relatos, referências à trajetória recente de vida, às dificuldades e privações “nesse mundo *atrazado*”, ou “na roça”. Essa experiência recente – ou atual, na maior parte das vezes – é frequentemente tratada como *Passado*: a expectativa de mudança de vida na nova capital altera os tempos. *Escutando* essas linhas, nos lembramos novamente de Castoriadis, quando pensa no presente histórico, que nele contém passado e futuro¹⁵.

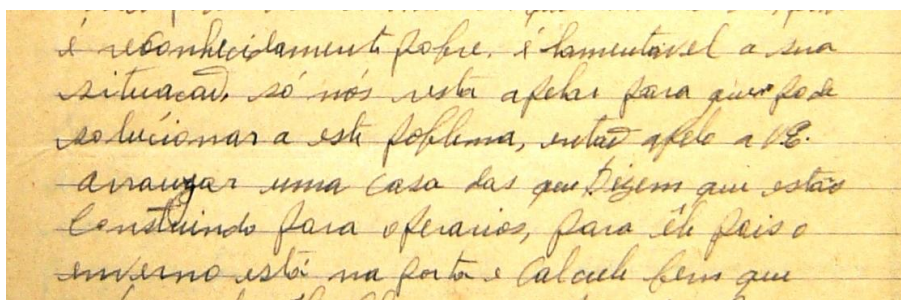
Os que sabem escrever (ou têm acesso a alguém que redija por eles) e que acreditam na possibilidade de resposta (e se dispõem a se dirigir ao Presidente) fazem relatos e encaminham pedidos *imaginando* o Presente e o Futuro, para eles próprios e também para amigos e familiares.

¹⁵ CASTORIADIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p. 90-91. Já mencionado anteriormente.

Assim são as cartas enviadas a JK pelo mineiro de São João Evangelista (e que, em dezembro de 1960, morava no interior de Pernambuco), e do goiano de Ceres, que escreve ao Presidente em novembro de 1957. O mineiro, eletricitista e montador de estruturas metálicas, deseja ir a Brasília *conseguir os seus sonhos*: quer comprar um lote “para seu futuro”.

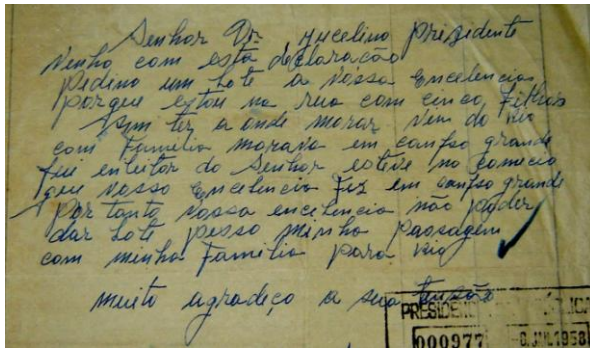


O missivista goiano conta a situação de seu irmão, que é pedreiro e já mora em Brasília, e que “é pobre como todos nós”. Pede para o Presidente “*solucionar a este problema*”, arranjando uma casa “das que dizem que estão construindo para operários”. Lembra a dificuldade de vida do irmão, inclusive associando a urgência de providências quanto à precariedade da moradia às condições do clima no cerrado - “o inverno está na porta”:



Em junho de 1958, portanto há cinqüenta anos, uma goiana também intercede por seu irmão. Pede para JK “arranjar em Brasília um pedacinho de chão para o meu mano que é lavrador”, com “mãos *groças* como casco de tatu”, trabalhar *socegado*. Explica que o irmão viveu durante sete anos na Colônia Agrícola (teria sido a de Ceres?), mas que “infelizmente só tem terra os protegidos daqui”. A propósito, informa que “ele vota em todo pleito, é um grande eleitor, vota para o PSD”.

A vinculação ao PSD, ao qual JK era filiado, ou ao PTB, de tradição getulista mantida pelo vice-presidente Jango, é frequentemente mencionada quando o assunto é pedido de lote. Da mesma forma, também são feitas referências a perseguições políticas e dificuldades de acesso a serviços, decorrentes da alternância entre “situação” e “oposição” nos governos municipais ou estaduais.



Em 1958, um “*enleitor do Senhor*”¹⁶, escreve a JK contando que morava no Rio de Janeiro, onde participou de comício, em Campo Grande. Quando envia a carta, está morando no Núcleo Bandeirante e pede um lote, ou a passagem de volta para o Rio de Janeiro, com a família.

Situação semelhante é a de um casal baiano de Santa Maria da Vitória, já residente em Brasília, que em março de 1959 pede ao Presidente Juscelino um lote e um barraco no Núcleo Bandeirante “ou em outra cidade satélite de Brasília. Tratam-no por “*Guia Protetor de Todos os Brasileiros*” e explicam ter trabalhado em sua campanha, mas que sofreram perseguição política na terra de origem, quando a UDN venceu na região. Assim como outros, admitem a possibilidade de não terem o pedido atendido, e, nesse caso, pedem “passagem de volta para [...] nossa terra natal”:

Senhor Presidente como sei que V. Excia. é considerado o Guia Protetor de Todos os Brasileiros, tmo, digo, tomamos a liberdade de vir por esta, pedir que nos seja doado um lote no Nucléo Bandeirante ou em outra cidade Satélite de Brasília, com um pequeno barraco de taboas, isto, com material da Novacap, em vista de nossa situação. Em caso de impossibilidade no pedido acima, aceitaríamos passagem de volta para toda a minha família, para nossa terra natal.

Senhor Presidente, confiados na boa vontade de V. Excia.

O imaginário sobre a nova capital é assim construído – *cravado* no histórico-social, no presente histórico. A leitura dessas cartas, com seu conteúdo de assuntos do cotidiano, aliando sonho e concretude, nos leva de volta a discussões sobre a própria noção de *imaginário*, tão polissêmica e polêmica.

É um “tecido de imagens”¹⁷, diz Marilena Chauí. Tratando de *imaginação criadora*, complementa: “combinam-se elementos afetivos, intelectuais e culturais que preparam as condições para que algo novo seja criado [algo que só existia, primeiro, como imagem prospectiva ou como uma possibilidade aberta]”¹⁸.

¹⁶ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

¹⁷ CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2001. p.136.

¹⁸ Idem, p.135.

O imaginário “apóia-se no real para transfigurá-lo e deslocá-lo”¹⁹. Recria e ordena a realidade, encontrando-se, portanto, no campo da interpretação e da representação²⁰, dizem os autores de *O que é imaginário*²¹.

Maffesoli nos alerta para que “em geral, opõe-se o imaginário ao real, ao verdadeiro; o imaginário seria uma ficção, algo sem consistência ou realidade [...]”²². Cléria Botelho da Costa traz exemplos de utilização cotidiana das expressões *imaginação* e *imaginário* que refletem essa redução delas ao status de “não real”:

[...] a imaginação é tomada como invencionice, mentira, exagero, excesso, e o seu significado está relacionado ao falso, ao ilusório, ao quimérico, e o imaginário reduzido ao não material.²³

Com efeito, podemos observar que a associação de *imaginário* a *utópico*, *irreal*, *não-realizado* é costumeira, inclusive na mídia. Para não dizer que não estamos falando de Brasília, em 2006 uma reportagem sobre a restauração de antigas plantas de edifícios da cidade tem como manchete “Uma cidade erguida no imaginário”, e “revela uma Brasília que nunca saiu do papel”²⁴: “é a Brasília que nunca existiu e a que não existe mais”, diz o então Administrador Regional.

A oposição entre imaginário e real, como adjetivos, ou entre os substantivos imaginário e realidade, ou imaginário e real, pode ser observada inclusive em situações em que o eixo de discussão é a noção de *realidade*. É o caso de debates que se desenvolvem no âmbito da disciplina Realidade Regional e Brasileira Contemporânea (componente do currículo do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília²⁵), e que trazem para discussão assuntos ligados ao cotidiano, à moradia, às leituras do Brasil e do DF, à formação de opinião. Em um dos exercícios, proponho que os alunos leiam o texto “O que é realidade”, de João-Francisco Duarte Júnior²⁶, e indiquem trechos que tenham considerado importantes para sua formação como comunicadores. Os trechos mais citados, e a partir dos quais se desenvolvem debates também sobre *imaginário*, destacam as questões de sua vinculação ao *real*, e da possibilidade de diversas interpretações da realidade:

¹⁹ LAPLANTINE, François e TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003. Coleção Primeiros Passos. p.79.

²⁰ Ibidem, p.77

²¹ *Imaginário* não foi dos primeiros verbetes escolhidos, na Coleção Primeiros Passos. Dos 326 títulos publicados desde 1984 (informação atualizada junto à Editora Brasiliense, em 02.12.2007), “O que é imaginário” é o de número 309, publicado pela primeira vez em 1996 e reimpresso em 2003.

²² MAFFESOLI, Michel. **Entrevista**. Revista Famecos. Porto Alegre. n.º. 15. agosto 2002. p.74-82. p.74.

²³ COSTA, Cléria Botelho da. Imaginário: objeto da História. In **Revista Estudos**, Vol.27, n.º 4, 2000. p.340.

²⁴ BERNARDES, Adriana. **Uma cidade erguida no imaginário**. Brasília. Correio Braziliense. 30.08.2006. Cidades. História. p.30.

²⁵ Parece-me que a condição que venho assumindo, de “narradora do vivido” (expressão utilizada por Juremir Machado: SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003. p.78 e *passim*), sustenta-se no exercício de professora – e gostaria de prosseguir, mais tarde, na discussão desse assunto. Interessa-me especialmente, nesse sentido: SILVA, Marcos A. da. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

²⁶ DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 1ª ed. Coleção Primeiros Passos, n.º115.

[...] toda construção humana, seja na ciência, na arte, na filosofia ou na religião, trabalha com o real, ou tem nele o seu fundamento ou ponto de partida (e de chegada).²⁷

[...] a realidade não é simplesmente construída, mas socialmente edificada.²⁸

[...] na verdade, talvez não devêssemos falar de realidade, e sim de realidades, no plural. O mundo se apresenta com uma nova face cada vez que mudamos a nossa perspectiva sobre ele.²⁹

A partir das discussões sobre *realidade* e das histórias de vida dos alunos, enfatizando a trajetória pessoal e da família, os próprios estudantes se aproximam da noção de *imaginário*, não pelo seu entendimento, mas inicialmente por um estranhamento e pela curiosidade em relação a possíveis significados além daqueles do senso comum. Geralmente esse interesse surge associado à descoberta de que, mesmo em relação ao seu próprio cotidiano e aos seus projetos de vida, podem conviver diferentes interpretações (deles mesmos, da família, dos amigos, dos companheiros de Universidade), e de que, em relação às cidades do Distrito Federal em que moram, também se constroem e veiculam diferentes imagens – pela mídia, nas conversas, nos textos discutidos na própria academia.

“O real se manifesta por meio do imaginário”³⁰, diz a antropóloga Rosza Zoladz quando fala de imagens do imaginário no Rio. Ela prossegue, falando da diversidade como paradigma estético do imaginário brasileiro: “o Imaginário se apropria de aspectos que lhe são conhecidos, para estabelecer uma nova realidade, enraizado no cotidiano, na vida social”³¹.

Lembro de Edgar Morin, quando diz que “deve-se buscar a complexidade lá onde aparece em geral ausente, como, por exemplo, na vida cotidiana”³². E volto à complexidade das expressões simples que estão registradas nas cartas - às questões essenciais porque se referem ao cotidiano, à criação e à ação humana cotidiana³³. Volto, assim, às cartas como expressão do imaginário e *feituças de espaços*³⁴.

Relatos de apreensões e expectativas, além das consultas e dos pedidos, podem ser encontrados em cartas escritas a JK, lembrando a questão da moradia como emblemática dessa recriação da História pelo imaginário, e da construção do imaginário não como “imagem de”³⁵ algo acabado.

²⁷ Ibidem, p.12

²⁸ Ibidem, p.36

²⁹ Ibidem, p.11

³⁰ ZOLADZ, Rosza W. Vel. O imaginário e seus contextos de referências no Brasil. In: _____. **Imaginário e zonas periféricas**: algumas proposições da sociologia da arte. Rio de Janeiro: 7Letras / Faperj, 2005. p.133.

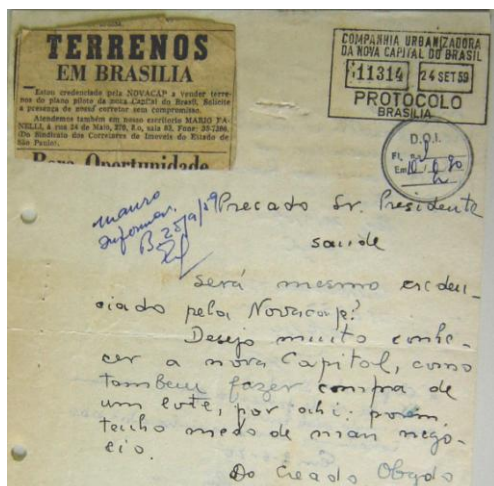
³¹ ZOLADZ, Rosza W. Vel. A diversidade como paradigma estético do imaginário brasileiro. In: _____. **Imaginário e zonas periféricas**: algumas proposições da sociologia da arte. Rio de Janeiro: 7Letras / Faperj, 2005. p. 133.

³² MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005. O paradigma complexo, p.57.

³³ Lembramos de Castoriadis e da recriação da História pelo imaginário. Ver CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Idem. III. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. p.162 e *passim*.

³⁴ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. op.cit., p. 207. Expressão já mencionada anteriormente.

³⁵ CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. op.cit., p.89 e *passim*.



São numerosas as cartas em que se pergunta, ao Presidente, sobre a probidade de imobiliárias e de intermediários que negociam com terrenos ditos como situados na nova capital. São casos nos quais se observa que a expectativa de melhoria de vida na desconhecida e prometida Brasília não avaliza decisões precipitadas, especialmente quando os recursos são poucos e não se têm referências seja do vendedor, seja do imóvel oferecido.

Com a data de setembro de 1959, um preocupado paulista declara ao Presidente JK que deseja conhecer a nova capital e comprar um lote, mas tem medo de fazer “mau negócio”. Anexa à carta um recorte de jornal em que se anunciam “Terrenos em Brasília”, e pergunta: “Será mesmo credenciado pela Novacap?”.

Tomando conhecimento dessa carta e desse recorte antigos, Maria Cilene³⁶, atual moradora de São Sebastião, comenta: “isso em 59? e até hoje continua essa preocupação... tem muito lote irregular, precisa saber direito de quem comprar”. No Correio Braziliense de 16 de março deste ano, a chamada de capa anuncia que “grileiros vendem lote até perto da Ponte JK”, e que chegam a 586 os parcelamentos ilegais na capital da República:

quase duas décadas depois das invasões em série de áreas públicas, quando centenas de condomínios irregulares se formaram na capital federal, grileiros ainda agem na cidade, parcelando terrenos, destruindo o meio ambiente e explorando brasilienses que sonham com a casa própria³⁷.

Em maio de 2007, noticiava-se que “obras às margens de córregos e em dobras de chapada multiplicam-se pelo DF, ameaçando o meio ambiente e a segurança dos habitantes. Governo quer estimular a construção de moradias em áreas já consolidadas”³⁸.

Quatro meses depois, anunciava-se que o governo do Distrito Federal iria contratar empresa para fornecer imagens aéreas dos parcelamentos, o que “permitirá impedir a grilagem em todo o DF”³⁹; em outubro, é criada a Vara de Regularização Fundiária, para tratar dos “conflitos fundiários e disputas judiciais por terras, que se arrastam desde a criação de Brasília

³⁶ Conversa com Maria Cilene dos Santos. Brasília, 26.03.2008.

³⁷ MADER, Helena. **586 pontos de invasão**. Correio Braziliense. 16.03.2008. Cidades, p.27.

³⁸ RODRIGUES, Gisella. **Freio na ocupação irregular do solo**. Correio Braziliense. 15.05.2007. Cidades, p. 24-25.

³⁹ RODRIGUES, Gisella. **Satélite monitora invasões**. Correio Braziliense. 02.09.2007. Cidades, p.33.

[e que] são um dos principais entraves à regularização de condomínios e das ocupações irregulares de baixa renda”⁴⁰.

Nos meses de outubro e novembro⁴¹, é dado destaque à “invasão” de famílias [de catadores de lixo] em “espaços nobres” da cidade. Discutem-se as “ameaças à moradia popular”⁴², mas ganha destaque, na mídia, a questão da “moradia regular para a classe média”⁴³.

Em março de 2008, comemora-se o 37º aniversário da Ceilândia, “cidade que surgiu da erradicação de invasões em outras áreas do DF [e que atualmente] abriga meio milhão de pessoas”⁴⁴. Paralelamente, discute-se a implantação do Setor Noroeste, endereço “destinado à classe média alta”, em meio a questões ambientais e sociais, como a da existência de grupos indígenas na área do parque Burle Marx, a ser incluído no Setor⁴⁵.

O destaque dado agora à questão de terras ocupadas por indígenas, no DF, tornou visível a repercussão, também para esses grupos, das notícias da construção de Brasília no Planalto Central:

O primeiro índio morador do Burle Marx chegou em Brasília há quase 40 anos. Veio de uma aldeia pernambucana, da tribo Fulni-ô. A notícia da terra na capital do Brasil se espalhou e, aos poucos, outros indígenas que buscavam apoio da Funai se instalaram no parque, que nunca saiu do papel. Hoje, 27 pessoas das tribos Fulni-ô, Kariri Xocó, de Alagoas, e Tuxá, da Bahia, habitam a área.⁴⁶

Questões como a da ocupação da terra, o meio ambiente, o emprego, a qualidade de vida, têm destaque especial na mídia⁴⁷ quando, em dezembro de 2007, se comemoraram 20 anos do tombamento de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade⁴⁸. Conversando sobre o assunto, João de Deus, atualmente morador do Riacho Fundo, comentou que quando seu avô chegou à Construtora Rabelo, “na construção civil”, não imaginava que Brasília ia ser “tão famosa no mundo”. E lamenta que o avô não tenha chegado a ver o crescimento da

⁴⁰ MADER, Helena. **Decisões judiciais mais rápidas**. Correio Braziliense. 31.10.2007. Cidades, p.26.

⁴¹ RABELLO, Pablo. **Famílias invadem espaço nobre**. Correio Braziliense. 20.10.2007. Cidades, p.36.

MONTENEGRO, Érica e VELLOSO, Fernanda. **Sobreviventes dos Três Poderes**. Correio Braziliense. 03.11.2007. Cidades, p. 26.

⁴² NUNES, Vicente. **Custo alto ameaça moradia popular**. Correio Braziliense. 30.09.2007. Cidades, p.27.

⁴³ MADER, Helena. **Moradia regular para a classe média**. Correio Braziliense. 19.03.2008. Cidades, p.24.

⁴⁴ TECLÉS, Elisa. **Ceilândia celebra 37º aniversário**. Correio Braziliense. 26.03.2008. Cidades, p.28.

⁴⁵ RODRIGUES, Gisella. **Noroeste sai em abril**. Correio Braziliense. 11.03.2008. Cidades, p.23.

⁴⁶ RODRIGUES, Gisella. **Índios também serão despejados**. Correio Braziliense. 07.04.2008. Cidades. Disponível em http://www2.correioweb.com.br/cbonline/cidades/pri_cid_56.htm?. Acesso em 22.04.2008.

⁴⁷ O Correio Braziliense publicou no Caderno Cidades, durante o mês de dezembro de 2007, a série “Brasília legal”, reunindo reportagens sobre questões como ocupação territorial (urbana e rural), meio ambiente, poluição visual, limpeza urbana, emprego.

⁴⁸ Ver informações no site do Arquivo Público do DF: http://www.arpdf.df.gov.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=57321. Acesso em 22.04.2008.

cidade que construiu – “morou na Vila Amaury, no IAPI, foi *mudando*, mas não teve casa perto de onde ele trabalhou”⁴⁹.

Voltamos às cartas do tempo do início da construção, e às expectativas de quem escrevia, sobre moradia na nova capital.

Associada à dúvida expressa sobre doação e aquisição de lotes, vem a informação de que muitos dos que vieram e dos que escreveram cartas mas não se deslocaram, eram ouvintes de rádio, e participaram de concursos veiculados por estações como a Rádio Mayrink Veiga, a Rádio Mearim, a Rádio Nacional. Nesses concursos radiofônicos, eram contemplados com lotes (a serem pagos e regularizados posteriormente) os ouvintes que acertassem perguntas relativas a Brasília.

Também em 1959, no mês de agosto, uma paulista de Taubaté que se apresenta simplesmente como *Eva* pede para o Presidente verificar “se é verdadeiro esse loteamento que tirei no *concurso*”, e conta que “todos estão dizendo que é uma grande marmelada”:

*dizendo que é uma grande
marmelada nestes loteamentos
Peço este grande favor para o Sr.
porque sou pobre, é com grande
sacrifício que vou a ranjar o dinheiro
para a referida escritura.
Peço um esclarecimento de*

Em situação semelhante está o gaúcho de Porto Alegre que relata pormenores de seu contato com uma imobiliária do Rio de Janeiro e pede “resposta urgente” sobre a veracidade do negócio proposto. Conta que “muita gente estão achando que se trata de uma farsa estes concurso, porque é muito fácilimo, mas o pior é que muita gente pagou uma escritura fria”.

este Rembolso desta Imobiliária, esta a minha desposição, até o dia 18, de outubro Proximo, e depois sera devolvida, para Referida Imobiliária se Realmente existe poderes de V. Excia. pediria Agentilêza de V. Excia. mandar-me resposta Urgente, para que eu possa, arumar, tal Importância, para pagar areferida escritura, ou posse, do Terreno Comtenplado, em Jardim Brasilia Pelo meu garôto, Valdir, José de Lemos, que esta anciôso- para ver se realmente, Existe, muita gente estão achando que se trata, de uma farça, estes concurso, porque é muito fácilimos, mas o pior, é que muita gente pagou uma escritura Fria. eu não, posso, neste Blão, por isso, peço-vos providência, neste sentido.

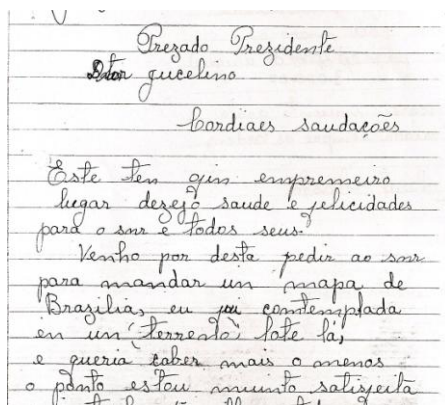
Há cinquenta anos, sabemos agora, também 6 “candidatos” foram contemplados com terrenos em São Pedro dos Ferros, Minas Gerais. Um deles escreve ao Presidente Juscelino, pedindo informações sobre a idoneidade da firma, inclusive porque, “para compensar todo esse afã em prol de uma obra que há de perpetuar na história do Brasil, é justo que se crie em Brasília uma

⁴⁹ Conversa com João de Deus. Águas Claras, dezembro de 2007.

população operosa, sadia e honesta, de modo a não permitir, ali, a infiltração de elementos de índole desonesta e *subversiva*, evitando, desta maneira, a formação de um bloco e uma unidade de corrupção”.

Também em junho, mas de 1959, uma carta feminina de Barcelos, no Estado do Rio, encaminha a JK não só o pedido de informações sobre loteamentos sorteados, mas de duas passagens para conhecer Brasília (“junto a mim irá uma prima, para ser um passeio mais agradável”...). Aproveita a oportunidade para se dispor a participar da próxima campanha política do PSD.

Nesses relatos e pedidos de informação, é comum a recomendação, quase em tom de exigência, de que a resposta seja dada rapidamente: “Dr. Juscelino, sim ou não, peço uma informação clara e com rapidez...”; “Pediria *agentileza* de V.Excia. mandar-me resposta *urgente* [...]”; “peço responder-me sim ou não”; ou “preciso rápido de uma solução e que seja a favor, que estou *precizando*”.



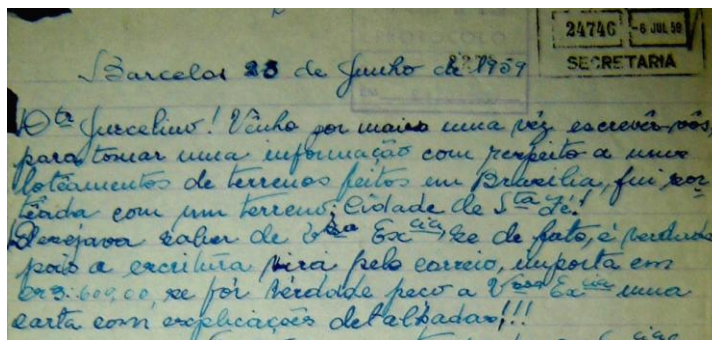
Prezado Presidente
Dr. Juscelino

Bondias saudações

Este tem qm empresário
lugar deseja saude e felicidades
para o snr e todos seus.

Venho por desta pedir ao snr
para mandar um mapa de
Brasilia, eu ja contemplada
em um terreno lote la,
e queria saber mais o menos
o ponto esteu muito satisfeita

11/06/59



Barcelos 23 de Junho de 1959

Dr. Juscelino! Venho por mais uma vez escrever-vos,
para tomar uma informação com respeito a umas
loteamentos de terrenos feitos em Brasília, fui por
lá com um terreno. Cidade de Sta. G.
Desejava saber de V. Excia. se de fato, e pedindo
para a escritura para pelo correio, importa em
R\$ 600,00, se for possível peço a V. Excia. uma
carta com explicações de tal modo!!!

Já a mineira Luíza⁵⁰, também contemplada com um lote em Brasília, em março de 1958 “*empremeiro* lugar” deseja saúde e felicidade para o Presidente e todos os seus, e pede informações não sobre a escritura, mas sobre a localização do terreno.

Para isso, pede ao Presidente Juscelino um mapa, pois “queria saber *mais o menos* o ponto”.

As cartas nos revelam que o chamado feito aos brasileiros, conclamando-os a participar do projeto de construção da nova capital, repercutiu não apenas em termos de destino e ocupação urbana, mas também afirmou imaginários de um Distrito Federal em que havia espaço para atividades rurais e para o homem do campo.

São frequentes as mensagens como aquela de Joventina, que falava sobre a situação de “seu mano” – aquele das mãos como *cascos de tatu*:

⁵⁰ Carta citada anteriormente, em “Marcas do tempo: na História Cultural”.

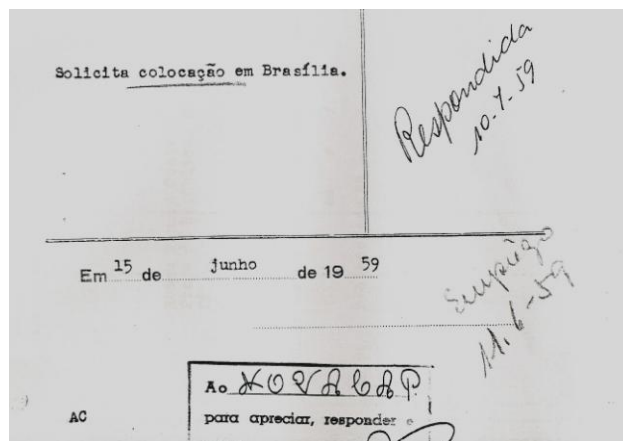
Do quecelino o fim desta é pedir
o senhor me ajudar a comprar em
Brasília um pedacinho de chão para
o meu mano que é lavrador mora a
14 para 15 anos em gaias e nunca
conseguiu um pedaco de chão para
trabalhar soezgado, viveu 7 anos
na colonia agricola e nunca resolveu
para ele 6 alqueires de terra para tra-
balhar ele vota em todos pleito. e um
grande editor da nota para o P.S.D.
mas infelizmente só tem terras as pro-
tejidadas da qui. as mãos do meu mano
são grocas como casco de tatu e onesto

Também de 1958 é a carta do mineiro de Sucupira que escreve ao Presidente coestaduno, pedindo apoio para a compra de uma gleba onde possa “plantar e prosperar tudo aquilo que é de minha vocação”:

Estou informado que nas proximidades
de Capital Brasília V.S. possui grandes glebas
de terrenos pra ser cultivados afim de
beneficio da Cidade. E si assim for peço
V.S. entecer a meu favor, e vender uma
gleba para mim, tenho vontade possuir
um sitio onde eu pudice plantar e
prosperar tudo aquilo que é de minha
vocação, mais sou pobre não posso comprar,
para satisfazer os meus desejos.
Então peço ao smr Presidente pra me

Assim como nessa mensagem, em muitas outras o pedido de lotes urbanos ou glebas trazia explícita a expectativa não só de *morar*, mas de ter um emprego, um trabalho, uma remuneração. Por vezes, esse pedido estava implícito, associado ao direito de construir espaços e ter um endereço. Mas, de uma forma ou de outra, é esse o mais forte apelo à vinda para a nova, “ampla e promissora” terra.

Tem vaga na capital ¹



A condição de ser “trabalhador” foi um dos critérios iniciais na seleção das cartas aqui analisadas: que o remetente de cartas para o Presidente Juscelino, nos anos de início da construção de Brasília, fosse trabalhador². Essa condição foi ampliada para a de *pessoa comum*, mas a referência ao exercício de uma ocupação estava presente nas cartas, aqui e ali – desde a apresentação do remetente até o conteúdo da mensagem, mesmo quando o assunto principal não era o pedido de emprego ou de remuneração.

Naquelas cartas, o tempo dos remetentes é o Presente datado por quem as estava escrevendo. Como tem sido comentado ao longo do *Imaginando*, os remetentes de então registravam seu Presente, vislumbrando um Futuro e buscando possibilidades de viabilizá-lo. Para nós, que os lemos hoje, suas mensagens são *matéria de memória* – nos contam por escrito, hoje, sobre o imaginário construído há cinqüenta anos, e nos fazem pensar na memória como recorte de vida, edição de passados, expressão de imaginário.

Voltamos a Eclea Bosi e seu “Memória e Sociedade”, quando, ao final do livro, fala em “Memória da arte, memória do ofício”. Revendo as histórias contadas naquelas *lembranças de velhos*, a autora observa que “o trabalho manual, mecânico, intelectual, ocupou boa parte da vida de nossos entrevistados”³. Nesse sentido, nas *lembranças* publicadas foram atendidas duas dimensões do trabalho: “sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista”⁴.

Assim, quando encontro uma carta em que são pedidas, ao Presidente, informações sobre a capital em construção, ou moradia, ou passagem para Brasília, fico atenta para a apresentação do remetente em termos de sua localização no espaço (“sou mineiro [...]”, “aqui

¹ Foto: Encaminhamento de ficha de solicitação de emprego, da Novacap. Preenchida no Rio de Janeiro em 11.06.1959.

² Ver capítulos “Venho, nestas mal traçadas linhas – Cartas para JK – Quem assina”, e “Tecendo tramas”.

³ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade** – lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.471

⁴ Idem.

em Aristides Lobo e Bacia de Pedra [...]", "sou natural do Estado de Pernambuco [...]" e, de forma recorrente, de sua inserção social por meio de uma ocupação⁵:

"Venho pedir V.Excia. um lote em Brasília para eu construir uma residência, para trabalhar e educar meus filhos, porque sou operário, mecânico eletricitista e bombeiro [...]"

"Eu estando em Brasília, trabalhando na Ecisa como servente e tendo intenção de residir na mesma, venho mui respeitosamente pedir a S.Excia um pedaço de chão para que eu possa levantar uma barraca para trazer minha família que está no Piauí [...]" ; "[...] o ganho de servente é muito pouco para quem tem família [...]"

"[...] peço ao snr. Presidente pra me ajudar nesse sentido, vender para mim uma gleba onde eu posso trabalhar [...]"

"Dezejo que V.E. encaminhe o mais rápido possível um meio de eu sair de Pernambuco a Brasília. Eu sou eletricitista [...] e *dezejo* ir a Brasília *afim* de conseguir os meus sonhos. Que é: comprar um lote para o meu futuro".⁶

E ali estavam essas apresentações, explicitamente, quando o assunto principal era emprego: solicitar *colocação*, pedir emprego, *arranjar* um serviço, conseguir um trabalho, *uma vaga*, providenciar nomeação ou transferência, mudar de *posto*... E também: melhorar a remuneração, ajustar o *ordenado*, aumentar o salário...

Foram muitas as cartas escritas para o Presidente Juscelino Kubitschek e para a Novacap nos tempos de início da construção de Brasília, quer por *pessoas comuns*, quer por profissionais qualificados ou autoridades mediadoras, tratando dessas questões.

Até a inauguração de Brasília, essa correspondência era encaminhada à Novacap, que funcionava na então capital – o Rio de Janeiro. E, quando eram protocoladas, geralmente recebiam a classificação de "emprego" – ou seja, pedido de emprego. No documento reproduzido na abertura deste *Tem vaga na capital*, a carta vinha da própria capital, e era datada de 11 de junho de 1959. Quatro dias depois, foi encaminhada à Novacap "para apreciar, responder e arquivar". Mas não sabemos a resposta dada àquele "patrício [e] admirador entusiasmado" que escreveu ao Presidente Juscelino pedindo sua "nomeação por intermédio de V.Excia". Esse "humilde concidadão" não esclarece qual era sua profissão, mas enfatiza que pretende tornar-se "um dos bandeirantes da nova capital".

O interesse e a solicitação por nomeações para o serviço público, ou por transferências para Brasília, aparecem de forma direta e, por vezes, intermediadas por autoridades ou

⁵ Grifos nossos, para salientar a referencia feita pelos remetentes, a situações de trabalho. Respectivamente, tratam-se de cartas escritas em 09.12.1958, 14.08.1959, 19.08.1958, 15.12.1959.

⁶ Foi mantida a grafia original. Ver p.58.

conhecidos de autoridades. Frequentemente, são sustentadas pelas referências a apoio político e participação em campanhas eleitorais, seja em nível nacional, seja nos Estados ou municípios.

O motorista de Santa Cruz, também no Rio de Janeiro, que escreve em agosto de 1957 pedindo “um lugar de motorista em Brasília”, refere-se ao “progresso do nosso extremoso Brasil” e à expectativa de “melhor conforto para os meus filhinhos e esposa”, explicando que faz esse pedido “por lealdade” ao país, e não por sido *cabo eleitoral* do Presidente:

já afirmei a V. Excia.

Em face do exposto, lembrei-me de dirigir-me a Vossa respeitável pessoa, pedindo-vos um lugar de motorista em Brasília, pois estou certo que ali, com o carinho que deve ser dispensado por todos os brasileiros que amam o progresso do nosso extremoso Brasil, terei oportunidade de empregar todos os meus esforços para que o desejo de V. Excia. seja realizado o mais depressa possível e bem assim, tenho confiança absoluta, poderei de tal forma oferecer um melhor conforto para os meus filhinhos e esposa.

Presentemente vivo na residência dos meus pais, já mencionada, e espero que V. Excia. com o vosso coração magnânimo, compreenda que não é pelo simples fato de ter sido vosso cabo eleitoral que vos importuno com tal pedido, pois tendo assim procedido servi apenas com sinceridade e lealdade ao meu querido Brasil,

A filiação do vice-presidente João Goulart ao PTB parece estimular a que a ele sejam encaminhados pedidos referentes a trabalho – e, também, declarações de apoio político. É o caso do “brasileiro, casado, [residente no Rio de Janeiro]” que pede intercessão de Jango para conseguir *um lugar de contínuo* em Brasília, e lhe diz, “sem que isto queira influir na decisão de V.Sa., que sou e sempre fui *simpatizante* de sua pessoa e em todas as eleições o meu voto e o de minha senhora são de V.Sa.”.

O ingresso no serviço público não é associado necessariamente a concursos ou seleções, mas sim a indicações. São recorrentes as manifestações de interesse nesse sentido, como a “pioneira de Brasília” que, em julho de 1959, conta ao Presidente que está desempregada e gostaria de ser funcionária pública. Diz-lhe que teve informações sobre vagas no Correio do Núcleo Bandeirante, mas só poderia ser admitida com “a ordem de V.Ex.”:

funcionária de Brasília e tendo muita vontade de ser uma funcionária pública, sirva-me V. Ex. para, que por meio desta possa trabalhar para me manter e, espero que V. Ex. faça isso para mim como uma caridade. De minha relação à minha capacidade, tenho o curso primário e o de datilografia e já tenho trabalhado em escritórios e reuniões.

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
SERVIÇO DO PESSOAL
PEDIDO DE EMPREGO

Queria o Sr. Candidato escrever no espaço abaixo, deixando para este fim, uma carta solicitando um emprego, na qual deverá se referir ao serviço que se julgar mais apto para desempenhar.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1959

Para Sr. Presidente da Novacap.

Venho por meio desta, muito respeitosamente, solicitar de Vossa Senhoria, uma vaga no quadro de motoristas de táxi desta brilhante organização que por ser muito despendida e dispendida, sou obrigado a dois anos com carteira profissional expedida pelo Serviço de Trânsito de Brasília Federal, mas a mais de cinco anos, que dirija auto-motores e sei que tenho aptidão para ser remunerado por qualquer tipo de auto-motor.

Acerto de que Vossa Senhoria fará ao meu o máximo que estiver ao seu alcance, e sabendo poder contar com um futuro brilhante nesta organização, subscrevo-me de modo a seguir a última página, para o conteúdo desta carta.

De 100 unidades utilizadas última página, para o conteúdo desta carta.

INFORMAÇÕES DO CANDIDATO A EMPREGO NA
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Nº DE INSCRIÇÃO GERAL _____

Nº DE CLASSIFICAÇÃO _____

CLASSIFICAÇÃO _____

A Novacap, por ser a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, era associada à possibilidade de emprego em Brasília e, por isso, procurada por quem pretendia fixar-se e trabalhar na cidade em construção. Na sede da Companhia, no Rio, o “candidato a emprego” podia preencher uma ficha, informando seus

dados pessoais e profissionais, e, no verso, formulando seu pedido em forma de carta. O Arquivo Público do DF tem várias dessas fichas em seu acervo – como a deste motorista⁷ que pretende ser aceito no quadro da Novacap.

Certamente, as obras de construção demandavam transporte e deslocamento de pessoas e de material e, a partir de relatos feitos nas cartas, observa-se que a Novacap efetivamente contratou motoristas.

No dia 1º de maio de 1959, a “magna data dos trabalhadores” é escolhida para que 137 motoristas do Departamento de Transportes e Comunicações da Novacap se dirigissem ao Presidente Juscelino, destacando que “na maioria [são] pioneiros a mais de dois anos e apelando “para que mande a quem de direito fazer um justo reajustamento dos seus salários, exigidos pela própria evolução das cousas e pelo crescente aumento da carestia da vida”:

Brasília, 1º de Maio de 1959

Exmo. Sr.
DR. JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA
M.D. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

N E S T A

Senhor Presidente:

Ao ensejo da magna data do trabalhador, quando todos nos reunimos, em unisonância de pensamento e de voz, chefiados pelo Primeiro Magistrado do País, tomamos a liberdade de expressar, com as forças de nossos sentimentos...

17824 19 MAI 59
SECRETARIA

19.6.59

⁷ Carta de candidato a emprego na Novacap. Verso da ficha de informações preenchida para pedido de admissão na Companhia. Preenchida no Rio, em 18 de novembro de 1959. Arquivo Público do DF.

Relacionam salários e preços de mercadorias, apontando que, do início das obras em 1956 até aquela data, “o custo de vida tem subido assustadoramente”. Comparam o teto salarial do motorista (Cr\$25,00 por hora), vigente desde 1956, aos preços correntes em 1959:

carne: Cr\$60,00 kg
 arroz: Cr\$30,00 kg
 feijão: Cr\$30,00 kg
 leite: Cr\$13,00
 banha: Cr\$100,00

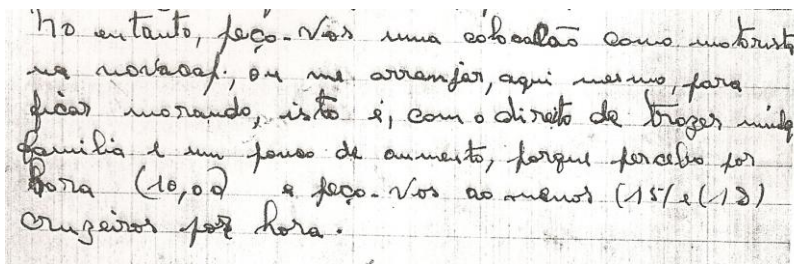
Considerando-se como referência o feijão – referido como básico na alimentação da família trabalhadora brasileira, observa-se que, para comprar 1 kg, o motorista da Novacap precisaria empregar o ganho de mais de uma hora de seu trabalho. Supondo-se que, àquela época, esse profissional trabalhasse 40 horas por semana, durante um mês de 4 semanas receberia o equivalente a 63% do salário mínimo de então⁸. A partir dessa “ligeira análise do custo de vida corrente”, reforçam que está havendo déficit “nos orçamentos mensais de uma família média de motorista”. Lembram que, embora sejam procedentes de vários lugares do país, “aqui estamos irmanados para cumprir as ordens dos superiores”. Mas alertam para que “esta irmandade poderá definhar-se pela angústia gerada nas dificuldades de vida, nos tropeços para o conforto relativo de nossos filhos e de nossas esposas”.

Mas a *colocação* de motorista é uma aspiração de muitos dos que pretendiam se fixar na nova capital, e de quem já estava na cidade e pretendia mudar de *status*. Em setembro de 1957, um “motorista bem documentado”, residente em terras goianas de Saia Velha, explica que, apesar disso, está trabalhando em serviço braçal, e pretende ser empregado, de preferência, como motorista na Novacap. Explica que está recebendo Cr\$10,00 por hora (o que equivaleria, para um mês, à metade do salário mínimo então vigente), e pede ao Presidente da República que seu salário seja aumentado ao menos para Cr\$15,00 ou Cr\$18,00 por hora (o que seria equivalente, respectivamente, a 63% e a 75% do salário mínimo).

⁸ Salário Mínimo Brasileiro (1956 – 1960)

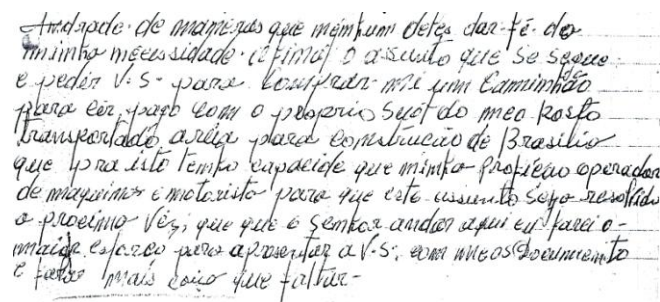
VIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL	VALOR
01/08/56	D 39.604/56	Cr\$3.800,00
01/01/59	D 45.106-A/58	Cr\$6.000,00
18/10/60	D 49.119-A/60	Cr\$9.600,00

Diz ele ao Presidente:



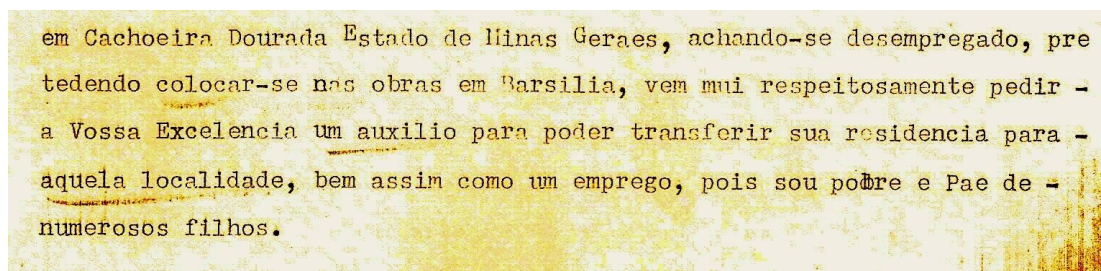
No entanto, faço-vos uma proposta como motorista na obra aqui, ou me arranjar, aqui mesmo, para ficar morando, isto é, com o direito de trazer minha família e um pouco de aumento, porque porcelos por hora (10,00) e faço-vos ao menos (15/2 (12) cruzeiros por hora.

Também abaixo do salário mínimo estava, em março de 1960, a remuneração recebida pelo motorista e operador de máquinas (“operador de *par mecânica*”), que escreve a JK pedindo que lhe seja comprado um caminhão (a ser pago “com o próprio suor do meu rosto”), para transportar areia para a construção civil, pois o custo de vida em Brasília está muito alto e “o salário não dar”:



Ando de máquinas que ninguém detra da fé de minha necessidade e firmo o assunto que se segue e peço v.s. para comprar-me um caminhão para ser pago com o próprio suor do meu rosto transportando areia para construção de Brasília que para isto preciso que minha profissão operador de máquinas e motorista para que este assunto seja resolvido o primeiro mês, que por o semora ando aqui eu faço a minha espera para apresentar a v.s. com meus documentos e fazer mais coisa que falta.

As cartas dizem que, para muitas das *peessoas comuns* que as escreviam, importava mais vir tentar a vida em Brasília, do que o tipo de atividade a desenvolver⁹. É a situação exposta pelo paulista que se apresenta a JK, em outubro de 1957, como motorista profissional e marceneiro, mas que pede sua colocação “em alguma vaga em Brasília”. Ou do pernambucano, então residente no Estado do Rio, que em setembro de 1959, *comunica* ao Presidente que no momento está desempregado, mas é pintor profissional, trabalha um pouco como carpinteiro e pedreiro, mas pode se adaptar “a outro serviço qualquer” na nova capital. E do mineiro que escreve ao Presidente, em janeiro de 1959, explicando que está desempregado e que lhe pede auxílio para se mudar para Brasília, e “um emprego”:



em Cachoeira Dourada Estado de Minas Geraes, achando-se desempregado, pretendo colocar-se nas obras em Bارسilia, venho mui respeitosamente pedir - a Vossa Excelencia um auxilio para poder transferir sua residencia para - aquela localidade, bem assim como um emprego, pois sou pobre e Pae de - numerosos filhos.

⁹ Ver exemplos no capítulo “Cartas para JK” – “Quem assina: trabalhadores, *peessoas comuns*”.

E havia aqueles que já tinham emprego e pretendiam reajustar-se, tanto em salários dentro da ocupação que desempenhavam, quanto pela realocação ou, quando se tratava de serviço público, de *ascensão funcional* ou *mudança de nível*. É o caso de funcionários da Novacap que aspiravam deixar de ser horistas e serem enquadrados como mensalistas – o que lhes parecia garantir mais estabilidade e melhor remuneração. Em dezembro de 1959, um funcionário do Departamento de Viação e Obras da Novacap escreve ao Presidente da República pedindo sua nomeação para o quadro de mensalistas da Companhia, “um lugar modesto”, e afirma que jamais deixará de cumprir seu dever:

que sou admirador incondicional, humilde que jamais deixarei de cumprir o meu dever neste Departamento. Sei que há dificuldades enumeras para a obtenção de qualquer pedido, Eu porém, espero graças proteção que me despendar, que as dificuldades se aflinarão e verei realizado o que tanto almejo. O que peso e um lugar modesto. Aguardando Todo Coração Generoso de V. Excia. Ateijando os meus Agradecimento Subscrito-me de V. Excia. Alto e Grato

Lendo essas expectativas de cinquenta anos atrás, venho ao nosso Presente em busca de indicações sobre a atual situação no Distrito Federal, e encontro, em abril de 2008, a notícia de que, segundo o IBGE, a taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país¹⁰ diminuiu, no último mês de março, alcançando o menor patamar para o mês, desde 2002¹¹. Discute-se a criação da Região Metropolitana de Brasília, mas por enquanto o DF não entra nessa estatística.

Também em abril, encontro comentários sobre o reajuste recente do salário mínimo, que em 1º de março passou para R\$415,00 e “movimenta a economia do país e do Distrito Federal”¹².

Na mesma página do Correio Braziliense, lê-se que o desemprego nos Estados Unidos está aumentando, confirmando a recessão¹³. Volto para setembro de 2007, quando a notícia é que o desemprego no DF subiu para 18%, em agosto daquele ano – “reflexo de um ajuste comum nessa época do ano no mercado de trabalho”¹⁴. Os setores de construção civil e da indústria de transformação tinham aberto vagas, os de comércio e de administração pública se

¹⁰ Das 17 Regiões Metropolitanas atualmente existentes, as 6 consideradas principais são Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre.

¹¹ TOKARSKI, Marcelo. **Desemprego fica menor em março**. Correio Braziliense. 25.04.2008. Economia, p.15.

¹² NAVARRO, Luciana. **O poder do mínimo**. Correio Braziliense. 05.04.2008. Economia, p.20.

¹³ Correio Braziliense. **Aumenta desemprego nos EUA**. 05.04.2008. Economia, p.20.

¹⁴ PIRES, Luciano. **Desemprego no DF sobre para 18%**. Correio Braziliense. 27.09.2007. Economia, p.23.

apresentavam estáveis, mas no setor de serviços tinha havido cortes. Ainda em setembro, divulgam-se dados da PNAD 2006¹⁵, em que o DF se coloca entre as três unidades da Federação com melhor qualidade de vida. No entanto, enquanto “o acesso a bens e serviços leva Brasília ao topo”, a pesquisa indica que “o mercado de trabalho destoa”¹⁶.

A marca administrativa de Brasília se confirma – a cidade se consolida como capital federal. Um dos fortes apelos e caminhos para um emprego “estável” continua a ser a dos serviços públicos – que, em janeiro de 2008, ofereciam “15.779 chances”¹⁷, por editais: “6.933 vagas”, “15.779 postos firmes, incluindo os concursos autorizados”¹⁸.

Há indicadores que me fazem retornar ao imaginário sobre a cidade em construção, confrontando *o que se imaginava* encontrar aqui, e a trajetória da vida na capital ao longo desses quase cinquenta anos. Vemos informações de que Brasília “tem o pior índice de concentração de renda do país”¹⁹ e, embora o salário médio de um trabalhador do Distrito Federal seja quase o dobro do de brasileiros que moram em outras unidades da Federação, “a informalidade na capital não foge aos padrões brasileiros”²⁰. Em outubro de 2007, a matéria de capa do Correio Braziliense trata da distância social “dos sem-emprego aos supersalários”²¹. No mês seguinte, são divulgados dados sobre a desigualdade entre “o Plano Piloto e as cidades do DF”²², e comenta-se que “jovens moradores das asas Norte e Sul ganham, em média, 63% mais do que os que vivem na periferia”²³. Informações sobre o serviço público nos fazem lembrar a condição de sede de governo, de Brasília, e as repercussões disso no mercado de trabalho: em novembro de 2007, observa-se que “ano eleitoral”²⁴ afetou vagas públicas e das empresas prestadoras de serviço”²⁵.

E a crônica diária de Conceição Freitas traz, em 25 de abril de 2008, uma história de um país que um dia teve sua capital mudada para o interior. Conceição fala de Brasília e vai contando que, “quando o povo desse país percebeu o que estava acontecendo, correu em grandes levadas para o tal lugar da tal nova cidade. Queriam trabalho.”²⁶.

¹⁵ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. IBGE.

¹⁶ FLORES, Mariana e TOKARSKI, Marcelo. **Trabalhador do DF ganha mais**. Correio Braziliense. 16.09.2007. Economia. Retrato do Brasil. p.30-31.

¹⁷ Correio Braziliense. **15.779 chances de começar o ano no Serviço Público**. 02.01.2008. Capa.

¹⁸ NOBRE, Letícia. **6.933 oportunidades**. Correio Braziliense. 02.01.2008. Trabalho, p.9.

¹⁹ FLORES, Mariana e TOKARSKI, Marcelo. **Trabalhador do DF ganha mais**. Op.cit. Entrevista com Antônio Ibarra, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos / Dieese.

²⁰ FLORES, Mariana e TOKARSKI, Marcelo. **Trabalhador do DF ganha mais**. Op.cit.

²¹ Correio Braziliense. 03.10.2007. **Dos sem-emprego aos supersalários**. Capa.

²² FLORES, Mariana. **Desigualdade capital**. Correio Braziliense. 19.11.2007. Economia, p.10.

²³ Idem.

²⁴ Em 2006 houve eleições gerais no Brasil. Foi eleito Luís Inácio Lula da Silva, para Presidente.

²⁵ SIMÃO, Edna. **Brasília no fim da linha**. Correio Braziliense. 24.11.2007. Trabalho, p.14.

²⁶ FREITAS, Conceição. **Usada e abusada**. Correio Braziliense. 25.04.2008. Crônica da Cidade. p.28.

Queriam trabalho, queriam espaço e melhores condições de vida. Voltamos às notícias que as cartas traziam sobre o que se esperava encontrar na nova capital.

Além de pedidos relativos a emprego e renda, encontram-se cartas solicitando apoio governamental (ou pessoal, do Presidente e de sua esposa) para a implantação de pequenos empreendimentos e para a contratação de serviços. São variadas as razões apresentadas para a decisão de desenvolver atividades e *negócios* na capital em construção.

A construção da Barragem de Jurumirim²⁷ levou um paulista de Avaré a se dirigir ao Presidente Juscelino, em outubro de 1957, pleiteando instalar em Brasília uma olaria completa, pois teria que desativar a sua, após a “invasão das águas”, que vão atingir o município de Itaí, onde estava instalada sua Cerâmica:

conhecendo perfeitamente essa atividade, e no desejo de instalar-me em Brasília, com o mesmo ramo de negócio, solicito a V.Excia, a fineza de informar-me sobre essa possibilidade, sendo minha intenção instalar uma Cerâmica completa, para produzir telhas e tijolos em grande escala, isso naturalmente dependendo de um auxílio e de interesse de V.Excia. para tal. Atualmente sou proprietário de uma bem montada Olaria, na Margem do Rio Paranapanema, no Município de Itaí, no Estado de S. Paulo, de cujo valor serei indenizado, posto que o mesmo será invadido pelas Águas da Represa Juru-Mirim, em fase de conclusão. Nestas condições, e de conformidade com a resposta que V.Excia. se dignar dar-me, irei até Brasília, para conhecer a existência de matéria-prima, e bem como escolher terrenos para isso, e estudar as bases de aquisição. Solicite igualmente que V.Excia. me apresente ao Dr. Urbanista, para assim facilitar a minha tarefa. Certo de ser atendido, antecipando meus votos de prosperidade e bem-estar para a cidade que me dá honra e prazer.

Esse empresário busca informações prévias e pretende, “de conformidade com a resposta de V.Excia.”, dirigir-se a Brasília (“cidade planejada”) e, inclusive, conversar sobre o assunto com o “Dr. Urbanista”.

As notícias sobre o andamento das obras na nova capital parecem ter estimulado projetos de pequenos empresários ligados a material de construção, que se dirigiam ao Presidente em busca de informações e de apoio à sua instalação em Brasília. Em fevereiro de 1958, escreve a JK um pernambucano de Goiana, técnico de fabricação de tijolos e telhas, propondo-se a ir para Brasília e lhe perguntando se “aceita ou necessita deste trabalho”. Explicando que, com ele, trabalham 250 operários, informa que suas *exigências* são um “local para extrair o barro” e passagens. O técnico destaca que a instalação do *negócio*, além de ser “uma maneira de ajudar a construção de Brasília”, seria uma oportunidade para o Presidente afirmar “seu alto espírito democrático”, porque também estaria ajudando a combater “a enorme crise em que se debate o Município de Goiana”:

²⁷ A Represa de Jurumirim localiza-se no Rio Paranapanema, em São Paulo. O início das obras da Barragem foi em 1956. Avaré, onde residia o oleiro que escreveu a JK, e Itaí, onde se localizava sua Olaria, foram cidades atingidas pela Represa. Informações disponíveis em <http://www.citybrazil.com.br/sp/avare/turismo.htm>. Acesso em 23.04.2008.

É esta uma maneira de V. Excia., ajudar a enorme crise em que se debate o Município de Goiana, Pernambuco, com a fábrica parada e os operários passando necessidade e ao mesmo tempo uma maneira de ajudar a construção da futura capital da República.

A construção da vida social em Brasília é também vislumbrada como possibilidade de mercado de trabalho, como pode se observar na proposta feita por uma *hespanhola* residente no Rio de Janeiro, onde é Diretora Social da Associação Brasileira dos Profissionais dos Institutos de Beleza. Em junho de 1959, argumenta que, entre os que se dirigem a Brasília, “figuram senhoras e senhoritas, sem contar as que lá já fixaram residência”, que, “segundo consta, encontram dificuldades em se embelezarem nas ocasiões oportunas [...]”. Solicita, então, uma audiência com o Presidente, para tratar da possibilidade de montar um Salão de Beleza na capital:

Era meu desejo, como ainda o é, visitar Brasília; antes porém, de concretizar minha visita, tão impressionada fiquei com o que tenho lido e ouvido que resolvi, no "Setor de Beleza e Elegância", já que é minha atividade exclusiva, dirigir-me a V. Excia. no sentido de indagar das possibilidades de montar um Salão de Beleza em Brasília, o mais breve possível. Segundo opiniões e a meu vêr, o local mais apropriado seria no próprio Pálace-Hotel.

A propaganda em torno da nova capital, e o interesse manifesto e realizado do Presidente JK em tornar Brasília – e seu governo - *visíveis* ao país e ao mundo, fundamenta propostas de serviços profissionais para coberturas fotográficas e cinematográficas, publicação de artigos e livros, campanhas publicitárias²⁸, bem como para o desenvolvimento de atividades continuadas na área das comunicações e dos serviços eletrônicos.

Em setembro de 1959, um rádio-técnico de Salvador, “de instrução primária”, “mas” com conhecimentos de Inglês e Espanhol, informa que é especializado em “montagens, reformas e consertos, rádios, amplificadores, hifi, radiolas, estereofônica, transistores, cine-sonoro, gravadores e congêneres”. Escreve a Sara Kubitscheck relatando que está fazendo “um curso avançado de televisão por correspondência em uma escola de Hollywood”, e que gostaria de aplicar seus conhecimentos trabalhando “em uma organização que seja do setor eletrônico ou cinematográfico”, “se possível”:

²⁸ Ver “Prezado Presidente – a sagração do governante”.

Desejo salientar que minha instrução é primária, porém conheço um pouco de inglês e espanhol. Como também estou fazendo um curso avançado de televisão por correspondência em uma escola de Hollywood. Razão pela qual, sem querer escother, agradeceria um emprego em uma organização que seja do setor eletrônico ou cinematográfico, se possível.

A consolidação da capital a torna foco de interesse, também, para propostas de montagens de espetáculos, gravação de discos e realização de *shows*.

Em agosto de 1959, a dupla caipira Quinzinho e Zequinha²⁹ escreve ao Presidente da Novacap detalhando as condições da apresentação anteriormente acertada “com o Dr. Vitor Nunes Leal” – não como cientista político, mas então na qualidade de Chefe do Gabinete Civil de Juscelino. Destacando conhecer o futuro Distrito Federal como “obra grandiosa de nosso particular amigo o Presidente Juscelino”, pretendem “ter a oportunidade de uma exibição artística de acordo com a verba destinada pela Novacap para os empreendimentos dessa natureza”:

Certos de que seremos prontamente atendidos, só nos resta afinar os violões, resguardar a voz e esperar o momento de nossa tão desejada viagem.

O chamado para a nova cidade repercutia: vinham migrantes para a construção, vinham cartas em que se expressava o que dela se imaginava – como espaço de trabalho, sobrevivência e visibilidade.

²⁹ A dupla se apresentava semanalmente na Rádio Nacional e participou de filmes brasileiros como “Garota Enxuta”, em 1959 (dirigido por J.B.Tanko) e, mais tarde, “Ali Babá e os quarenta ladrões”, em 1971 (direção de Vitor Lima).



**Brasília: construindo um Presente,
há 50 anos¹**

“Naquele 21 de abril, como em muitos outros dias que o antecederam, moradores da Vila Amaury repetiram o percurso que os levava de casa às águas do Lago Paranoá. Àquela altura, 14 das 23 ruas da vila já tinham sido engolidas pelo lago e dali a dois meses toda a Vila Amaury estaria submersa (...) A Vila Amaury não estava feliz naquele 21 de abril de 1960.”

Conceição Freitas, 2004².

O Censo Experimental de Brasília indicava que, já em 1957, mais de 12 mil pessoas residiam no então futuro Distrito Federal³. Em 1959, esse número quintuplicara, alcançando mais de 60 mil moradores. Esse processo de fixação de novos moradores pode ser vislumbrado também quando observamos que quase 15% das cartas escritas para o presidente Juscelino Kubitschek e para a diretoria da Novacap entre 1956 e 1960, e atualmente arquivadas no acervo “Correspondência”, do Fundo Novacap, tinham como origem o novo DF⁴.

¹ Foto 1: Vista da Vila Amaury. 1959. Paulo Manhães.

Foto 2 – Passeio pelo Lago, quando as águas já tinham encoberto totalmente a Vila Amaury. Candidatas do Concurso “Broto do Ano”. 1961. Foto de Paulo Manhães, tirada do mesmo ponto da foto 1.

² FREITAS, Conceição. *Notas de uma inauguração inesquecível*. Correio Braziliense, 10.04.2004. p.24.

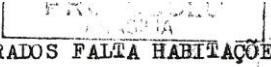
³ COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. *Censo Experimental de Brasília. População. Habitação*. 1959. Quadro Crescimento Demográfico VII/1957 – V/1959. p.4.

⁴ Ver Tabela I.

Nessas cartas, expressam-se ainda o imaginário sobre Brasília e as marcas das expectativas de melhoria de vida. Mas, em contraste com as mensagens escritas por quem estava longe, nelas já se registram as impressões e as reivindicações dos que para aqui efetivamente se deslocaram e que vivenciavam os desafios da capital em construção.

Assim como muitas das demais, as cartas originárias do próprio futuro DF falavam das condições imediatas de vida – emprego, salário, moradia. Se, nas primeiras, mesclavam-se o Presente vivido em algum lugar, e o Futuro imaginado em Brasília, nestas se confrontam – e por vezes se fundem – o Presente agora vivido naquele lugar do Futuro imaginado.

É o caso do telegrama encaminhado ao Presidente Juscelino em 16 de fevereiro de 1958. Era endereçado ao Palácio do Catete⁵, por representantes do Sindicato da Construção e Mobiliário de Brasília:


 TRABALHADORES BRASÍLIA DESESPERADOS FALTA HABITAÇÕES
 ACOMODAREM SUAS FAMILIAS VEEM RECURSO EXTREMO APELAR VOSSÊNCIA PARA
 SUSTAR ORDENS DESPEJO EMANADAS POLICIA LOCAL AO MESMO TEMPO PEDEM SE-
 JAM LOCALIZADAS CIDADES SATELITES P'A SAUDAÇÕES

Consultado, o General Chefe de Polícia informa ao Presidente da Novacap que “se trata de uma ‘favela’⁶ construída indevidamente em terreno contíguo ao Hospital ‘Juscelino Kubitschek de Oliveira’, pertencente ao I.A.P.I., cujos habitantes tiveram ordem para se mudarem para local previamente escolhido, em Taguatinga.”

Em outubro de 1959, um então recente funcionário da Novacap escreve ao “Chefe das Relações Públicas” da Companhia, explicando que havia chegado a Brasília no mês anterior e adquirido um lote no Núcleo Bandeirante, mas que logo depois da compra havia sido “cientificado pela Prefeitura local que o mesmo achava-se em local de invasão e que iria ser desmontado nos princípios de novembro”. Solicita, então, a designação de um local para onde possa transferir seu barraco, e ressalta que “para aqui vim, do Rio de Janeiro, com o intuito de contribuir e colaborar, e não destruir a ordem e o Progresso”:

⁵ O Catete era o Palácio do Governo no Rio de Janeiro, capital até 1960.

⁶ A expressão utilizada pelos moradores era Vila. “Invasão”, ou “favela” eram expressões geralmente usadas pelos órgãos governamentais e de fiscalização. “Favela”, que, segundo o Dicionário Aurélio, designa “conjunto de habitações toscamente construídas” (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Curitiba: Positivo Livros, 2004), era denominação corrente no Rio de Janeiro.

Outros funcionários da Novacap encaminham abaixo-assinado ao Presidente Juscelino, em maio de 1958, solicitando isenção ou redução das mensalidades do Ginásio Brasília, onde cursam o Primário noturno. Esses trabalhadores não informam suas respectivas idades, mas sua reivindicação traz indicações que, em alguns casos, migraram para a nova capital não apenas trabalhadores em idade “produtiva”, mas também seus familiares. Explicam eles que “todos percebem o salário mínimo e muitos arcando com a responsabilidade do sustento de seus progenitores, já em idade avançada e, por esse motivo, impossibilitados de trabalhar”. Além dessa informação, o abaixo-assinado traz indicações de que, naqueles tempos de início da construção, a educação não era gratuita para todos – pelo menos naquele Ginásio, eram cobradas mensalidades.

No dia 13 de maio de 1959 (“Dia da Libertação”), além daqueles motoristas da Novacap, já citados⁷, um grupo de mais de cem moradores do Núcleo Bandeirante (mas que se identificam como de “Brasília – Capital do IIIº Milênio) escreve ao Presidente Juscelino solicitando “não a eternidade do Núcleo; mas apenas enquanto ele durar, e somente nesse tempo um tratamento mais humano”. Designam-se como “essa população que aqui veio lutar pela vida mas poderia ter escolhido outra região se não fosse o entusiasmo, a fé, a esperança, o patriotismo – virtudes do sertanejo brasileiro”.

E pedem providências, entre as quais consta um assunto recorrente, à época: o Matadouro que funcionava na área da Cidade Livre. São várias as referências, quer favoráveis à sua retirada, quer à sua manutenção. Nesse abaixo assinado, o assunto é associado à imagem da nova capital: “Uma epidemia no Núcleo Bandeirante, matando certo número de pessoas, sobretudo crianças, além do impacto emocional tão próprio do temperamento brasileiro, forneceria precioso trunfo aos inimigos de BRASÍLIA que, até no Congresso, querem protelara a mudança”. A questão do Matadouro é mencionada entre outras providências “saneadoras”:

⁷ Ver p.234.

1ª) - Irrigação. É preferível a lama;
 2ª) - Não rêda de esgôto mas pelo menos escoamen-
 to melhor pelas extremidades do Núcleo.
 3ª) - O matadouro está dando um impactual choque
 nos turistas, pôis todos visitam o núcleo e
 a maior parte dêles se hospeda no núcleo, e
 a população sofre suplicio indescutível.

-Mas o matadouro é necessário, indispensável, pôis for-
 nece carne a cerca de 90.000 brasilienses...
 -Não poderia a NOVACAP deslocá-lo? -

A opção por encaminhar abaixo-assinados parece indicar o interesse, por parte dos trabalhadores de determinado setor, ou de moradores de determinada área, em caracterizar como coletivo o protesto ou a reivindicação. Não são, agora, mensagens individuais em que eram pedidas informações ou soluções de uma possível vida futura, mas sim exigências identificadas a partir da fixação na cidade em construção. Já são percebidas, mesmo antes da inauguração, “contradições de uma cidade nova”⁸ documentadas por Joaquim Pedro de Andrade em 1967.

Em abril de 1958, um grupo de “mineiros [que] queremos ajudar Brasília” se dirige a JK, contando que “somos pobres todos nós e botamos umas barraquinhas em frente ao Mercado Diamantina em Brasília e o dono deste achou por bem nos expulsar”. Já que o “Prefeito local” confirmou que eles deveriam desocupar o local, decidem buscar apoio junto ao Presidente da República, “pelo amor que o Sr. tem a Brasília e nós também”.

Se, nas cartas escritas de longe, o Presidente era imaginado como instância máxima e por isso “salvadora”, agora, de perto, é procurado por ser visto, além de instância máxima, como a mais próxima e comprometida com o projeto de Brasília. Como dizia Liberato Osvaldo das Neves, o *carpinteiro 904* da Novacap, “Juscelino era o Presidente do Brasil e de Brasília, porque aqui era a capital nova e casa nova nossa e do Presidente”⁹.

A instabilidade da moradia e de local de trabalho, o misto de expectativa de apoio e de receio da remoção, eram questões constantes no cotidiano dos trabalhadores. Assim, por estarem ligados à construção da capital, suas reivindicações e pedidos de providências são

⁸ Documentário “Brasília, Contradições de uma Cidade Nova”. Diretor: Joaquim Pedro de Andrade (1967).

⁹ Conversa com Liberato Osvaldo das Neves, pipoqueiro da Universidade Católica de Brasília. Águas Claras, 17.04.2008.

também dirigidos à Novacap, em busca de providências entendidas como de responsabilidade da administração local.

Nesse sentido, entre 1956 e 1957 (não há registro preciso de data), um grupo de operários da Cerâmica, Serraria e Carpintaria do Departamento Industrial [da Novacap] encaminha abaixo-assinado a Israel Pinheiro, solicitando que seja autorizada “a continuidade do funcionamento de uma quitanda situada nas proximidades destas seções”. Justificam o pedido não só porque “esse estabelecimento vem servindo, além dos operários abaixo-assinados, outros que trabalham nas imediações, pois sua situação privilegiada *facilita-os* em seus lanches cotidianos”, mas considerando a “situação financeira precária” da proprietária da quitanda, que “não dispõe de outros meios de manutenção”.

Foi também o caso do oleiro que trabalhava na “margem direita do Rio Torto” e, em dezembro de 1959, manifestou ao Presidente da Novacap sua apreensão quanto à formação do Lago: requer, então, que “lhe seja concedida licença para funcionamento de sua olaria num outro local, em vista de o local atual estar sendo inundado pela barragem do Paranoá (...)”.

A questão da criação de um lago artificial para abastecer e viabilizar Brasília em termos de recursos hídricos está presente desde as discussões técnicas sobre a construção da capital, até o imaginário sobre a nova cidade às margens de um lago, e “a terra prometida, vertendo leite e mel”, anunciada no *sonho de Dom Bosco*¹⁰. Da mesma forma, está presente no cotidiano de quem chegou no início da construção. O Lago precedeu a inauguração de Brasília e acompanhou os *candangos* como oportunidade de trabalho, como construção civil, paisagem futura, e também como *concorrente* na ocupação de espaços: como contava Zaqueu, personagem de *Narradores de Javé*¹¹, “um dia, *elas* chegaram – as águas”.

Assim como na fictícia Javé, as águas vieram, mas a memória dos antigos moradores de Brasília não submergiu. Ao longo do tempo, as histórias contadas por eles nos revelam faces por vezes ignoradas nas diferentes versões da história da cidade. As cartas, também. É o caso da Vila Amaury¹², atualmente submersa nas águas do Lago Paranoá.

Na Vila Amaury moravam operários que trabalhavam em obras da construção civil da nova capital, como a Barragem do Paranoá. A maioria deles vinha do Nordeste do país, sem trabalho contratado nem perspectivas definidas de moradia naquele imenso canteiro de obras

¹⁰ Entre os elementos que vão compondo o imaginário sobre o Lago, tem destaque o relato feito em 1883 pelo sacerdote italiano Dom Bosco, mais tarde canonizado como São Dom Bosco (padroeiro de Brasília), sobre o sonho que tivera, em que se anunciava “um ponto onde se formava um lago” e de onde surgiria “a terra prometida, vertendo leite e mel”. A localização desse lago imaginário coincide com o local escolhido para a construção de Brasília: “entre os paralelos 15 e 20”.

¹¹ *Narradores de Javé*. Direção: Eliane Caffé. 2003.

¹² Às vezes, registrada como Vila Amauri.

que era a Brasília daquela época. Tentavam ser *fichados*¹³ nas empresas de construção civil e, quando contratados e solteiros, conseguiam acomodação nos alojamentos das companhias. Segundo os critérios das firmas, só os solteiros podiam ficar nesses locais. Aqueles que vinham com suas famílias, ou as constituíam aqui, precisavam solucionar de outra forma a questão da moradia.

A primeira alternativa para esses migrantes *sem-teto* era montar moradias nas proximidades dos acampamentos das construtoras, mas essa solução não era bem aceita pelas firmas, nem autorizada pelo governo. Considerados *invasões*, os barracos eram sistematicamente removidos para outros locais. Das remoções e “invasões”, surgiam espaços pioneiros como a Vila do Parafuso, a Vila do Sapo, a Vila dos Mineiros, a Vila Piauí, a Vila Planalto, a Vila Paranoá, a Vila Amaury.

As obras de construção da cidade e da barragem têm início em 1956, e em 1959 as águas represadas dos rios da bacia do Paranoá começam a ser liberadas para a formação do Lago. As águas ocupam as terras, os contornos do Lago saem do papel para as margens vivas. As terras planas onde se localizava a Vila se transformam em fundo do Lago... Ruas e casas são aos poucos inundadas, deixando submersa a Vila Amaury.

São muitas as histórias dos moradores: há os que são deslocados para outros locais, a tempo de não serem atingidos pelas águas; há os conseguem guardar o pouco que tinham e seguir adiante; há os que perdem endereço e pertences, há os que perdem tudo no fundo das águas.

A construção da cidade e o avanço das águas do Lago são acompanhados dia a dia pela *Edição Brasiliense do Diário Carioca*, conhecida como DC-Brasília¹⁴. Em 29 de outubro de 1959¹⁵, abaixo da manchete “Descontentes com mudança para *Sobradinhos*”, uma foto de Paulo Manhães¹⁶, tirada “a bordo de um barco improvisado”, mostra uma vista do que, naquele momento, ainda não era chamado de Paranoá. As referências variam de *Lago Artificial de Brasília* a *Lago Israel Pinheiro*¹⁷ e *Lago do Alvorada*.

Na edição do dia 9 de dezembro, há destaque para a inquietação dos moradores da Vila Amaury, e são registradas iniciativas tanto da população quanto das instâncias de governo: “Intranqüilizados com o andamento contínuo das águas do Lago Artificial de Brasília, os moradores da Vila Amaury, por intermédio de uma comissão especial, procuraram

¹³ Ser *fichado* significa ter seu vínculo empregatício registrado em carteira de trabalho.

¹⁴ O DC-Brasília foi o primeiro jornal diário com noticiário local a circular em Brasília. Existiu de setembro de 1959 a dezembro de 1965, quando foi fechado.

¹⁵ DC-Brasília, Ano I, nº 41. 29/10/1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

¹⁶ Fotógrafo e jornalista. Veio para Brasília em 1958.

¹⁷ Em alusão ao Primeiro Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital / NOVACAP, 1956.

os elementos integrantes da comissão de mudança da população da Vila para as cidades de Taguatinga e Sobradinho, a fim de solicitar sejam ultimados os trabalhos de transferência, o mais rápido possível.”¹⁸

Em 12 de dezembro, informa-se que a mudança tinha sido marcada para janeiro de 1960, mas que “O Lago não esperou. A mudança será apressada, segundo declarações dos seus responsáveis, em consequência das águas do Lago Artificial estarem subindo mais rapidamente do que o previsto nos cálculos primários, tanto que existem residências da Vila Amaury que já foram atingidas pelas águas do Lago.”¹⁹

Três dias depois, o DC-Brasília fala da “apreensão na Vila Amaury” e relata que “sobressaltados com a rápida ascensão das águas do Lago Israel Pinheiro, quatro famílias residentes em Vila Amaury, num total de vinte pessoas, anteciparam para hoje sua mudança para Taguatinga, que estava prevista para janeiro.”²⁰

As notícias de que dispomos, seja pela cobertura jornalística, pelas cartas remanescentes ou pela memória dos antigos moradores²¹, e pelo registro das imagens em movimento de personagens da época²² nos mostram que a incerteza e a apreensão cresciam, à medida que as águas chegavam.²³

Os moradores e suas histórias se espalharam. Alguns foram para casas de parentes, outros foram levados para Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Gama e Sobradinho. A Operação Mudança, organizada pelo governo do Distrito Federal, destinava-se a deslocá-los para as recém criadas cidades de Sobradinho e Taguatinga.

Em setembro de 1959, o presidente da Associação Pró Melhoramentos da Vila Amaury dirige uma carta, datada da Vila, ao Vice-Presidente do Brasil, João Goulart, em que se refere aos “16.000 habitantes que aqui residem” e solicita que lhes seja facultado “um aviso prévio de seis meses, para a transladação ao local definitivo, (...)”, meios de transporte para os moradores e seus pertences e instalação prévia de infra-estrutura - “enfim o que é mais necessário para a acomodação de uma massa trabalhadora e operosa, que se debate sobretudo nas construções que em Brasília se verificam”:

¹⁸ DC-Brasília, Ano I, n° 75. 09/12/1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

¹⁹ DC-Brasília, Ano I, n° 78. 12/12/1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

²⁰ DC-Brasília, Ano I, n° 80. 15/12/1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

²¹ Entre eles, Expedito Ferreira da Silva. Universidade Católica de Brasília. Debate após apresentação do filme “O homem invisível”, dirigido por Andréa Velloso. Abril de 2007.

²² Ver documentários **Brasília segundo Feldman**. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília, 1980, e **Perseguidos**. Direção de Vladimir Carvalho e Sérgio Moriconi. Brasília, 1981, citados adiante.

²³ A trama do romance **No fundo das águas**, de Oswaldo França Junior, segue esse caminho: à medida que a represa vai inundando a cidade e ficando mais funda, mais se detalha e aprofunda o perfil dos personagens. Sobre a saga da Vila Amaury, ver NEIVA, Ivany Câmara; FREIRE, Danielle; LOPES, Fabiane. Narradores da Vila Amaury. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 12, p. 1811-1833, 2005. As referências à Vila Amaury, neste capítulo, tomam como base as cartas do acervo do Fundo Novacap, e esse artigo.

1º- Que seja facultado aos moradores aqui localizados, um aviso previo de seis meses, para a transladação ao local definitivo. O que está programado pela NOVACAP, isto é, a mudança para um lugar ignoto, imediatamente, vem frontalmente de encontro ao bem-estar do pòvo, que, nas epocas de chuva não poderá, de maneira nenhuma realiza-la. Humanamente somos contra essa determinação, e esperamos que, com vossa interferencia, satisfatoriamente, seja solucionado o presente e crucial caso.

2º- Que aos mesmos sejam proporcionados os meios de locomoção e transporte

3º- Facilitação de transporte para seus pertences.

4º- Instalação prévia, no local, de canalisação de agua, esgotos, luz, etc, enfim o que é mais necessario para a acomodação de uma massa trabalhadora e operosa, que se debate sobretudo nas construções que em BRASILIA se verificam.

O presidente da Associação, que então escrevia a Jango, era Luiz Perseguini, que anos depois é chamado por Vladimir Carvalho para ser um dos narradores do documentário “Brasília segundo Feldman”, realizado em 1979. Nessa época, Perseguini se apresenta como “agricultor há muitos anos”, e conta que chegou a Brasília nos primeiros tempos da construção, em 1958, quando trabalhou na Novacap.

Perseguini²⁴ é um dos “narradores da Vila Amaury”²⁵ e da epopéia da construção, do ponto de vista dos operários. “Aqui a gente sofreu muito”, diz ele. Na carta de 1959, despede-se de Jango com “saudações trabalhistas”, e a expectativa de que sejam tomadas “todas as iniciativas que se fizerem necessárias”.

As cartas dirigidas a Jango mostram, mais que a busca de apoio do vice-presidente, a vinculação de seu nome à tradição trabalhista referida a Getúlio Vargas e à filiação ao PTB. As lembranças de antigos moradores e o noticiário local da época nos indicam que era intenso o movimento na Vila Amaury, tanto nas muitas moradias, muitos bares e estabelecimentos comerciais, como em termos de mobilização política. Em clima de campanha presidencial para as eleições de 1960²⁶, em outubro de 1959 instala-se na Vila o Comitê Pró Marechal Lott e Jango Goulart²⁷.

O cenário político-partidário nacional tem repercussões nas alianças locais, que traduzem apoios polarizados ao PSD ao qual se filia JK, e à oposição udenista, que tem na atuação de Carlos Lacerda, no Rio de Janeiro, sua mais ampla visibilidade. Várias das cartas dirigidas quer ao Presidente Juscelino, quer à Novacap ou a Jango, trazem na assinatura a

²⁴ Luiz Perseguini (ou Perseghini) é um dos narradores do documentário **Brasília segundo Feldman**, dirigido por Vladimir Carvalho em 1980. Em 1981, foi personagem do curta **Perseguini**, dirigido por Vladimir Carvalho e Sérgio Moriconi.

²⁵ Referência à expressão adotada no título de artigo sobre a Vila, de 2005, citado em nota anterior, e ao longa-metragem “Narradores de Javé”, dirigido por Eliane Caffé em 2003.

²⁶ Trata-se da eleição do sucessor do Presidente Juscelino Kubitschek. Venceu Jânio Quadros.

²⁷ DC-Brasília, Ano I, n° 37. 24/10/1959. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Brasília.

marca da filiação partidária ou da vinculação a personagens da cena política nacional ou estadual. São frequentes cartas como estas – a primeira, de uma dona-de-casa goiana que, em dezembro de 1957, *credencia-se* junto ao Presidente Juscelino como participante nas campanhas “de vossas candidaturas”; a segunda, escrita em junho de 1958 por outra dona-de-casa, mineira de Coromandel, que “lutou por sua candidatura”:

O nosso Governador daqui de Goiás Dr. José Lourenço de Almeida e nosso prefeito atual daqui de Anápolis, Dr. João Ferreira Bastos são reconhecidamente convicidos do trabalho que tivemos em vossas candidaturas. Se V. Excia. quiser uma carta de representação poderei fornecer. Tenho conhecimento com vários candidatos Deputados Federal e Estadual.

Sou sua admiradora, luto mas para sua candidatura e tenha certeza que irá criar Brasília! e continuo sendo apaixonada pelo seu governo, amamos a nossa terra. Coromandel.

Se em várias dessas cartas identificadas pela “adesão” partidária, essa condição é apropriada para fortalecer pedidos de apoio em uma possível mudança para a nova capital, nas cartas escritas por quem já está aqui fixado o tom é de reivindicação de serviços imediatos e viabilizadores da nova vida, com base na experiência de fixação no novo espaço urbano. Predomina a urgência de soluções para problemas imediatos – em que se permeiam expectativas anteriores e o confronto com o Presente agora vivido na nova capital.

O sentimento de “dessação” se expressa na carta enviada ao Presidente Juscelino por um morador, em março de 1960: “Senhor Presidente, tenho a impressão de que os operários que construíram Brasília estão sendo injustiçados”. Tal “injustiça” refere-se a questões do cotidiano, quanto a abastecimento de água, saneamento básico, serviços de saúde, escola e transporte, acentuadas pela situação de migração recente e de incerteza quanto ao futuro próximo, em suspenso pela possibilidade de remoção – no caso, remoção da Vila Amaury, já em andamento:

que se abasteceu do Rio, com distâncias de 500 até 1.500 metros conduzida em latas.

Segue-se o transporte do operário para o trabalho ao preço de cr\$ 25,00 por viagem, sem o mesmo corresponder com os turnos de trabalho.

Temos também o desaboi, de não contar nem ao menos provisoriamente com um posto de saúde, para atender aos casos de emergências, como pejam, crianças, e mulheres em estado de dar a luz a qualquer momento, sem recurso de pelo menos uma ambulância para conduzir ao hospital na cidade limpa.

A essa carta, é anexado o “Plano de Transferência da População de Vila Amaury para as Cidades Satélites”, encaminhado pela Comissão de Transferência de Vila Amaury ao Diretor da Novacap, em outubro de 1959, e divulgado pelo Conselho de Bem-Estar Social de Brasília em novembro. O Plano trata das condições de deslocamento das “aproximadamente 4.000 famílias” para as cidades de Sobradinho e Taguatinga, “tendo em vista as observações feitas e as sugestões recebidas de diferentes setores interessados no problema” e detalhando aspectos relativos a terreno, serviços, etapas da mudança e critérios para a prioridade na mudança. A carta do morador, por sua vez, confronta “tudo quanto foi planejado” com as medidas efetivamente tomadas para a remoção.²⁸

Durante os meses de janeiro a março de 1960, são freqüentes as notícias sobre a Vila Amaury, no jornal DC-Brasília. Em janeiro, as fortes chuvas agravam a subida das águas, e apressam as remoções e mudanças dos moradores: no dia 7, “vinte famílias, por dia, escapam à inundação – perigo aumentou com as últimas chuvas”²⁹.

Três dias depois, a manchete menciona o número de quinze famílias que deixam todos os dias a “Favela da Amaury”³⁰. No dia 9, comenta-se a ocorrência de afogamentos no Lago e a falta de serviços de preven o de acidentes, e a “tragédia [que] enfrentam os moradores da

²⁸ Arquivo Público do Distrito Federal, Fundo Novacap, caixa 21.

²⁹ DC-Brasília, 07/01/1960. Centro de Documenta o e Informa o. Câmara dos Deputados.

³⁰ DC-Brasília, 10/01/1960. Centro de Documenta o e Informa o. Câmara dos Deputados.

Vila Amaury, cujas casas estão sendo invadidas pelas águas do lago e pelo lamaçal provocado pelas chuvas.”³¹

Noticia-se que o processo de mudança está sendo acelerado, já que o “nível do Lago [está] prestes a atingir a cota mil”³², ou seja, os 1000m acima do mar, definidos como limite para as águas do Lago³³. Comenta-se novamente que a instalação da Vila não deveria ter sido consentida originalmente, pois a administração já sabia que aquele local estava abaixo da cota mil e que, por isso, ia ser inundado. É o tema da reportagem “Problemas sacodem o povo da Vila que está condenada”³⁴.

Essa questão volta a ser abordada em junho³⁵, quando se informa que a “mudança da Vila Amaury vem se processando normalmente”. Essa matéria faz uma retrospectiva da trajetória da Vila, observando que “os milhares de barracos de madeira (onde moraram mais de 20 mil habitantes) eram construídos dentro da faixa denominada ‘cota mil’, que as águas represadas cobririam com o fechamento da barragem.” Relata-se que estava previsto que “o lago levaria cerca de dois anos para atingir o atual volume d’água e os moradores não se preocupavam com a submersão da vila”. E é utilizada a mesma expressão encontrada em matéria do dia 12 de dezembro de 1959: “o Lago não esperou”.

No dia 21 de abril de 1960, quando se inaugurava a nova capital, uma foto do “Lago Artificial” ilustra a matéria que traz o Presidente da Novacap, Israel Pinheiro, declarando que “o compromisso que tínhamos com o Governo, de entregar Brasília pronta até o dia 21 de abril, foi cumprido à risca, dispondo desde já a cidade de todas as condições mínimas de conforto e urbanização para ser convertida em capital do país”.³⁶

Nem todos os moradores da Vila Amaury, remanescentes ou deslocados para outros locais, assistiram aos festejos da inauguração. Outros, foram até a Praça dos Três Poderes, viram o Presidente e as autoridades, encontraram-se e festejaram com seus companheiros operários, candangos. Contam até hoje sobre os fogos de artifício e a emoção daquele momento marcante, e também sobre a poeira, a seca e a água, sobre o trabalho que continuava e sobre os desafios cotidianos de uma vida e uma cidade em construção.

³¹ DC-Brasília, 09/01/1960. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados.

³² DC-Brasília, 09/01/1960. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados.

³³ O nome do Clube Cota Mil, localizado na orla do Lago, deve-se a isso.

³⁴ DC-Brasília, 08/01/1960. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados.

³⁵ DC-Brasília, 01/06/1960. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados.

³⁶ DC-Brasília, 25/04/1960. Centro de Documentação e Informação. Câmara dos Deputados.

Um “eleitor goiano” escreve ao Presidente Juscelino, no início de maio de 1960, lamentando não ter conseguido participar da inauguração “da capital Brasília que construímos”, porque não conseguiu chegar a tempo ao local de onde sairia um caminhão, rumo à Esplanada.

Assim, ao escutarmos histórias contadas ao vivo e por escrito, buscamos entrelaçar a escrita e a oralidade, o passado e o presente, a história oral e a memória, o imaginário.

Fico me lembrando do personagem Antônio Biá, de *Narradores de Javé*, que não chega a escrever a grande história de Javé, explicando que “quanto às histórias tais, melhor ficar na boca do povo, porque no papel não há mão que lhes dê razão...”. Mas observamos que, no caso da correspondência escrita dessas *pessoas comuns* que vieram para a nova capital, é sua voz que está registrada no papel. Estamos ouvindo a *voz das cartas*, quando as lemos hoje.

Volto também a Walter Benjamin, quando nos lembra que “quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê, partilha dessa companhia.”³⁷

³⁷ BENJAMIN, Walter Benjamin. O Narrador [1936]. In: **Magia e Técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1996. 7ª edição, 10ª reimpressão. p. 213.



7 Cordiais Saudações ¹

Quem prefere guardar no peito e na memória a idéia de que a construção de Brasília foi uma epopéia imaculada e de heróis invencíveis, sugiro que pare por aqui.
Conceição Freitas, 1º de maio de 2008

No Dia do Trabalhador de 2008, a Crônica da Cidade de Conceição Freitas traz lembranças da saga da construção de Brasília. Fala não da historiografia oficial, mas da visão do *peão* que nunca tinha sido peão e veio do Nordeste em busca de emprego e melhores condições de vida na capital que se iniciava. Fala do Vaqueiro Voador que é personagem de poema e de filme², e que conta uma história de Brasília e da vida em Brasília.

A memória de antigos moradores, as imagens literárias, o cancionero e o traço do artista, os escritos da luz em fotografia e cinema, nos trazem histórias da cidade.

Imagens como aquelas filmadas em 1959 pelo *designer* norte-americano Eugene Feldman, vinte anos mais tarde reunidas por nosso cineasta Vladimir Carvalho³, registram o dia-a-dia nos canteiros de obras e trazem indícios de uma epopéia de construção traçada por personagens da vida candanga.

¹ Foto: Migrantes, Congresso Nacional em obras. Autor não identificado. Brasília, fevereiro de 1960. Revista Manchete. Rio de Janeiro, Bloch Editores. Fevereiro de 1960. (utilizada na capa do Projeto de *Imaginando a Capital*, para a seleção do Doutorado em História Cultural da UnB, 2003.

² BONFIM, João Bosco Bezerra. **O romance do vaqueiro voador**. Brasília: LGE, 2004.

CALDAS, Manfredo, diretor. **O romance do vaqueiro voador**. Brasil, 2007. Sinopse: Documentário baseado no poema homônimo de João Bosco Bezerra Bonfim, que trata da recriação do universo mítico do nordestino ao vivenciar a nova diáspora, no papel de candango, protagonizando o lado trágico da epopéia da construção da nova capital do Brasil.

³ **Brasília segundo Feldman**. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília, 1980.

E as cartas que sobreviveram ao tempo, contam sobre aqueles tempos.

Assim é que *Imaginando* reúne fragmentos de cotidiano – presente e em construção, há cinquenta anos -, registrados em cartas. *Imaginando* traz, dessa forma, elementos para a construção de uma história brasileira de Brasília e de seus construtores cotidianos. Essa história tem como cenários as idéias desenvolvimentistas dos finais dos anos cinquenta, os ares modernistas, as migrações internas e os apelos governamentais para a consolidação do projeto de Brasília – e as expectativas dos brasileiros quanto à nova capital.

Para isso, *Imaginando* buscou trazer, para o Presente, pessoas e acontecimentos de outra época, atualizando perguntas e respostas de outro tempo. Pelas cartas, aquelas lembranças são reconstruídas no Presente. Disponibilizadas à visibilidade, podem ser confrontadas com imagens atuais, que expressam nosso imaginário na mídia, na arte, na escola, na academia, nas ruas e quadras.

Nas cartas, ali está o imaginário do início de Brasília: nos relatos, nos pedidos, esperanças e inquietações de quem conta a vida de então e *imagina* um recomeço na nova capital, falando de condições essenciais de moradia e emprego, buscando informações, querendo conhecê-la de perto. Ali também está o imaginário, na memória de quem vivenciou os contraditórios tempos do começo de Brasília e deles fala. E ali está, nos mitos fundadores da nação e da capital fundada no interior do país.

Mito, memória, conversas à distância e por escrito – essas foram faces do imaginário que encontramos sobre a capital em construção.

Talvez seja essa a mensagem de despedida provisória de *Imaginando*: a possibilidade de tecer histórias a partir dos fragmentos de cotidiano trazidos nas cartas. Lembrando os *50 anos em 5* da campanha de JK, fico com o “5” para buscar desdobramentos dessa mensagem:

1. As cartas são fontes historiográficas e marcas de tempo. A partir delas, se constroem e reconstroem histórias – múltiplas histórias. Desses fragmentos se podem tecer não só uma, mas várias histórias da capital, de seus moradores e do imaginário sobre a cidade. Desses fragmentos, é possível construir histórias *vistas de baixo*, que tenham suas bases no imaginário de *pessoas comuns*, e se firmem no chão do Planalto Central que ia – e vai - sendo ocupado como espaço capital de vida cotidiana.

2. As cartas são *falas*: embora sejam documentos escritos, as cartas mantêm o tom de oralidade com que seus conteúdos foram inicialmente pensados e formulados. Em sua forma

material, são escritos; mas em seu estilo, são orais. Enquanto meios de comunicação, podem ser vistas como *conversas à distância*.

3. O imaginário dos trabalhadores e pessoas comuns, expresso nas cartas, é construído a partir de seus fazeres e saberes cotidianos. A moradia, o emprego, a remuneração, a passagem e a mudança, os serviços básicos necessários ao cotidiano - são esses os assuntos levados ao Presidente e à sua equipe. A cidade é *imaginada* como capital dos brasileiros, onde todos teriam direito de viver, e como espaço de recomeço de vida.

4. A história da capital tem múltiplos heróis e personagens, que emergem das cartas em relatos e planos. Embora JK seja recorrentemente lembrado por sua proximidade com os candangos e com o dia-a-dia da construção, nas próprias histórias contadas se confirma a imagem da distância social entre *todos* e *o Presidente*. O tratamento utilizado para Juscelino, nas cartas, traz indícios dessas escalas.

Por outro lado, as cartas revelam traços desses anônimos construtores que, quando hoje contam histórias daqueles tempos, reconhecem seu papel de *criadores de Brasília*.

Vale lembrar versos de Nicolas Behr, no dia 21 de abril em que se comemoravam 48 anos da inauguração da cidade:

[...]
 jk não é o herói civilizador cerratense

 jk é o mito

 e quem é o herói?
 o herói somos nós
 [...]⁴

5. Há cinquenta anos, o cenário da futura capital era “poeira, lona e concreto” – o que dá nome à exposição permanente montada no Museu Vivo da História Candanga. As cartas e abaixo-assinados dirigidos a JK pelos candangos já fixados na cidade em construção falam das dificuldades e dos desafios enfrentados. Como nas imagens em movimento do *Brasília segundo Feldman*⁵ e nas *crônicas* de Edson Beú⁶, as cartas trazem marcas dos grandes vazios sendo cortados por vias e ruas de terra, e têm a cor da poeira vermelha. Mostram as contradições dos canteiros de obra e dos espaços urbanos em formação, e mostram candangos em ritmo acelerado de trabalho, vagarosamente conquistando seu novo espaço.

⁴ BEHR, Nicolas. Correio Braziliense. 21.04.2008. Doze visões de Brasília. Brasília 4+8. p.05.

⁵ **Brasília segundo Feldman**. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília, 1980. Citado anteriormente.

⁶ BEÚ, Edson. **Expresso Brasília**: a história contada pelos candangos. Brasília: LGE Editora, 2006.

Mais que conclusões, ficam, aqui, recados vindos das experiências da pesquisa vagarosa: o cuidado com as cartas; o cuidado com quem escreveu cartas e nem sabe que estão sendo lidas e comentadas hoje; a inquietação de perceber nosso próprio processo de construção e expressão do imaginário, inclusive quando falamos da história da nossa capital tão recente; a atenção quanto a quem fala, o que, quando e como; o desapego às verdades prontas; o apego à abertura a possíveis e variadas interpretações; a reverência aos pesquisadores do imaginário, da comunicação em cartas, das histórias de Brasília; a reverência a quem constrói cidades e escreve cartas, pelas invenções do cotidiano e pela experiência vivida.

Por fim, penso que o último compasso da música, a cena final do filme ou o último capítulo de um livro, mais que conclusão, é uma *pausa para continuar*⁷. São despedidas provisórias, motes para seguir adiante.

Neste caso de *Imaginando*, este capítulo final é de “cordiais saudações”, como muitos dos que escreveram cartas para o Presidente da República terminavam suas mensagens. Saudações *de coração*, de quem conta uma história e espera ser escutado.

De certa forma, é uma volta ao começo, quando a proposta era saber sobre o que se imaginava de Brasília nos tempos do início da construção. Essa volta está marcada, também, pela fotografia que abre o capítulo: a mesma escolhida para o projeto original de pesquisa, há quase cinco anos.

Foram lidas muitas cartas, foram escutadas vozes antigas que *imaginavam* a capital e que falavam de cotidianos de longe e de perto.

Desdobramos papéis e vislumbramos essas histórias.

Como já dizia Chico Science⁸, “um passo à frente e você não está mais no mesmo lugar”⁹. Já não estamos. Por escutar essas histórias, já não somos mais os mesmos.

Algo de grave acontece quando se escutam vozes do cotidiano – seja pelas histórias contadas face a face, seja pelas *conversas endereçadas* em linhas escritas. Vagarosamente,

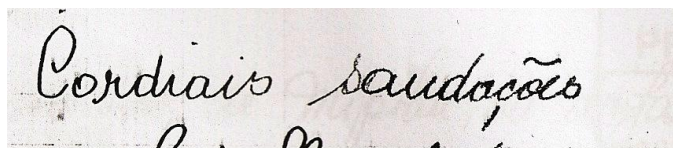
⁷ Título do capítulo final do Memorial Descritivo de Ana Arruda Neiva (Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Brasília, dezembro de 2005), acompanhando seu vídeo-documentário *Ecos do mangue – muita lama pra se lambuzar*. A expressão é inspirada em outra – “pausa para respirar”, que consta do 2º Manifesto Mangue (Renato L. e Fred Zero Quatro, 1997).

⁸ Compositor e cantor pernambucano (Olinda, 13 de março de 1966 - Recife, 2 de fevereiro de 1997), criador do Movimento Mangue Beat.

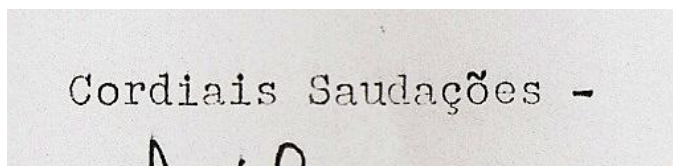
⁹ **Um passeio no mundo livre**. Chico Science. CD Afrociberdelia, 1996.

como são feitas as rendas de almofada¹⁰, são tecidas tramas que nos mostram uma grande história que, como *moradores do símbolo*¹¹ e pesquisadores, seguimos também construindo.

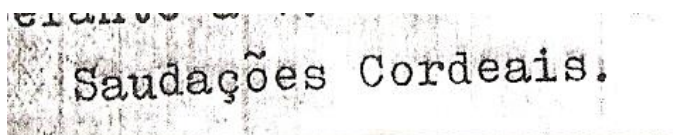
Assim, aí ficam as partilhadas cordiais saudações do *Imaginando*, pela letra de construtores da cidade, que há cinquenta anos se despediam e anunciavam recomeços:



Cordiais saudações



Cordiais Saudações -



Saudações Cordeais.

¹⁰ Ver Anexo II. Intervalos – recados metodológicos. Renda de bilro.

¹¹ Novamente, cito a expressão utilizada por Thereza Negrão. NEGRÃO DE MELLO, Thereza. **O espetáculo dos moradores do símbolo**: mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

Referências

1. Livros, artigos

1.1 Brasil, Brasília, Distrito Federal

ALMINO, João. O mito de Brasília e a literatura. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 59, Jan./Abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10.02.2008.

ARRUDA CÂMARA, Antônio de. **Investigações Agrônomicas. Regiões do Estado de Goiás**. Rio de Janeiro, Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948.

BARBIERI, Renato e LEONARDI, Victor. **A invenção de Brasília. Roteiro**. Brasília: Videografia, 2001.

BEHR, Nicolas. **BraXília revisitada**. Brasília: LGE Editora, 2004.

_____. **Poesília: poesia pau-brasília**. Brasília: Ed. do Autor, 2002.

BELCHER, D. J. e Associados. **O Relatório Técnico sobre a Nova Capital da República**. Brasília: Codeplan, 1995. 4ª ed

BERTRAN, Paulo. **Cerratenses**. Brasília: Verano, 1998.

_____. **História da Terra e do Homem no Planalto Central**. Eco-História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BEÚ, Edson. **Expresso Brasília: a história contada pelos candangos**. Brasília: LGE Editora, 2006.

BICALHO, Nair. **Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Brasília Poética - Homenagens Poéticas aos 50 anos de Brasília. Disponível em http://web.brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1&limit=10&limitst art=10. Acesso em 02.04.2008.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Narrativas de um candango em Brasília. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v.24, n.47, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar 2008.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956 – 1998**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1998. Tese de Doutorado.

CAZARRÉ, Lourenço. **Brasília, a aventura da construção**. Brasília: LGE, 2006.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. **Censo Experimental de Brasília. População. Habitação**. 1959.

COSTA, Lúcio. **Brasília, cidade que inventei**. Relatório do Plano Piloto de Brasília [1956]. Brasília: GDF, 1991.

_____. Carta ao Senador Catete Pinheiro. In: **1º Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília**. Brasília: Senado Federal, 1974.

_____. Monumentalidade é gente. In: **Sobre Arquitetura**. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.

CRULS, Luiz. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. *Brasiliana*, vol.258.

_____. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: Relatório Cruls. Edição especial do Centenário da Missão Cruls – 1892-1992. Brasília: Codeplan, 1992.

_____. Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2003.

DISTRITO FEDERAL. SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS. Seplan/Codeplan. 2006. pp. 14-19. <http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000005.pdf>. Acesso em 10.01.2007.

DUNICE, Edelweiss e DUNICE, Iarusha. **Nossa terra, o Distrito Federal**, 3ª série. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

FREITAG-ROUANET, Bárbara, coord. **Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil – capitais migrantes, poderes peregrinos, representações nômades**. UnB, Departamento de Sociologia, 2002. <http://www.unb.br/ics/sol/itinerancias/pip.html>. Acesso em 23.04.2005.

_____. **Itinerâncias Urbanas**. Brasília: Casa das Musas, 2004.

GDF. SEPLAN. CODEPLAN. Coletânea de Informações Socioeconômicas. Brasília: Codeplan, novembro de 2006. 27 v.

GDF. SEDUH / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020**. Arquivo anexado à mensagem recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 07.08.2007. Enviada por Iraci Peixoto, técnica da Codeplan <iraci.peixoto@codeplan.df.gov.br>. Projeções feitas a partir de: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL; IBGE. **Projeção da população da região Centro-Oeste e Tocantins: 1997 - 2020**. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

GOROVITZ, Matheus. **Brasília, uma questão de escala**. São Paulo: Projeto, 1985.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. Uma avaliação da ação governamental na área da habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

HOLFORD, Sir W. Impressões de Sir William Holford sobre o Projeto Lúcio Costa para Brasília. In: **IBAM. Leituras de Planejamento e Urbanismo**. Rio de Janeiro, 1965.

HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Crescimento e distribuição da população brasileira: 1940-1980**. Rio de Janeiro, 1981.

_____; UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). **Indicadores Sociodemográficos Prospectivos para o Brasil 1991-2030**. Rio de Janeiro: Arbeit Editora e Comunicação Ltda., outubro de 2006. Disponível em

http://200.255.94.70/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/publicacao_UNFPA.pdf.

Acesso em 08.08.2007.

_____; UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas); CODEPLAN (Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central). **Projeção da População da Região Centro-Oeste e Tocantins 1997-2020**. Cadernos de Demografia nº 12. Brasília, abril, 1999.

_____; UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas); SEDUH (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação / GDF). **Projeção da População das Regiões Administrativas do Distrito Federal 2001-2005**. Brasília, outubro, 2002.

LASSANCE, Adalberto. **Brasília & Distrito Federal – imperativos institucionais**. Brasília: Verano Editora, IHGDF, 2002.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1993.

LISPECTOR, Clarice. Brasília. **Para não esquecer: crônicas**. São Paulo: Ática, 1984. [duas crônicas: de 1962 e 1974].

_____. **Entrevistas**. [organização de Claire Williams; preparação de originais e notas biográficas de Tereza Montero]. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LIMA, Denise Pereira e ALMEIDA, Maria Vilami de. **Distrito Federal – História e Geografia**. São Paulo: FTD, 2007.

Lúcio Costa 100 anos. <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura237.asp>. Acesso em 20.08.2007.

LUZ, Clemente. **A invenção da cidade**. Brasília: Editora de Brasília S.A., [1967].

MASP – Museu de Arte de São Paulo. **Catálogo da exposição Saudades do Brasil – a era JK**. 14 de janeiro a 23 de fevereiro de 1992.

MACHADO, Maria Salete Kern. O estrangeiro na cidade. In: _____ e COSTA, Cléria Botelho da, orgs. **Imaginário e História**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

MARTINE, George. **Migrações Internas**. Rio de Janeiro: Altiava Editora e Gráfica Ltda, 1977.

MEDINA, Cremilda. **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

MERRICK, T. e GRAHAM, D. **População e Desenvolvimento no Brasil – de 1800 até a atualidade**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINISTÉRIO, Araci Cruzatto. **DF – a chegada dos 2 milhões**. Codeplan/NEP, 1999. <http://www.codeplan.df.gov.br/pesquisas.nep/index.html> . Acesso em 10.05.2000.

NEGRÃO DE MELLO, Thereza. **O espetáculo dos moradores do símbolo: mobilização por Diretas-Já da perspectiva de Brasília**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

_____. Se esta quadra fosse minha. In: MEDINA, Cremilda (org.). **Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1998.

NEIVA, Ivany Câmara. Outra colonização foi possível: memória de trabalhadores rurais do Centro-Oeste brasileiro. In: **XIII Congresso Internacional de Historia Oral - Memória e Globalização**. Roma: IOHA, 2004.

_____. **Outro lado da Colônia**: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Brasília, UnB, 1985. Dissertação de Mestrado em Sociologia.

_____. Outro terço cantado para Luís Carlos Prestes. **Cadernos de Pesquisa do Cdhis - Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História**, Universidade Federal de Uberlândia, v. Ano 19, n.34, p. 111-120, 2006.

_____, FREIRE, Danielle e LOPES, Fabiane. Narradores da Vila Amauri. In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 12, p. 1811-1833, 2005.

NUNES, Brasilmar Ferreira, org. **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

O olhar modernista de JK. Curadoria Denise Matar. São Paulo: Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, 2004.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

_____. Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília. **Sociedade e Estado**, v. XIII, n. 1. Brasília, 1998. p. 225-240.

ORICO, Osvaldo. **Brasil, capital Brasília**. Brasília: Novacap, 1958.

PAVIANI, Aldo. **Brasília no contexto local e regional**: urbanização e crise. Apresentado no Seminário “Brasília: passado, presente e futuro”. Brasília, setembro de 2001. Disponível em http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/brasil.pdf. Acesso em 10.09.2004.

_____. (org.). **Urbanização e Metropolização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Codeplan, 1987.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD 2004. Brasília. Seplan/Codeplan. 2004. http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=5507. Acesso em 10.01.2007.

RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIELLA, Renato e CARVALHO, Arnolfo (coordenação editorial). **Gente de Brasília** – coletânea da coluna Gente de Brasília, publicada semanalmente pelo Correio Braziliense em 1987/1988. Brasília: Correio Braziliense, 1988.

RODRIGUES, Georgete Medleg. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB, 1990.

SARAIVA, Renata. **Arquitetura da construção. O profeta da modernidade**. Resenha de GUERRA, Abílio. Lúcio Costa, Modernidade e Tradição – Montagem Discursiva da Arquitetura Moderna Brasileira. Campinas, São Paulo: IFCH-Unicamp, fevereiro 2002. Tese de Doutorado. Em: <http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha053.asp>. Acesso em 20.08.2007.

SILVA, Marcos A. da. Fantasia e Função: Brasília como Patrimônio Histórico da Humanidade. In: DEPHA (org.). **A Construção da Cidade**. Brasília: DEPHA, 1998, p. 54-60.

SOUDANT, Caroline. **Distrito Federal em construção**: geografia. São Paulo: FTD, 2001.

SOUSA, Nair Heloísa Bicalho. **Construtores de Brasília** – estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Vozes, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difusão Editorial, 1980.

VESENTINI, José W. **A capital da geopolítica**. São Paulo: Ática, 2001. 4ª edição.

WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

1.2 Cartas

ABREU, Caio Fernando e MORICONI, Ítalo. **Cartas** – Caio Fernando Abreu. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

ANDRADE, Mário de. **A lição do guru**: cartas a Guilherme Figueiredo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cartas a Manuel Bandeira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1967.

_____. **Mário de Andrade escreve cartas a Alceu, Meyer e outros**. Organização e notas por Lígia Fernandes. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. Diretoria de Arquivo Permanente. **Instrumento de Busca. Inventário**. Fundo Novacap. Brasília, s.d.

BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Teresa Santos e MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, orgs. **Destinos das Letras** - história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF Editora, 2002.

BENJAMIN, Walter e SCHOLEM, Gershom. **Correspondência**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. **Cartas e escrita**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000. Tese (doutorado).

CASTILLO, Darcie Doll. **La carta privada como práctica discursiva**: algunos rasgos característicos. Rev. signos. [online]. 2002, vol.35, no.51-52 [citado 11 Mayo 2005], p.33-57. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342002005100003&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0718-0934. Acesso em 12.05.2004.

CASTRO, Ruy, org. **Querido poeta** – correspondência de Vinicius de Moraes. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CESAR, Ana Cristina. **Correspondência Incompleta**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 1999.

CHIPP, H.B. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CRUZ, Bia. **Invasão de Privacidade. Cartas trocadas entre escritores ganham, em livros, novos destinatários**. Em Traça on-line. 23.10.2003. <http://www.tracaonline.com.br/index.php?edicao=11&secao=5>. Acesso em 04.10.2006.

FARIA, Bruno R. de. **O sigilo da correspondência e a fiscalização tributária**. Site Jus Navigandi <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5776>. Acesso em 12.05.2004.

FIDALGO, Antônio. **A comunicação endereçada – o endereçamento da comunicação de massas**. II Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Sergipe, Brasil, Abril de 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf>. Acesso em 10.05.2007.

FROTA, Lélia Coelho, org. **Carlos e Mário** – correspondência entre Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade. São Paulo: Bem-te-vi Produções, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Desconversa** (ensaios críticos). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

_____ e GOTLIB, Nádia Battella, orgs. **Prezado senhor, prezada senhora** – estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado da Cultura. Arquivo Público do Distrito Federal. **Guia do Arquivo Público do Distrito Federal**. Brasília, 2004. 5ª edição, revisada e aumentada. Fundos Documentais.

LEMONS, Renato, org.. **Bem traçadas linhas** – a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LISPECTOR, Clarice. **Correspondências/Clarice Lispector**. Organização de Teresa Montero. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

MARQUES, Lourival. **Seu Criado, Obrigado**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

MARTINEZ, José Luís. **El mundo privado de los emigrantes de Índias**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MORAES, Marcos Antonio de. **Epistolografia e crítica genética**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.30-32. Acessível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

MOREIRA, Thaís S. **O endereço da escrita**. Disponível em http://www.ufmg.br/aem/inicial/publicacoes/ic/moreira_2005.htm. Acesso em 07.04.2008.

NEGRÃO DE MELLO, Thereza. **Quando o carteiro chegou.com: a cultura escrita entre a nostalgia da correspondência tradicional e o uso do correio eletrônico**. Caderno de Resumos do I Simpósio Internacional de História - Cultura e Identidades. Goiânia, 2003. I Simpósio Internacional de História - Cultura e Identidades.

NEIVA, Ivany C.. **Linhas de Cascudo, espaços de pesquisa**. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom 2005 – Ensino e Pesquisa em Comunicação. Núcleo de Pesquisa: Folkcomunicação. Intercom. UERJ, setembro 2005. In: Programação (resumo) e CD do Congresso (texto completo).

NUNES, Cassiano. **A correspondência de Monteiro Lobato**. São Paulo, 1982.

_____. **Cartas do Povo Brasileiro ao Presidente**. Brasília: Agência Quality, 1993.

PAGÉS-RANGEL, Roxana. **Del dominio público: itinerario de la carta privada**. Amsterdam Atlanta: Rodopi, 1997.

PASSERINI, Luísa. **Mitobiografia em História Oral**. In: PROJETO HISTÓRIA 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981. Nº. 10, Dezembro 1993.

PINO, Claudia Amigo. **Apresentação: gênese da gênese**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.24-27. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta; A canção de amor e de morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke**. 17ª ed. São Paulo: Globo, 1989. Tradução: Paulo Rónai; Cecília Meirelles.

_____. **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**. Organização Ulrich Baer; tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Martins, 2007.

ROCHA, Glauber. **Cartas ao mundo / Glauber Rocha**. Organização de Ivana Bentes. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SABINO, Fernando e ANDRADE, Mário. **Cartas a um jovem escritor e suas respostas**. São Paulo: Record, 2003.

_____ e LISPECTOR, Clarice. **Cartas perto do coração**. São Paulo: Record, 2001.

SALGUEIRO, Wilberth Claytin Ferreira. **Mário, polígrafo e epistolômano**. <http://www.ucm.es/info/especulo/numero31/mariopo.html>. Acesso em 20.04.2003.

SALLES, Cecília Almeida e CARDOSO, Daniel Ribeiro. **Crítica genética em expansão**. *Cienc. Cult.* [online]. jan./mar. 2007, vol.59, no.1 [citado 08 Julho 2007], p.44-47. Acessível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000100019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14.02.2007.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direito à intimidade e à vida privada: uma visão jurídica da sexualidade, da família, da comunicação e informações pessoais**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SANTOS, Matilde Demétrio dos. **Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas**. São Paulo: Annablume, 1998.

SIEMS, Larry. **Between the Lines: letters between undocumented mexican and central american immigrants and their families and friends**. Tucson & London: The University of Arizona Press, 1992.

TIN, Emerson, org. **A arte de escrever cartas: Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lípsio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

VALENTINO, Cyrlston M. **As exceções ao sigilo das correspondências e comunicações na Constituição de 1988**. Jus Navigandi, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4029>. Acesso em 12.05.2004.

YUPANQUI, Atahualpa. **Cartas a Nnette**. Compilador: Victor Pintos. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2001.

1.3 JK

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Fundo Juscelino Kubitschek**: inventário sumário. Arquivo Nacional, Coordenação Regional no Distrito Federal. Brasília: O Arquivo, 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de Castro, FARO, Clóvis de et al. In: **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

BIZELLO, M.L. Entre fotografias e fotogramas: um estudo sobre a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek – 1956-1961 IN: X Simpósio de Pesquisa em Comunicação da Região Sudeste - SIPEC, 2004. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/handle/1904/19578>. Acesso em 15.09.2006.

BOJUNGA, Cláudio. **JK, o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento** – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

COHEN, Marleine. **Juscelino Kubitschek**: o presidente bossa-nova. São Paulo: Globo, 2005.

CPDOC / FGV. **Os anos JK**. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/jk_main.htm. Acesso em 25.03.2006.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A marcha do amanhecer**. São Paulo: Bestseller, 1962.

_____. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 2ª edição.

MAYRINK, Geraldo. **Juscelino**. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. **JK, Jânio, Jango**: três Jotas que abalaram o Brasil. Brasília: Letraviva, 2001.

SIMÕES, Josanne Guerra. **Sirênico canto**: Juscelino Kubitschek e a construção de uma imagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STUDART, Carlos Hugo. **O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia**. Dissertação de Mestrado. UnB, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2000. E-Texto nº. 2. <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02.html>. Acesso em 08.11.2006.

ZIRALDO. **Fotopotocas**. Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.

1.4 História, Comunicação

AMADO, Janaína. O Grande Mentiroso – o Cervantes de Goiás. In: **Nossa História**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Ano I, nº 2, dezembro 2003.

ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007. 6ª ed.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

ARIÈS, Philippe e DUBY, George, direção. **Coleção História da Vida Privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **O ar e os sonhos** – ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: **Martins Fontes**, 1990.

_____. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 4ª ed.

_____. **O Imaginário** – ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social**. In: Enciclopédia Einaudi. Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 4ª ed.

_____. **Problemas da Poética de Dostoievski**. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

BARBIER, René. Sobre o Imaginário. Tradução de Márcia Lippincott F. da Costa e Vera de Paula. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, Ano 14, nº 61, Jan/Mar 1994.

BARBOSA, Marialva. **Como escrever uma história da imprensa?** Em: II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. GT História do Jornalismo. Florianópolis, abril de 2004. Acessível em http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/grupos%20de%20trabalho%20de%20historia%20da%20midia/historia%20dos%20jornalismo/trabalhos_selecionados/marialva_barbosa.doc. Acesso em 31.08.2007.

_____. **Jornalistas, “senhores da memória”?** Acessível em <http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/1248/1/R0165-1.pdf>. Acesso em 31.08.2007.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 4ª ed.

_____. **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas. volume I. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. O Narrador [1936]. In: **Magia e Técnica, arte e política** – ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1996. 7ª edição, 10ª reimpressão.

_____. **Paris, capital do século 19. O livro das passagens**. Paris: Cerf, 1989.

_____. **Rua de Mão Única**. Obras Escolhidas. volume II. São Paulo: Brasiliense, 1997. pg. 45.

_____. Sobre o Conceito de História (1940). In: **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BETINHO (Herbert José de Souza). **Como se faz análise de conjuntura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. 26ª edição.

BEZERRA, Holien G. . E.P. Thompson e a Teoria da História. In: **Projeto História 12**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981. Nº. 12, p.1-203. Outubro 1995.

BLÁSQUEZ, Niceto. **Ética e Meios de Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999.

BORNHEIM, Gerd Alberto. **Sartre**: metafísica e existencialismo. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In NOVAES, Adauto, org. **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

_____, Ecléa. **Memória e sociedade** – lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escrito com o olho – anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e idéias. In: MARTINS, José de Souza et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia, orgs. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular** – história e imagem. Bauru, SP: Edusc, 2004.

_____, org. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 5ª reimpressão.

CABRERA, Isabel Ibarra. **Cultura y poder em Cuba (1980-1990). Memórias, experiências y silencios de la revolución**. Universidad Complutense de Madrid. Madri, 2000. Tese de Doutorado.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel e NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando, direção. Coleção História da Vida Privada no Brasil. Vol.4. **Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura Oral no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978. 2ª ed. Coleção Documentos Brasileiros, volume nº. 186.

CASTORIADIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p. 83-108.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 5ª ed.

_____. **Sujeito e verdade no mundo social-histórico**: Seminários 1986-1987: a criação humana I. Texto estabelecido, apresentado e editado por Enrique Escolar e Pascal Vernay; tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

_____. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992.

CASTRO, Gustavo & DRAVET, Florence, orgs. **Sob o céu da cultura**. Brasília: Thesaurus; Casa das Musas, 2004.

CAVALCANTI, Lauro (org.). **Modernistas na Repartição**. Rio de Janeiro, UFRJ/Paço Imperial/Tempo Brasileiro, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 2v. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Avant-propos. **La correspondence. Les usages de la lettre au XIXe siècle**. Paris: Fayard, 1991.

_____. **História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil - mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. 6ª reimpressão.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980 (Coleção Primeiros Passos. Volume 13).

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. Imaginário Social e Educação. In: **Revista Em Aberto**, Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar 1994.

CORBOZ, André et al. **Ciência e Imaginário** / Centre de Recherche sur L'Imaginaire. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

COSTA, Cléria Botelho da. Imaginário: Objeto da História. In **Revista Estudos**, Vol.27, nº 4, 2000.

_____. Uma História Sonhada. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-01881997000200007.

_____. e MACHADO, Maria Salete Kern, orgs. **Imaginário e História**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

_____. e MAGALHÃES, Nancy Alessio, orgs. **Contar história, fazer História: história, cultura e memória**. Brasília: Paralelo 15, 2001.

_____. org. **Um passeio com Clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro, 2007.

CURVELLO, João José Azevedo. O desvendar das culturas organizacionais. In: DUARTE, J. e BARROS, Antônio, orgs. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber a gente publica. **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p.70-97.

DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DIAS, Maria Helena Pereira Dias. **Hipertexto - O Labirinto Eletrônico - Uma Experiência Hipertextual**. <http://www.unicamp.br/~hans/mh/>. Acesso em 04.07.2004.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 10ª edição, 5ª reimpressão.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (1ª edição: 1912).

FENELON, Déa Ribeiro. E.P. Thompson – História e Política. In: **Projeto História 12**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC – SP. Projeto História, São Paulo, (12), out. 1995. pp. 77 – 94.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

FORTES, Alexandre. "**Miríades por toda a eternidade**": a atualidade de E. P. Thompson. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26.05.2007. Pré-publicação.

FREITAG, Bárbara e PINHEIRO, Maria Francisca (orgs.). **Marx morreu, viva Marx!** Campinas, SP: Papyrus, 1993.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: Walter Benjamin, Obras Escolhidas, São Paulo, Brasiliense, 1987, v. 1: **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**.

_____. **Sete aulas sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago, 2005. 2ª ed.

GOMES, Ângela de Castro, org. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro, org. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOUBERT, Pierre. História local. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: 6: jan/jun 1992.

HOBBSAWM, Eric J. A outra História – algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick. **A outra História – ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XVIII**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

HUTCHINSON, Bertram et al. **Mobilidade e trabalho** – um estudo na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1960.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

LAPLANTINE, François e TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LASTÓRIA, Luiz Antonio C. N. **Ética, Estética e Cotidiano**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In. LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 4ª edição.

LEACH, Edmund. **Cultura e comunicação** - a lógica pela qual os símbolos estão ligados - uma introdução ao uso da análise estruturalista em antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (Biblioteca de Ciências Sociais. Sociologia e Antropologia).

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. **História e ação na teoria da narratividade de Paul Ricoeur**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 2002.

LEAL, Ondina Fachel. **A leitura social da novela das oito**. Petrópolis: Vozes, 1986.

LECHTE, John. **50 pensadores contemporâneos essenciais** – do estruturalismo à pós-modernidade. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LEITE LOPES, J. S. (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/Ed. da UFRJ, 1987.

LIPPI, Lúcia. Uma entrevista com Robert Darnton. Em: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4. 1989, p.232-243. Acessível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/59.pdf>. Acesso em 31.08.2007.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MACEDO, José Rivair. **O real e o imaginário nos *fabliaux* medievais**. Revista Tempo (UFF), v. 9 n. 17, p. 9-32, 2004. Acessível em <http://www.pem.ifcs.ufrj.br/Real.pdf>. Acesso em 10.02.2008.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. A construção narrativa da memória e a construção das narrativas históricas: panorama e perspectivas. In: MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Entrevista**. Revista Famecos. Porto Alegre. n^o. 15. agosto 2002. p.74-82. (Faculdade de Comunicação Social – PUCRS).

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1986.

MAIA, Cláudia de Jesus e LOPES, Maria de Fátima. Saudade, ausência e presença: a experiência migratória através da narrativa masculina. In **História: questões e debates**. Montes Claros/MG, março de 2003.

MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história** – teoria, método e historiografia. Campinas (SP): Papirus, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008. 2ª ed. rev. e ampl.

_____. et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MEYER, Marlyse. **Caminhos do imaginário no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1993.

MIRANDA, Danilo Santos de. **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: Edições SESC SP, 2007.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J. e BARROS, Antônio, orgs. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

MORIN, Edgar. MORIN, Edgar. **A Religação dos Saberes** – o desafio do século XXI. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Cultura de massa no século XX**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. **O Cinema, ou o Homem Imaginário**: ensaio de antropologia. Lisboa: Moraes, 1970.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais – investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005. 3ª ed.

MOURÃO, José Augusto. **Para uma Poética do Hipertexto - Ficção Interactiva**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, 2001. <http://www.triplov.com/hipert/>. Acesso em 04.07.2004.

MUNHOZ, Sidnei. Fragmentos de um Possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos. **Revista de História Regional**. Vol. 2. - nº. 2 - Inverno 1997. Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR. Acessível em <http://www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm>. Acesso em 07.06.2004.

NEGRÃO DE MELLO, Maria T. F.. “Cascariguindum”- cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa. In: MENEZES, Albene M.F., org. **História em Movimento (Temas e Perguntas)**. Brasília: Thesaurus, 1999.

NOVAES, Adauto (org.). **Rede imaginária**: televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras / Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

NOVAIS, Fernando, direção. **Coleção História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 4 v.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.

PALHARES, Taísa Helena Pascale. **Aura: a crise da arte em Walter Benjamin**. São Paulo: Barracuda, 2006.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LEITE LOPES, J. S. (Org.). **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/Ed. da UFRJ, 1987. pp. 53-101.

PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 4ª edição.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Abertura – Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jan.-jun., 2007.

_____. Em busca de uma outra História: imaginando o imaginário. In: **Revista Brasileira de História**, v. 15, nº 29. São Paulo: ANPUH, 1995.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. História & Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Thomaz, orgs. **História & Literatura**: identidades e fronteiras. Uberlândia: Edufu, 2006.

_____. **Muito além do espaço**: por uma história cultural do urbano. (Recebido para publicação em outubro de 1995) <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/178.pdf>

_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In **Projeto História 15**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997.

PRYTHON, Ângela (org.). **Imagens da Cidade**: espaços urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Porto Alegre: Meridional /Sulina, 2007.

RICOEUR, Paul. **La memória, la historia, el olvido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2000.

_____. O passado tinha um futuro. In: Jornadas Temáticas (Paris, França: 1998). **A religião dos saberes**: o desafio do século XXI / idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas: Papyrus, 1994.

ROMANO, Vicente. **Desarrollo y progreso**: por una ecología de la comunicación. Barcelona: Teide, D.L., 1993.

ROSA, Maria Inês. **Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores**. São Paulo: Letras & Letras, 2004.

ROSENFELD, Denis L. Um pensador do nosso tempo. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p.64-79.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado** – cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **O imaginário** – psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Ática, 1996. [1ª edição: Paris, Gallimard, 1940].

SCHWARZ, Bill. Razão e desrazão em E.P. Thompson. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. In: **Projeto História 12**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. PUC – SP. Projeto História, São Paulo, (12), out. 1995. pp. 11 – 42.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992. 5ª reimpressão.

SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. Dossiê Michel Maffesoli. **Interfaces**: Michel Maffesoli, teórico da Comunicação. Revista FAMECOS. Porto Alegre. n° 25. dezembro 2004. Disponível em <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/viewFile/401/329>. Acesso em 28.01.2008.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. Canoeiros do Recife: história, cultura e imaginário (1777-1850). In: MALERBA, Jurandir (org.). **A velha história** – teoria, método e historiografia. Campinas (SP): Papirus, 1996.

SILVA, Marcos A. da. A História e seus limites. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia: 6: jan/jun 1992.

_____. **História**: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____ e FONSECA, Selva G.. **Ensinar História no século XXI**: em busca do tempo entendido. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SILVA JUNIOR, Otoniel Fernandes da. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. In: **Labirinto**. Revista Eletrônica do CENTRO DE ESTUDOS DO IMAGINÁRIO. Universidade Federal de Rondônia. Ano I n°. 3 - Outubro - Dezembro 2001. Disponível em <http://www.cei.unir.br/artigo31.html>. Acesso em 20.01.2008.

SOLLER, M.A. e MATOS, Maria Izilda S. **O Imaginário em debate** – gênero, música, pintura, boêmia. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: SWAIN, Tânia Navarro, org. **História no plural**. Brasília: Editora UnB, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vol.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. Una Entrevista con E. P. Thompson. In: **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**, Barcelona, Crítica, 1979.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, João Carlos Brum. História e Política em Castoriadis. In: CASTORIADIS, C. et al.. **A criação histórica**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p.55-63.

TOLVA, John. Hypertext – renaissance: hypertext before computers. [on-line], abr. 1999. [http://www.mindspring.com/~jntolva/ramelli.html]. Acesso em 04.07.2004.

TRAJANO FILHO, Wilson. **O Poder da Invisibilidade**. Brasília: UnB, 1994. Série Antropologia 160.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha e KHOURY, Yara Maria. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

ZOLADZ, Rosza W. Vel (org.). **Imaginário e zonas periféricas: algumas proposições da sociologia da arte**. Rio de Janeiro: 7Letras / Faperj, 2005.

2. Periódicos

ABREU, Marcelo. **Construtor de lembranças**. Brasília. Correio Braziliense. 20.04.2007. p.28.

_____. **Um povo à espera do carteiro**. Correio Braziliense. 07.09.2007. Cidades. p.26.

ALVES, Renato. **Passado inexplorado**. Brasília. Correio Braziliense. 06.04.2003. Cidades, p.30.

AMORIM, Rovênia. **2.000.000**. Brasília. Correio Braziliense. 28.01.2000. Cidades, capa.

_____. **Eu amo Brasília - Muito mais que Plano**. Brasília. Correio Braziliense. 09.07.2000. Cidades, p. 13.

_____. **Realidade que vem atrás dos números**. Brasília. Correio Braziliense. 30.01.2000. Cidades, p.4.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Resumo de Lúcio Costa**. São Paulo. Folha de S.Paulo. Mais! 24.02.2002. p.6.

ÁVILA, Cristina. **Quando ao havia as casas grandes**. Brasília. Correio Braziliense. 21.05.2000. p.5.

BEHR, Nicolas. Correio Braziliense. 21.04.2008. Doze visões de Brasília. Brasília 4+8. p.05.

BERNARDES, Adriana. **Uma cidade erguida no imaginário**. Brasília. Correio Braziliense. 30.08.2006. Cidades. História. p.30.

CAETANO, Valdez e RIBEIRO, Efrém. **A fome em ritmo de campanha**. O Globo, 11.01.2003.

CALVASARA, Kátia. Em algum lugar do passado. **TAM Magazine**. Ano 4, nº. 4, outubro de 2007. p.36.

CAMPOS, Ana Maria e ALVES, Renato. **Declaração de amor a Brasília**. Correio Braziliense, 21.04.2004. Brasília 44 anos, p.2.

CARVALHO, Mário César. Arqueologia de Brasília. **Caderno Mais!** Folha de São Paulo, 17.04.2005.

CATALÃO, TT. **Riscos de vidas**. Brasília. Correio Braziliense. 12.02.2002. Caderno Especial **Lúcio Costa 100 anos**.

CAVALCANTI, Leonardo. **Cartas da esperança de um povo**. Correio Braziliense. 30.09.2007. Política. p.9.

CEOLIN, Adriano. **Presentes para um presidente popular**. Correio Braziliense. Brasília, 09.01.2003.

CERATTI, Mariana. **Momentos de alegria sem igual**. Correio Braziliense. Brasília, 05.01.2003.

CLÉBICAR, Tatiana. **Nostalgia com endereço certo**. O Globo. 24.04.2003. Zona Sul. p.17-18.

CORREIO BRAZILIENSE. **Brasília: quarta mais populosa**. Brasília, 17.11.2007. Economia, p.19.

_____. **Você é um dos 6 bilhões de habitantes do mundo**. 06.07.2000. Coisas da Vida, p. 6.

_____. Brasília. Janeiro de 2000 a maio de 2008.

- _____. **Série História**. 13.03.2000. Tema do Dia. p.5.
- _____. 16.03.2007. Caderno Especial **A invenção: 50 anos do projeto de Lúcio Costa**. Entrevista / Maria Elisa Costa. p.3.
- _____. 21.04.2007. Onze visões de Brasília. Brasília 4+7. Diário de Trabalho. Caderno Especial. p.1.
- CORREIO DE BRASÍLIA. **A fiel secretária dos Kubitschek**. 30.09.2002. Entrevista. p.3.
- CRUZ, Luciene. **Cidade de muitos amores**. Brasília, Jornal da Comunidade. 17 a 23 de abril de 2004. p. A8.
- DC – BRASÍLIA. Edição Brasiliense do Diário Carioca. 1959, 1960. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Acervo microfilmado do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Brasília / DF.
- DOYLE, Hélio. **Somos todos brasilienses**. Brasília, Correio Braziliense, sábado, 16 de março de 2002. p.G2.
- FARIA, Tiago. **A nova cara do brasiliense**. Brasília, Correio Braziliense, 27.10.2002. p.20.
- FELIPPE, Cristiana. **Traços solidários**. Correio Braziliense. 29.11.2001. Coisas da Vida. p.7.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 11.03.1990. Especial **Era Collor**, pg. 6. Câmara dos Deputados, CEDI – Centro de Documentação e Informação. Setor de Microfilmagem. Filme 53.
- FREITAG, Bárbara. **Brasília: cidade de muitas cidades**. Brasília: Correio Braziliense, 06.08.2000. p.5.
- _____. **JK urbanista**. Brasília. Correio Braziliense. 26.02.2006. p.19.
- FREITAS, Conceição. **A história em cartão-postal**. Correio Braziliense. 15.04.2000. Cidades. P.4-5.
- _____. **Aos de 30, 40, 50**. Correio Braziliense. Crônica da Cidade. 26.02.2008. p.28.
- _____. **Cartas de uma desbravadora**. Correio Braziliense. 07.06.2005. Cidades. p.30.
- _____. **Confusão na festa de 100 anos**. Brasília. Correio Braziliense. 22.08.2007. p.28.
- _____. **Da pré-história ao desejo de mudança**. Correio Braziliense. **Série História**. 13.03.2000. Tema do Dia. p.5.
- _____. **É cidade e é satélite**. Correio Braziliense, 28.03.2008, p.36.
- _____. **Este homem viu tudo**. Correio Braziliense. **Série História**. 10.04.2000. Especial. p.16.
- _____. **Fachada de isopor**. Brasília, Correio Braziliense, 08.11.2005. p. 28.
- _____. **Lúcio Costa, o brasileiro moderno**. Brasília. Correio Braziliense. 21.08.2004. Caderno Pensar. p.4.
- _____. **No começo, foi assim**. Brasília, Correio Braziliense, 01.08.2007. p. 28.
- _____. **O homem das cavernas passou por aqui**. Brasília. Correio Braziliense. 22.03.2001. Coisas da Vida, capa.
- _____. **O outro homem da história**. Brasília. Correio Braziliense. 16.02.2004. Cidades, p.46.
- _____. **O vaqueiro voador sumiu**. Correio Braziliense. 01.05.2008. p.34.
- _____. **Quando isto aqui era sertão**. Brasília. Correio Braziliense. 26.02.2006. p. 26-27.
- _____. **Só para sonhadores**. Brasília, Correio Braziliense, 10.04.2005. p. 30.
- _____. **Viagem ao começo de tudo**. Brasília. Correio Braziliense. 05.02.2005. Cidades, p.24.
- GROSSMAN, Luís Osvaldo. **DF mais inchado**. Brasília. Correio Braziliense. 26.11.2007. Economia, p.10.
- JORNAL DA COMUNIDADE. **Oito estórias mal contadas da história de Brasília**. Brasília. Caderno Brasília 44 anos. 17 a 23.04.2004. p. F1 – F11.
- JUNIOR, Darse. **Remetente: Povo Brasileiro. Destinatário: Juscelino Kubitschek**. Correio Braziliense. 19.02.2006. p.30.
- LASNEAUX, Caroline. **Caminhos do passado. Brasília**. Correio Braziliense. 20.12.2006. Caderno Cidades, capa.
- LIMA, Richard. **Capital da qualidade de vida**. Brasília, Correio Braziliense, 20.07.2003. Semprebrasil, Informe Publicitário. p.2.
- MAIA, Agaciel da Silva. **A capital da qualidade de vida**. Correio Braziliense, 16.03.2006, p. 25.
- MANFRINI, Sandra. **São Paulo cai para terceiro lugar no ranking do IDH por Estados**. Folha Online, 02/10/2003 - 15h58. Acessível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54002.shtml>. Acesso em 07.08.2007.
- MARSICANO, Kátia. **PréBrasília**. Brasília. Correio Braziliense. 02.08.2004. Cidades, p.20.
- MARTINS, Alline. **Lago Norte faz aniversário**. Brasília, Jornal da Comunidade. 17 a 23 de abril de 2004. p. A8.

- MIRANDA, Ana. **Guimarães Rosa em Brasília**. Brasília. Correio Braziliense. 18.03.2005. p. 6.
- MONTENEGRO, Érica. **O futuro bate à porta**. Brasília, Correio Braziliense. 27.11.2007. Cidades, p.28-29.
- _____ e RICARTO, Tarciano. [Registro Civil 1.181.570]. Brasília. Correio Braziliense. 21.07.2002. Cidades, p.14.
- NINA, Cláudia. **República da escrivantina**. Jornal do Brasil. 31.05.2003. Idéias & Livros, capa.
- ODILLA, Fernanda. **Uma viagem ao passado**. Brasília. Correio Braziliense. 21.11.2006. p.30.
- PAVIANI, Aldo. **A Brasília de todos os brasileiros**. Correio Braziliense, 04.05.2001 p.5.
- _____. **Brasília Complexa**. Correio Braziliense, 19.04.2005. Disponível em CMI Brasil. Centro de Mídia Independente. <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/04/314210.shtml>. Acesso em 20.03.2008.
- PIEMONTE, Marianne. **Troca de cartas ainda sobrevive ao tempo**. Folha de São Paulo. 27.05.2007. Cotidiano. p. C11.
- REVISTA BRASÍLIA. Brasília: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap. Arquivo Público do DF. 1957, 1958, 1959, 1960.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. **Clarice, leitora crítica**. Correio Braziliense, Caderno C, p. 8. Brasília, domingo, 27.08.2006.
- SCOLESE, Eduardo. **Número de cartas a Lula dobra com crise**. Folha de São Paulo. 17.07.2005. p.A11.
- TEZZA, Cristovão. **As razões do acaso**. Correio Braziliense, 21.04.2005. Nove visões de Brasília. Brasília 4+5. Caderno Especial. p.4.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. **Ninguém mora num símbolo**. Correio Braziliense, 21.04.2004. Oito visões de Brasília. p.3.
- WESTIN, Ricardo. **Presidente recebe mil cartas por dia**. Folha de São Paulo, 11.01.2003.

3. Filmes

- A invenção de Brasília**. Direção de Renato Barbieri. Brasília: Videografia, 2001.
- Barra 68, sem perder a ternura**. Direção de Vladimir Carvalho. Folkino Produções, 2000.
- Brasília - contradições de uma cidade nova**. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasília, 1967.
- Brasília segundo Feldman**. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília, 1980.
- Conterrâneos Velhos de Guerra**. Direção de Vladimir Carvalho. Brasília, 1992.
- Narradores de Javé**. Direção de Eliane Caffé. Brasil, 2003.
- O homem invisível**. Direção de Andrea Velloso. São Paulo, 2006.
- Perseguini**. Direção de Vladimir Carvalho e Sérgio Moriconi. Brasília, 1981.
- Romance do vaqueiro voador**. Direção de Manfredo Caldas. Brasília, 2007.

4. Músicas

- A Carta**. Erasmo Carlos e Roberto Carlos.
- A taça do mundo é nossa**. Maugeri, Müller, Sobrinho e Dagô.
- Amigo Urso**. Henrique Gonçalves, Moreira da Silva e Maria Nazaré.
- Cordiais Saudações**. Noel Rosa.
- E.C.T.**. Nando Reis, Marisa Monte e Carlinhos Brown.
- Envio essas mal traçadas linhas**. Noel Rosa.
- Fdp**. Gabriel O Pensador. 1995.
- Love Letters**. Elvis Presley.
- Mensagem**. Cícero Nunes e Aldo Cabral.
- Meu caro amigo**. Francis Hime e Chico Buarque.
- Nova capital**. Intérprete: Linda Batista. 1956.
- Pombo-correio**. Moraes Moreira.
- Resposta ao Amigo Urso**. Henrique Gonçalves, Moreira da Silva e Maria Nazaré.
- Sinfonia da Alvorada**. Letra de Vinicius de Moraes, música de Antônio Carlos Jobim. Brasília, 1959.
- Um passeio no mundo livre**. Chico Science. CD Afrociberdelia, 1996.
- Vide-Verso**. Adoniram Barbosa.

ANEXO I

CAPAS

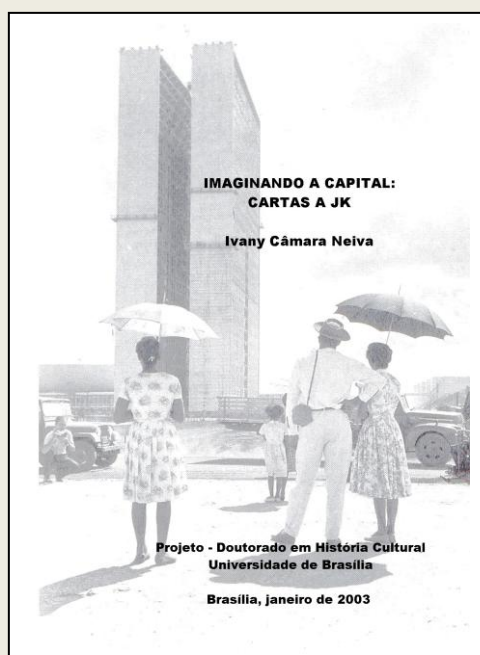
Imaginando a Capital: cartas a JK está em sua quarta capa, desde o texto do Projeto até a tese de Doutorado:

1. Projeto, janeiro 2003

Identificação de título, autoria, vinculação acadêmica, local e data.

- Foto de migrantes olhando para o Congresso Nacional. Autor não identificado.

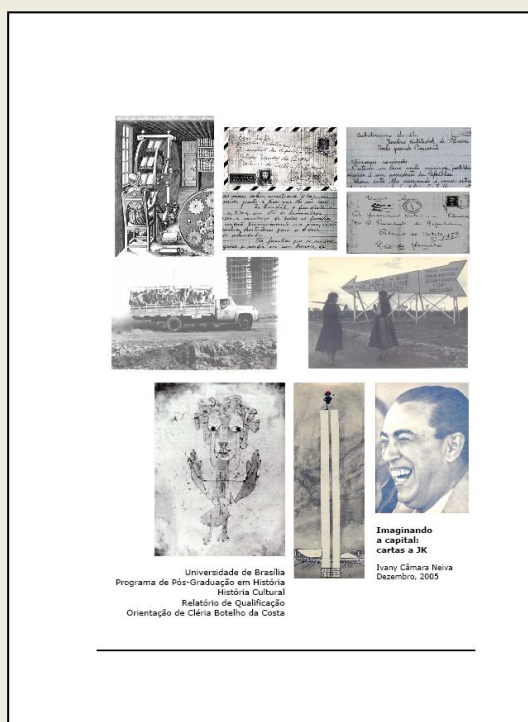
Brasília, fevereiro de 1960. Revista Manchete. Rio de Janeiro, Bloch Editores. Fevereiro de 1960.



2. Qualificação, dezembro 2005

Mosaico informativo, identificando título, autoria, vinculação acadêmica, local e data, e as seguintes imagens:

- Cartas e envelopes endereçados ao Presidente da República Juscelino Kubitschek – 1959 e 1960;
- Fotografias de operários, no período de início da construção de Brasília. Fotógrafo: Mário Fontenele. 1957. Arquivo Público do Distrito Federal;
- Charge de Ziraldo, na coluna Saci Pererê. O Cruzeiro, ano XXXII, nº 80, 7 de maio de 1960. pg. 100;
- A Roda de Ramelli – gravura de Agostino Ramelli. In: *Le diverse et artificiose machine*. Paris, 1588;
- Angelus Novus – aquarela de Paul Klee, 1920. Adquirida em 1921 por Walter Benjamin. Disponível em http://www.geocities.com/jneves_2000/wbenjamin.htm. Acesso em 15.08.2003;
- Fotografia do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira no dia da inauguração de Brasília. *Extra. O Futuro já tem capital – Brasília*. O Cruzeiro, ano XXXII, nº 80, 7 de maio de 1960. pg. XXI.



3. Relatório, fevereiro 2007

Identificação de título, autoria, vinculação acadêmica, local e data, e imagens de envelopes de correspondência enviada para JK, no Rio de Janeiro e na nova capital em construção (Arquivo Público do Distrito Federal).



4. Tese, 2007 / 2008

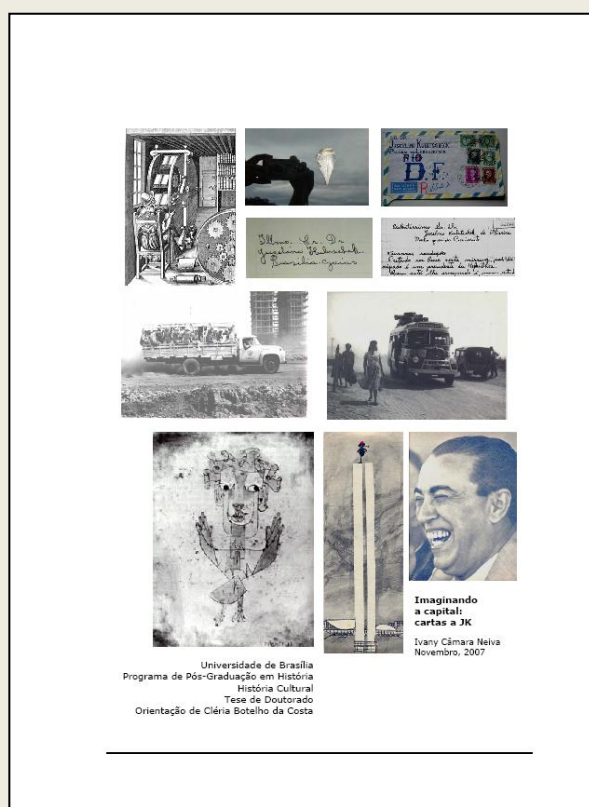
Mantém a estrutura do mosaico informativo da capa do Relatório de Qualificação, substituindo as quatro imagens do canto superior direito por:

- Foto de *Imaginando a Tese* (Bastidores, p.35);
- Envelopes e trecho de cartas a JK.

A segunda foto de operários é substituída por:

- Chegada dos Candangos. Peter Scheier. Arquivo Público do Distrito Federal.

A capa, inicialmente datada como *Novembro, 2007*, teve esse registro atualizado para *Abril, 2008*.



ANEXO I

BASTIDORES¹

¹ A versão original foi composta em formato horizontal e não constava como Anexo da tese.



IMAGINANDO A CAPITAL: CARTAS A JK

Bastidores

Ivany Câmara Neiva
Universidade de Brasília
Doutorado em História Cultural

Brasília, SQS 310
primeiro semestre de 2007

Sumário

	Apresentação	pg 3
	I - Janelas	4
II - Metodologia de pesquisa – buscando o equilíbrio	III - Imaginando a tese	28 31
	IV - Catetinho, 31 anos depois...	36
	V – Procura-se outro...	38
	VI – Quase um <i>making of</i>	42
	VII - Brasília, 47	45
	Referências	47

Apresentação

Conheci de perto Carlos Rodrigues Brandão aqui em Brasília, no FestiSesi¹, em 2006. Ele estava passeando pelos largos gramados da Funarte, e de longe eu admirava seu jeito respeitoso de se aproximar das pessoas que pretendia fotografar - estava fotografando pessoas para seu projeto *Rostos do Brasil*.

Conversamos um pouco, e ele me contou sobre seu artigo em um livro lançado recentemente, "organizado por sociólogo... mas a diferença é o olhar do fotógrafo que ele é também..." Brandão falava do José de Souza Martins, e o livro tinha um título bonito: *O imaginário e o poético nas Ciências Sociais*².

Depois, fui descobrindo quanto o título e o conteúdo confirmavam entrelaçamentos entre História, Comunicação, Poesia, Fotografia, Academia, Cotidiano.

Na Apresentação, José de Souza Martins (e Cornelia Eckert e Sylvia Caiuby Novaes, também organizadoras do livro), trazem a proposta fundamental do trabalho: "uma reflexão sobre a criatividade e a liberdade de pesquisa e produção científica que promova a reciprocidade cognitiva entre imaginário e real, entre imaginações próprias de diferentes formas de expressão e compreensão da realidade social."³

No artigo de Brandão, reencontrei o Brandão dos gramados da Funarte, quando ele falava da "presença da imagem através de fotografias entre as palavras escritas..."⁴. As conversas pelo gramado eram sobre Brasília, sobre algodão doce e cantadores, mas, apesar disso ou por isso mesmo, tocavam em assuntos acadêmicos, em pesquisas e no imaginário sobre a cidade. A leitora de Brandão era também sua parceira de caminhada pelo gramado, leitora de cartas para JK e fazedora de uma tese de doutorado.

Esse imaginário e poético, e mais *O Narrador* de Walter Benjamin, pareciam me acolher no desenrolar da pesquisa. As fontes estavam ali, mesmo, na "experiência que passa de pessoa a pessoa" - "a fonte a que recorreram todos os narradores"⁵.

Thompson, o Edward, foi também importante suporte no cotidiano da pesquisa. Sempre me lembro do que ele disse sobre seu exercício de historiador: "Penso que é como ser pintor ou poeta. O poeta adora as palavras, o pintor adora as cores. Comecei a achar fascinante a possibilidade de ir ao fundo das coisas, nas fontes mesmas."⁶

Em casa, Brandão e Benjamin e Thompson me acompanhavam. E a história presente se enlaçava com o passado atualizado. A velha escrivadinha do Vovô e o novo laptop *hp* ficam perto da janela, grande janela que me convida ao cotidiano da praça da 310 Sul. As cartas e os textos, e mais o telefone, a web, o email e o msn que apóiam as consultas, conviveram todo esse tempo com as filhas, os amigos, a casa, e com os vizinhos, o carteiro, a areia, a musicalidade e as cores da praça. Foram e são motivos, fontes e bastidores de *Imaginando a Capital: cartas a JK*⁷.

¹ II FestiSesi. O trabalhador e a cultura popular. Taguatinga e Brasília: SESI, 30 jan. a 5 fev. 2006.

² MARTINS, José de Souza et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

³ Idem, pg. 12.

⁴ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escrito com o olho - anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e idéias. In: MARTINS, José de Souza et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

⁵ BENJAMIN, Walter. *O Narrador* [1936]. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1996. 7ª edição, 10ª reimpressão. pp. 205, 198.

⁶ THOMPSON, E. P. Entrevista com E. P. Thompson. In: _____. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979. pg.305.

⁷ NEIVA, Ivany Câmara. **Imaginando a Capital: cartas a JK**. Brasília, 2007. Tese de Doutorado (História Cultural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Orientadora: Cléria Botelho da Costa.

I
Janelas



Janelas

310 Sul
Brasília, DF
janeiro a abril, 2007

Iva

Durante quase quinze anos,
o carteiro da quadra era o Moacir.
Lá vinha ele, o Moacir,
mais ou menos à mesma hora,
com sua bolsa de carteiro.
Um dia, encontrei em uma revistinha
da Turma do Pererê do Zivaldo, sorrindo,
o Moacir com uma carta na mão.

Mas o tempo e a bolsa pesaram,
e o Moacir passou para serviço interno,
lá na sede dos Correios.
Durante um tempo, depois disso,

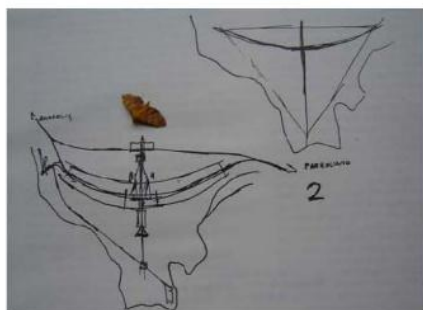
eram vários os carteiros.
Vinham de moto
em algum momento depois das duas da tarde.
Agora, o William é o carteiro da quadra.
Vem a pé, com bolsa de carteiro e uniforme azul e amarelo.
Traz revistas, convites, propaganda,
contas, comunicados, talões de cheque,
carteira de motorista, rg, cpf,
iptu, ipva, imposto de renda.
Cartão-postal, telegrama, sedex, sedex 10.

E traz cartas,
porque ainda existem cartas.

Ainda existem pessoas que se escrevem cartas.



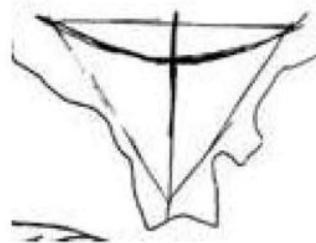
Moacir, do Zivaldo.
William, o carteiro da quadra.



Lúcio Costa disse que Brasília
 não tinha sido imaginada como avião:
 que o Plano Piloto não tinha nada de avião.
 "É como se fosse uma borboleta..."
 Ou uma mariposa...

Hoje, entrou uma mariposa pela janela.
 Pensei nessa visita como uma solidariedade
 às cartas que falam sobre Brasília,
 que estavam ali do lado, na estante...

Solidária, a mariposa pousou na estante,
 e também na caixinha antiga com paisagem do Rio,
 e pousou no Plano Piloto de Lúcio Costa.



Plano Piloto de Lúcio Costa,
Espírito Santo de Athos Bulcão,
Avião?

Plano, Divino...



Lúcio Costa. *Relatório do Plano Piloto*. 1956.
Athos Bulcão, *Natividade*. Igreja Nossa Senhora de Fátima, 1958. Foto em abril de 2007.
Fátima Bueno, Carla de Assis e Lígia de Medeiros. *Avião PPB*. Exposição *Brasília Faz Bem*. Galeria Referência. Brasília, abril de 2007.



Brasil, capital Brasília

Brasília é uma das 29 cidades
que hoje existem no Distrito Federal

Distrito Federal – quadrilátero
cercado de Goiás por todos os lados
e por Minas numa ponta



Mapas: PAUWELS, Geraldo José. Atlas Geográfico Melhoramentos. São Paulo: Melhoramentos. Jornal da Tarde, 1997.
Plano Piloto. Fátima Bueno, Carla de Assis e Lígia de Medeiros. Exposição Brasília Faz Bem. Galeria Referência. Brasília, abril de 2007.



A SQS 310 não tem bloco A.
Começa pelo B.
Em frente, tem uma praça.
Pela janela, se vê.



a janela



Anja
Antônia.
Tracunhaém/PE.



Merlin, o Mago
Araújo. Brasília/DF.

"Na mitologia clássica, a invenção da escrita é alternadamente associada ao fenício Cadmus, ao grego Hermes e ao egípcio Thot. As figuras medievais mais associadas com a escrita são Odin, inventor das runas, e Merlin - mago e profeta. (...) Merlin é o *santo protetor* das cartas no mundo arthuriano."

Bloch, R. H. *Etymologies and Genealogies: A Literary Anthropology of the French Middle Ages*. University of Chicago Press, 1983. pg. 1.



Dadalê, a Corujinha

"A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, **dada a ler.**"

CHARTIER, Roger. *História Cultural - entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp. 16-17.



Palhaço

Donald. Brasília/DF.

Pra ser um palhaço,
Um carlito, um caipira
No grande circo da vida
Tem que ser louco e não ser
(...)

Mazzaropi
(Jean & Paulo Garfunkel)



algodão doce, ponto de encontro, mestrado, doutorado,
jogo de bola, gari, pneu novo, jornal, luz demais...



**juntos,
sozinhos...**



dias
noites
intervalos



conversa, pressa, vagar, primeiros passos,
luz demais em pleno dia



praça, areia, futebol



do Ceará, do Goiás, do DF...

Vizinhos

Na entrada da quadra existe um ponto de táxi.
Os taxistas fixos são Antônio - o "Professor", e o José.

José se chama José de Souza Irmão.
Um dia em que eu estava indo procurar antigos jornais na Biblioteca da Câmara,
sobre a Vila Amaury,
ele me contou que tinha morado lá:
que tinha vindo do Ceará muito novo, trabalhava na construção civil e morou na Vila.
Trabalhou na construção da Escola Parque, na entrequadra 507 / 508 Sul.

Conversamos sobre aqueles tempos de início da construção da cidade
e sobre os nordestinos que vinham para a nova capital
e que moraram, como ele, em vilas de operários.

A Vila Amaury ficava no chão do que hoje é o lago Paranoá.
Em 1959, quando as águas da Barragem foram liberadas,
a Vila ficou submersa.

O Lago guarda vestígios da Vila até hoje
e as histórias sobrevivem na memória de pioneiros como o José.

E nas cartas escritas para Juscelino.



Minha aluna Letícia e eu fomos entrevistar Nonato Silva no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. O interesse principal era pelas histórias dele como editor da Revista Brasília, publicação da Novacap iniciada em 1957, que trazia notícias da construção da nova capital. Conversamos também sobre as cartas escritas para JK. Nonato Silva sabia histórias dessas cartas – quem as escrevia, quem de fato as lia, quem de fato as respondia, quantas se perderam...

A conversa foi se estendendo, e Nonato nos convidou para continuar outro dia, outra hora.

E contou que morava na 310 Sul. Vizinho de quadra.

Um dia desses, vi pela janela Nonato passando pela calçada. Demorei para buscar a câmera. Nonato passou, passos largos.

Lá vai Nonato, quase virando a curva da quadra.





visíveis



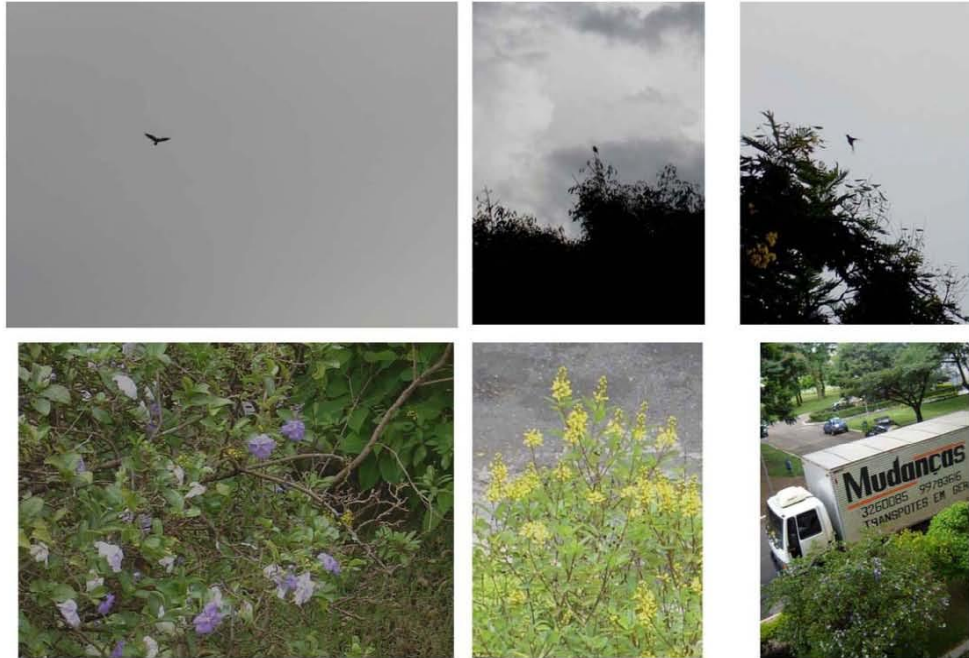
...às 10 horas, chega o saxofonista



**uns dias chove
outros dias bate sol
Um dia choveu muito, lá fora e aqui dentro**



vizinhos





vizinhos



de outro lado...

II

Metodologia de pesquisa: buscando o equilíbrio



Estava eu aqui "convidando" Maffesoli
e Benjamin
e Sandra Pesavento
para pensar nas cartas e no imaginário,
quando pensei na corda-bamba em que ando,
nessa busca de prumos e equilíbrios

Eita, corda-bamba

Lá fora, em dias e horas diferentes,
uns meninos brincam de corda-bamba
na cerquinha do parquinho.

Isso me faz muito bem,
ver que eles até caem,
mas caem na areia,
riem muito,
e continuam achando bom brincar de corda-bamba.



tempos,
vaivém...

Prendedor de recados – Memorial JK
Calendário 2007
Foto Operários comemoram a inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960. Acervo do Arquivo Público do DF.

III

Imaginando a tese



Fim de tarde
 - quer dizer: fim de tarde de descobertas no Arquivo,
 porque lá o dia termina às cinco da tarde

Lá vou eu de volta para o carro,
 pensando naquela carta
 em que alguém chamava JK de *majestade*...

lembrava de outra carta
 em que uma mineira conta para o Presidente
 que o marido é bom motorista
 e que seria bom que ele fosse para Brasília, ser motorista...

e chego ao carro
 e lá no vidro me espera uma pétala

uma pétala

nenhuma árvore por perto,
 mas uma pétala está lá,
 no vidro do carro

estava ali a síntese da tese,
 acho

fim de tarde
 descobertas
 pequenos sonhos
 chuva de imagens
 de todos os lados
 e tempos

as imagens
 e tempos
 se mesclam

a pétala
 vinda de algum lugar
 e tempo

A pétala - André, como é isso?
 Qual o primeiro plano, qual o reflexo, qual a profundidade?

Pequenos sonhos





*Novacap
Arquivo Público do Distrito Federal*



Arquivo Público do DF
Brasília, março de 2007
Ivany Neiva, *Imaginando a Capital: cartas a JK*

IV

Catetinho, 31 anos depois...



JK, Ivany, Bruna, Ana, André

Catetinho,
outubro de 1987

Fotos:
Acervo de Ivany Câmara Neiva
Arquivo Público do DF



Olho d'água no Catetinho
Bruna, outubro de 1987
JK, outubro de 1956

V

Procura-se outro...

v



No começo dos anos sessenta, Ziraldo lançou a revista Fotopotocas. O primeiro número não era datado, mas se via que eram os *anos JK* e que Brasília estava em construção.

Em 65, JK não voltou a se candidatar. Foi cassado em junho de 1964.

ZIRALDO. *Fotopotocas*. Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.



Estacionou um carro branco ao lado do Bloco.

No vidro de trás, lá estava um adesivo – *JK: procura-se outro*.
Mais uma vez, a câmera estava longe e a imagem se perdeu.
Nunca mais o carro voltou.

Mas José da Cruz, cenotécnico da Globo em Brasília e pai da Leidiane e do Herbert, da Católica, descobriu que o Memorial JK tinha um adesivo daqueles, remanescente (foi feito para o lançamento da minissérie JK).

Por isso, e especialmente para a foto, por um dia o Ford KA da Bruna teve um adesivo que falava de JK.

Outro dia, relendo o artigo da Leidiane (justo da Leidiane!) e da Dani na Revista O Candango¹, vi que na mesa de Affonso Heliodoro, assessor direto e amigo de Juscelino por longos anos e hoje Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, está fixado aquele adesivo *JK: procura-se outro*.

¹ FREIRE, Danielle e SILVEIRA, Leidiane. Juscelino Kubitschek: ligeiro e certo! O Candango. Associação dos Candangos Pioneiros de Brasília. Ano X, n.º 24, ago. 2005.



Tenho lido muitas cartas destinadas a JK.
Naquele acervo do Arquivo Público, não há respostas do Presidente.
Mas, aqui e ali, se encontram bilhetes dele, encaminhamentos assinados.

Essa assinatura,
conheci quando era criança, no Rio.

O fisioterapeuta de meu avô também atendia Juscelino
e um dia lhe pedi um autógrafa
"no livro de lembranças da neta de um cliente...".

Era Seu Schmid – Eugen Schmid,
que levava música cigana para meu avô e minha avó ouvirem,
e também para Juscelino.
Mais tarde, há pouco tempo, se falou muito sobre possíveis origens ciganas de JK²...

E aí ficou o autógrafa, um ano mais velho que Brasília: de abril de 1959.
Penso que Seu Schmid, sendo alemão, não se lembrou do y final do nome,
e disse a Juscelino que a destinatária era Ivani, com *i*.
E como a referência eram meu avô e minha avó,
por isso aparece lá o sobrenome Arruda Câmara...

² TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2000. E-Texto nº. 2. <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02.html>. Acesso em 20.10.2006.

VI

Quase um *making of*

Assim nas cartas, assim na tese,
convivem a escrita e a oralidade,
as conversas,
os silêncios,
o cotidiano;
marcas de tempo,
tempo presente.

No começo (quando foi o começo?),
no começo era o registro casual de cenas que aconteciam ao mesmo tempo
que as cenas da pesquisa e da escrita.

Penso que a revelação – e a compreensão –
de que o cotidiano da tese estava,
mesmo,
entrelaçado com o cotidiano da vida,
têm referências expressivas no próprio cotidiano -
como o dia em que a mariposa entrou pela janela
e pousou no desenho do Plano Piloto,
perto das cartas e dos escritos da tese;
ou o dia em que o motorista de táxi da nossa quadra
contou que tinha morado na Vila Amaury;
ou quando o porteiro do nosso prédio
chamou o carteiro da quadra para “tirar uma foto
para um trabalho que a professora está fazendo, da Universidade”.

Foi assim que o registro do cotidiano foi virando parte da tese –
talvez, quase um *making of*.

Making of: como dizer, em Português?

Conversamos sobre isso
- amigos, alunos, professores.



Mariela Nachbory. Instalação na Galeria 5006.
Hotel Design Suites, Buenos Aires, outubro de 2005.

Tapete de papel, suportes, espelho d'água.
Detalhe dos fios de nylon com que se fez
o tapete de recortes de papel.

Parece que não é muito comum se fazer *making of* de tese,
mas as referências do Cinema e da História valem e vão se ajustando:
mais que "bastidores", é documentário do processo de produção e de realização;
mais que "behind the scenes", ou "por trás de",
é o próprio processo de feitura,
de formação,
de fazer-se.

Essa expressão *making of* aparece em relação à classe operária, com Thompson – o Edward. Lá, as palavras foram escritas separadamente e não como expressão composta. Era o *making* de algo.

[Pausa para citações oportunas]

No Prefácio do primeiro volume (*A Árvore da Liberdade*) do "The Making of the English Working Class"¹, ele comenta:

Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito: *fazer-se*, porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio *fazer-se*.²

É de Denise Bottman, tradutora desse primeiro volume, a decisão de adotar a expressão *fazer-se*, no Prefácio. No título do livro, o *making of* se abrigou como *formação da*: "A Formação da Classe Operária Inglesa". Mas a tradutora comenta os desafios de tradução e explica as razões de registrar o *fazer-se*, em uma nota de rodapé do Prefácio na versão brasileira:

(...) a palavra 'formação' perde muito o conteúdo subjetivo e processual de 'making': ao substantivar o gerúndio de *to make*, o autor pretende, efetiva e conscientemente, ressaltar esse movimento de 'autofazer-se' das classes sociais ao longo da história. Mantivemos *fazer-se* neste prefácio (...).³

Vida longa ao Thompson, o Edward (mesmo que ele já não esteja por aqui, desde 1993...).

Aqui, fica assim:

foi se fazendo o registro do cotidiano da tese, como parte do cotidiano da pesquisa, da escrita e da vida.
Os mosaicos de cotidiano ganharam o título de Bastidores,
mas são quase o *making of* da tese, ou o *making* da tese,
assim nesse sentido de *fazer-se*.

Tem 47 páginas,
porque um dia precisava parar.
E 47 é um número emblemático,
no ano em que se comemoram 47 anos da mudança da capital do Brasil para o Planalto Central.

¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 vol.

² THOMPSON, Edward Palmer. *A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottman. Prefácio, p. 9.

³ Idem, nota de rodapé.

VII

Brasília, 47



21 de abril de 2007: 47 anos de Brasília e de DF no Planalto Central.

Moair na tela.

Muitos dias de *Imaginando a Capital*: cartas a JK.

Fotos e textos:
Ivany Câmara Neiva

Foto do eclipse na janela:
Bruna Neiva

Referências:

- BENJAMIN, Walter. O Narrador [1936]. In: **Magia e Técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas, vol.I. São Paulo: Brasiliense, 1996. 7ª edição, 10ª reimpressão.
- BLOCH, R. H. **Etymologies and Genealogies: A Literary Anthropology of the French Middle Ages**. University of Chicago Press, 1983.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Escrito com o olho – anotações de um itinerário sobre imagens e fotos entre palavras e idéias. In: MARTINS, José de Souza et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- CORREIO BRAZILIENSE, Brasília, domingo, 14 jun. 1998. **Especial Lúcio Costa**.
- COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. [1956]. Brasília: DETUR/GDF, s/d.
- GARFUNKEL, Jean & Paulo. **Mazzaropi**. <<http://www.luhli.mpbnet.com.br/discografia/eta.nois/mazzaropi.html>>. Acesso em 11.09.2001. Interpretado por Ary Pararraios em *Romances*. Brasília: Teatro Goldoni, 2001.
- MARTINS, José de Souza et al. (orgs.). **O imaginário e o poético nas ciências sociais**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- NEIVA, Ivany Câmara. **Imaginando a Capital: cartas a JK**. Brasília, 2007. Tese de Doutorado (História Cultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Orientadora: Cléria Botelho da Costa.
- _____, FREIRE, Danielle e LOPES, Fabiane. **Narradores da Vila Amauri**. In: Revista Fragmentos de Cultura (História e Fotografia) n.12 v.15, 2005. IFITEG / SGC / UCG.
- TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos Ciganos no Brasil**. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2000. E-Texto nº. 2. <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/ciganos02.html>>. Acesso em 20.10.2006.
- THOMPSON, E. P. Entrevista com E. P. Thompson. In: _____. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
- ZIRALDO. Moacir, ilustração. <<http://ziraldo.com/livros/perere.htm>> Livros e Obras. **A Turma do Pererê**. Acesso em 02.02.2007.

Anexo III

**Intervalos:
recados metodológicos**

Andando pelas ruas catalãs de Barcelona e caminhos suíços de Neuchâtel, muitas vezes vou me lembrando da construção do *Imaginando*.

São prazerosos os encontros, passeios e descobertas, nesse intervalo europeu de quase uma semana, em meio às atividades da Católica e da UnB, e da vida toda em Brasília.

Nessas andanças de começo de outono, o olhar é constantemente chamado às janelas, aos telhados, aos cataventos, às marcas do dia-a-dia. E, embora sem legendas acadêmicas, percebo que está presente a observação do imaginário e dos caminhos do conhecimento de um mundo sensível.

Mais de uma vez tenho me lembrado de comentários de Juremir Machado, em conversas quando passeávamos pelo Núcleo Bandeirante, há três anos. Ele dizia que um sinal certo de que alguém gosta do ofício de pesquisador é quando o assunto - e os métodos - o acompanham, se tornam referência, se intrometem como tema de conversa com amigos. Dizia ele: “Uma pesquisa exige sorte, muita procura, semear constantemente (falar do tema para todo mundo, procurar pistas, buscar especialistas, ficar obcecado)”¹.

Fico me lembrando disso porque em plena Barcelona, em pleno Neuchâtel, também aparecem pistas para a busca daquele imaginário sobre Brasília. Aqui e ali, brilham rastros do *Imaginando*.

Aqui e ali, vejo as *carteiras* distribuindo correspondência. Carteiras – tenho visto mais mulheres que homens nesse trabalho, e com as mesmas cores do Correio brasileiro: azul e amarelo, no uniforme e no carrinho.

Nas ruas e estradas, paisagens urbanas, prédios seculares e contemporâneos nossos, no modo de ser das pessoas, têm me aparecido com mais destaque o movimento, os ajustes, as atualizações. Lembro de novo de Juremir, quando ele se lembra de Edgar Morin se lembrando de Antônio Machado, e dizendo que “método é caminho que se faz caminhando”².

Nestes caminhos, têm me aparecido vivamente as mudanças e as permanências, as obras de restauração e de manutenção, os desafios de mescla entre presente e passado, memória e cotidiano.

Imagem e texto, notas de rodapé e anexos, presente e passado e futuro, lugares e tempos, memórias e lembranças, encontros e reencontros, história e arte, parece acontecer tudo-ao-mesmo-tempo-agora³ – em Brasília, em Neuchâtel, em Barcelona.

Casa da Bruna em Barceloneta, outubro de 2007.

¹ Conversas registradas em SILVA, Juremir Machado. **Re: continuando a conversa de Brasília sobre o tal artigo**. Mensagem recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 31.10.2004.

² SILVA, Juremir Machado. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003. pp.74, 83.

³ Tudo ao mesmo tempo agora. Referência: álbum dos Titãs (1991); agência TMTA Comunicação, de Brasília.

Rastros do *Imaginando*



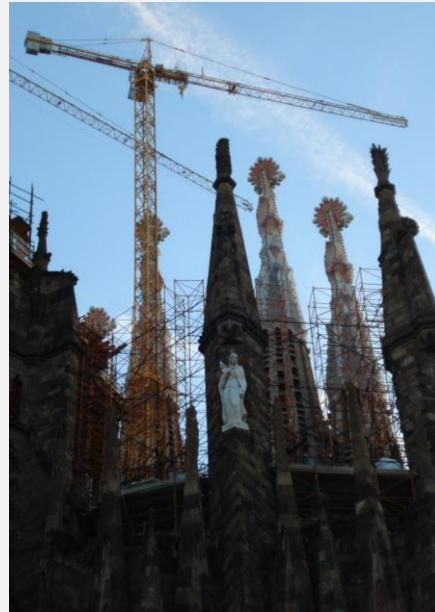
Azul e amarelo: o carrinho dos Correos de Barcelona, a *carteira*.



Telhados vistos do Parque Güell:

“Ocupa e resiste! Por que se fala em temporada de turistas, se não podemos matá-los?”

Faixas em prédios próximos à Igreja da Sagrada Família: “L’AVE pel litoral” – palavra de ordem dos movimentos contrários à construção de linhas da AVE - Alta Velocidad Española no local, o que abalaria as fundações do monumento.



Torres, guindastes, rastros de aviões no céu.
Gaudi. Temple Expiatori de la Sagrada Família / Igreja da Sagrada Família, Barcelona.
Em construção desde 1883.

“A Sagrada Família está viva não só por sua complexidade mas porque, penso, Gaudí – um visionário – a previu como uma obra sempre em aberto, em movimento, como um móbile.”⁴

PS

Em dezembro de 2007, foi publicado em Português o livro *Conversas com Gaudi*, trazendo a “única *entrevista* concedida por Gaudi em vida”⁵ – na verdade, notas do arquiteto catalão César Martinell Brunet a partir de conversas mantidas com Gaudi entre 1915 e 1926.

Além de tratar de Gaudi e de suas obras, a notícia mais uma vez me parecia trazer dicas para uma metodologia de pesquisa: pelo lento e persistente trabalho de construção (onze anos de conversas, mais de 120 de construção da Sagrada Família...), pelo entrelaçar de imagens, oralidade e escrita, pelas histórias.

“Gaudí detestava escrever e não nos legou sequer a planta completa do templo da Sagrada Família. Suas visões estético-filosóficas e mística, além de seus princípios totalmente inovadores de construção, estariam perdidos se o arquiteto catalão César Martinell Brunet não se tornasse seu grande amigo e registrasse suas conversas com o genial arquiteto, de 1915 a 1926. [...] *Conversas com Gaudi*⁶ recupera o Gaudí oral, com todo seu humor, insights e espírito visionário, e revela os segredos de seus princípios construtivos, fundamentais para a compreensão de sua arquitetura, num percurso em que o leitor, a cada capítulo, sente-se como se estivesse na sala com o grande arquiteto catalão.”⁷

⁴ BONVICINO, Régis. **Obra reafirma a importância de Gaudí para Barcelona**. In: Livros – Crítica/‘Conversas com Gaudi’. Folha de São Paulo, 05.01.2008. Ilustrada, p.E4.

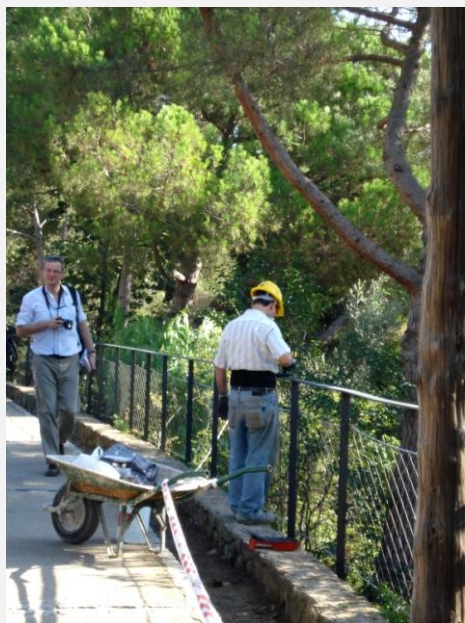
⁵ Idem

⁶ BRUNET, César Martinell. **Conversas com Gaudí**. Tradução: Alberto Marsicano. São Paulo: Perspectiva, 2007.

⁷ Boletim eletrônico da Associação Cultural Catalonia. 21/12/07. Acessível em http://www.catalonia.com.br/noticias_info_catalonia_32.asp. Acesso em 05.01.2008.



Terraço da Casa Milà (La Pedrera), de Gaudí.
Ao longe, a Sagrada Família.



Parque Güell, Barcelona. Gaudí.
Caminhos e painéis. Os *trencadís* de Gaudí - mosaicos, *colagens* de fragmentos de azulejos...
Reparação, conservação.



Genebra:
muralhas descobertas durante construção de prédio de estacionamento, no centro da cidade.

Barcelona:
muralhas descobertas durante obras em prédio de apartamentos, no Bairro Gótico.



Caminho dos Alpes, Suíça
Obras no Castelo de Gruyère.



Tempo, espaço
Lembranças suíças de Brasília

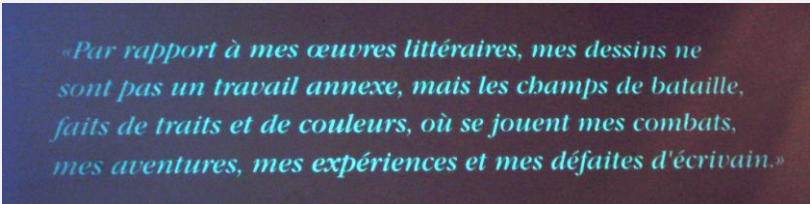
Verticais, de René Küng. Neuchâtel.
Projeto de Le Corbusier. Prédio em restauração. Genebra.

Sobre texto e imagem, anexos, asteriscos e rodapés

A construção do *Imaginando* vem sendo uma boa oportunidade para pensar sobre os modos de construção de pesquisa.

Ao longo desse processo, o cotidiano da pesquisa e da vida vêm trazendo avisos do entrelaçamento entre a escrita com palavras e com imagens, e do significado igualmente importante de texto e imagem, e de anexos, asteriscos e rodapés.

Dürrenmatt, Gilberto Freyre e Rilke trouxeram seus recados.



«Par rapport à mes œuvres littéraires, mes dessins ne sont pas un travail annexe, mais les champs de bataille, faits de traits et de couleurs, où se jouent mes combats, mes aventures, mes expériences et mes défaites d'écrivain.»

Em relação às minhas obras literárias, meus desenhos não são um trabalho anexo, mas os campos de batalha, feitos de traços e de cores, onde se dão meus combates, minhas aventuras, minhas experiências e minhas derrotas de escritor.

Friedrich Dürrenmatt⁸
Centro Dürrenmatt – Neuchâtel, Suíça. 2007.

⁸ No Brasil, talvez sua obra mais conhecida seja “A visita da velha senhora”, texto para teatro. DÜRRENMATT, Friedrich. **A visita da velha senhora**. Tradução de Mário da Silva. São Paulo: Agir, 1963.

PS.

Passou o tempo, mudou o ano.
Estamos em 2008.

Continuando o assunto *imagem e texto*:
no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo,
reencontro Gilberto Freyre, que assina *Gil* como pintor
- escritor e pesquisador e pintor se mesclam em sua interpretação do Brasil:



“[...] Eu pinto escrevendo e acho que um pouco escrevo pintando.”⁹

⁹ FREYRE, Gilberto. **Eu deixei sempre portas abertas**. Entrevista a Gilberto Vasconcellos. Folha de São Paulo, domingo, 9 de março de 1980. Acessível em http://almanaque.folha.uol.com.br/entrevista_gilberto%20freyre_09mar1980.htm. Acesso em 05.01.2008.

Trecho reproduzido na exposição **Gilberto Freyre, intérprete do Brasil**. Curadoria de Elide Rugai Bastos, Julia Peregrino e Pedro Karp Vasquez. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 27.11.2007 a 04.05.2008.

A reprodução da pintura está disponível em <http://www.fundaj.gov.br/fgf/prou.html>. Acesso em 05.01.2008. As demais fotos foram feitas por mim, durante a viagem a Barcelona, Genebra e Neuchâtel, em outubro de 2007.



Águas Claras, 24 de março de 2008

Bem no momento da revisão do *Tecendo tramas*¹⁰, reencontrei Rilke, que antes só conhecia pelos poemas e pelas **Cartas a um Jovem Poeta**¹¹.

Vi hoje (durante uma reunião de professores na Católica...) a publicação feita pela Martins Fontes, em 2007, das **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**¹².

Além de cartas, o livro traz uma Introdução sobre elas e sobre a escolha de Rilke pela escrita de cartas, e também sobre o trabalho do organizador Ulrich Baer, de leitura e edição.

Ulrich Baer conta que o **Cartas do poeta sobre a vida** reúne trechos das “cerca de sete mil cartas alemãs e francesas publicadas”¹³. Conta mais: que se estima que a correspondência total de Rilke chegue a aproximadamente onze mil cartas – contando as que ainda não foram publicadas¹⁴.

Baer explica que organizou o livro, a partir da leitura daquelas sete mil cartas, classificando os trechos escolhidos “em seções que correspondem aos temas predominantes” que ali encontrou. Avisa (e aí vemos uma orientação sensível e fundamental para os pesquisadores, e por isso deixamos em destaque o *recado metodológico*) que “a sequência dos capítulos e dos trechos dentro de cada um deles não é cronológica, mas baseia-se em minha **experiência da leitura da obra de Rilke**”¹⁵.

Nessa Introdução, encontramos recados do poeta sobre poesia e cartas, quando Baer nos conta que Rilke, em seu testamento, declarou que “cada uma de suas cartas fazia parte de sua obra **tanto quanto** cada um de seus muitos poemas”¹⁶, e por isso autorizou a publicação de sua correspondência.

Baer cita o trecho de uma carta escrita em 1893, na qual o Rilke então com 17 anos expressa “a preferência de escrever cartas a versos a fim de atingir seus destinatários de maneiras não asseguradas pela poesia”¹⁷ ...

¹⁰ Capítulo em que a metodologia da pesquisa é tratada, na tese.

¹¹ RILKE, Rainer Maria. **Cartas a um jovem poeta; A canção de amor e de morte do porta-estandarte Cristóvão Rilke**. 17ª ed. São Paulo: Globo, 1989. Tradução: Paulo Rónai; Cecília Meirelles. (na ilustração, capa da edição da L&PM Pocket Plus, 1996)

¹² Idem. **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**. Organização Ulrich Baer; tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Martins, 2007.

¹³ BAER, Ulrich. Introdução. In: RILKE, Rainer Maria. **Cartas do poeta sobre a vida: a sabedoria de Rilke**. p.16.

¹⁴ Baer explica que, em relação a algumas dessas cartas ainda não publicadas, aguarda-se a expiração dos direitos autorais mantidos pelos destinatários.

¹⁵ BAER, op.cit., p.12.

¹⁶ Ibidem, p.14.

¹⁷ Ibidem, p.16.

O fraque

Ary Pára-Raios¹⁸ tinha um fraque.

Não era propriamente dele –
tinha sido incorporado ao figurino
e aos objetos de cena do Esquadrão da Vida.

Hoje, anos mais tarde,
tentamos nos lembrar da história do fraque.

De uma referência, todos nos lembramos.
Ary contava que o fraque tinha assistido à
inauguração de Brasília.
Ou melhor: que alguém tinha participado da
inauguração vestindo aquele fraque.

Quem teria sido?

As lembranças viajam:
o fraque era de alguém
que trabalhava com um diplomata,
ou era do próprio diplomata,
ou de alguém da família do diplomata...

Era de um garçom...

Certamente, era de alguém bem magro...

No Arquivo Público, a Sandra Torres¹⁹ comenta
que o Mário Fontenelle²⁰ era magro...
O Manuel Mendes²¹ também,
e está lá no Lago Sul...

Surgem idéias de procurar pessoas
que há quarenta e oito anos
pudessem ter assistido à inauguração,
de fraque.

Surgem idéias de procurar
memórias daqueles tempos –
histórias que ainda possam ser contadas
- sobre fraques,
ou não.

Muitas vezes é assim que acontece:
assim surgem idéias,
memórias,
pesquisas.



Ary Pára-Raios.
Entrada da Exposição “Viva Esquadrão da Vida”.
Brasília, Caixa Cultural, 9 de março de 2008.



Maíra²²,
com o fraque
(e uma cartola dos anos vinte do século XX).
Camarim da exposição.

¹⁸ Ary Pára-Raios foi palhaço, ator, jornalista e diretor do grupo de teatro Esquadrão da Vida.

¹⁹ Sandra Torres é Gerente de Documentação Textual do Arquivo Público do DF.

²⁰ Mário Fontenelle foi o primeiro fotógrafo oficial de Brasília.

²¹ Manuel Mendes é escritor e jornalista. Chegou a Brasília em 1957.

²² Maíra Oliveira é atriz, filha de Ary Pára-Raios e atual diretora do Esquadrão da Vida.

Brasília, 20 de janeiro de 2008.

Relendo *O Imaginário*, de Sartre, com o olhar dirigido de quem está em tempos de tese, reencontro, no capítulo sobre A Vida Imaginária, uma referência a cartas.

Sartre fala de amor, de ausência e do “empobrecimento radical” do amor por Annie, que “se volta para um objeto irreal que perdeu sua individualidade”. “Perdi sua imagem”²³, diz ele sobre a ausência de Annie.

E, então, Sartre fala de cartas: “é por essa razão, cremos, que as cartas são esperadas com tanta impaciência: não tanto pelas notícias que podem contar [...], mas por seu caráter real e concreto”²⁴.

Sartre fala do *ato de imaginação* como um *ato mágico*.

Penso nos *atos de imaginação* e nos *atos mágicos* que povoam o cotidiano de quem escreve teses ou dá aulas.

Como acontece o “olhar dirigido”? Ou, melhor perguntando: quem dirige esse olhar, quem ou o quê o chama e orienta?

Lembro novamente de Juremir Machado falando do pesquisador e de seu mergulho na pesquisa que o envolve e desafia²⁵.

Penso na coincidência de Bráulio Tavares falar, em uma crônica recente na sua coluna do Jornal da Paraíba, do que ele chama de “simetria aleatória”: “E assim explicamos o inexplicável, pelo poder que têm as palavras de dar nitidez ao invisível”²⁶...

²³ SARTRE, Jean-Paul. *O imaginário* – psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Ática, 1996. [1ª edição: Paris, Gallimard, 1940]. p.191.

²⁴ Idem.

²⁵ Conversas registradas em SILVA, Juremir Machado. **Re: continuando a conversa de Brasília sobre o tal artigo**. Mensagem recebida por <neiva3@terra.com.br>, em 31.10.2004.

²⁶ TAVARES, Bráulio. Simetrias Aleatórias (12.01.2008). Encaminhado para <neiva3@terra.com.br> em 26/01/08, 16:33, por <btavares13@terra.com.br>. Coluna 1508, disponível em http://jornaldaparaiba.globo.com/col_brau.php].



Bilros, almofada,
renda de bilros ²⁷



Bilros e rendas de Ana Veridiana.
Ingá, Paraíba, anos 50 (do século XIX)²⁸

Renda de bilro

Câmara Cascudo contava, em 1978, que *Literatura Oral no Brasil* “terminou-se em março de 1949 e foi impressa em junho de 1952”. Explica como foi construída: “texto vagaroso feito e refeito como renda de almofada”²⁹.

E aqui estão dois bilros, remanescentes dos muitos que Ana Veridiana de Arruda Câmara³⁰ levou do Ingá do Bacamarte para o Rio de Janeiro, quando foi morar na casa do filho Antônio³¹.

Lá, no Rio, Ana continuou fazendo renda de almofada. Vagarosamente.

Esse é mais um recado metodológico de Cascudo, pelos bilros.

²⁷ Disponível em: <http://diarionordeste.globo.com/materia.asp?codigo=273240>. Acesso em 23.04.2008.

²⁸ Foto: Ivany, 23 de abril de 2008.

²⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1978. 2ª ed. Coleção Documentos Brasileiros, volume nº. 186. Notas da segunda edição, p.11.

³⁰ Veridiana, ou Veriana. Ana Veridiana, a Naninha, nunca teve documentos que trouxessem seu nome ou o dia de seu nascimento.

³¹ Antônio de Arruda Câmara, meu avô Antônio (e primo de Cascudo).

Ficha Técnica

Realização (pesquisa, redação, fotografia, edição)
Ivany Câmara Neiva

Orientação
Prof^a Dr^a Cléria Botêlho da Costa

Levantamento exploratório (auxiliares de pesquisa)
Michelle Barbosa Horovits
Letícia de Souza Santos

Arquivo digital das cartas
Yokohare de Magalhães Teles

Trilha sonora
Leonardo Arruda
Aluizio Augusto

Entrevistados
Affonso Heliodoro dos Santos
Carmosina Maria
Expedito Ferreira da Silva
João de Deus
Liberato Oswaldo das Neves
Luiz Mendonça
Maria Cilene Barbosa dos Santos
Mário Sousa
Raimundo Nonato da Silva
Roberto Aguiar

Remetentes das cartas selecionadas¹

nomes dos remetentes	datas de remessa ²
1. [Folha de Luziânia]	02 jul 57
2. [seus candangos]	[26 ago 59]
3. Adnilson Ferreira Chaves e outros	01 mai 59
4. Amazon Sumida	12 jun 58
5. Ana Maria Jerônimo	31 dez 59
6. Ana Vieira	17 dez 57
7. Anastácio Barbosa de Abreu e outros	[11 dez 58]
8. Antônio Bento Fernandes	09 mar 60
9. Antônio de Pádua Corrêa Filho	06 jun 57
10. Antônio Fernandes Farias	27 jan 58
11. Antônio Leite Filho	16 set 59
12. Antonio Rodopoulos e outros	02 jun 59
13. Antônio Rosalino da Cruz	15 set 57
14. Antônio Sylvio Cunha Bueno	22 jun 59
15. Arcelina Helena Publio Dias	02 jul 59

16. Argemiro Costa	20 mai 59
17. Armando da Silva	08 fev 58
18. Armando Martins de Azevedo	19 nov 59
19. Astrogildo Martino Alcantarino	26 jul 58
20. Barachias de Freitas	12 fev 59
21. idem	25 fev 59
22. Benedicto de Souza	08 jun 59
23. Boanesto Sette Camara	28 out 59
24. Carlos Pinheiro	05 nov 57
25. Clarimundo Campos	10 set 59
26. Constâncio Rodrigues Pereira	05 nov 57
27. Demerval Dias Fontes	14 mar 60
28. Domingos José Rios	[] 57
29. Edgar Moreira Costa	21 jul 57
30. Edgar Soares Barbosa	26 fev 58
31. Edoald Martinez Rodrigues	21 ago 59
32. Edu Cordeiro e outros	25 abr 58
33. Eduardo H. de Souza Filho	07 ago 58
34. Ester Maria Martins	21 mar 59
35. Eva []	28 ago 59
36. Fernando Valentim de Andrade	31 out 59
37. Francisco Bonifácio Ferreira e outros	13 mai 59
38. Genezio Gouveia	16 abr 59
39. Geraldo Alves de Souza e outros	[]
40. Guilherme Augusto Knechtel / Ellotildes Senger Knechtel	29 out 58
41. Heitor Silva e outros	08 fev 60
42. Inácia Cirilo Alves	17 ago 59
43. Ismael Durant	19 ago 58
44. Ivan da Silva Britto	19 mai 57
45. J. Maciel Paiva	05 jul 58
46. Jaime dos Santos de Oliveira e outros	11 ago 59
47. Janos Radovics	05 set 57
48. Januária Silva	[] abr 58
49. Jeronymo Leal Castro	[] fev 60
50. João Bento e outros	[1956]
51. João Domingos da Silva e outros	29 mar 58
52. João Fragoso Junior	20 ago 57
53. Joaquim Mendes da Silva	[23 mar 60]
54. José Antônio de Souza	[08 jan 59]
55. José Assis Mendes	12 fev 60
56. José Bento Carlos Amaral	19 jan 59
57. José Humberto de Oliveira	30 jan 59
58. José Machado Goulart	10 fev 60
59. Josino da Silva Amaral	29 jan 59
60. Joventina de Melo Oliveira	26 jun 58
61. Julio Freire Lobo	16 dez 59
62. Jurandir Law de Lima (Snra.)	[20 jan 60]
63. Lauro Tomarelli	12 jun 59
64. Leandro de Lemos	24 set 58
65. Leonira da Conceição Moreira	28 abr 60
66. Lília Rosa Azevedo	23 jun 59
67. Lúcio Amâncio Silva e outros	[12 mai 58]
68. Luiz Paulo Toneli	11 jun 59

69. idem	02 jan 60
70. Luiz Perseguini	30 set 59
71. Luiza Leal Costa	04 mar 58
72. Magnólia Dias Cardoso	09 jul 59
73. Manoel Joaquim de Oliveira	08 jul 58
74. Manoel Loiola	25 set 58
75. Manoel Martins Barreto	21 mar 59
76. Manoel Pereira <i>di</i> Souza	31 ago 58
77. Manuel Fernando Domingues	26 jan 59
78. Marcelino Lopes Ferreira	31 mar 60
79. Maria Clementino Jesus	[21 fev 59]
80. Maria Evangelista da Assunção	13 jun 57
81. Maria Helena Fiuza Lima	15 set 59
82. Maria Magdalena Meireles	15 ago 58
83. Mario []	19 set 59
84. Mauro Benedito Firmino	14 mai 60
85. Moacir Gomes da Silva	12 nov 57
86. Nacib Caram	28 dez 59
87. Narciso Teixeira	14 jan 60
88. Nermita Ribeiro	17 jul 59
89. Newton Batista Fossa	[] 57
90. Niguel Reche	07 jun 58
91. Núbio N.Reis	25 nov 58
92. Odilon T.Azevedo	12 fev 59
93. Olindo Silva	23 jun 59
94. Pedro José Assis	22 fev 58
95. Pedro M. Guimarães	08 jan 59
96. Raimundo Lopes de Oliveira	10 mar 60
97. Raimundo Nonato Alves	[14 ago 59]
98. Renato Teixeira Moreira	15 abr 59
99. Roque Matias dos Santos	[12 dez 59]
100. Sebastião Aguiar	28 ago 57
101. Sebastião Guedes Corrêa	15 dez 59
102. idem	[1959-1960]
103. Sebastião Raymundo A. da Silveira Terra	29 dez 58
104. Severino Batista Ferreira	jul 59
105. Valcir Miranda de Almeida	01 abr 60
106. Valentim José da Silva	31 jan 58
107. Zygmunt Matys	20 out 59
Alfredo Volpi (pintor)	30 out 58
C.A. Laely (pintor)	[...] 1959
Flávio de Aquino (arquiteto; DAU/Novacap)	[]
Ivan Serpa (pintor)	03 abr 59
João Kubitschek de Figueiredo (engenheiro)	03 fev 59
Jorge Pelles (proprietário de terras onde hoje se situa o Plano Piloto)	20 ago 58
Oscar Niemeyer (arquiteto; DAU/Novacap)	13 fev 57

¹ Fonte: Arquivo Público do DF. Brasília / DF. Cartas selecionadas (sobre critérios de seleção, ver capítulo “Tecendo tramas”).

² Nos casos em que a informação estava ilegível ou inexistente, utilizou-se a notação []. Quando não constava a data de envio, anotamos, aqui, a data de protocolo da Novacap ou outras anotações feitas pela Novacap na correspondência, que indicassem período de remessa ou recebimento. Nesses casos, a informação consta entre colchetes.